



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL**

Mauricio Pardo

**MOVIMENTOS NEGROS NA REGIÃO DO PACÍFICO
COLOMBIANO: ORGANIZAÇÕES, VIOLÊNCIA E
TERRITÓRIO**

Florianópolis, SC
2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL**

Mauricio Pardo

**MOVIMENTOS NEGROS NA REGIÃO DO PACÍFICO
COLOMBIANO: ORGANIZAÇÕES, VIOLÊNCIA E
TERRITÓRIO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de doutor em Antropologia Social.

Orientadora Prof^ª. Dra. Ilka Boaventura Leite

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pardo, Mauricio

Movimentos negros na região do Pacífico colombiano:
organizações, violência e território / Mauricio Pardo ;
orientadora, Ilka Boaventura Leite - Florianópolis, SC,
2016.

295 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Populações negras. 3. Região
do Pacífico na Colômbia. 4. Movimento social. 5. Território.
I. Boaventura Leite, Ilka. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social. III. Título.

Mauricio Pardo

**MOVIMENTOS NEGROS NA REGIÃO DO PACÍFICO
COLOMBIANO: ORGANIZAÇÕES, VIOLÊNCIA E
TERRITÓRIO**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de Doutor em Antropologia Social e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Florianópolis, 29 de fevereiro de 2016.

Prof^a Dr^a Edviges Marta Ioris - Coordenadora do curso

Prof^a Dr^a Ilka Boaventura Leite. - Orientadora

Banca Examinadora:

Prof^o Dr^o Eduardo Restrepo. Universidad Javeriana, Colômbia
(Videoconferência)

Prof^o Dr^o Ricardo Cid Fernandes. PPGA – UFPR

Prof^a Dr^a Esther Jean Langdon. PPGAS –UFSC

Prof^a Dr^a Edviges Marta Ioris. PPGAS - UFSC

Prof^o Dr^o Gabriel Coutinho Barbosa. PPGAS - UFSC

a Álvaro, meu pai, e Ruy meu filho,
partiram cedo mas esperam lá, numa curva do caminho

AGRADECIMENTOS

À UFSC, ao PPGAS e ao Ministério de Educação do Brasil pelas bolsas de doutorado CAPES – REUNI (Abril 2012 – Fevereiro 2013) e CAPES – DS (Março 2013 – Março 2016)

- o - o - o -

À professora Ilka Boaventura Leite e ao NUER pelo apoio e a boa energia. À professora Jean Langdon por mostrar-me o caminho a Florianópolis e pelos muitos momentos compartilhados.

Às professoras e aos professores de PPGAS pelos bons ensinamentos e as enriquecedoras conversas.

Aos amigos e às amigas que alegraram a minha estada na Ilha da Magia e que abriram para mim as portas de suas casas e de seus corações

Ao minhas amigas e meus amigos Pedro Musalem, Paula Thiago, Carolina Portela, Harold González, Fátima Puertas, a Sulane Almeida do IBP, e especialmente a Enrique Bautista que ajudaram-me com diferentes assuntos durante a escrita e a defesa da tese. A meus amigos Ramon Figueroa de Souza Santos pela tradução da tese ao português e Luis Alfonso Orozco pelas fotografias.

- o - o - o -

Aos ativistas, lideranças, funcionários públicos, membros de ONGs, e demais pessoas no Pacífico que me deram seu tempo e sua confiança, suas memórias e conhecimentos.

A meus e minhas colegas na Colômbia do projeto Acción Colectiva, Sociedad Civil y Estado en el Pacífico Colombiano.

A minhas chefas Toya e Ligia pela imensa generosidade.

- o - o - o -

A minha família, minha mãe Evelia e meu irmão Germán, Luz Marina, minha filha Uma e meu filho Mateo por todo o amor.

Y en el corazón de Irra ardía una llama. Un fuego que lo anudaba con las hormigas, con el barro, con las hojas, con las campanas, con el viento, con el sol, con la noche sin estrellas, con el lucero encendido que se posaba exacto sobre la desembocadura del río, con las aguas, con las chozas, con los caminos, con las culebras, con los pájaros, el horizonte, el verdeazul del campo terminado en el lomo de la cordillera, la flauta triste llorando en la ribera perdida. Una llama viva, fuego...

(Las estrellas son negras,
fragmento,
Arnoldo Palacios, 1949)

RESUMO

Esta tese trata do movimento social dos habitantes negros das selvas no Pacífico colombiano em sua luta pela propriedade e o gerenciamento coletivo de seus territórios. No começo eu reflito sobre a formação de um regime territorial por parte destes descendentes dos africanos trazidos desde o século XVI para trabalhar nas minas de ouro; a maneira como construíram e estenderam pela região as suas formas de organização social e de assentamento, de apropriação e uso da selva, os rios e a costa. Mostro o modo em que os habitantes e o território articularam-se e foram afetados pelo meio econômico e político, pelas atividades capitalistas extrativas e de comércio, pelo crescimento dos centros urbanos portuários e pelas leis e outras realizações do Estado na região. Um dos principais eventos foi o surgimento na década de 1980 da organização dos habitantes do médio rio Atrato e o desenvolvimento de suas demandas contrárias à invasão de seus territórios pelas companhias madeireiras. Explico as circunstâncias em que se estenderam as organizações camponesas negras pelo Chocó e a ampliação da luta pelo território a nível nacional com reivindicações ante o governo e ante a Assembleia Constituinte de 1991. Discuto os processos e consequências desencadeados pelo Artigo Constitucional Transitório 55 e a Lei 70 de 1993 que reconheceram a reivindicação territorial e estabeleceram a titulação de cinco milhões e meio de hectares de territórios coletivos e a formação de conselhos comunitários. Entre os resultados dessa legislação estiveram a ampliação da organização nos departamentos do sul desta região, com divergentes trajetórias na conformação das organizações. Aconteceu uma intensa atividade institucional por todas as localidades para a formação de conselhos comunitários e para realizar os procedimentos de solicitação da titulação coletiva, mas também desenvolveu-se a articulação institucional das organizações dos povoadores do Pacífico. E finalmente analiso a irrupção há duas décadas da violência e do terror ocasionado pela invasão de grupos paramilitares armados e pela conversão destes desde 2003 em quadrilhas criminosas ordinárias. A deterioração dos processos organizativos por causa da violência, e os alcances da Lei 70 e da ação do Estado, e as perspectivas na atualidade das organizações territoriais negras frente ao crime e a atividade extrativa ilegal que estão arruinando os territórios e seus habitantes.

Palavras-chave: afrodescendentes; populações negras; movimento social; território; região do Pacífico; Colômbia.

ABSTRACT

This thesis deals with the social movement of Black inhabitants of rainforests in the Colombian Pacific Region in their struggle for the property and collective management of their territories. I begin reflecting on the formation of a territorial regime by these descendants of Africans brought from the sixteenth century to work in the gold mines; the way they built and spread throughout the region their forms of social organization and settlement, of appropriation and use of the forest, rivers and coasts. I focus on how the inhabitants and their territory have been articulated and affected by the economic and political environment, by extractive capitalist activities and the market, and by the growth of port urban centers, by legislation and other undertakings of the State. One of the central events was the emergence of the organization among the dwellers of the Middle Atrato River and the development of their claims against the invasion of their territory by logging companies. I explain the circumstances in which Black peasant organizations expanded across Chocó and the widening of the struggle for their territory to the national level with claims to the government and to the Constituent Assembly of 1991. Then, I go on to discuss processes and consequences triggered by the Constitutional Transitory Article 55 and Law 70 of 1993, which recognized the territorial claim and established the titling of five and half million of hectares of collective territories and the formation of community councils. Among the results of this legislation, there were on the one hand the further enlargement of the organization towards the south of the region, and the divergent trajectories and formation of the organizations. On the other hand, intense institutional activity took place throughout all locations for the formation of community councils and for advancing the procedures for collective titling, resulting in the institutional articulation of the Afro-descendants' organizations. Finally, I deal with the violence and terror caused by the invasion of paramilitary armed groups two decades ago and by their conversion since 2003 into criminal gangs. This leads me to analyze the deterioration of organizational processes because of violence, the scope of Law 70, the action of the state, and present prospects of Black territorial organizations against crime and illegal mining that are ruining territories and their population.

Keywords: Afro-descendants; Black populations; social movement, territories, Pacific region, Colombia

RESUMEN

Esta tesis trata sobre el movimiento social de los habitantes negros de las selvas húmedas en el Pacífico colombiano en su lucha por la propiedad y la gestión colectiva de sus territorios. En un comienzo reflexiono sobre la historia de la formación de un régimen territorial por parte de estos descendientes de los africanos traídos desde el siglo XVI a trabajar en las minas de oro; la forma como construyeron y extendieron por toda la región sus formas de organización social y de asentamiento, de apropiación y uso de la selva, los ríos y la costa. Muestro cómo los habitantes y el territorio se han articulado y han sido afectados por el entorno económico y político, por las actividades capitalistas extractivas y el mercado, por el crecimiento de los centros urbanos portuarios y por las leyes y otras realizaciones del estado en la región. Uno de los eventos centrales fue el surgimiento a finales de los 1980 de la organización de los habitantes del medio Atrato y el desarrollo de sus demandas en contra de la invasión de sus territorios por las compañías madereras. Se muestran las circunstancias en que se extendieron las organizaciones campesinas negras por el Chocó y la ampliación de la lucha por el territorio al nivel nacional con reclamos ante el gobierno y ante la Asamblea Constituyente de 1991. Procedo a discutir los procesos y consecuencias desencadenados por el Artículo constitucional Transitorio 55 y la Ley 70 de 1993 que reconocieron el reclamo territorial y establecieron la titulación de cinco millones y medio de hectáreas de territorios colectivos y la formación de consejos comunitarios. Entre los resultados de esta legislación estuvieron por un lado la ampliación de la organización al sur de la región, y por otro una intensa actividad institucional por todas las localidades para la formación de consejos comunitarios y para adelantar los procedimientos de solicitud de la titulación colectiva. Otro efecto importante fue la articulación institucional de las organizaciones de los pobladores del Pacífico. Finalmente abordo la irrupción desde hace dos décadas de la violencia y el terror ocasionado por la invasión paramilitar y por la conversión de éstos en bandas criminales. Analizo el deterioro de los procesos organizativos a causa de la violencia, y los alcances de la Ley 70 y de la acción del Estado, y las perspectivas en la actualidad de las organizaciones territoriales negra frente al crimen y la actividad extractiva ilegal que están arruinando a los territorios y sus habitantes.

Palabras clave: afrodescendientes; poblaciones negras; movimiento social; territorios; región del Pacífico; Colombia.

LISTA DE TABELAS.

1. Pólos de bacia ou comarca	98
2. As três cidades-porto	99
3. Territórios titulados por departamento - 2015	228
4. Territórios coletivos mais extensos	230
5. Territórios coletivos mais povoados.....	231

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FOTOS

1. Navegação Rio San Juan Século XIX	81
2. Mineiros em Barbacoas. Século XIX.	83
3. Nóvita 1854.	90
4. Nóvita, 1854.	90
5. A canoa é o principal meio de transporte	94
6. Estágio de povoado da rua única na orla do rio.....	96
7. Um povoado da região	98
8. Um povoado da região	101
9. Todas as casas estão na orla dos rios.....	103
10. As casas isoladas são o primeiro estágio do assentamento	107
11, El Triángulo del Cambio	125
12. Os camponeses apoiam o protesto cívico.	127
13. O Acuerdo de Buchadó.	128
14. Parque Mosquera Garcés. Quibdó.....	152
15. Nas localidades são fortes as relações de parentesco e vizinhança	159
16. Catedral de Quibdó. Festas de San Francisco. Rio Atrato.....	174
17. Bairro de Quibdó. No fundo, o aeroporto.....	175
18. Mercado central de Quibdó.	176
19. Praça de Quibdó 1854.	178
20. Lavagem de areia na mineração artesanal	182
21. Mineração com retroescavadeiras em Condoto, Chocó	188
22. Perto dos povoados maiores a venda de banana é uma fonte de renda familiar	209
23, Reunião dum conselho comunitário da ACIA.....	225
24. Reunião de conselho comunitário	227

LISTA DE MAPAS

1. Região do Pacífico no contexto colombiano	66
2. Região do Pacífico no contexto colombiano	67
3. Região do Pacífico Colombiano	68
4. Tráfico escravista transatlântico	77
5. Áreas de origem dos ecravizados na Nueva Granada.....	77
6. Províncias do Pacífico	78
7. As três áreas de mineração	80
8. Território da ACIA no Meio Atrato.	130
9. Parque Natural Sanquianga	190
10. Parque Natural Bahia Málaga.....	192
11. Densidade de cultivos de coca no Pacífico em 2014.....	195
12. Territórios coletivos	220
13. Territórios Coletivos, Chocó	221
14. Territórios Coletivos, Valle Del Cauca	222
15. Territórios Coletivos, Cauca.....	223
16. Territórios Coletivos, Nariño	224
17. Associações de Consejos Comunitarios	236

LISTA DE SIGLAS

ACABA	Asociación Campesina del Baudó.
ACADESAN	Asociación Campesina del San Juan
ACAMURI	Asociación Campesina del Municipio de Riosucio
ACAPA	Consejo Comunitario Mayor Del Patía Grande Sus Brazos y la Ensenada de Tumaco
ACIA	Asociación Campesina Integral del Atrato (Luego COCOMACIA)
ACISANP	Consejo Comunitario Mayor del Cantón de San Pablo (Asociación Campesina Integral del Cantón de San Pablo)
ACONUR	Asociación de Comunidades Negras Unidas del Río Raposo
ADUC	Asociación de Usuarios Campesinos de los altos ríos Atrato y San Juan
ALENPAC	Alimentos enlatados del Pacífico
ANPAC	Asociación Nacional de Pescadores Artesanales de Colombia
APONURY	Asociación Popular de Negros del Río Yurumanguí
ASCOBA	Asociación de Consejos Comunitarios del Bajo Atrato. (Sucesora de OCABA)
ASOCARLET	Asociación de Carboneros y Leñateros de Tumaco
ASOCONAR	Asociación Comunidades Negras de Nariño, Bocas de Satinga
ASOCOETNAR	Asociación de Concejos Comunitarios y Organizaciones Étnico Territoriales de Nariño,
ASOCOMUNAL	Asociación de Juntas de Acción comunal del Bajo Atrato (Antecedente de la OCABA)
ASOMIRA	Asociación Campesina del río Mira
ASOPOMY	Asociación de Organizaciones Populares del Micay
ASOPRODESA	Asociación Pro desarrollo del Río Saija
ASODERGUA	Asociación para el Desarrollo de La Jurisdicción del Río Guapi
BID	Banco Interamericano de Desarrollo
BIOPACÍFICO	Proyecto BIOPACÍFICO

CALYPSO	Grupo cultural de Tumaco
CAPE - DS	Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Programa de Demanda Social de bolsas a cursos de pós-graduação.
CATIE	Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, sede en Costa Rica
CIMARRÓN	Movimiento Nacional por los Derechos de las Comunidades Negras
CINEP	Centro de Investigaciones para la Educación Popular.
CNCN	Coordinadora nacional de comunidades Negras
COAGROPACÍFICO	Cooperativa Multiactiva Agropecuaria del Pacífico (Tumaco)
COCOCAUCA	Coordinación de Consejos Comunitarios y Organizaciones de Base del Pueblo Negro del Pacífico de Colombia (Guapi)
COCOMACIA	Coordinación Consejos Comunitarios de la Asociación Campesina Integral del Atrato, (anteriormente ACIA).
COCOMOPOCA	Consejo Comunitario Mayor de la Organización Popular Campesina del Alto Atrato
CODECHOCÓ	Corporación Nacional para el Desarrollo del Choco, desde 1993 Corporación Autónoma Regional para el Desarrollo Sostenible del Choco
COMÚN	Comité Consultivo Municipal de Tumaco- Pro Etnia
CONIF	Corporación Nacional de Investigación y Fomento Forestal
CONCOSTA	Consejo Comunitario de la Costa. (De la costa sur del Chocó).
COOPMUJERES	Cooperativa de Mujeres Productivas Multiactivas de Guapi
COPDICONC	Concejo para el Desarrollo Integral de Comunidades Negras de la cordillera Occidental de Nariño (Alto río Iscuandé)
COPRICA	Comité Pro Intereses de la Costa Caucana
CORDEAGROPAZ	Corporación para el Desarrollo Agroempresarial de Tumaco

CORPONARIÑO	Corporación Autónoma Regional de Nariño
CPI	Centro de Pastoral Indigenista (Quibdó)
CRC	Corporación Autónoma Regional Del Cauca
CVC	Corporación para el Desarrollo del Valle del Cauca.
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DIAR	Desarrollo Integral Agrario Rural (Proyecto del convenio Colombia - Holanda en el Medio Atrato.)
DNP	Departamento Nacional de Planeación
ECOFONDO	Organização não-governamental coordenada com o governo para canalizar fundos públicos e privados, nacionais e internacionais para projetos ambientais
ELN	Ejército de Liberación Nacional
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia
FECCOVA	Federación de Consejos Comunitarios del Valle y de Colombia
FEPRIA	Federación de Productores Agropecuarios del Río Atrato
FOCA	Federación de Organizaciones de Comunidades Afro Chocoanas.
GEF	Global Environmental Facility
ICAN	Instituto Colombiano de Antropología
IIAP	Instituto de Investigaciones Ambientales del Pacífico
IGAC	Instituto Geográfico Agustín Codazzi
INCODER	Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (antes INCORA)
INCORA	Instituto Colombiano de la Reforma Agraria
INDERENA	Instituto de Desarrollo de los Recursos Naturales Renovables (después Ministerio del Medio Ambiente)
IRD	Institute de Recherche pour le Développement
JUNPRO	Juntos Unidos por el Progreso (Guapi)
MESA AMBIENTAL	Mesa de organizaciones ambientales del Chocó
MESA	Mesa de Trabajo del Chocó

NUER	Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas
OBAPO	Organización de Barrios Populares del Chocó, desde 1996 Organización de Barrios Populares y Comunidades Campesinas de la Costa Pacífica Norte del Chocó.
OCABA	Organización Campesina del Bajo Atrato
OCN	Organización de Comunidades Negras
ODEINCAN	Organización de Defensa de Intereses de Comunidades Negras del Río Naya
ODEMAP	Organización para la Defensa de los Mares del Pacífico (Delta Patía Sanquianga)
ODINCA	Organización por la Defensa de los Derechos e Intereses de las Comunidades Negras del Río Cajambre
OIT	Organización Internacional del Trabajo
ONIC	Organización Nacional Indígena de Colombia
ONUIRA	Organización de Negros Unidos por los Intereses del Río Anchicayá
OPOCA	Organización Popular Campesina del Alto Atrato
OPROMO	Organización de Productores de Mosquera
ORCA	Organización Campesina del Atrato (en 1984, desde 1989 ACIA)
ORGANICHAR	Organización de Comunidades Negras del Municipio del Charco
OREWA	Organización Regional Embera Wounan
ORNEPI	Organización Negra de Francisco Pizarro
ORISA	Organización Río Satinga
PAFC	Plan de Acción Forestal para Colombia
PBP	Proyecto Bio Pacífico
PCN	Proceso de Comunidades Negras
PLAIDECOP	Plan Integral de Desarrollo de la Costa Pacífica
PLAN	Plan Padrinos Internacional.
PMRN	Programa de Manejo de Recursos Naturales
PNUD	Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

RECOMPAS

Red de Consejos Comunitarios del Pacífico
Sur.

REUNI

Reestruturação e Expansão das Universidades
Federais

UFSC

Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVERSAN

Union Veredal Rio Sanquianga (Nariño)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	33
O TIPO DE PESQUISA.	33
A PERGUNTA DE PESQUISA	39
MARCO TEÓRICO.....	47
METODOLOGIA	63
1. PRESENÇA E TERRITORIALIZAÇÃO AFRODESCENDENTE.	68
A REGIÃO DO PACÍFICO.....	69
HISTÓRIA.....	76
A POPULAÇÃO RURAL	89
2. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO TERRITORIAL	113
O PACÍFICO ANTES DE 1986.	113
ANTECEDENTES PRÓXIMOS À CONSTITUIÇÃO DE 1991. ENTRE 1986 E 1991	124
PERÍODO DE 1992 A 1993	138
DESDE 1993. DA APROVAÇÃO DA LEI 70 ATÉ AS PRIMEIRAS TITULAÇÕES.....	150
3. RELAÇÕES MERCADOS, ESTADO, POPULAÇÃO E MOVIMENTOS NEGROS	167
INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA ECONOMIA EXTRATIVA E MONETIZADA DESDE SUA CHEGADA NAS AMÉRICAS.....	167
O PACÍFICO URBANO.....	168
MERCADO DE PRODUTOS EXTRATIVOS. FINAL DO SÉCULO XIX COMEÇO DO SÉCULO XX.	176
NORMATIVIDADES, TERRITÓRIOS, DISPUTAS E POVOADORES LOCAIS NO PACÍFICO COLOMBIANO.....	186
4. TITULAÇÃO, EXTRATIVISMO, NARCOTRÁFICO E VIOLÊNCIA EXPROPIADORA NOS TERRITÓRIOS COLETIVOS.....	217
O PROCESSO DE TITULAÇÃO	217
A OCUPAÇÃO PARAMILITAR E CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA 1995-2005.....	236
GENERALIZAÇÃO DA ILEGALIDADE NO PACÍFICO.....	247
RESPOSTAS BUROCRÁTICA E HUMANITÁRIA FRENTE AO DESASTRE.	249
CONCLUSÕES.....	255
BIBLIOGRAFIA.....	269

INTRODUÇÃO

O TIPO DE PESQUISA.

Esta tese situa-se dentro de um tipo de pesquisa etnográfica e antropológica que considera seus sujeitos como membros de sociedades dentro de marcos amplos temporais e espaciais e que não está necessariamente centrada em uma localidade nem na evidência dos encontros cara a cara. A tese parte do pressuposto de que se bem a observação e participação intensas e prolongadas em sociedades e em lugares determinados resulta em conhecimentos únicos sobre essas populações, o saber etnográfico e antropológico precisa ampliar sua escala se quer entender as forças e processos que afetam a essas sociedades no médio e no longo prazo e de como esses grupos humanos fazem parte de realidades regionais, nacionais e globais.

Os grupos locais estão imersos em processos amplos que os relacionam com outros grupos e os transformam, sempre têm feito parte de conjuntos mais amplos e estão transformando-se continuamente (MARCUS 1986, p. 166). Desde a consolidação do sistema mundo e da dominação colonial desde o século XVI, em menor ou maior medida as sociedades locais em todas as regiões do mundo foram afetadas pela expansão e imposição das formas econômicas e políticas do capitalismo.

A etnografia malinowskiana só pode dar uma visão parcial desses processos e motiva a reiterada crítica de que a antropologia coloca a seus sujeitos na cápsula da comunidade fora dos contextos amplos históricos e geográficos. Tendências antropológicas que se configuraram na década de 1980 (WOLF, 1987; MARCUS, 1986; FRIEDMAN, 1987), propuseram ir além da etnografia local e mostraram e analisaram esses processos em sociedades que o colonialismo colocou, e que o regime republicano manteve, às margens do sistema capitalista global. Esta classe de enfoque entende a sociedade constituída por processos complexos e interconectados o qual desmente o paradigma dominante de um Ocidente civilizado e histórico e umas periferias de sociedades isoladas sem história imersas em um eterno presente cultural (WOLF, 1987, p. 15).

Friedman (1987; 1994) sustenta que o impasse etnográfico que congela as pessoas no espaço e tempo é produto da relação linear entre o

antropólogo do centro e as pessoas que são seu objeto situada conceitualmente em “instituições” em uma periferia isolada em tempo e espaço. Em lugar de “instituições”, sustenta este autor, as populações devem ser entendidas dentro de processos de reprodução social (FRIEDMAN, 1987, p.7). No processo de reprodução social não há “comunidades” isoladas pois estão imersas nos tecidos de fluxos de valor, de governo e de capital ideológico e simbólico que unem umas localidades com outras e com níveis regionais, nacionais e globais. Conexões que se dão não somente no tempo presente senão a longo prazo histórico de expansões e contrações globais que podem resultar no maior ou menor isolamento dos grupos locais

A observação dentro do estilo de pesquisa que quer-se fazer nesta tese não somente amplia o ângulo de visão senão que também move-se em diferentes dimensões e níveis de abstração. Tem em conta os deslocamentos e assentamentos da população em regiões e sub-regiões. Considera as transações do mercado que afetam o anterior, os núcleos de concentração econômica e demográfica circundantes, e os movimentos na oferta e a demanda globais. Consideram-se também as legislações e regulações no marco estatal, tanto em seus textos formais como nas interpretações dessas normas nos diferentes níveis espaciais. Presta-se atenção aos contextos ideológicos que constroem coletividades e subjetividades tanto na perspectiva da nação como nas discordâncias de grupos e de localizações, e com referência às agendas globais multilaterais. Têm-se também muito em consideração a violência de grupos paramilitares e criminosos que nas últimas duas décadas tem trazido profundas perturbações à região e as consequências e reações das organizações do movimento territorial e de seus aliados e instituições não governamentais, especialmente a igreja católica, e as entidades governamentais.

Antecedentes e trajetória

Esta tese é o resultado de vários anos de experiências relacionadas com o Pacífico¹. No contexto de pesquisas etnográficas e

¹ No ano de 1981 viajei pela área do alto e médio rio Baudó e em 1981 atravessei o Chocó, em um percurso Bahia Solano – Nuquí – Alto Baudó – Río Munguidó – Quibdó. Entre 1981 e 1988 permaneci em muitas ocasiões nas localidades negras da costa do Chocó na Bahia Solano, El Valle, Jurubidá e Nuquí. No ano de 1985 percorri caminhos pelo rio San Juan no Chocó e pelo Pacífico caucano pelas populações de Guapi, Timbiquí e pelo rio Timbiquí. No ano de 1986 percorri o médio rio Atrato e os rios Bojayá e Salaquí. No ano de 1987 durante um mês percorri o rio San Juan.

linguísticas entre 1981 e 1987 através de extensos percursos pelos rios e pelos caminhos da selva pude conhecer diferentes partes da região do Pacífico. Em 1993 assisti à proclamação da Lei 70 em Quibdó e iniciei a pesquisa de campo sobre ação coletiva e reivindicações territoriais e entre esse ano e 2009 em diferentes ocasiões e lugares do Pacífico realizei entrevistas a servidores públicos, pesquisadores e líderes das organizações negras².

Entre os anos de 1996 e 2004 como pesquisador e servidor público do Instituto Colombiano de Antropologia, participei numerosas vezes de reuniões das organizações negras com servidores públicos do governo e de numerosos eventos acadêmicos sobre o movimento negro e os processos territoriais. Entre 1993 e 2015 realizei pesquisa documentária e bibliográfica³sobre o processo de solicitações territoriais por parte das populações e as organizações de afrodescendentes na região do Pacífico. As entrevistas que aparecem na tese, foram feitas por mim ou por Manuela Álvarez ou por nós dois dentro do nosso projeto de pesquisa.

Em 2011 escrevi a proposta para o programa de doutorado de PPGAS na UFSC. Os processos e etapas de melhoramento deste projeto e da escrita da tese tiveram os valiosos conselhos e a essencial direção da minha orientadora, a professora doutora Ilka Boaventura Leite.

Organização da tese

Nesta introdução além dos anteriores apartes sobre o tipo de pesquisa e os antecedentes pessoais, a seguir apresento a pergunta da pesquisa e suas principais temáticas nas que localizam-se a população, a

²Em 1993 realizei entrevistas sobre os processos dos territórios negros a servidores públicos do governo, de ONGs e a líderes de organizações negras em Quibdó, Medellín, Cali, Buenaventura, Guapi, Tumaco e Bogotá. Em 1994 efetuei entrevistas a servidores públicos oficiais e a líderes de organizações negras em Quibdó e no médio Atrato. Em 1998 novamente entrevistei servidores públicos e líderes de organizações negras em Quibdó, Nuquí e Bahía Solano. No ano 2000 realizei entrevistas com os líderes das organizações negras na zona do alto San Juan entre as populações de Santa Cecilia e Tadó. No ano de 2009 efetuei entrevistas a servidores públicos e líderes de organizações negras em Quibdó e em Guapi.

³Consultei arquivos institucionais na época em que se executaram os grandes “projetos” na segunda metade dos anos 1990: Plan Pacífico, BioPacífico, PMRN, Plan de Acción Florestal, e depois na época da violência e dos direitos humanos nas décadas de 2000 e de 2010 nos bancos de dados do governo, da igreja católica e de ONGs. Também nesta época, revisei publicações e relatórios do IIAP e de repositórios e sites de universidades em especial a Universidade Nacional, a Universidade Javeriana, a Universidade del Valle e a Universidade de los Andes.

região, seu contexto histórico, o movimento territorial dos afrodescendentes do Pacífico e os recentes acontecimentos de violência, terror, desmobilização e luta pelos direitos humanos.

No capítulo 1 incluo as características da região e os principais feitos históricos da economia das áreas rurais. Apresenta-se a história, a organização social, o tipo de assentamento e as formas produtivas da população negra.

No segundo capítulo ocupo-me dos seguintes temas. Dos processos de organização e dos desenvolvimentos do movimento negro no Pacífico entre os anos de 1987 e 1997. De seus aliados e das interações com a igreja, com o Estado e outras instituições. Da construção discursiva e organizativa das solicitações territoriais e seus sujeitos e dos contextos de direitos, legais e políticos. Das diferentes trajetórias sub-regionais, das convergências, disputas e contradições entre as diferentes tendências e expressões do movimento. Do avanço institucional e nacional a partir da Constituição de 1991 e da Lei 70⁴ de 1993.

O terceiro capítulo trata da história da formação dos centros urbanos na região e da inserção da população negra nas diferentes épocas da economia extrativa incluindo as duas últimas décadas de economias ilegais e cultivos de coca. Apresentam-se as legislações relacionadas com o território da região do Pacífico e alguns aspectos da presença do Estado e de sua interação com o movimento social.

No Capítulo 4 abordam-se os temas da irrupção da violência paramilitar na região desde 1997, as consequências sobre a dinâmica organizativa e territorial do movimento negro. As respostas do Estado, das organizações e de instituições aliadas, particularmente a igreja, ONGs de direitos humanos e a academia. As novas realidades do alcance da Lei 70, de direitos e posição da população negra do Pacífico.

A parte final é a das considerações finais nas que se sintetizam os pontos centrais e as conclusões de cada capítulo e se propõe uma conclusão geral sobre as perspectivas da situação da população negra do Pacífico e seus territórios, das organizações e do movimento social.

Algumas definições prévias e esclarecimentos necessários.

É necessário inicialmente propor uns dados gerais e aclarar alguns termos e definições com os que me refiro na tese aos temas centrais desta pesquisa.

⁴ Lei 70 de 1993. Texto completo:

http://www.mininterior.gov.co/sites/default/files/30_ley_70_1993.pdf

A região do Pacífico colombiano tem um total de aproximadamente 1.100.000 habitantes, desse total uns 440.000 habitam em zonas rurais. Por sua vez destes últimos uns 40.000 são indígenas, e os restantes 400.000 pessoas são afrodescendentes quem são os sujeitos dos fatos analisados nesta tese. Fora os indígenas e os afrodescendentes não houve ocupação ou imigração a estas áreas rurais de nenhum outro grupo humano.

Após a abolição da escravatura em 1851 os descendentes dos escravos negros desde as zonas mineiras foram ocupando as áreas desabitadas no imenso território selvático do Pacífico na Colômbia até as áreas contíguas do Panamá ao norte e Equador ao sul. Ali permaneceram praticando uma horticultura de subsistência e limitadas, mas contínuas, transações mercantis. Esporadicamente surge demanda comercial de produtos da selva e estes habitantes são vinculados pelas empresas extrativas como mão de obra barata. Quando essas operações extrativas foram em grande escala e prolongaram-se no tempo, ocasionaram graves prejuízos aos habitantes e os territórios. Vê-se então a peculiaridade da situação destas populações e da ocupação das terras e atividades produtivas.

Os habitantes das selvas e costa do Pacífico têm uma configuração social herdada de seus antepassados escravos nas minas de ouro fluviais da época colonial. Têm intensas relações sociais centradas na localidade baseadas em parte no parentesco, parte na vizinhança, mas estão também imersos em relações mercantis simples e processos políticos que os unem com os centros povoados sub-regionais e regionais e que originam diferentes etapas de agrupamento e movimento da população, e de relações das pessoas além das redes locais vicinais e parentais.

O sistema produtivo de selva úmida destes afrodescendentes em todas as localidades da região centra-se em uma horticultura rotativa de pequenas parcelas de banana principalmente, estão envolvidos em atividades monetárias desde a colônia, mas a maioria da terra que habitam na extensa região não foi privatizada ou comercializada, e segundo as épocas e as áreas envolvem-se em outras diferentes atividades produtivas unidas ao comércio e à economia extrativa.

A definição dos habitantes rurais pobres das diferentes regiões do mundo tem sido um problema de velha data para as ciências sociais. O termo “camponês” tem muitos problemas para conseguir uma definição que cubra os povoadores rurais do mundo (EDELMAN, 2013). No caso dos habitantes do Pacífico colombiano o problema é ainda mais complicado pois existem muito poucas situações semelhantes.

Alguns dos estudiosos em meados do século passado os denominaram de diferentes maneiras, como “cultivadores primitivos, pescadores e caçadores” (WEST, 1957, p. 126) ou como “camponeses pobres” (WHITTEN, 1969, p. 231), ou como “pioneiros negros” (black frontiersmen) no sentido de ser agricultores de subsistência que são ao mesmo tempo trabalhadores de reserva para as sucessivas ondas extrativas (WHITTEN 1974; WHITTEN; FRIEDEMANN, 1974, p 109).

Um fato significativo é o de que no final dos anos 1980 e início dos 1990 nos começos das organizações a maioria delas nomearam-se como organizações camponesas. Nas conversas cotidianas e na esfera pública dentro da região do Pacífico as pessoas veem-se a si mesmas já seja como habitantes dos povoados maiores, ou como camponeses para se referir em general aos povoadores da selva, os rios, a costa e os manguezais e inclusive aqueles que cultivam parcelas e vivem à orla das poucas estradas que penetram na região. Antes de 1989, essas organizações não recorreram em suas auto identificações ao termo negro, comunidade negra, e muito menos afrodescendente ou afrocolombiano,

No curso de suas solicitações, as organizações de afrodescendentes do Pacífico argumentaram desde finais dos 1980 que têm direito a seus territórios tradicionais porque são povos tribais no sentido da Convenção 169 da OIT. De aí em diante os termos comunidades negras, afrodescendentes, afrocolombianos começaram a ser usados pelas organizações e pelos meios de comunicação. No entanto no contexto colombiano referir a estas populações como “povos tribais afrodescendentes do Pacífico” resultaria confuso ou inclusive insólito.

O Artigo Transitório 55 da Constituição de 1991 definiu aos grupos destinatários da titulação coletiva como “as comunidades negras que têm vindo ocupando terras públicas nas zonas rurais ribeirinhas dos rios da Bacia do Pacífico” (Constituição Política, Artigo Transitório 55). Depois disto generalizou-se o uso do termo “comunidades negras” para referir-se a estas populações nos textos governamentais, nos meios e entre as organizações de povoadores do Pacífico.

Na Colômbia na demografia e na geografia acadêmica e institucional a população divide-se entre a da cabeceira municipal ou a do resto do município, ou o que é o mesmo, entre a população urbana e a população rural. Nas zonas de maior atividade econômica, os Andes e o Caribe, as zonas rurais têm sido divididas em terrenos de propriedade privada dedicadas à agricultura e a pecuária. No Pacífico as zonas rurais são territórios selváticos onde só as áreas junto aos rios são cultiváveis e,

portanto, seus habitantes rurais são povoadores selváticos que vivem ao longo dos rios.

Pelas razões anteriores nesta tese, aos habitantes do Pacífico rural denomino-os indistintamente como povoadores selváticos, povoadores rurais, camponeses negros, camponeses selváticos negros, povoadores rurais afrodescendentes, ou com o termo de comunidades negras usado na Lei 70, ou com alguma combinação dos anteriores, com a advertência prévia de que suas características são muito peculiares e não encaixam cabalmente em uma das definições conhecidas. Analogamente, uso os termos de selva úmida, selvas do Pacífico, Pacífico rural, para referir-me aos territórios não urbanos da região.

No capítulo 1 da tese refiro-me detidamente às realidades históricas e sociais do Pacífico colombiano, e é desde esse contexto que devem ser entendidos estes habitantes negros e seus territórios nas selvas, rios e costa do Pacífico colombiano.

Um esclarecimento análogo é necessário sobre o conceito e o termo território, o qual neste caso tem também um significado muito peculiar unido à história e à realidade do Pacífico colombiano. Se verá nas seções correspondentes como as terras do Pacífico nunca passaram a um regime de propriedade privada. As atividades capitalistas levaram-se a cabo sobre os recursos e não sobre as terras, quando os produtos esgotam-se ou perdem sua rentabilidade no mercado, os empresários abandonam a região. A lei colombiana desde a independência tem definido às selvas do Pacífico como terras do Estado, primeiro como terras públicas e desde 1959 como Reserva Florestal, e reconheceu o direito a titular uns poucos hectares das terras habitadas e cultivadas aos povoadores. Em várias ocasiões no século XX os habitantes defenderam seus terrenos e o acesso aos recursos quando empresários pretenderam excluí-los ou expropriá-los. Mas o conceito de território ancestral coletivo só surgiu no médio Atrato quando as companhias madeireiras pretenderam que se ampliassem as concessões ameaçando a existência mesma das populações.

A PERGUNTA DE PESQUISA

Esta tese procura entender os fatos dos que surgiu e desenvolveu-se o movimento territorial no Pacífico colombiano. A ação coletiva das organizações de habitantes da região e de seus aliados levou à expedição da Lei 70 de 1993 a qual estabeleceu os territórios coletivos administrados por conselhos comunitários para os habitantes das selvas do Pacífico.

Seguindo o ordenado pela Lei 70, entre finais de 1996 e 2005 titularam-se cinco milhões de hectares, e outro meio milhão até o presente.

A lei 70 constituiu uma abrupta mudança na legislação de terras do país e no Pacífico. Há poucos casos análogos no mundo em que se tenha titulado coletivamente tal quantidade de terra a povoadores não indígenas. A magnitude destas mudanças legais pode levar em alguns textos sobre estes temas a desprezar ou passar por alto as mudanças efetivas entre a população, nos territórios e nas organizações.

Os temas tratados nesta tese desde o princípio estão pensados com referência à Lei 70 e a titulação coletiva. Pois a lei 70, além da titulação, teve um impacto muito grande sobre as organizações e o processo do movimento social, estabeleceu diferentes importantes palcos institucionais e os recursos relacionados, tem absorvido a agenda das organizações até o ponto que é frequente que ditas atividades sejam conceituadas como sendo o movimento social das comunidades negras.

As seções da tese sobre a organização social dos afrocolombianos do setor rural, a história e a economia da região indicam mostrar sobre qual realidade se desenvolveu o movimento territorial e em qual realidade opera a Lei 70 e em que medida essas realidades têm mudado ou não, são afetadas pela Lei 70 ou configuram sérias limitações contra os pretendidos objetivos de dita lei. Nessas seções pretende-se sublinhar aspectos cruciais dos povoadores do Pacífico e seus territórios que não foram considerados nesta lei,

Fatos posteriores à proclamação da Lei 70, em especial a invasão paramilitar, a expansão do narcotráfico e o controle das atividades capitalistas extrativas e agroindustriais pelos grupos criminosos, mostraram também as grandes limitações do Estado e da Lei 70 para proteger os habitantes e o território.

Esta tese aborda esses processos acontecidos na região do Pacífico colombiano e suas repercussões no âmbito nacional desde 1985. Desde então deu-se nesta região uma ascensão da transformação das instituições e da ação coletiva de organizações de camponeses selváticos até o ano de 1998, quando a guerra chegou com virulência à região e os processos organizativos e territoriais decaíram até praticamente desaparecer em algumas áreas e ser seriamente debilitados em outras e deixar à região mergulhada em uma crise humanitária de imensas proporções. Após a entrada da violência, as organizações concentraram-se na proteção dos deslocados e a defesa dos direitos humanos e territoriais. A Igreja Católica e as organizações de direitos humanos têm empreendido a defesa da população rural do Pacífico e o apoio às organizações sociais.

A análise centra-se nas ações organizadas das populações das áreas rurais em dita região e em suas interações com outras instâncias civis ou oficiais desde o nível global ao local.

A pergunta principal desta pesquisa procura entender os processos pelos quais estes povoadores da selva superúmida que desde o final do período colonial estiveram confinados a uma vida muito restrita a suas localidades com esporádicos mas contínuos contatos com as instituições e centros administrativos regionais e nacionais, por meio de um processo muito rápido entre meados da década de 1980 e meados da de 1990, se veem envolvidos em uma confrontação política sobre formas de vida, de governo, de economia, com o Estado central acentuado por uma grande exposição ante a opinião pública nacional. A pergunta procura entender as dinâmicas da ação coletiva, as circunstâncias que a originam, a estimulam ou a restringem. Pretende-se ver como os contextos locais, regionais, nacionais e globais influenciaram nestes processos e como diferentes instâncias culturais, sociais, políticas e econômicas articulam-se dentro deles.

No terreno antropológico um dos fatos mais notórios neste processo é o das mudanças desde umas dinâmicas de comunidade a umas de sociedade, desde umas relações sujeitas ao costume e a tensões imediatas à conformação de solidariedades de longo prazo, desde o pensamento cosmológico da tradição à autorreflexão e à razão instrumental, desde o pertencimento local, de parentesco, à prática de elementos de cidadania, em fim o trânsito um tanto abrupto de umas populações rurais em maior medida tradicionais, ainda que sujeitas a contatos limitados mas contínuos com o Estado e o mercado durante quase quatro séculos, ao universo da modernidade e da pós-modernidade.

A população rural do Pacífico, protagonista destes eventos tem uma característica principal que faz deste processo social um dos mais singulares na história contemporânea nas Américas. São os diretos dos descendentes dos africanos que foram trazidos para trabalhar como escravos nas minas de ouro nos rios auríferos da região. Após a Independência em 1819 e da abolição da escravatura em 1852 os povoadores negros que estavam concentrados em pontos muito específicos da região nas áreas mineiras foram ocupando o restante desabitado da selva até cobrir uma extensão similar à do Panamá, ou a da Holanda e Bélgica juntas e se conformou assim uma das maiores áreas contínuas das Américas com população exclusivamente afrodescendente.

Colocados no fundo da estratificação social no regime colonial, na República continuaram sendo o grupo social mais desfavorecido. Ao não

ter população mestiça ou branca nem atividades capitalistas significativas nas selvas do Pacífico, o Estado e a sociedade colombiana simplesmente os ignoraram. A população afro e a extensa região do Pacífico não apareciam nem nos textos escolares, nem nos meios de comunicação, nem nos programas de governo. A sobre-exploração da mão de obra dos afrodescendentes pelas empresas mineiras e madeireiras não teve nunca uma ação protetora do Estado.

A região do Pacífico, é uma planície de selva úmida de uns 70.000 km² a qual além de suas peculiaridades ecológicas e biológicas (que só tiveram conhecimento e reconhecimento público partir de 1980) tem umas características sociais que a diferenciam do resto do território nacional econômica e demograficamente ativo. A selva do Pacífico não permite atividades agrícolas extensivas senão de forma muito limitada em alguns cursos baixos dos rios maiores, portanto em toda sua história não teve imigrações colonizadoras, como nas que camponeses mestiços de outras regiões no século XIX ocuparam a cordilheira central e ocidental e no século XX o sopé amazônico. Somente quando a demanda do mercado internacional ou nacional valorizou alguns produtos da selva, ingressaram agentes econômicos para extrair tais produtos com a mão de obra afrodescendente. Na República, desde o século XIX a região foi declarada território do Estado, primeiro como territórios públicos e desde 1959 como reserva florestal.

A geografia e a ecologia da região e a condição afrodescendente de sua população direcionaram as solicitações desses grupos de camponeses negros pela posse de seus territórios no final dos anos 1980 dentro dos poderosos e complexos discursos da biodiversidade e da etnicidade, os quais tinham emergido em tempos recentes como eixos de referência para a recolocação de grandes e diversas populações e territórios do mundo dentro de agendas de direitos e políticas públicas a nível global. Portanto outro dos focos de análise desta tese está nas maneiras na que tanto as organizações e os movimentos sociais como as instituições oficiais e privadas usaram, posicionaram-se e foram afetadas pelos discursos e práticas da etnicidade, a multiculturalidade e a biodiversidade.

A Constituição de 1991 declarou o país pluriétnico e multicultural e consagrou os direitos territoriais de indígenas e de negros do Pacífico. Assim situou-se a discussão pública, já não em termos de cidadania liberal universal senão da tensão e a discussão civilista entre diferença e homogeneidade.

Até então, a realidade e a história dos afrodescendentes e seus territórios não apareceram como um fator de importância na academia ou na legislação da Colômbia. Situação análoga à da invisibilidade das populações negras no Brasil, que vem sendo analisado pela investigação do núcleo de pesquisa NUER desde 1996 (LEITE 2015, 2012, 2011, 2010, 2009, 2005, 2002, 1996, 1996a)

Como afirma Segato (2007, p. 23) “Raça é signo, traço de uma história no sujeito, que lhe marca uma posição e assinala nele a história de uma desposseção”. A contundente realidade da situação de indígenas e afrocolombianos na Colômbia com os piores índices de bem-estar e de atenção do Estado em todos os aspectos evidencia uma situação de enraizado racismo sistêmico o qual é reiteradamente negado argumentando as supostas oportunidades equitativas da cidadania, e nas últimas décadas da etnicidade e o multiculturalismo. A história da desposseção continua para negros e indígenas a partir de sua condição ontológica subordinada que não teve uma alteração qualitativa estrutural desde a era colonial. Extração de riqueza e trabalho, continua Segato (Ibid.) “que com o tempo transformaram-se em um código de leitura desses corpos e deixaram neles seu rastro”.

Os processos dos que ocupa-se esta tese são então também expressões de situações, tensões, resistências, conflitos, lutas, avanços e retrocessos inerentes à posição subalterna dos afrocolombianos não só como inequidade econômica senão como resultado de sua situação de grupo social marcado e subjugado pela racialização de seus traços fenotípicos em um contexto jurídico que nega essas discriminações.

Por uma parte esta tese localiza a região como um palco de tensões políticas nas que a ação coletiva desenvolve-se de maneira dual tanto em um plano emancipatório para a promoção e avanço de umas visões de mundo e de sociedade como em um plano reivindicativo para a ampliação da democracia e de reformas que apontem para o bem estar da população (COHEN; ARATO, 1992). Por outra parte examina-se a dinâmica de dita ação coletiva, seus mecanismos de funcionamento e os diferentes fatores que a influenciam.

Ao invés da imagem quase idílica de “comunidades” isoladas e autocontidas, o Pacífico colombiano é um palco em construção onde se articulam e contrapõem múltiplos agentes políticos e econômicos. Nas últimas décadas, tem sido objeto de diferentes políticas estatais que o imaginaram e manipularam desde os discursos do desenvolvimento, da biodiversidade ou da multi-etnicidade (PEDROSA, 1996; RESTREPO, 1997; ESCOBAR, 1996). Com sua recente ou já ancestral presença,

outros atores nacionais ou internacionais como a Igreja, as ONGs, os projetos de cooperação técnica internacional ou os diferentes grupos armados, implicaram transformações nas dinâmicas territoriais, econômicas e culturais para as populações locais

Neste contexto e período a tese segue os passos dos movimentos sociais que originaram-se na região em seu contraponto com ações de diferentes agentes do Estado e do capital mas também como parte da ascensão da ação antisistêmica global na última parte do século XX por parte das minorias étnicas e populações rurais (WALLERSTEIN, 1990).

A seguir far-se-á referência a alguns dos principais eixos temáticos (tanto do contexto sociopolítico nacional como internacional) que cruzam a pergunta da pesquisa na região de estudo.

No contexto político colombiano as mudanças institucionais que coadjuvaram o desenvolvimento do movimento negro no Pacífico deram-se como uma combinação, em alguns aspectos contraditória e em outros complementar, entre reformas econômicas inspiradas pela doutrina neoliberal e reformas políticas orientadas à ampliação da democracia. O modelo neoliberal pregava mais mercados e menos Estado, mais comércio e menos protecionismo. Durante o governo de César Gaviria Trujillo (1990-1994) combinaram-se a “abertura” econômica e a abertura política contida na nova Constituição Política de 1991.

Nas eleições intermediárias de março de 1990 foi aprovada a convocação de uma Assembleia Constituinte que um movimento estudantil nacional havia impulsionado. Durante o período de governo que Gaviria assumiu elegeram-se os constituintes em uma eleição nacional e a Assembleia Constituinte esteve em sessão de fevereiro a julho de 1991. A nova constituição introduziu muitas mudanças como a desconcentração dos poderes públicos; estabeleceram-se vários mecanismos de participação e controle cidadão; reconheceu-se o caráter multicultural da nação, o governo autônomo dos indígenas e a inviolabilidade de seus territórios sob a forma legal do resguardo⁵. Estabeleceu-se uma transformação na ordem das centenárias representações e das práticas do Estado, modificou-se o modelo de Estado-nação fundado em um projeto da homogeneidade racial e cultural como mecanismo indispensável para o acesso à civilização. Por outra parte a constituição incluiu o artigo transitório 55 que ordenou a

⁵ Os resguardos são uma forma de propriedade coletiva dos indígenas herdada da legislação colonial. A propriedade dos resguardos foi reconhecida pela legislação republicana como “inembargável, imprescritível y inalienável”. Este caráter dos resguardos indígenas foi incorporado à Constituição de 1991.

conformação de uma comissão para a redação de uma lei para o reconhecimento da cultura e dos territórios das comunidades negras. (GROS, 1992, 1996).

A nova constituição estimulou uma grande atividade dos movimentos sociais em todo o país, o surgimento de grande quantidade de organizações não governamentais e de iniciativas participativas de todo tipo. A iniciativa e a ação coletiva proliferavam em todos os níveis. Em 1993 aprovou-se a Lei 70 que deu legalidade a territórios coletivos regidos por conselhos comunitários para os afrodescendentes que habitam as áreas rurais.

A “abertura” pregava que o modelo de Estado que se tinha implantado desde meados do século XX no país –protecionista, de bem estar, de substituição de importações–, era a causa do estancamento econômico em um mundo capitalista onde o crescimento competitivo se produz em contextos de mercados o mais livres possível.

Os até então muito marginais territórios nacionais, neste caso a região do Pacífico, adquiriram nova significação e potencial para o capital em termos de seus recursos e de sua posição geoestratégica, viram-se intervindos por diferentes instituições estatais como o Ministério de Minas, o do Interior, o do Meio ambiente, o de Educação, o Instituto Colombiano da Reforma Agrária (INCORA), entre outros e foram objeto da formulação de projetos para intensificar sua articulação com o mercado e sua integração territorial com o conjunto do território nacional. A região foi objeto de planos e projetos estratégicos com financiamento multilateral que pretendiam seu “desenvolvimento” integral, tais como o PLAIDECOP na década de 1980, o Plan Pacífico, o Programa de Manejo de Recursos Naturais (PMRN), ou o Biopacífico na década de 1990 (ESCOBAR e PEDROSA, 1996).

O movimento territorial no Pacífico originalmente localizado nos rios Atrato e San Juan no Chocó e em pequenos núcleos de ativistas nos principais povoados logo generalizou-se por todo o Pacífico. A maioria das primeiras organizações criadas no final dos 1980 autodenominaram-se associações camponesas. De acordo com a pauta de povoamento regional os povoadores rurais organizaram-se por rios, elegeram conselhos comunitários e a partir de 1993, após promulgada a Lei 70, iniciaram os trâmites para a constituição de seus territórios coletivos. Algumas entidades do Estado começaram a fazer estudos para o futuro manejo e administração de ditos territórios

No segundo quinquênio da década de 1990 a expansão dos grupos paramilitares generalizou-se dentro da região com a consequente

expansão de cultivos de coca e o deslocamento de população para as cidades do interior do país.

A presença na região de grupos guerrilheiros de esquerda tinha-se dado fazia vários anos, mais como uma retaguarda estratégica que como um palco de grande atividade militar. A começar dos 1990s grupos de latifundiários e de narcotraficantes, organizam em diferentes regiões da Colômbia, grupos paramilitares para combater as guerrilhas. Em 1997 grupos paramilitares entraram na região do Pacífico por diversos pontos e iniciou-se uma feroz guerra pelo controle do território para o tráfico de armas e plantação de coca. Mas como em outras regiões do país, a guerra entre estes atores armados apontou contra a população civil à que acusam de servir de apoio a seu adversário. Estes confrontos têm provocado consideráveis deslocamentos de pessoas e numerosos assassinatos na população rural afrodescendente e indígena. Em numerosas localidades os grupos paramilitares invadiram territórios coletivos e expulsaram a seus povoadores. Grande quantidade de líderes do movimento afrodescendente teve que exilar-se da região para cidades como Cali e Bogotá.

Como as ameaças e assassinatos provocaram a virtual paralização dos conselhos comunitários e de projetos de manejo dos recursos naturais nos territórios coletivos. Os avanços políticos e sociais que tinha conseguido o movimento social indígena e afrodescendente e que os tinha propiciado a constituição de 1991, sofreram considerável retrocesso e em alguns aspectos foram anulados pelo terror paramilitar.

A generalização da guerra entre paramilitares e guerrilheiros a partir de 1997 e a conseguinte violência contra os povoadores obrigou às organizações a reduzir grandemente suas atividades e a concentrar-se na defesa de seus direitos humanos básicos. Em muitas localidades indígenas e afrodescendentes os povoadores foram expulsos e alguns assassinados, muitos líderes das organizações tiveram de fugir para cidades do interior do país. Alguns dos territórios coletivos legalizados foram invadidos e a volta de muitos povoadores a seus territórios é incerta até o dia de hoje.

A pergunta da pesquisa a respeito dos processos de mobilização coletiva para a conquista de direitos territoriais no Pacífico, amplia-se com a situação de violência vivida na região desde 1997 e que tem ameaçado a vida e os direitos fundamentais das pessoas da região, a existência das organizações negras e o acesso e manejo dos territórios.

MARCO TEÓRICO

Movimentos Sociais

A reflexão acadêmica sobre os movimentos sociais tem tentado, por um lado entendê-los dentro de determinadas concepções teóricas da sociedade e por outro analisar os fatores e circunstâncias que permitem seu aparecimento e reprodução.

No sentido de uma conhecida distinção proposta por Cohen (1985), as teorias mais recentes sobre os movimentos sociais oscilam entre a ênfase na estratégia pelos teóricos de mobilização de recursos, e a ênfase na identidade da escola dos “novos” movimentos sociais. O primeiro enfoque tem sido desenvolvido principalmente por acadêmicos anglo-saxões enquanto o segundo tem sido preferido pelos analistas europeus e latino-americanos. Cohen (Ibid.) sustenta que esses dois pontos de vista não são incompatíveis e que poderiam ser complementares a fim de compreender plenamente as expressões de autodefesa da sociedade civil contra a dominação do capitalismo e do Estado.

Os principais aspectos desta tendência da “mobilização de recursos” ou “estratégia” apresentaram-se compilados em dois livros escritos por pesquisadores líderes neste paradigma.

Um deles é “Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings”, editado por McAdam, McCarthy e Zald, em 1996. Propõem que os movimentos sociais se originam, se desenvolvem e decaem em circunstâncias de mudança social devido à interação de três tipos de fatores. a) Oportunidades políticas, as quais consistem nos contextos regionais, nacionais ou globais políticos, administrativos e ideológicos que podem favorecer, ou dificultar o desenvolvimento dos movimentos sociais (EISINGER 1973, TILLY 1978, McADAM 1982, TARROW 1983). b) Estruturas de mobilização. Estas compreendem as formas organizativas, formais e informais, que promovem comunicação, coordenação e compromisso (MCCARTHY e ZALD 1973). Compreendem também os tipos de ação ou repertórios de protesto do movimento social (McCARTHY 1996). c) Marcos culturais, ou seja, processos coletivos de interpretação (SNOW et al 1986; SNOW; BENFORD 1988) os quais conduzem a visões compartilhadas que recusam certas situações e originam razões pelas quais as pessoas se sentem motivadas a empreender ações coletivas. (ZALD 1996).

Esta tendência de “Comparative Perspectives” tem uma dimensão dinâmica (MCADAM, MCCARTHY e ZALD 1996, p. 7-12): qualquer

tipo de mudança social pode conter mudanças nos contextos políticos ou culturais. Estas mudanças possibilitam a configuração de marcos ideológicos e simbólicos que podem animar os membros de grupos sociais a romper a rotina e empreender ações coletivas. Os fatores podem ser reforçados mutuamente e os maiores níveis de organização podem levar a refinar e a ampliar os marcos ideológicos que são aproveitados para afetar em seu favor o contexto político.

Os movimentos operam "em resposta às oportunidades políticas e depois através da ação coletiva, criam outros novos movimentos" (TARROW, 1994, p. 17). Este tipo de análise propõe-se a entender os movimentos não de forma isolada, senão como parte de um campo: o setor do movimento social, no qual os movimentos particulares estão vinculados de uma forma ou outra a uma dinâmica geral (TARROW, 1988; GARNER; ZALD, 1985; SNOW et al, 1986)

O outro texto fundamental do paradigma estrutural funcionalista é "Dynamics of Contention", escrito conjuntamente por McAdam, Tarrow e Tilly (2001). Consideram que o enfoque anterior, é demasiado estático pois só permite ver instantâneas através do tempo mas não o dinamismo contínuo dos movimentos sociais. Afirmam que os movimentos sociais, são episódios de uma categoria mais ampla da política que denominam política confrontacional (politics of contention). Propõem-se transformar a abordagem dos fatores centrais do enfoque anterior e analisá-los como mecanismos processuais de tipo contextual, relacional ou cognitivos.

Em lugar de ver as oportunidades políticas como fatos objetivos, as tratam como mecanismos contextuais em que o meio é percebido e elaborado como oportunidades por membros do movimento. Em vez de tratar as formas de organização e de ação como variações tipológicas, apontam para entender mecanismos relacionais, isto é, processos de apropriação social, de inovação sobre antigas ou novas formas de organização. Propõem que os marcos culturais e ideológicos não são pré-condições ou fatores que desencadeiam o processo, senão mecanismos cognitivos, produto da construção contínua coletiva de ideias e valores (Ibid.).

Seu método propõe comparar o exame destes mecanismos em diferentes episódios de confrontação, para descobrir conjuntos de mecanismos que combinam-se em 'processos robustos' que por sua vez são recorrentes dentro de amplos conjuntos de episódios. Depois de analisar uma dúzia de importantes episódios confrontacionais históricos encontraram três reiterados processos robustos: a) Constituição de novos

atores e de identidades, b) Polarização de grupos políticos, e c) Mudanças de escala do local ao translocal (regional, nacional, internacional) (Ibid.)

O outro grande paradigma investigativo sobre os movimentos sociais é o que se conheceu como de “a identidade”, de “os novos movimentos sociais” ou da “sociologia da ação” segundo a proposta de Touraine, um de seus principais teóricos.

Esta tendência surge não para explicar os movimentos sociais em si, senão para os entender como parte do conflito social central. Propõe que as pessoas não estão fixadas por sua posição na produção ou pela estrutura institucional, senão que têm agência, que podem construir suas identidades e se converter em atores políticos. Estes enfoques não pretendem produzir um conhecimento “objetivo” sobre os movimentos senão ser parte de propostas e processos emancipatórios.

Para Touraine (1981) o movimento social das novas classes da sociedade pós-industrial é o fator revolucionário de transformação ao exercer sua “historicidade”. Isto se dá ao lutar pelo controle sobre a produção e sobre a configuração do sistema de significados produzidos em sociedade, assim, a identidade é um resultado dessa reflexividade. Os conflitos na sociedade pós-industrial deixaram de estar centrados nos benefícios econômicos e agora estão orientados para o controle da capacidade da sociedade para se produzir a si mesma a nível de significado (TOURAINÉ, 1985, p. 778-784).

Offe (1985) afirma que os novos movimentos sociais a partir de 1960s, desenvolvem uma crítica radical da ordem social e da democracia representativa. Os novos movimentos repensam o significado dominante do político ao recusar as divisões entre o público e o privado, e praticar formas de organização não burocratizadas e não centralizadas.

Para Melucci os novos movimentos resistem a colonização do mundo da vida pelo sistema, e reclamam o direito de definir autonomamente suas identidades, e para determinar os aspectos materiais, simbólicos e afetivos da vida cotidiana.

Castells, ao analisar a explosão de movimentos urbanos nos 1970s, em contraste com enfoques ortodoxos anteriores, (marxistas e/ou estruturalistas) centrados nos palcos trabalhistas e na remuneração salarial, sublinha a importância de processos de consumo, das relações sociais e das condições de vida nas cidades contemporâneas.

Laclau e Mouffe sustentam que diferentes das lutas políticas dirigidas aos governos particulares, as lutas democráticas em um sentido amplo, são muito diversas. Estes conflitos políticos são o resultado de uma multiplicidade de antagonismos, que se ativam nos processos

desiguais de formação da identidade e a longo prazo apontam para uma democracia radical e plural em lugar de para um "governo dos trabalhadores" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 162-3).

Só a mobilização dá sentido e importância aos reivindicações e lutas, dizem Laclau e Mouffe (Ibid, p. 180-83); não há a priori lutas mais relevantes que outras, sua 'centralidade' se interpreta através das práticas discursivas da identidade.

Foweraker (1995, p. 23) assinala que a identidade não é a consequência da posição "objetiva" dos sujeitos, mas também não é exclusivamente o produto da mobilização de subordinações particulares dentro da formação hegemônica, como Laclau e Mouffe (1985, p. 85-7) sustentam, já que a história, a cultura e as dinâmicas locais proporcionam as "matérias primas" de identidades pré-existentes que se ativam de diferentes maneiras.

Outra tendência importante na análise dos movimentos sociais é a do sistema mundo de enfoque marxista proposta por Wallerstein (1990). Os movimentos são 'anti-sistêmicos' no sentido de que se opõem às expressões concretas do sistema capitalista mundial. Os movimentos levam a cabo a maior parte de seus objetivos em longo prazo e depois são substituídos por "novos" movimentos com um conjunto atualizado de reivindicações, procedimentos políticos e posições filosóficas.

A posição dos diferentes países dentro do sistema capitalista mundial é determinante sobre o tipo de movimentos anti-sistêmicos.

Desde meados do século XIX as forças anti-sistêmicas tinham agrupado-se sob as bandeiras da socialdemocracia, o comunismo ou o nacionalismo. Mas uma alternativa política radical nunca se consolidou e os movimentos no poder converteram-se nos administradores de formas mais complexas e prolongadas do sistema capitalista (WALLERSTEIN, 1990, p. 27). O esgotamento dos velhos movimentos fez-se evidente quando foram incapazes de influir na grande reviravolta mundial de 1968. Os "novos" movimentos entraram em cena quando os movimentos "antigos" esgotaram seu papel político histórico: os movimentos antiburocráticos nos países do leste comunista, movimentos antiocidentais em mais países tradicionais do sul e os "novos" movimentos sociais no Ocidente e nos países ocidentais do sul (WALLERSTEIN, 1990, p. 29-41).

Para Wallerstein, os novos movimentos devem procurar uma ação comum entre si a nível local e internacional, e devem reinventar sua agenda política se querem ser convertidos em opositores viáveis do atual estado de coisas. Qualquer esperança de alterar o sistema atual baseado

na privação econômica e na exclusão política da maioria, baseia-se no desenvolvimento potencial dos atuais movimentos sociais para converter-se em agentes políticos mais poderosos. Não para repetir ou emular os velhos movimentos, senão para construir novas formas políticas e culturais

Alguns analistas consideram que ambos os enfoques tratam aspectos importantes para o entendimento dos movimentos, que o cultural e o instrumental não eram interpretações alternativas dos movimentos, senão diferentes aspectos de um mesmo fenômeno complexo (GAMSON, 1992; MELUCCI 1988; SCOTT, 1991). Os dois paradigmas convergem ao sustentar que os movimentos são gerados por grupos com formas elaboradas de organização e comunicação, que a ação coletiva originada pelo conflito é normal e que os participantes são atores racionais. Ambos os enfoques diferenciam um nível de mobilização macro e um nível local e individual das interações pessoais e a agência subjetiva (COHEN e ARATO, 1992, p. 496).

Tem havido também tentativas de conciliar os dois pontos de vista mediante a colocação de operações políticas no centro da análise. Esta medida também implica prestar especial atenção no Estado como um fator central, à cultura política existente, e às aberturas ou às restrições à participação e a comunicação. O caráter repressivo ou permissivo do Estado tem um papel importantíssimo na determinação das possibilidades do aparecimento e avanço dos movimentos (KLANDERMANS et al, 1988; BIRNBAUM, 1988). Uma série de estruturas intermediárias, instituições locais e unidades organizacionais, entre o indivíduo e o contexto macro a nível estatal também devem ser examinadas (McADAM et a o., 1988). Ideias similares encontram-se nos "setores sociais" de Melucci ou nas "redes" de Klandermans (KLANDERMANS, 1988).

Cohen e Arato têm proposto conciliar os aspectos relevantes das duas tendências para o estudo dos movimentos sociais através de uma interpretação da teoria de Habermas da ação comunicativa e mais particularmente de sua distinção de 'sistema' e 'mundo da vida'. Estes analistas propõem que a construção de identidades e de operações estratégicas dos movimentos pode ser explorada respectivamente através das categorias habermasianas de ação comunicativa e ação instrumental (COHEN e ARATO, 1992, p. 524). O potencial da teoria de Habermas para o estudo dos movimentos sociais também tem sido sublinhado por Tucker que está de acordo com Jenkins (1983) em que a chave para compreender a ação coletiva reside no entendimento das ideologias nas quais se formam as solidariedades. Tucker assinala que Habermas

"apresenta uma teoria da relação entre as tradições culturais, os supostos epistemológicos, e a formação de consenso". O estudo destes temas faz possível entender que as ideologias dos movimentos sociais não se formam exclusivamente por fatores externos, elementos estruturais, ou considerações instrumentais. Marcos simbólicos internos, conflitos interpretativos e motivações afetivas são determinantes decisivos no desenvolvimento dos fundamentos ideológicos da solidariedade social (TUCKER, 1989, p. 44-45).

Referências latino-americanas

A maior parte dos estudos sobre os movimentos sociais na América Latina fizeram-se desde a perspectiva da "identidade"; portanto, sabe-se bem mais sobre a ideologia e a expressividade dos movimentos que sobre sua dinâmica de organização e sobre papéis e efeitos políticos. Jelin adverte que os movimentos sociais construídos pelos pesquisadores não correspondem necessariamente com a realidade no complexo e heterogêneo campo da ação coletiva (JELIN, 1985). Estudiosos norte-americanos e europeus têm idealizado com frequência a autonomia dos movimentos ao passar por alto a cooptação e o clientelismo, ou processos mais amplos de alianças populares e as táticas eleitorais de unidade (HELLMAN, 1992, p. 55)

Após a década de 1970 o marco filosófico e ideológico da base jurídica e ética da sociedade foi mudando para novos paradigmas. Novos direitos para os cidadãos e as novas funções dos poderes públicos foram reclamados cada vez mais pelos diferentes setores sociais. Uma multiplicidade de atores sociais apareceu no meio de uma paisagem de fragmentação social e política (ESCOBAR E ÁLVAREZ, 1992, p. 3).

Essa fragmentação, em que os movimentos já não se enfrentavam ao sistema através das instituições militantes, partidos e sindicatos, contrasta com o meio no qual a dominação se exerce cada vez mais através dos mecanismos da globalização e a internacionalização (CALDERÓN et ao 1992, p. 28).

Movimentos agrários e étnicos urbanos começaram a propor suas demandas em termos de direitos, não só com o objetivo de ganhos econômicos ou mudanças legislativas, senão também para o reconhecimento de sua presença como atores sociais e políticos (FOWERAKER, 1995, p. 98).

Muitas destas expressões coletivas de descontentamento social não existiam nos anos de 1960. A cena política estava dominada pelos velhos atores: os partidos oligárquicos, populistas e esquerdistas, os sindicatos,

os camponeses e os movimentos estudantis (CALDERÓN et al., 1992, p. 19). A explosão do protesto social durante os anos 1970 e 1980 foi composta por numerosos tipos de movimentos, mas muitos deles tinham objetivos muito limitados e se desvaneceram quando algumas de suas demandas foram satisfeitas, quando incrementou-se a repressão política, ou os líderes foram cooptados ou burocratizaram-se.

Diferente dos movimentos europeus ou norte-americanos, na América Latina os movimentos geralmente não sobrevivem só com a luta ideológica. Movimentos que não conseguem avanços significativos, seja através por parte do Estado ou por lucros internos da organização do movimento, com frequência perdem o apoio de sua base e diminuem ou desaparecem (FOWERAKER, 1995, p. 78).

Os movimentos na América Latina têm uma atitude dividida para as expressões da modernidade. Por um lado, reivindicam direitos liberais, a democratização e a participação (SLATER, 1994, p. 24), mas, por outro lado, recusam o despotismo tecnocrático do capitalismo contemporâneo e a dominação administrativa das diferentes variantes do projeto de desenvolvimento (ESCOBAR, 1992, p. 68). Neste sentido, uma nova valoração quanto a importância da cultura popular e dos valores das classes sociais é uma tarefa prioritária (ROWE e SCHELLING, 1991, p. 185-188).

Há algumas similitudes gerais entre os movimentos sociais no Norte e na América Latina; o descrédito e a decadência dos partidos tradicionais e a coincidência de certos temas: as mulheres, o meio ambiente, direitos das minorias. Os "novos" movimentos continuam a tarefa dos "velhos" movimentos ao dar voz às preocupações das pessoas comuns que não estão representadas no governo ou em organizações de trabalhadores cooptadas.

Mas também há muitas diferenças; os membros dos movimentos no Norte pertencem sobretudo a classes médias, na Europa e Estados Unidos, os movimentos têm aberto novos terrenos e questões relacionadas com a alienação provocada pela evolução do capitalismo tardio. Na América Latina, fora alguns movimentos importantes das classes médias, a maioria da ação coletiva tem sido empreendida pelos pobres que procuram a satisfação das necessidades locais. Os motivos de luta com frequência giram em torno da sobrevivência econômica, dos direitos fundamentais e da democracia liberal. Como resultado, os documentos escritos sobre os movimentos da América Latina realizaram-se por acadêmicos e intelectuais, enquanto que na Europa e América do

Norte ativistas dos movimentos escrevem sobre si mesmos (HELLMAN, 1992, p. 54).

Novos paradigmas teóricos e ciências sociais heterodoxas são necessários para compreender a diversidade de atores sociais, de ações inovadoras e as expressões do capitalismo tardio na América Latina. Os enfoques de compartimentos estanques tradicionais das ciências sociais não são capazes de manejar uma realidade que implica ao mesmo tempo a geração de discursos e imaginários, práticas comunais e locais fora do âmbito da racionalidade instrumental, novos sujeitos políticos, e a coexistência da modernidade com realidades sociais antagônicas, tradicionais, reacionárias ou avançadas (CALDERÓN et al., 1992, p. 31.).

Estado e ação coletiva

O exame do Estado a nível local e a nível dos grupos e organizações específicas tais como os movimentos sociais pode ser melhor efetuado desde tendências que têm reavaliado a concepção do Estado como uma entidade unitária e o veem bem mais como um conjunto heterogêneo de instituições, normatividades e servidores públicos, cuja ação e efeitos se efetuam em uma multidão de formas a nível local e no qual as percepções de povoadores e servidores públicos e o desdobramento simbólico das entidades tem um papel fundamental.

Essa tendências têm assinalado a importância de estudar as percepções de entes como “a política” ou “o Estado” a nível local por um lado, e analisar o Estado tanto em “forma(s) cultural(is)” mais do que como uma instituição ou um aparelho. Os processos locais interagem reciprocamente com as dinâmicas de formação do Estado e da “Política”.

Abrams ([1977]1988) sugeriu em seu artigo seminal sobre as dificuldades para estudar o Estado, que este em si é uma máscara de consistência por trás da qual não existe o suposto todo estruturado e que uma das características do Estado é o poder de tal máscara para sustentar as práticas concretas, heterogêneas e dispersas dos agentes e órgãos estatais. Práticas que continuamente estão ao dizer de Abrams “legitimando o ilegítimo”, apresentando-se ilusoriamente como o interesse geral.

Mitchel (1991) identificou duas tendências na ciência política norte-americana que focaram-se na centralidade do Estado como uma entidade discreta e estruturada. Por um lado, o enfoque de sistemas propôs abandonar o “Estado” e estudar o sistema político, e por outro lado o enfoque estatista tratou de refutar o funcionalismo marxista do “Estado de classe” e mais uma vez trouxe de regresso o Estado como uma entidade

discreta, unitária, autônoma e separada da sociedade. Apartando-se desses enfoques Mitchel afirma que a aparência do Estado como entidade discreta é uma materialização de práticas cotidianas.

Nestes novos enfoques a formação do Estado aparece desagregada através de malhas sociais, através de ações triviais e cotidianas como a cobrança de impostos, a entrega de subsídios, a expedição de documentos e este tipo de pesquisas relativizam o aparente papel do Estado como a suprema sede do poder e evidenciam tanto a estatização da sociedade e a desestatização do governo (ROSE, 1996; GUPTA, 1995; MITCHEL, 1991).

Uma aproximação do Estado como fato cultural evidencia a existência de uma densa malha de representações, práticas e relações de poder tecidas em torno de instituições estatais e os servidores públicos que as encarnam e que variam significativamente de acordo com as diferentes posições dos atores (GUPTA, 1995, p. 392).

Joseph e Nugent (1994) editaram uma compilação de vários autores que apresentam aspectos da formação estatal como processos quotidianos e culturais no México revolucionário. Mallon, que fez parte da anterior compilação, publica também um livro (MALLON, 1995) no qual propõe construir uma história política desde baixo mediante uma “arqueologia da cultura política popular” para entender a formação do Estado no México e Peru. Um campo expedito para a pesquisa antropológica e que propunha a necessidade de empregar para tal efeito metodologias etnográficas

A antropologia ajuda a mostrar a natureza multinível, pluricentrada e fluída da montagem do “Estado” e suas múltiplas contradições, e a forma como não somente o Estado produz cultura senão é produzido culturalmente (STEINMETZ, 1999). A partir da antropologia alguns autores como Taussig (1997), Herzfeld (1992, 1996), e Coronil (1997) concentraram-se nos poderosos aspectos simbólicos do Estado análogos aos da magia, ou o fetichismo. Gupta (1995) propõe uma etnografia do Estado através das práticas e interações cotidianas dos servidores públicos e outros cidadãos partindo da pressuposição que a nível local é muito difícil estabelecer a separação clássica entre Estado e Sociedade Civil.

A esfera cotidiana é onde as pessoas aprendem a respeito do Estado, através das práticas banais das burocracias, de seus rotineiros e repetitivos procedimentos. Estados estruturalmente similares podem ser muito diferentes em suas práticas cotidianas (HANSEN e STEPPUTAT 2001; SCOTT, 1998).

Esses procedimentos engendram as práticas de controle mas também as de corrupção (GUPTA, 1995; HERZFELD, 1996). Muitas vezes os procedimentos são mais importantes que os resultados pois são estratégias através das quais exercita-se o poder e institucionalizam-se as desigualdades, as repetições de procedimentos são a base da estrutura da autoridade burocrática.

Desde horizontes antropológicos que procuram a interação entre o nível do estado – nação e o nível local cotidiano, Michael Herzfeld tem refletido sobre os procedimentos e o efeito do Estado sobre os indivíduos e os grupos sociais e para isso tem recorrido aos conceitos de indiferença (HERZFELD, 1992) e intimidade cultural (HERZFELD, 1997).

O aparecimento da indiferença deve-se à competição entre a construção do eu entre o cidadão e o Estado. As regras burocráticas, são de uma classe diferente àquelas da ordem cultural cotidiano, ainda que usualmente filtradas pelas interpretações de experiência dos atores. São guias obrigatórias para as ações dos burocratas e apontam sobretudo à conformidade.

A indiferença da burocracia para as pessoas e das pessoas para a política e os assuntos públicos tem sua contraparte na 'intimidade cultural' um espaço contraditório e performativo na esfera local cotidiana no qual se reconhecem vergonhosamente os estereótipos em que se baseiam o nacionalismo e os regionalismos, mas no que também se manejam constantes violações à lei, o suborno e a cooptação de servidores públicos, tráfico de influências (HERZFELD, 1997).

As pessoas aprendem a respeito das agências do Estado e sobre seus servidores públicos por meio de eventos e textos diversos: a imprensa (GUPTA, 1995), relatórios do governo, propaganda eleitoral em televisão, discursos em manifestações políticas, desfiles militares, inaugurações de obras públicas ou programas sociais. De outro lado os servidores públicos adquirem e transmitem as ideias sobre o Estado através da simbologia cotidiana como papelaria oficial, carimbos, memoriais, uniformes, aparência de veículos oficiais, carnês, insígnias, crachás, entre outros.

O aparelho estatal, mediante o processo de descentralização, tem re/criado um corpo desproporcionado onde as burocracias locais operam, no melhor dos casos, como apêndices de um Estado central que se recusa a ceder seu terreno. Não pode ser assumido facilmente que as expressões locais do Estado sejam uma versão miniatura do Estado nacional já que suas dinâmicas são notoriamente dissimiles. Começando com contrastes fundamentais e especificidade em suas tarefas e hierarquias –onde um

depende do outro-, o Estado local se vê permeado continuamente por práticas culturais, representações e relações vernáculas que lhe dão um caráter orgânico, móvel e híbrido. Desta maneira, múltiplas relações e personificações mediam a ideia do “Estado”, que de outra forma estaria constituído por intervenções dispersas e conceitos abstratos e sem sentido algum.

As (re)formas neoliberais do Estado apresentam-se seja debilitando a regulação econômica, por exemplo pela OMC, ou diminuindo seu papel redistributivo, privatizando e diminuindo as funções distributivas através de ONGs e organizações beneficentes, e assim paradoxalmente “governamentalizando” a sociedade civil (ROSE, 1996; MALKKI, 1995; ONG, 1999; PALEY 2002). No Estado pós-fordista foi mudando-se o foco de governo à governança: normas e práticas de governo e articulação com organizações, empresas e mercado (MOSSE 2005, SAXE-FERNÁNDEZ 2005).

As consequências da globalização sobre a conjunção entre Estado, nação, território e soberania, sobre a circulação de pessoas, de bens, de mensagens e movimentos separatistas ameaça a territorialidade do Estado. Encontros e acordos multilaterais do sistema da ONU e redes multinacionais de ativistas sobre direitos, multiculturalismo, ambiente, biodiversidade, exercem pressão multinacional. A governamentalidade parece não estar localizada em nenhuma parte ou que operaria desde todas partes. (SHARMA e GUPTA 2006). Sassen (1998) tem chamado “desagregação” (unbundling) essa alteração da relação território – soberania no nível multinacional.

Em vários casos os Estados não monopolizam a violência sobre seus territórios, já seja por invasão, intervenção multilateral, ou redes armadas ou terroristas, ou governos multinacionais. Delegam no regime multinacional de DDHH de entidades multilaterais, ONGs, ativistas, advogados, etc., que tanto reforça desigualdades como permite lutar contra outras (GREWAL, 1998; KHOTARI, 1995). Por exemplo as políticas neoliberais do FMI e do BM, de ajuste estrutural, redução do Estado e do “social”, e as da OMC de mecanismos de distribuição pelo mercado as quais não são impostas pela força senão pelas regras da nova ordem multinacional. De outro lado as grandes ONGs multilaterais como CARE, OXFAM, Save the Children, Ford Foundation não necessariamente passam pelos governos (BORNSTEIN 2003).

O antropólogo haitiano Michel Rolph Trouillot (2001) afirma que na era da globalização o poder do Estado não está fixado institucionalmente nem histórica nem teoricamente e os efeitos do Estado

nunca se dão exclusivamente por instituições nacionais ou em lugares governamentais. Trouillot propõe que o efeito de identificação do Estado (POULANTZAS, 1986) já não se exerce só com referência ao Estado nacional, e é agora compartilhado por processos de políticas da identidade de região, raça, gênero e etnicidade, e pelos chamados novos movimentos sociais. Anota também que o efeito de legibilidade do Estado (SCOTT, 1998) ou de legitimação discursiva, já não se origina somente no Estado mesmo senão também em ONGs e organismos multilaterais.

Na “ globalidade fragmentada”, afirma Trouillot as esferas de intervenção dos governos estão mudando rapidamente, os Estados nacionais atuam em marcos ideológicos menos eficazes, em novos processos que como os novos movimentos sociais parecem deslizar-se pelos interstícios das fraturas do antigo Estado, e os processos característicos do antigo Estado predominam cada vez mais em espaços multilaterais, privados e não governamentais. O Estado já não funciona como marco primário para seus cidadãos em que a retórica nacionalista e sua efetividade tem decaído.

Legislação e territórios

Certas análises focam-se sobre o território e os recursos naturais. Propõem que a ideologia do capital tende a universalizar a ideia de ganho, da propriedade privada e de comercialização dos diferentes aspectos da existência, e tropeça nos obstáculos originados nas visões locais sobre o benefício coletivo e o acesso aberto aos recursos (HEILBRONER 1985).

A prática europeia de propriedade governamental sobre os bosques foi transferida a partir do século XVI a muitas das colônias nas Américas, África, e ao sul e ao leste da Ásia. Concessões madeireiras têm sido o principal modo de exploração econômica dos bosques. Pesquisas contemporâneas comparativas têm mostrado que desde os anos 1980 esta situação tem estado mudando e atualmente 77% da superfície dos bosques do mundo permanece administrada pelos governos, 12% foi privatizada para indivíduos e empresas e 11% tem algum tipo de posse ou propriedade coletiva de grupos indígenas ou comunitários. Portanto uma das linhas de análise mais relevante aponta ao manejo que os governos lhes dão a essas imensas extensões de bosques nacionais e ao tipo de direitos e concessões outorgados a diferentes atores (WHITE e MARTIN 2005, p. 73-78).

No processo de controle sobre as áreas florestais, os Estados expedem legislações especiais e legitimam ou invalidam os direitos territoriais dos grupos nativos e as populações locais. Desde a segunda metade do século XX muitos países em desenvolvimento constituíram

grandes extensões como áreas protegidas que em muitos casos resultaram no empobrecimento local e em maior desmatamento dos terrenos vizinhos a essas áreas protegidas. As populações afetadas ficam sem apoio do Estado e costumam ser tratadas como um problema. (GHIMIRE, 1994).

Algumas pesquisas têm elaborado periodizações e tipologias das legislações florestais em diversas regiões do mundo.

Até 1975 na América Latina a legislação indicava o favorecimento do desenvolvimento da indústria florestal. Entre 1975 e 1990 consolidaram-se as leis ambientais e em diferente medida os direitos dos habitantes da selva. Desde 1990 as normas fizeram-se mais complexas regulamentando e zoneando simultaneamente as atividades extrativas, a proteção ambiental e o gerenciamento de recursos dos habitantes locais. (SCHMITHÜSEN, 2004)

Outras tendências da análise comparativa têm agrupado tais leis, reformas e políticas sobre os bosques em quatro paradigmas principais: o amigável ao mercado, o de planejamento tecnocrático, o florestal social e o conservacionista dependendo da força de diferentes atores políticos: empresários, servidores públicos e tecnocratas, organizações sociais e ativistas ambientais. (SILVA et al, 2002)

Em conjunto, a comparação de legislações florestais na Ásia, África e América Latina indica que o acesso aos bosques e seus recursos pelos povoadores locais se veem ameaçados por colonos de fora da região, por empresas extrativas, por leis e por obras públicas estatais. Em geral a posse coletiva tem melhorado as condições de vida dessas populações e tem contribuído à conservação dos bosques, mas as regulações impostas pelos governos podem entrar em conflito com seus direitos consuetudinários e formas autóctones de aproveitamento dos bosques (LARSON, BARRY e DAHAL, 2010).

Debates contemporâneos sobre o extrativismo:

As discussões críticas sobre o extrativismo na América Latina podem ser agrupadas em dois tipos, ainda que alguns textos apresentam elementos de ambas categorias. Por uma parte estão as análises efetuadas por acadêmicos e pesquisadores desde a ecologia política e a geografia política e ambiental sobre situações e transformações das relações e situações normativas, contratuais, institucionais e de fato; entre as atividades extrativas frente as populações e seus territórios (BEBBINGTON 2012). Estes enfoques abarcam pesquisas sobre os atores que intervêm nos processos e conflitos extrativos: populações, organizações, governos, empresas; suas dinâmicas identitárias,

conhecimentos e concepções. Sobre os impactos tanto na escala temporal em termos de negociações e confrontações, como na escala espacial com respeito a processos de territorialização. Outros tópicos tratam sobre o Estado, soberania, leis e sobre procedimentos tanto de corporações multinacionais como de organismos multilaterais. (GOBBEL e ULLOA 2014). Estudos dentro destas tendências pesquisam como o extrativismo desencadeia processos políticos, institucionais, discursivos e simbólicos que resultam em significativas transformações nas concepções dos povos indígenas, na situação de seus territórios e do meio ambiente. (ULLOA 2014)

Por outro lado há discussões levadas a cabo por acadêmicos, ativistas ambientais e ONGs, fazem uma proposta pós-extrativista baseada em três elementos: a) A crítica mais conhecida do ambientalismo sobre os efeitos devastadores da extração sobre as populações locais, seus territórios e o meio ambiente (SCHULDT et al 2009), b) As críticas desde a economia política a respeito das consequências retardatárias das rendas provenientes da exportação de matérias prima sobre o crescimento e estabilidade da economia nacional (ACOSTA 2009) c) a incorporação do conceito de Bem Viver, uma ideia ampla sobre a plenitude de viver em comunidade junto com outras pessoas e outros seres da natureza, ideia derivada de conceitos de vários povos e organizações indígenas sul-americanos, principalmente quechua, aymara e guaraní, radicalmente diferente do conhecimento ocidental enraizado na modernidade e da ideia de desenvolvimento (GUDYNAS 2011, p. 442, 443).

Esta tendência tem feito especial ênfase no chamado 'neoextrativismo' dos governos progressistas no Equador, Bolívia, Brasil e Venezuela na América do Sul. Criticou-se que apesar de investir os ganhos em programas sociais, mantêm-se tanto o dano às populações locais, a seus territórios e ao meio ambiente, como a inserção na economia global dos recursos e os prejuízos macroeconômicos no médio e longo prazo.

Exponentes das duas tendências têm proposto também que a agricultura de monoculturas para exportação e outras formas de agroindústria apresentam consequências análogas às da extração de matérias prima. Os cultivos ilegais de matérias prima para narcóticos combinam os aspectos social e ambientalmente mais destrutivos do extrativismo e da monocultura.

Direitos humanos, lei, violência e crime na globalidade pós-colonial.

Pouco mais de dois séculos após as proclamações dos Direitos Humanos nas revoluções norte-americana e francesa, Agamben (2008) enfatiza que os direitos humanos são um dos instrumentos de inscrição das pessoas no regime biopolítico. Os direitos humanos não são universais nem inatos ao ser humano, não são atribuíveis a 'a vida nua'. Os direitos humanos operam dentro das legislações estatais e em certas conjunturas os estados privam grupos ou categorias de pessoas desses direitos. As Nações Unidas e os países incluem os milhões de refugiados que têm de abandonar tudo dentro de um marco de direitos que não passa de retórica formal, e esses refugiados passam a ser atendidos por organizações humanitárias. O refugiado é para Agamben o caso limite de 'a vida nua', por isso é o sujeito político por excelência, aquele que põe a prova o corpo político em sua capacidade de reconhecer à humanidade sem exceções na sua mais concreta encarnação.

Fassin (2010) por sua vez propõe que nas economias morais contemporâneas, o direito à vida tem adquirido uma legitimidade maior que os direitos sociais e econômicos, e assim frente ao desinteresse e torpeza burocrática para lidar com situações em massa de sofrimento e injustiça social, casos para salvar umas poucas vidas têm maior audiência e validade ética.

Outras análises como o de Cowan (2010), ainda que mantenham uma posição crítica, não compartilham inteiramente o pessimismo de Agamben, e propõem que os direitos humanos geram uma vertente habilitadora e outra vertente coativa de processos de produção de subjetividades e de relações sociais. Realça ainda que os direitos são um poderoso mecanismo de normalização e de cooptação política, ao examinar situações específicas, os sujeitos, frequentemente os mais desempoderados da sociedade, encontram no idioma dos direitos possibilidades de se construir enquanto sujeitos com agência política e de articular suas lutas pelo reconhecimento e suas reivindicações.

Nordstrom (2004) sustenta que as lutas diárias das vítimas da guerra são em geral invisíveis porque a guerra viola a sensibilidade humana, é difícil documentar com neutralidade, porque fortunas são feitas ilegalmente e porque o poder cobre seus rastros. As perdas da população local são o último degrau de uma corrente de benefícios que chega até as altas esferas. Em nível nacional seriam considerados corrupção, mas em nível internacional, os grandes chefes nacionais, nas sombras, entram em transações de bens de diversos tipos, contrabandos de toda sorte inclusive de comerciantes apoiados pelos estados (Ibid, p. 9). A violência define-se

tanto por realidades e histórias locais e por formas de militarização forjadas internacionalmente, e por complexas redes que permeiam o planeta para prover tudo o que precisam os militares (Ibid, p. 10). Uma grande proporção da economia mundial ocorre nesta região de sombras. Esta economia global nas sombras é movida por uma complexa infraestrutura que compreende bancos, advogados, transporte (Ibid, p. 11).

As análises de todos os autores anteriores coincidem em desessencializar os direitos humanos, em vê-los como peças normativas históricas que apareceram e foram transformando-se em momentos concretos da configuração política sistêmica. Coincidem também os analistas em assinalar que os direitos humanos operam como poderosos instrumentos de normalização e de cooptação. Cowan (Ibid.) assinala que frente à discussão sobre direitos os enfoques têm diferentes alcances segundo se trate de filosofia política ou de ciências sociais, particularmente de antropologia. Enquanto os primeiros como Marx e Agamben mostram uma contundente crítica e veem os direitos como um dos componentes fundadores da dominação política. Os outros, desde a antropologia chamam a atenção sobre como esses direitos se constituem em pontos de referência da forma como pessoas e grupos pessoais atuam ou podem atuar politicamente, de forma mais ou menos conformista, mais ou menos radical, ou de como a análise social pode dar luzes para escapar da cooptação e para potencializar a ação política e as lutas pelo reconhecimento, a justiça social ou a equidade.

Os discursos e práticas políticas contemporâneas sobre os direitos humanos muitas vezes conduzem à construção de sujeitos vitimizados, passivos, desprovidos de iniciativa e de agência política, judicializam a ação desses sujeitos, anulam suas expectativas, domesticam sua conflitividade e veem as experiências particulares ignoradas no meio de procedimentos judiciais estereotipados. Esta centralidade da judicialização das relações sociais substitui a iniciativa e a diversidade da atuação política em contra ou a favor da justiça, a democracia e a cidadania.

Comaroff e Comaroff (2007) coincidem também em sublinhar a explosão contemporânea simultânea de leis, violência e ilegalidade. Fazem notar a febril atividade legislativa que se apresentou nas últimas décadas nas nações pós-coloniais, 105 constituições, a maioria nas pós-colônias escreveram-se entre 1989 e 2006, acomodando o giro global neoliberal com uma ênfase em direitos civis e políticos e a dominância da lei e substituindo as velhas constituições centradas na soberania

parlamentar e o poder executivo. Uma legião de ONGs de caráter legal tem aparecido, estimulando os cidadãos e os grupos sociais para enfrentar os conflitos e os problemas sociais mediante processos legais. Interesses, identidades, direitos e ofensas têm sido saturadas com legalidade, inclusive o debate parlamentar e a mobilização política têm sido substituídos pelas cortes.

A corrupção prolifera em todos os níveis, públicos e privados, máfias e grupos violentos que exercem poder indiscriminado sobre a vida e a morte. Paradoxalmente ao mesmo tempo uma ‘cultura da legalidade’ avança reiteradamente. A intensificação da ilegalidade e da ansiedade legisladora ocorre também nos países centrais capitalistas, é uma característica da configuração sistêmica do mundo contemporâneo.

METODOLOGIA

O marco teórico proporciona diferentes eixos para referir-se à informação e para estabelecer diferentes parâmetros comparativos. Na teoria dos movimentos sociais na tendência chamada da estratégia esses eixos são três temáticas já clássicas: os contextos e oportunidades políticas; os níveis, recursos e aliados organizativos; e os marcos ideológicos e discursivos. Na dinâmica da confrontação, uma variante mais recente da escola da estratégia, essas temáticas clássicas são consideradas como mecanismos. O aparecimento de conjuntos reiterados de mecanismos em decorrência das ações coletivas configura processos robustos determinantes nas situações resultantes.

Na tendência de análise chamada da “identidade” ou dos “novos” movimentos sociais, o tema central é o da formação de identificações e de subjetividades. As propostas de antropologia do Estado, o exame de normatividades e territórios, bem como a análise da violência no contexto destes dois temas anteriores, configuram os outros guias para organizar e analisar a informação.

Em um sentido amplo, o objeto temático desta investigação é a dinâmica territorial das populações negras rurais na região do Pacífico Colombiano. Em um sentido mais restrito o foco da tese está nas ações coletivas, e fatores relacionados, de defesa desses territórios desde finais dos 1980.

Na metodologia implementada nesta tese considera-se o movimento social afro de solicitações territoriais em seus processos sub-regionais, seus contextos espaciais e seus antecedentes históricos como os eixos teóricos para referir a informação e para estabelecer parâmetros comparativos. Estes processos são analisados quanto à identificação e

formação de sujeitos coletivos, as relações com instituições do Estado, as normas existentes que afetam as populações e seus territórios, os contextos políticos, as formas de organização, e as respostas dos diferentes atores às formas de violência e ilegalidade.

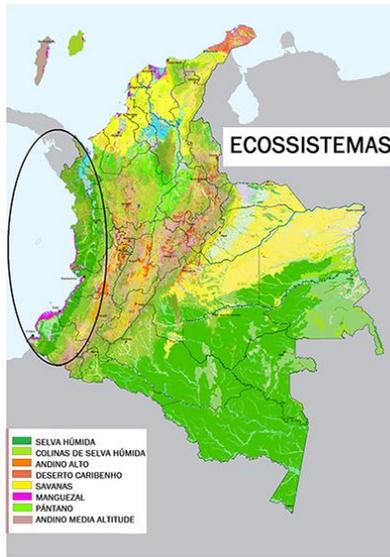
Desde meus percursos nos 1980s por diferentes áreas da região impactou-me que enquanto nas pequenas localidades negras rurais selváticas ou costeiras a vida quotidiana e o nível muito limitado de uso de elementos provenientes do mercado, dos meios de comunicação e das instituições era muito similar, nos povoados maiores que atuam como pólos ou núcleos sub-regionais ou de área, as dinâmicas mostravam uma diferenciação mais notória. E por essa razão desde que comecei a pesquisar tratei de pôr atenção simultaneamente por um lado sobre como se desenvolviam os processos da organização e as solicitações territoriais nas diferentes sub-regiões marcadas pela influência dos povoados maiores, e por outro lado como esses pólos urbanos se relacionam com os centros administrativos no interior do país. Desde o primeiro trabalho de campo que efetuei sobre o movimento territorial em 1993, viajei por Tumaco, Guapi, Buenaventura, Quibdó, Cali, Popayán, Medellín e Bogotá, explorei as diferentes formas e processos pelos quais as populações negras construíram-se ou identificaram-se como sujeitos coletivos ou foram construídas ou identificadas por atores externos. Explorei também, as diferentes conexões, convergências, tensões e conflitos entre as organizações negras de povoadores da selva do Pacífico e entidades estatais, ONGs, redes de ativistas, organizações da igreja católica, projetos e pessoas da academia e diferentes tipos de empresas capitalistas.

Tanto nas entrevistas de campo como no trabalho de documentação procurei os antecedentes mais remotos possível para ter uma visão histórica de longo prazo.

A procedência de informação de diferentes pontos espaciais e temporais permite e conduz a uma instância comparativa na qual os acontecimentos em uma sub-região particular podem ser considerados variando no tempo e em situações análogas em diferentes lugares com respeito às temáticas indicadas pelo marco teórico.

Mapa 1. Região do Pacífico no contexto colombiano

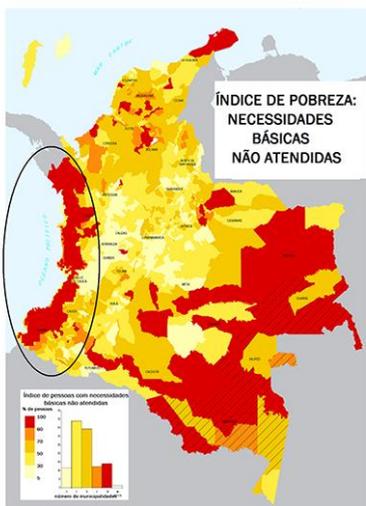
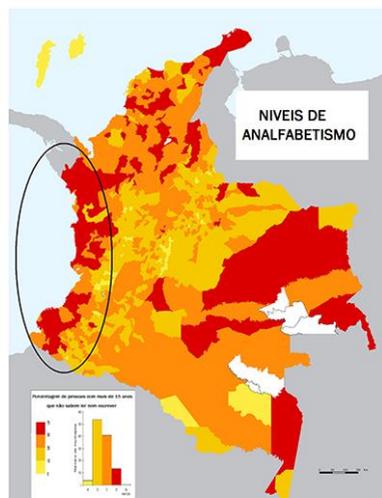
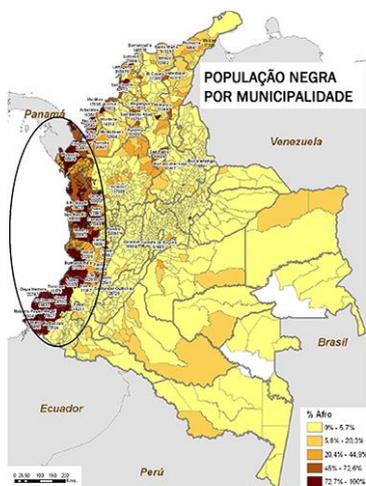
A REGIÃO DO PACÍFICO NO CONTEXTO COLOMBIANO



Fonte : Instituto Geográfico Agustín Codazzi
http://sitotn.igac.gov.co/sitotn/frames_pagina.aspx

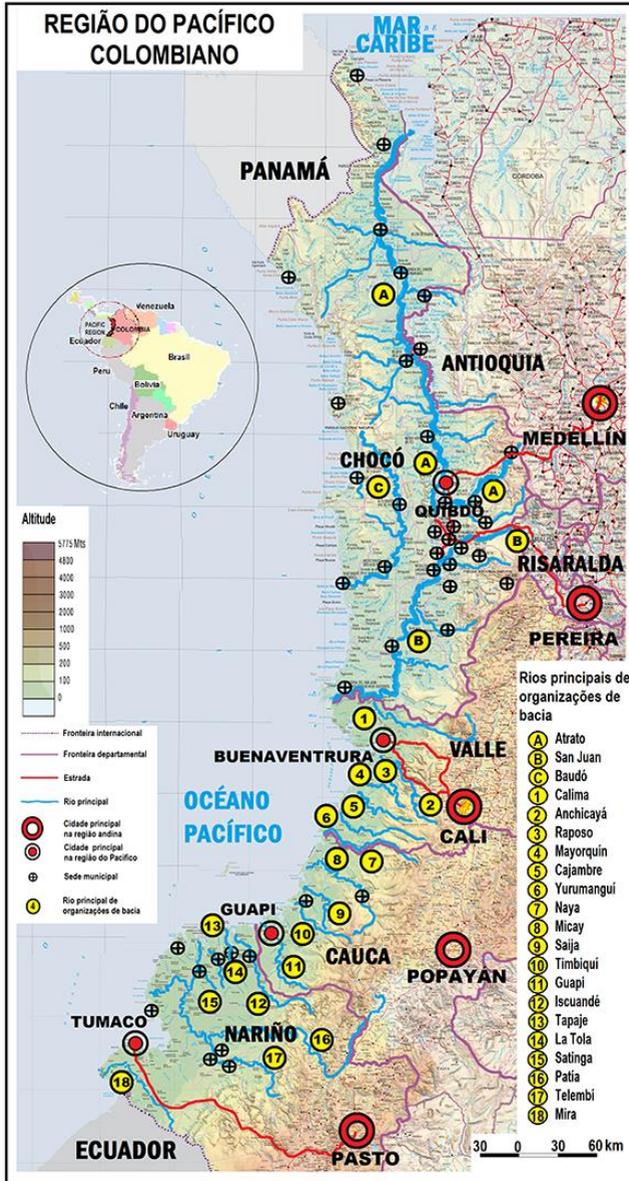
Mapa 2. Região do Pacífico no contexto colombiano

A REGIÃO DO PACÍFICO NO CONTEXTO COLOMBIANO



Fonte : Instituto Geográfico Agustín Codazzi
http://sigotn.igac.gov.co/sigotnframes_pagina.aspx

Mapa 3. Região do Pacífico Colombiano



Elaboração do autor baseado em

<http://www.igac.gov.co:10040/wps/portal/igac/raiz/iniciohome/MapasdeColombia/Mapas/Departamentales>

1. PRESENÇA E TERRITORIALIZAÇÃO AFRODESCENDENTE.

Esta tese trata da população afro-colombiana rural e seus territórios na região do Pacífico colombiano. De acordo com o último censo nacional de 2005, a população rural do Pacífico colombiano é de 439.970 habitantes, dos quais cerca de 10% é de população indígena. A população afro-colombiana rural da região era, há onze anos, de cerca de 400.000 habitantes.

A REGIÃO DO PACÍFICO

As terras baixas do Pacífico colombiano, região de selva superúmida, também conhecida no meio acadêmico como Chocó biogeográfico, inclui tanto a planície selvática perto do litoral do Pacífico da Colômbia como a província de Darién, no Panamá ao norte e ao sul a província Esmeraldas, no Equador. É uma das maiores áreas contínuas de população de ascendência africana nas Américas (WEST, 1957).

Esta tese se ocupará somente da região correspondente ao território colombiano, uma planície de selva úmida de em média 70.000 km², que vai de oeste para leste a partir da costa do Pacífico para o ramo ocidental dos Andes. É uma faixa de 1.500 km com largura variável de 30 a 250 km.

No contexto colombiano, a região do Pacífico é muito marginal se comparada ao centro econômico e demográfico do país localizado nas regiões andina e caribenha. Ela está administrativamente dividida em quatro departamentos (equivalentes a estados ou províncias em outros países). A parte norte corresponde ao departamento de Chocó, uma parte do departamento de Antioquia, e uma pequena área do departamento de Risaralda. A parte sul compreende a parte ocidental dos departamentos de Valle del Cauca, Cauca e Nariño. Estes três departamentos têm seus territórios orientais na região andina onde estão as capitais departamentais e onde a atividade econômica e institucional está concentrada.

Quibdó no Chocó, Buenaventura, no Valle, Guapi em Cauca e Tumaco em Nariño são as maiores cidades em cada departamento nas quais se concentram as atividades administrativas, comerciais e econômicas extrativas de mineração, madeira e pesca.

Mapa 3. Região do Pacífico. Departamentos e municípios



**MUNICIPALIDADES
ÁREA, POPULAÇÃO
NÚMERO DE ASENTAMENTOS**

CHOCÓ	Km ²	Population	Settlements
1 Quibdó	3337	104121	31
2 Acandí	1858	9091	8
3 Alto Baudó	2195	20552	34
4 Atrato	795	5295	15
5 Bagadó	979	8174	13
6 Bahía Solano	1150	8785	9
7 Bajo Cauca	4840	10819	24
8 Bojayá	3683	8790	16
9 Cantón de San Pablo	386	4413	10
10 Camargo de Darién	3700	4191	16
11 Ciénega	342	6787	6
12 Condoto	890	12404	15
13 Carmen de Atrato	1017	7076	7
14 Litoral del San Juan	3755	7178	38
15 Istmina	2480	23359	20
16 Juradó	392	2782	9
17 Lloró	995	3072	13
18 Medio Atrato	562	9058	11
19 Medio Baudó	4849	8358	17
20 Medio San Juan	620	16247	20
21 Nuvia	1164	570	14
22 Nuquí	956	6285	9
23 Rio Iró	550	5844	7
24 Rio Quilo	700	6080	12
25 Riosucio	5822	13831	31
26 San José del Palmar	706	3988	12
27 Sipi	196	2342	12
28 Tadó	875	15682	23
29 Unguía	1190	16446	14
30 Unión Panamericana	1690	5383	5
TOTAL	46330	388476	471
ANTIOQUIA			
1 Murindó	1349	3489	6
2 Vigía del Fuerte	1780	5230	11
TOTAL	3129	8729	17
RISARALDA			
1 Pueblo Rico (Corregimiento Santa Cecilia)	100	3000	1
VALLE			
1 Buenaventura	8078	324207	85
CAUCA			
1 Guapi	2688	23648	26
2 López de Micay	3101	12850	38
3 Tamboqui	1183	17689	26
TOTAL	6972	58668	88
NARIÑO			
1 Tumaco	760	161490	143
2 Barbacoas	3427	37506	35
3 El Charco	2095	28183	33
4 La Tola	459	8571	10
5 Magüí	2939	15821	26
6 Mosquera	1717	11873	10
7 Olaya Herrera	590	27225	10
8 Pizarro	2340	11183	15
9 Roberto Payán	1179	17288	33
10 Iscuandé	1300	8615	10
TOTAL	17254	277890	350
GRAN TOTAL	80865	763703	1312

source: http://siglohoti.gac.gov.co/siglohoti/IMAGEN/Político_nacional.asp
MAURICIO PARDO, 2016. MOVIMENTO SOCIAL NEGRO TERRITORIAL NA REGIÃO DO PACÍFICO

Buenaventura, Quibdó e Tumaco, as três maiores cidades da região do Pacífico, são cidades portuárias ligadas por estrada com o interior do

país. Buenaventura (290.400 habitantes), no departamento de Valle é o maior porto marítimo da Colômbia com intensa atividade internacional e está a duas horas e meia de estrada de Cali, a terceira maior cidade do país e capital do departamento do Valle. Quibdó (100.100 habitantes), a capital do departamento de Chocó está a 220 km de Medellín, a segunda maior cidade colombiana; a estrada construída em 1942 não foi pavimentada e a viagem dura de 10 a 14 horas. Quibdó está situada à margem do maior rio do Pacífico, o Atrato, que desemboca ao norte no Mar do Caribe, no Golfo de Urabá. Tumaco (população 85.900) ao sul, perto do Equador, da costa do departamento de Nariño, é um porto para pequenas embarcações desde 1964 ligado por uma estrada de 300 km a Pasto, capital de Nariño. Uma viagem que leva seis horas. Estas três cidades com população superior a 90% de Afros, têm os piores índices na Colômbia em relação a pobreza, violência, educação, saúde e habitação. Elas são assentamentos urbanos com uma maioria de pessoas em situação econômica e social precária, como é também a condição dos habitantes nas zonas rurais selváticas e costeiras.

Outros três povoados ultrapassam os 10.000 habitantes. Guapi, no departamento de Cauca (16.800 hab.), Istmina (18.100 hab.) e Tadó (10.300 hab.) no departamento de Chocó (DANE 2008). Até uns 30 anos atrás, a atividade institucional se limitava à presença, nos maiores povoados, de escolas, posto de saúde, igreja, algumas lojas, postos policiais em alguns povoados e as passagens regulares dos técnicos do extinto Serviço Erradicação da Malária, SEM.

Com exceção das cidades que surgiram à beira das quatro estradas que ligam ao interior do país, há muitas vilas que estão entre dez e duzentas casas, e entre 60 e 1200 pessoas, localizadas nas margens dos muitos rios nos 'firmes' ou secos pertos dos manguezais e porções interiores perto das bocas dos rios na costa marítima (West 1957, DANE 2008,). As aldeias não têm serviços públicos, as atividades comerciais são muito limitadas e as pessoas usam cotidianamente canoas como meio de transporte mesmo para trajetos curtos. Em 1994 registraram-se um total de 4.399 assentamentos rurais com 102.299 casas e 426.000 habitantes. Excluindo as 29 cabeceiras municipais, localizaram-se 2.398 agrupações com mais de três casas, das quais a metade tinha menos de 20 casas, um quarto tinha entre 20 e 40 casas, e haviam somente cinco comunidades com mais de 300 casas (MOSQUERA e APRIL-GNISET 1999, HOFFMANN 2004, 2002, BARBARY e HOFFMANN 2004).

A administração governamental é clientelista e corrupta; a contratação oficial e o acesso aos serviços sociais, passam pelo roubo dos

recursos estatais e pela compra de votos para a eleição de vereadores, prefeitos, deputados, parlamentares e governadores da região. A maioria dos parlamentares, prefeitos dos povoados maiores e os governadores do Chocó acabam na cadeia por corrupção. Um fenômeno que perdeu toda sanção social, e que converte a corrupção na carreira pública no modelo ideal para obter riquezas e prestígio na região. Esta situação agravou-se mais desde o final dos anos 90 devido às alianças dos políticos locais com paramilitares e quadrilhas criminosas.

No Pacífico colombiano distinguem-se duas sub-regiões maiores e algumas sub-regiões menores ao interior destas.

A sub-região norte

A sub-região, Pacífico norte, compreende maioritariamente o departamento do Chocó, com 46.530 km², integrado por 30 municípios, 10 dos quais foram criados nos últimos 20 anos.

Limita-se ao norte com a fronteira de 300 km com o Panamá. Na costa marítima, rios curtos correm de oriente a ocidente da serra do Baudó até a costa. A Serrania do Baudó que estende-se no sentido norte-sul paralelo a costa configura dois vales longitudinais no Chocó: a ocidente o do rio Baudó que corre de norte a sul e ao final de seu trajeto desvia-se ao ocidente e desemboca no Oceano Pacífico; mais ao oriente entre a Serrania do Baudó e a Cordillera Occidental dos Andes, está o vale do rio Atrato, o qual corre para o norte e desemboca no Caribe no golfo de Urabá.

Esta sub-região norte pode subdividir-se em sete áreas: alto, médio e baixo rio Atrato, costa norte e costa sul do Chocó, alto e baixo rio San Juan.

No alto rio Atrato localiza-se Quibdó, a capital do Chocó e principal centro urbano da sub-região; e existem também outros numerosos pequenos povoados que constituem uma área muito povoada, comunicada com a do alto San Juan.

O médio Atrato tem uma densa rede de rios secundários afluentes do Atrato com numerosos assentamentos de camponeses negros. O baixo Atrato é uma zona de terras baixas inundáveis e está conectado com a zona andina de Antioquia por rodovia nos povoados de Riosucio e Turbo.

O litoral marinho do Chocó sobre o Pacífico tem uma população escassa, os assentamentos são pequenas comunidades de poucos milhares de habitantes. Devido as vertentes da Serrania de Baudó, a costa norte do Chocó de uns 200 km entre o Cabo Corrientes e a fronteira do Panamá

apresenta alternadamente praias, litoral rochoso e uns poucos mangues nas bocas dos curtos rios que descem da serrania.

A costa sul do Chocó, bem pouco habitada, estende-se por uns 150 km entre o Cabo Corrientes, a boca do rio Baudó e a boca do rio San Juan. São terrenos costeiros baixos de mangues e pouco habitados.

O rio San Juan, nasce nos Andes e corre uns 200 km para o sul logo desvia-se ao ocidente por uns 50 km e desemboca no Pacífico num grande delta que marca a divisão natural entre a sub-região norte e a sub-região sul.

A área do alto San Juan junto com a do alto Atrato é a área aurífera, o espaço mais habitado do Chocó, com numerosos povoados desde os tempos coloniais. É ainda a área de maior atividade econômica do Chocó, dinamizada pelas estradas que conectam os povoados de Quibdó, Istmina e Tadó com as cidades de Medellín e Pereira na região andina. Quibdó e Istmina são portos fluviais sobre o Atrato e o San Juan respectivamente. Há aeroportos em Quibdó e na costa em Nuquí e Bahía Solano.

O médio San Juan tem numerosos pequenos povoados de camponeses negros e o baixo San Juan é uma área principalmente habitada pelos indígenas wounán com pequenos povoados pelo rio e seus afluentes. É a única parte da região do Pacífico na qual a população indígena é dominante e maioritária no curso fluvial principal, enquanto que seus vizinhos negros encontram-se nos afluentes.

O rio Baudó é também uma zona com numerosos vilarejos. As zonas do baixo San Juan e do baixo Baudó relacionam-se comercialmente, especialmente por meio da rede de serrarias e embarcações de extração madeireira, com a cidade de Buenaventura ao sul no departamento do Valle.

Os indígenas do Chocó iniciaram no começo dos anos oitenta, solicitações de legalização de seus territórios e conseguiram a titulação de centenas de milhares de hectares, constituindo assim uma imensa faixa de resguardos indígenas contíguos entre os rios Baudó e Atrato, ao oriente do Atrato e no baixo San Juan.

A sub-região sul.

A sub-região do Pacífico sul está integrada pela porção ocidental dos departamentos de Valle do Cauca, Cauca e Nariño. Nesta área, uma dúzia de rios maiores, procedentes da cordilheira ocidental correm de oriente a ocidente pela planície selvática até o litoral atravessado por braços de mangue os quais constituem um intrincado sistema de canais

naturais que permitem o deslocamento de canoas e pequenas embarcações a motor.

O Pacífico do departamento do Valle do Cauca.

Ao sul das bocas do rio San Juan no departamento do Valle está a área onde os Andes estão mais próximos da costa, entre 20 e 40 km.

No departamento do Valle, a parte do Pacífico rural pertence a um só município: o de Buenaventura que tem o porto marítimo mais importante do país. É a maior cidade do Pacífico colombiano, com mais de 300.000 habitantes cuja maioria é negra e padece altos índices de pobreza. Construída no ponto da costa pacífica mais próximo da cordilheira dos Andes está somente a duas horas por rodovia de Cali, cidade industrial capital do departamento do Valle.

Da cordilheira até a costa correm oito rios principais para o mar sobre uma faixa de selva que é a mais estreita de toda a região do Pacífico colombiano e o número de localidades e o tamanho da população é muito menor que nos outros três departamentos. O rio Calima mais ao norte desemboca no rio San Juan e tem 10 vilas e 3.500 habitantes, no rio Yurumanguí existem 13 vilas com 3000 habitantes, no Cajambre 12 vilas com 1300 habitantes, no Anchicayá 7 vilas com 1000 habitantes, no Raposo 14 vilas com 2400 habitantes, no Mayorquín 7 vilas com 1300 habitantes e o rio Naya (território entre Valle e Cauca) com 64 localidades e 16.700 habitantes. Existem outras numerosas vilas nas imediações de Buenaventura. (VÉLEZ et al, 2009, p. 10).

Ao longo da estrada que une Cali a Buenaventura bordeando o rio Dagua, desde meados do século XX a maioria dos terrenos adjacentes passaram a proprietários privados e já não são dos povoadores negros que viveram ali anteriormente.

O Pacífico Caucano

No departamento do Cauca, a planície selvática alarga-se e os rios têm cursos mais longos que os situados mais ao norte no Valle. Os rios principais são Naya, Micay, Saija, Timbiquí e Guapi. Há uns quatro assentamentos de umas poucas centenas de indígenas eperara em alguns afluentes do rio Saija.

No Pacífico caucano, o acesso a transporte comercial é unicamente marítimo a partir de Buenaventura, a qual é o centro institucional e administrativo mais próximo apesar de estar no departamento do Valle.

O porto principal é o povoado de Guapi de 16.000 habitantes, o qual opera como centro sub-regional, tem aeroporto com voos de

passageiros diários a Cali e é a sede de escritórios de instituições governamentais e de colégios de ensino médio. O Pacífico caucano divide-se entre os municípios de Guapi, Timbiquí e López de Micay nas bacias dos rios do mesmo nome. A capital departamental do Cauca é Popayán situada na zona andina para a qual não há acesso por transporte terrestre nem voos diretos do Pacífico caucano.

O Pacífico Nariñense.

No Pacífico do departamento de Nariño a planície selvática amplia-se consideravelmente em direção ao ocidente e é atravessada de ocidente a oriente pelo rio Patía, o mais longo do Pacífico sul e o segundo mais longo do Pacífico colombiano depois do Atrato.

Na faixa do Pacífico em Nariño, apresentam-se muitas bacias fluviais e povoados. Está dividida em dez municípios: Tumaco, Francisco Pizarro (Salahonda), Mosquera, Olaya Herrera (Bocas de Satinga), La Tola, O Charco, Santa Bárbara (Iscuandé), Barbacoas, Roberto Payán e Magüí Payán

Os principais rios são de norte a sul Iscuandé, Tapaje, La Tola, Satinga, Patía, Telembí e Mira. Entre os rios Patía, Satinga, La Tola e Tapaje encontra-se uma imensa área de bosques inundáveis chamados guandales onde abundam árvores de madeiras comerciais de sajo (*Camnosperma Paramasis*) e cuângare ou tângare (*Dealianthera spp*) e o sande (*Brosium utile*) e que tem sido uma zona intensamente explorada pelas companhias madeireiras.

Na baía de Tumaco, a maior do Pacífico, está a cidade porto do mesmo nome a qual desde 1964 conecta-se por 300 km de rodovia com o interior andino e ali com a cidade de Pasto a capital departamental.

HISTÓRIA

A escravidão na Colômbia

Os espanhóis deram o nome de Nueva Granada ao território do que hoje é a Colômbia e a começos do século XVI os primeiros espanhóis que chegaram trouxeram escravos afrodescendentes que viviam na Espanha⁶. Eram os chamados escravos “ladinos” e foram empregados como soldados na conquista e no saque de ouro das tumbas indígenas (BORREGO 1995, NAVARRETE 2001).

Desde 1571, Cartagena teve autorização da Espanha para ser um porto de importação de escravos⁷ e de ali eram distribuídos por terra a toda parte norte da América do Sul (GUTIÉRREZ 1987).

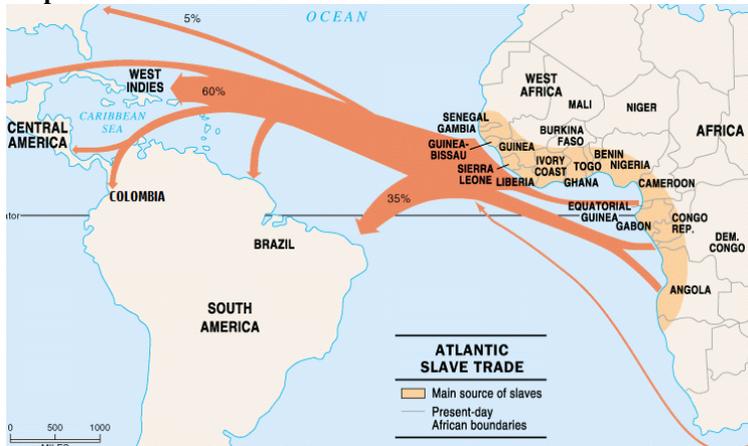
Os escravizados vieram de umas zonas específicas da África ocidental. Da Senegâmbia ao noroeste do golfo de Guiné nos atuais países de Senegal, Mali, Gâmbia, Guiné e Serra Leoa de onde procediam escravos islamizados: yoloff, fulas, mandingas, branes e zapes, a quem os espanhóis chamaram genericamente “mandingas”. Outra zona esteve ao longo do golfo de Guiné, de onde trouxeram escravos akán da Costa do Marfim e Gana, os quais foram conhecidos como “minas”; escravos ewefon de Togo e Benim, chamados “ararás”; yorubas do sudoeste da Nigéria conhecidos como “lucumies”, e ibos e ijaws da área entre Nigéria e Camarões a quem se denominou “carabalies”. E uma terceira área na África centro ocidental no Congo e Angola, de onde trouxeram a escravos bantús como bakongos e mbundus a quem chamaram “congos” (JARAMILLO URIBE 1962; PALACIOS 1973; DEL CASTILLO 1982, MAYA RESTREPO 1998).

Segundo Colmemares (1979), entraram uns poucos centos de escravos nas primeiras décadas do século XVI que eram africanos residentes na Espanha. Logo a meados do século importaram-se de La Española (Santo Domingo) uns poucos milhares originários da Senegâmbia. No começo do tráfico no final do século XVI e começo do XVII os escravos chegaram diretamente principalmente da Senegâmbia, uns 18.800 vindos da Senegâmbia e logo uns 23.400 de Angola.

⁶ No final do século XV as principais cidades do sul e do ocidente de Espanha, Sevilha, Cádiz, Málaga Valência, Barcelona tinham aproximadamente 10% de população escrava composta por mouros árabes e africanos sub-saarianos da alta Guiné ou Senegâmbia (ARMENTEROS MARTÍNEZ 2012, GONZÁLEZ ARÉVALO 2004, GUTIÉRREZ AZOPARDO s.f).

⁷ Os outros portos nas Américas espanholas foram Veracruz no México, Havana em Cuba, Portobelo no Panamá e Buenos Aires no Rio da Prata.

Mapa 4. Tráfico escravista transatlântico



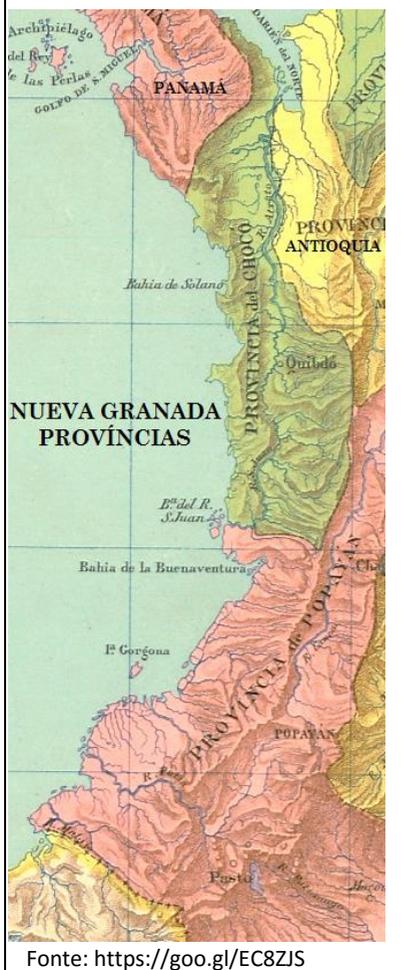
Fonte: <https://goo.gl/a7cg4Q>

Mapa 5. Áreas de origem dos escravizados na Nova Granada



Elaborado pelo autor baseado em <https://goo.gl/OFjGeR>

**Mapa 6. Províncias do Pacífico
1832 – 1855**



No resto do século XVII e no século XVIII 55% chegaram de Angola-Congo e 45% do golfo de Guiné, ainda que houve épocas a meados do século XVII e ao final do século XVIII nas que os procedentes do Golfo de Guiné foram maioria.

No século XVII foram trazidos aproximadamente 9.900 de Senegâmbia, 16.500 do golfo de Guiné e uns 40.000 africanos de Angola-Congo. Mas neste século outra quantidade apreciável, principalmente do Golfo de Guiné, akán e ewe-fon, foram introduzidos de contrabando a partir da Jamaica e Curaçao. No século XVIII praticamente cessou o tráfico vindo de Senegâmbia. Ao redor de 27.200 chegaram desde Angola-Congo e uma quantidade equivalente desde o golfo de Guiné, além dos que seguiram entrando de contrabando (Ibid.).

Destes africanos uma boa parte era exportada para a Venezuela, Equador e Perú. A maioria dos que permaneceram na Nueva Granada foram para as minas de ouro, no baixo Cauca em Antioquia no começo do século XVI e desde finais do XVII para as

minas do Pacífico. Outra quantidade importante foi para as fazendas de cana de açúcar e engenhos nos vales interandinos. Os restantes trabalharam como remeiros no rio Magdalena, a via de comunicação do Caribe com o interior do país, e em trabalhos domésticos nas cidades coloniais.

Em finais do século XVII os espanhóis iniciaram firmemente a mineração do ouro com o trabalho de equipes de africanos em três áreas

de rios auríferos, com uma população que chegou a ser de vinte e quatro mil africanos ou descendentes de africanos no último quarto do século XVIII (RESTREPO 1996: 37). O Pacífico colombiano foi o maior produtor mundial de ouro durante o final do século XVII e durante o século XVIII (MOO 1979a).

A meados do século XVIII o Pacífico produzia 90% do ouro da Nueva Granada ainda que para o fim do século as minas em Antioquia recuperaram-se e produziam um terço do total (Ibid.).

As três áreas de mineração

As explorações mineiras no Pacífico iniciaram-se ao redor de 1670 nas três áreas auríferas: o alto Chocó (província de Citará no alto rio Atrato e província de Nóvita no alto San Juan); a área ao sul do rio San Juan a província de Raposo (rios costeiros dos hoje departamentos do Valle e Cauca); e a área da província de Barbacoas (no rio Telembí e afluentes).

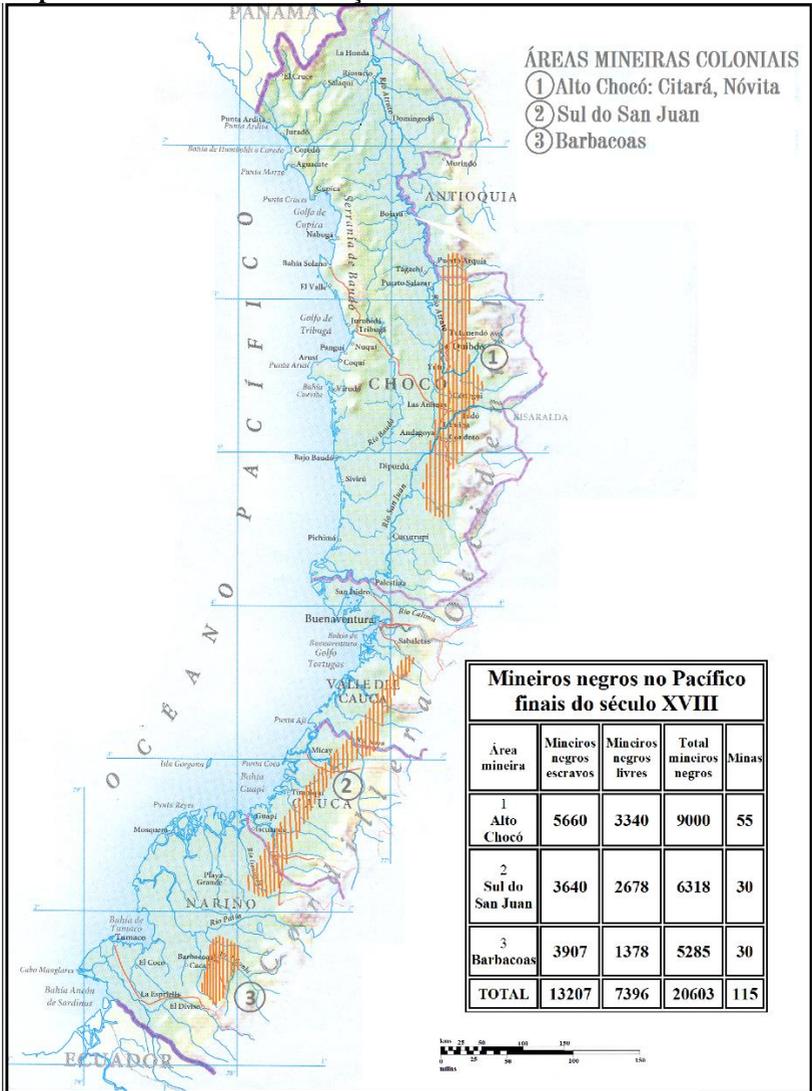
Segundo censos coloniais, no último quarto do século XVIII havia aproximadamente 20.000 afrodescendentes trabalhando nas minas dos quais um terço eram negros livres (RESTREPO 1996, HOFFMANN 2007). Havia entre 100 e 120 minas de ouro. Aproximadamente 35 minas na Província de Barbacoas, 30 na Província de Raposo, e no Alto Chocó havia 32 minas na província de Nóvita e 23 minas na Província de Citará (APRILE-GNISET 2004: 272). Nas minas havia-se configurado uma incipiente sociedade local, que reproduzia-se a si mesma a partir dos descendentes dos africanos originais (ROMERO 1998, ZULUAGA 1996).

O Alto Chocó.

A zona aurífera do Alto Chocó encontra-se na sub-região norte, que corresponde ao atual departamento do Chocó. Compreende as províncias coloniais de Nóvita, alto San Juan e a província de Citará no alto rio Atrato.

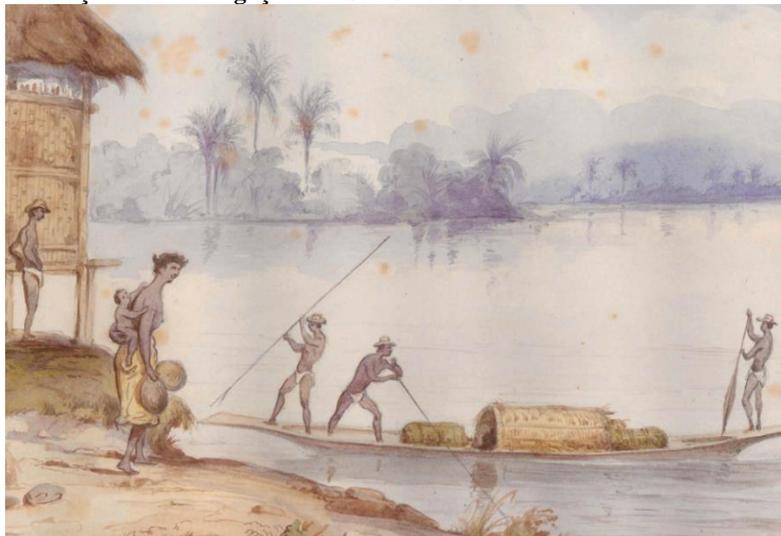
Em 1620 os missioneiros franciscanos lograram convencer os indígenas do Alto Chocó a cessar a resistência armada e assentar-se em povoados. Os espanhóis trouxeram equipes de escravos africanos e iniciaram explorações mineiras no alto Atrato em Quibdó e em 1636 no alto San Juan no povoado de Nóvita (ISACSSON 1975, WEST 1957). Em 1684 os Chocó se levantaram numa rebelião generalizada, queimaram os assentamentos mineiros espanhóis e fugiram para lugares afastados na selva.

Mapa 7. As três áreas de mineração



Mapa baseado em Leal (2008: 415). Tabela baseada em dados sintetizados por Restrepo (1996: 37) desde Sharp (1970: 34) e Guillén (1983).

Ilustração 1. 1. Navegação Rio San Juan Século XIX



Vista do rio San Juan. Província do Chocó (1854). Em FERNÁNDEZ et al 1986

Depois de vários anos os espanhóis conseguiram reconstruir os assentamentos mineiros e de 1690 em adiante no alto Atrato e no alto San Juan operaram de forma contínua explorações de ouro com o trabalho de africanos.

No alto Atrato, também chamado Citará, o centro administrativo era Quibdó e compreendia 23 assentamentos mineiros nas áreas de Cértogui, Andágueda, Neguá, Bebará, Murri e Riosucio (APRILE-GNISET 2004: 272). Em 1777 Quibdó tinha 325 casas, 100 delas dos indígenas embera, 7 de brancos e o resto de negros livres. (GONZÁLEZ 2003). O alto San Juan tinha seu centro administrativo em Nóvita e compreendia 32 minas nas áreas de Tadó, Brazos, Sipí, Juntas e nos rios Taguato e Cajón. (APRILE-GNISET 2004: 272)

No Alto Chocó na segunda metade do século XVIII, em 1778, havia 5.400 indígenas e estavam trabalhando nas minas 5700 negros no alto San Juan e 3300 no alto Atrato, um total de 9000 dos quais 3340 eram negros livres (RESTREPO 1996: 37).

Os rios ao sul de San Juan, província de Raposo.

Nesta sub-região sul uma série de expedições espanholas entre 1610 e 1630 capturaram várias centenas de indígenas e venderam-nos como escravos no vale do Cauca depois disso deixaram de aparecer nos documentos coloniais. Nos rios Guapi, Iscuandé, Tapaje e Saquianga estavam os índios Guapi, quem extinguiram-se no século XVIII após serem submetidos em encomendas⁸ (WEST 1958: 94).

Os espanhóis no final do século XVII estabeleceram a Província de Raposo e importaram escravos negros e indígenas de encomenda desde outras áreas para as jazidas de ouro na parte alta dos rios ao sul do San Juan (SHARP 1970). Havia 16 minas em Dagua, Calima, Raposo, Cajambre, Yurumanguí, Naya, e 14 minas mais para o sul nos rios Micay, Saija, Guají, Timbiquí, Napi, Guapi e Iscuandé (WEST 1957). Em 1797 a população negra trabalhando nas minas de ouro era de 6318, compostos por 2678 livres e 3640 escravos (RESTREPO 1996: 37).

Barbacoas

No rio Patía e no interior da selva existiam uma série de grupos indígenas guerreiros que atacavam continuamente os espanhóis. Estes indígenas foram chamados “Barbacoas” por suas casas elevadas e paliçadas. Para finais do século XVIII a maioria destes indígenas tinham sido mortos em combates, ou levados para encomenda para o vale do Cauca (HOFFMANN 2007: 55, WEST 1957).

Os espanhóis iniciaram a mineração em 1670 no centro da selva do Pacífico, do que hoje é o departamento de Nariño, na zona aurífera de Barbacoas, no rio Telembí e seus afluentes, a maior produtora de ouro da Nueva Granada e em 1684 na zona de Barbacoas havia vinte e oito minas nos rios Telembí, Maguí, Guelmambí e Tembí (WEST 1957: 101).

Na primeira parte do século XVIII, Barbacoas já era uma ativa pequena cidade colonial, a única na selva do Pacífico.

Os brancos donos das minas e suas famílias passavam ali parte do tempo, e parte em Popayán ou Quito. No final do século XVIII havia 30 minas na área de Barbacoas e 5 minas nas imediações de Tumaco. Havia oitenta famílias de brancos, as quais continuaram exercendo o poder econômico e político após a independência (PAREDES 2009: 53).

Em 1797, a área de Barbacoas tinha uma população de 5.285 negros, 1.378 deles livres e o resto escravizados (GUILLÉN 1983, citado por RESTREPO 1996, p. 37). Nesse mesmo ano reportavam-se 3.650

⁸ A ‘encomienda’ foi uma instituição colonial espanhol na América em que a Coroa concedia a um espanhol e aos seus herdeiros o poder de extrair tributo e trabalho a um grupo indígena e seus descendentes assentados em um território particular.

negros na área de Tumaco, 1928 livres e 1722 escravizados (HOFFMANN 2007, p. 55).

Ilustração 2. Mineiros em Barbacoas. Século XIX.



“Modo de lavar oro. Provincia de Barbacoas” (1854). Aquarela de J. M. Paz. Em FERNÁNDEZ et al. 1986.

O sistema mineiro, equipes e escravagistas.

Os censos de finais do século XVIII mostram 35 minas na Província de Barbacoas, 30 na Província de Raposo, 32 na de Nóvita e 23 minas na Província de Citará. Considerando as imprecisões da documentação colonial pode afirmar-se que ao final do período colonial havia no Pacífico entre 100 e 120 minas de ouro. Ou seja, entre 100 e 120 assentamentos de população negra escravizada e de uns poucos administradores brancos ou negros livres, para um total na região de aproximadamente 15.000 negros escravizados e uns 6.000 negros livres (APRIL-GNISSET 2004:275). O funcionamento das minas dependia de um sistema regional de operações econômicas no Ocidente da Nueva Granada o qual Colmenares denominou “o sistema fazenda-mina”. As minas pertenciam a membros das famílias da elite espanhola de Pasto, Popayán e Cali (COLMENARES 1987). A licença do governo colonial para operar uma mina exigia ter ao menos cinco escravos. As equipes de escravos oscilavam entre cinco e até quinhentos africanos. O dono da

mina devia ter abundantes bens que o permitissem custear o transporte dos materiais, construir as instalações e suprir os alimentos. Os custos eram altíssimos pois tudo devia transportar-se desde os centros povoados no interior da região andina. Geralmente os donos das minas possuíam também fazendas que proviam parte dos produtos que se consumiam nas minas. As do Chocó eram as mais afastadas e os custos do transporte eram muito altos. As minas dos rios ao sul do San Juan eram as de mais fácil acesso por causa da proximidade entre Cali e Buenaventura (WEST 1957).

A mina colonial era um conjunto de lugares de residência e trabalho, que compreendia a casa dos escravos, a casa dos brancos e administradores, os sítios de extração de terras auríferas, os lugares de processamento como poços e canais de mineração, e os cultivos de banana. Os espanhóis procuraram ter nas proximidades comunidades de índios para a produção de alimentos e a prestação de transporte com cargueiros e canoas. Progressivamente os escravagistas tiveram que dedicar uma parte dos escravos para a produção agrícola (APRILEGNISSET 2004:275)

As equipes eram grupos de trabalho sob as ordens de um capataz negro, escravo ou livre, que viviam e trabalhavam juntos num trajeto de rio no meio da selva. Dentro das severas condições da escravidão, as equipes foram constituindo-se como grupos sociais (ROMERO 1998, ZULUAGA 1996). Compostas por homens e mulheres, nasciam os filhos, e foram desenvolvendo umas práticas produtivas associadas à mineração já que alguns escravos eram destinados a trabalhos agrícolas (SHARP 1970, WEST 1972)

Muitos dos escravos trabalhavam nos tempos de descanso para economizar e poder comprar sua liberdade. Os censos de 1778 e 1797 citados acima, mostram que mais de um terço dos 24.000 negros do Pacífico eram livres, inclusive em algumas partes como Tumaco os negros livres eram maioria (HOFFMANN 2007, p. 55). Mas os negros que obtinham a liberdade frequentemente permaneciam próximos as suas equipes de origem, nas que estava o grupo de seus parentes, trabalhando por salário ou como mineiros independentes, e economizando para comprar a liberdade de seus familiares e formando vizinhanças de afrodescendentes.

Livres, rochelas e fugitivos

As autoridades coloniais não tinham um controle total do território. No alto Chocó havia um ativo movimento de mercadorias e pessoas entre

as duas zonas mineiras do alto Atrato e o alto San Juan. Em um ponto próximo entre as duas bacias construiu-se um trecho de uns quatro km “El Arrastradero de San Pablo” para arrastar as canoas e a carga de um lado ao outro. (JIMÉNEZ 2002, p. 129). Nesta área e na zona do Baudó e na costa Pacífica ao norte do Cabo Corrientes, havia assentamentos marginais, que na linguagem colonial denominavam-se “rochelas”, negros e índios fugidos ou livres moviam-se e viviam por fora do controle colonial. Em 1776 os habitantes dessas rochelas foram recenseados, fundaram-se os povoados de Baudó, Pepé e Pabasa e foram enviados para eles padres e párocos (Ibid, p. 133). Dois anos depois numerosos escravos fugiram do Alto Chocó para as selvas do Darién panamenho (WEST 1957, p. 103).

Fora das áreas mineiras, nos portos marinhos de Tumaco, Iscuandé, Buenaventura e Charambirá nas bocas do San Juan, haviam configurado-se outros grupos de população de negros e índios livres semelhantes aos de Raspadura, que trabalhava no transporte por terra ou por rio de mercadorias que chegavam de Lima, Guaiaquil ou Panamá para as minas. (HOFFMANN 2007).

Os palenques eram povoados fortificados de escravos fugidos e houve muitos na região do Caribe e nos vales quentes do centro da Nueva Granada. No Pacífico não houve tantos palenques como no resto do país. No Pacífico os escravos estavam repartidos ao longo dos rios em minas distantes umas das outras e estavam a cargo de um chefe de equipe que quase sempre era outro escravo e quase nunca tinham supervisão direta por parte dos escravagistas brancos enquanto os chefes de equipe entregassem o produto esperado de ouro. A fuga não era frequente e muitas vezes parentes livres dos escravizados ou vindos de outras partes assentavam-se junto às minas, consolidando assim essas sociedades locais de afrodescendentes e como se afirmou mais acima, em meados do século XVIII mais da metade dos afrodescendentes trabalhando nas minas do Pacífico eram negros livres ou mulatos livres (COLMENARES 1979, WEST 1952, 1957, SHARP 1976b).

Os documentos mencionam dois casos de palenques no Pacífico. Um na zona de Tadó, no alto rio San Juan no alto Chocó, mais que um palenque foi uma efêmera rebelião. Em novembro de 1727 uns 120 escravos rebelaram-se ao mando de um escravo de nome Barule que havia sido trazido da Jamaica. Mataram uns espanhóis e fortificaram-se na selva. As autoridades espanholas enviaram tropas que capturaram e executaram os líderes em fevereiro de 1728. (COLMENARES 1979 pp. 76-81, SHARP 1976b). No outro caso ocorreu todo o contrário, foi uma

zona de palenque não atacada pelo governo colonial e que perdurou através do tempo. Desde princípios do século XVIII no rio Patía, uma zona de refúgio de escravos fugidos da área de Barbacoas, chamada El Castigo, não foi dominada pelas autoridades coloniais. Tempos depois começou a ser visitada por sacerdotes e pouco a pouco foi convertendo-se em uma área de negros livres onde em 1749 existiam ao menos cinco povoados. (ZULUAGA 1993).

A Ocupação do Pacífico depois da Colônia

Toda a população negra do Pacífico descende dos africanos que foram trazidos para as minas de ouro durante o período colonial.

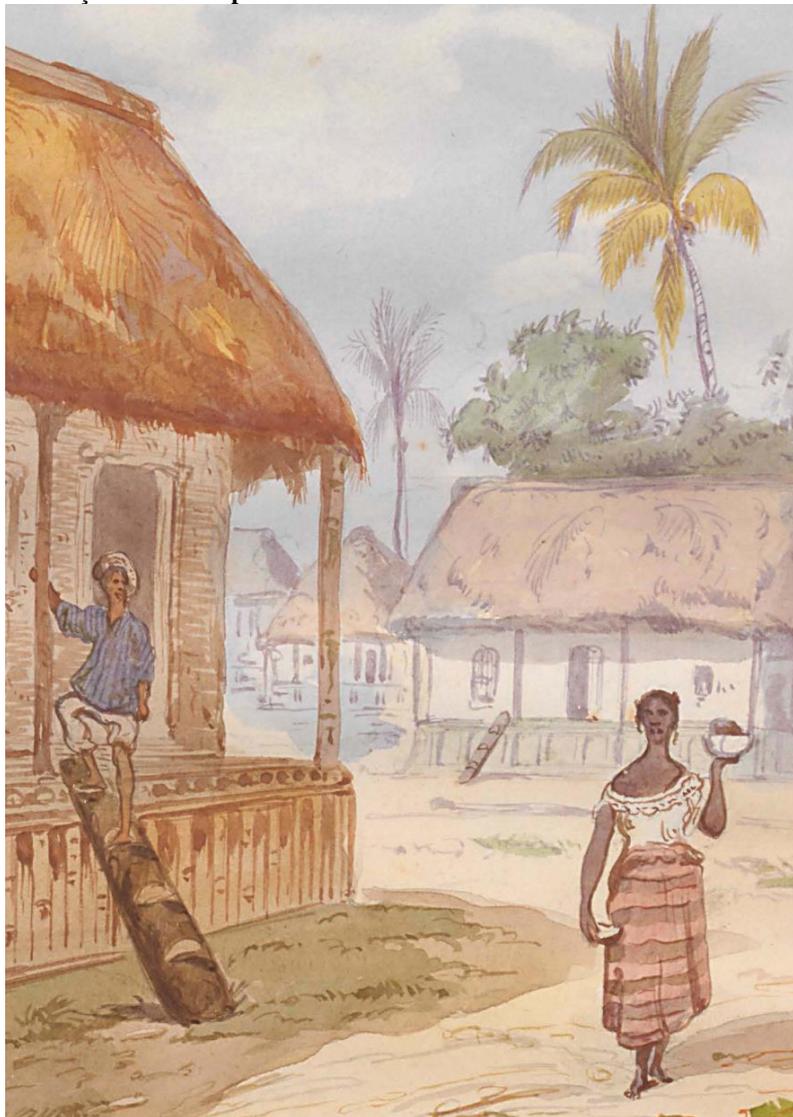
A maioria dos negros livres permaneciam nas zonas auríferas e inclusive alguns brancos mineiros escravagistas queixavam-se que alguns negros livres trabalhavam na mineração de maneira ilegal. O preço do ouro e os custos de manter as instalações mineiras, faziam que para os donos de minas fosse mais vantajoso comprar o ouro extraído por negros livres que extraí-lo com escravos e todos seus custos (COLMENARES 1987).

O triunfo dos exércitos independentistas em 1819 afundou a mineração do Chocó e dos rios costeiros em uma profunda crise, muitos negros escravos escaparam, outros compraram sua liberdade a baixos preços e inclusive vários negros livres compraram escravos. Na área do Chocó, a mais afastada do centro administrativo de Popayán, as minas passaram a mineiros locais, alguns deles negros livres (MOSQUERA 2002).

Por outro lado, na área de Barbacoas reconstituiu-se a mineração desde os anos 1830s. As mesmas famílias brancas continuaram com o negócio do ouro, cada vez mais com o trabalho de negros livres que ou o trabalhavam por salário ou o extraíam independentemente e o vendiam aos donos de minas (PAREDES 2009: 26, FRIEDEMANN 1974).

No momento da emancipação em 1851 permaneciam pouco mais de 10.000 escravos na região "...cuando se generalizó la emancipación que liberó 2.520 escravos en la provincia de Barbacoas, 2.949 em Cauca, 1.725 em Chocó, 2.160 em Popayán e 1.132 em Buenaventura" (JARAMILLO URIBE 1969: 67). O crescimento demográfico havia diminuído o rendimento per capita nas minas de ouro e nesse momento quando se decretou a liberdade dos escravos na Colômbia, muitos negros permaneceram nas áreas mineiras, mas outros muitos mudaram-se para áreas que não tinham jazidas auríferas.

Ilustração 2. Calle Sipí



Aquarela de J. M. Paz 1854. Em FERNÁNDEZ et al. 1986.

A conjunção da abolição em 1851, com a onda comercial da segunda metade do século XIX e com o crescimento demográfico

motivou um dos movimentos populacionais mais importantes na história da Colômbia: a colonização pelos afrodescendentes de todos os principais rios e costa da região do Pacífico colombiano e inclusive até as províncias próximas do Darién no Panamá ao norte e de Esmeraldas no sul no Equador. Robert West em seu livro *The Pacific Lowlands of Colombia*, baseado em trabalho de arquivo em Sevilha, Bogotá, Popayán e Quito, reconstruiu os movimentos da população negra do Pacífico através da Colônia e da República (WEST 1957).

A colonização do Pacífico não teve uma origem externa, foi sim um deslocamento intra-regional, uma expansão progressiva a partir das zonas mineiras. "...o que ocorreu foi a reconversão de mineiros em agricultores" (APRILE-GNISSET 2004: 280). Desde o alto Atrato houve migrações para a área urbana de Quibdó, para o curso principal e para os afluentes do médio e do baixo Atrato, para o rio Baudó, para a costa chocona e para os rios que ali desembocam e para a província do Darién no Panamá. Desde o alto San Juan alguns grupos deslocaram-se para as cidades de Istmina e Tadó, para o Baudó e ao médio San Juan e seus afluentes.

Ao terminar o regime colonial, os negros ocuparam os lugares dos povoados indígenas e os indígenas embera do alto Atrato formaram um povoamento disperso em direção aos cursos altos dos afluentes orientais e ocidentais do Atrato, do rio Baudó, dos rios da costa norte do Chocó e para a província de Darién no Panamá. Configurou-se assim uma grande zona de territórios embera no centro do Chocó. No sul do Chocó os indígenas do alto San Juan abandonaram os povoados e dispersaram-se pelos afluentes próximos. Os indígenas wounán da comunidade Noanamá voltaram a ocupar o curso do médio e do baixo San Juan. Nestas áreas, indígenas e negros desenvolveram relações interétnicas de convivência e intercâmbios simbólicos.

Desde os pontos mineiros dos rios do Valle e do Cauca, houve movimentos de população negra para a cidade de Buenaventura e rio acima e rio abaixo para o resto dos cursos dos rios e a costa. Mais ao sul desde a zona de Barbacoas partiram grupos de migrantes para a cidade de Tumaco e para os numerosos rios, costa e mangues do Pacífico nariñense e para a província de Esmeraldas no Equador.

No começo do último quarto do século XIX, já havia acontecido a ocupação do Pacífico nas áreas que estão povoadas na atualidade em um povoamento muito disperso com uns sistemas sociais e econômicos de subsistência baseados nos produtos da selva, do rio e do mar, combinados com uma incipiente, mas persistente comercialização de produtos

agrícolas de consumo local, canoas, banana, milho, porcos, galinhas, carne de caça. Desde as épocas iniciais da colônia, todos os grupos negros estavam parcialmente integrados a uma economia monetizada. .

A POPULAÇÃO RURAL CONTEMPORÂNEA

Sistemas de produção locais.

A população negra rural no Pacífico colombiano apresenta uma diversidade de situações dependendo da influência histórica e atual do mercado, do Estado e de outras instituições, do meio geográfico e das circunstâncias particulares da cada localidade.

A selva do Pacífico colombiano em alguns pontos registra os índices mais altos de pluviosidade do mundo. Como nas outras selvas situadas em planícies superúmidas o assentamento humano ocorre ao longo dos rios ou na costa. Só uma mínima parte do território é aproveitável para as parcelas hortícolas. Poucos cultivos novos puderam ser introduzidos na economia doméstica desde os tempos coloniais. Os procedimentos agrícolas são surpreendentemente uniformes em toda a região e são variações dos que praticavam os indígenas antes da invasão espanhola.

A vida social e econômica depende da proximidade dos rios e costa que constituem as vias de comunicação para o deslocamento em canoas. Toda moradia está situada à orla de um rio e as canoas chegam a poucos metros da casa. A possível localização de uma moradia na região do Pacífico colombiano depende de que se possa chegar em uma canoa ou não. Imensos territórios nos que as vias de água são muito pequenas para a circulação de canoas permanecem desabitados.

As áreas férteis onde a horticultura é levada a cabo em pequenas parcelas, são os terraços aluviais que margeiam os rios onde se depositam solos orgânicos. As áreas interiores mais distantes dos rios ou “centros” são solos muito pobres que não podem ser cultivados. As parcelas podem ser localizadas em lugares mais afastados, mas não mais longínquas que meia hora de caminho a pé até algum lugar à orla de um rio aonde possam chegar as canoas. Na maioria das selvas tropicais do mundo os sistemas hortícolas indígenas baseiam-se nas técnicas de cultivos itinerantes de corte e queima (slash and burn shifting cultivation), mas devido à altíssima pluviosidade no Pacífico colombiano tanto negros como índios praticam uma horticultura de

derrubada e decomposição (slash and mulch) na que a vegetação silvestre derruba-se sobre as sementes ou mudas de talos para fertilizá-los.

Ilustração 3. Nóvita 1854.



Aquarela de J.M. Paz. (em FERNÁNDEZ et al 1986)

Ilustração 4. Nóvita, 1854.



Aquarela de J.M. Paz (em FERNÁNDEZ et al 1986)

Este é um sistema agrícola que os afros aprenderam dos indígenas. Os cultivos para o consumo são pequenas parcelas monocultivadas sejam de banana, de milho, de cana, de arroz ou de taro. Em uma parcela nova a sementeira é feita na selva antes de derrubar a vegetação. Dependendo do cultivo escolhido, o milho joga-se na terra, o arroz semeia-se em buracos e as mudas de banana de taro ou de cana semeiam-se no solo da selva. Depois cortam-se as plantas mais baixas com facões e finalmente derrubam-se as árvores. Deixa-se decompor a vegetação em cima das sementes ou mudas, as quais germinam e crescem no meio da matéria orgânica derrubada.

As parcelas são cultivadas durante um tempo e depois se deixam descansar para que voltem a cobrir-se de vegetação e só após vários anos podem ser reutilizadas. O milho é colhido aos quatro meses e depois o

terreno deixa-se descansar. As parcelas de banana deixam-se descansar depois de produzirem por três ou quatro anos. A cana de açúcar que é colhida esporadicamente pode produzir durante vários anos.

Cada família tem duas ou três parcelas de banana em produção. Até umas décadas atrás todas as famílias cultivavam banana, milho, cana de açúcar e diferentes árvores frutais. Na atualidade em muitas áreas abandonou-se o cultivo de milho e em outras várias se adotou o arroz. Em começos do século XX em algumas áreas empresários tentaram estabelecer cultivos comerciais de coco ou de cacau. Estas tentativas fracassaram devido a diversas pragas que atacam os cultivos extensos, mas em muitas áreas as famílias negras mantiveram pequenas parcelas desses cultivos e os comercializam.

As diferentes empresas capitalistas que têm operado na região são de caráter extrativo e têm executado suas atividades mediante concessões, licenças ou permissões temporárias sobre alguns territórios os quais abandonam uma vez esgota-se o produto extraído. Os povoadores rurais têm podido conservar a terra, geração pós geração, devido a circunstâncias históricas, econômicas, legais e ambientais a grande maioria da terra não está privatizada nem mercantilizada. Com exceção das áreas vizinhas às estradas ou aos núcleos urbanos no resto do Pacífico não existem atividades agrícolas capitalistas rentáveis devido à carência de vias de comunicação terrestres. Em consequência a população rural pôde manter a posse de suas parcelas familiares as quais têm transações muito limitadas de arrendamento ou compra de melhoras entre vizinhos e parentes. As leis de baldios⁹ do século XIX e a lei de Reservas Florestais de 1959 proibiram a propriedade de grandes extensões e reconheceram a posse e a possibilidade de titular individualmente terrenos à população tradicionalmente assentada. No entanto é um procedimento legal desconhecido para a maioria dos povoadores e poucas pessoas titularam suas terras

Desde a colônia, os povoadores além de sua agricultura de subsistência estão imersos numa economia de intercâmbios mercantis limitados na que vendem alguns produtos e compram certas mercadorias necessárias tais como têxteis, sal, azeite, utensílios, ferramentas, etc.

Dependendo das possibilidades de transporte, de comercialização, de cercania de povoados ou cidades ou dos recursos naturais locais, as famílias tratam de obter rendimentos monetários com a venda de algum

⁹ As terras da nação sem destinação específica denominam-se na lei colombiana “baldíos” ou “terras baldías”.

produto seja aumentando a produção da horticultura, extraindo produtos silvestres, ou vinculando-se a trabalho assalariado. Muitas famílias criam porcos e aves de curral para a venda. Nas proximidades das cidades ou centros povoados a venda de banana ou o trabalho assalariado são sempre atividades disponíveis para obter ganhos em dinheiro.

Desafortunadamente, algumas das atividades dos habitantes afros mais generalizadas para a obtenção de rendimentos como a extração de madeira ou de ouro para os empresários extrativistas são altamente destrutivas para o meio ambiente.

Em alguns povoados do rio Atrato ou em vilarejos da costa há setores dedicados a pesca artesanal. Na população assentada perto dos mangues há grupos de mulheres dedicadas à extração e comercialização de moluscos e na área de Tumaco há povoadores que processam madeira do mangue para vender como lenha ou carvão.

Organização Social

A organização social da população rural do Pacífico colombiano é resultado das transformações dos grupos de escravos africanos que foram levados às áreas mineiras. No início da colônia geraram-se duas situações. Por um lado, a organização de equipes de escravos nas minas e por outro lado a dos assentamentos de negros livres. Após a independência em 1819 e da abolição em 1852, uma parte da população afrodescendente permaneceu nas áreas mineiras e outra parte foi-se dispersando por todos os principais rios e costa da região que estavam desabitados, adotando e adaptando o modelo de horticultura indígena (WEST 1957).

Os grupos de camponeses negros exercem uma posse comunitária dos terrenos por meio de grupos locais de parentes aos que uma pessoa pode pertencer ou por parte do pai, ou da mãe ou de ambos. O direito de uma pessoa de um desses grupos de parentes a dispor de terrenos para cultivar e trabalhar se dá por meio da residência e o pode perder por ausência prolongada. Uma parentela pode ter muitos membros potenciais, mas uma pessoa ou uma família só podem ser estabelecidos em terrenos onde esteja habitando um parente de próximo grau de consanguinidade ou afinidade.

Nas áreas mineiras a delimitação dos terrenos para a mineração e a horticultura e sua distribuição entre às famílias, bem como o reconhecimento de pertença a grupos parentais de acordo com a descendência de ancestrais fundadores ocorre de maneira mais regulamentada e rigorosa que nas zonas não mineiras onde a atribuição

de terrenos e o pertence a parentelas é bem mais flexível e sujeita a variação de acordo a circunstâncias geográficas, demográficas ou socioeconômicas.

Os eventos acontecidos na região, principalmente as diferentes ondas econômicas, de comercialização ou extração de certos produtos, bem como a ação de instituições como a Igreja Católica e o Estado têm gerado entre os camponeses negros situações com diferentes graus de mercantilização e de inscrição em redes de relações econômicas, políticas e institucionais.

As relações igualitárias dos assentamentos dispersos começam a mudar quando os povoadores se agrupam nos primeiros núcleos povoados de poucas casas, e depois esses núcleos vão crescendo e alguns deles se convertem em povoados grandes e outros poucos chegam a ser inclusive municípios. Dentro desses vilarejos e povoados, em um começo através de relações e atividades econômicas e políticas alguns indivíduos e famílias vão-se diferenciando por sua maior participação em atividades monetárias e depois em certos povoados as famílias e as pessoas de um setor de parentes consolidam-se como comerciantes e intermediários com os poderes políticos e institucionais.

Tipo de assentamento

A arquiteta Gilma Mosquera e o arquiteto Jacques April-Gnisset desenvolveram durante vários anos exaustivas investigações sobre a moradia e o assentamento nas áreas rurais do Pacífico colombiano

O tipo de assentamento apresenta um espectro que oscila entre uma moradia isolada e um conjunto complexo de moradias nucleadas e construções comerciais e institucionais. Podem variar desde um vilarejo de umas poucas casas até povoados ou pequenas cidades de vários milhares de habitantes. O assentamento é parte de uma dinâmica de um processo de povoamento e de evolução da distribuição e localização das moradias nas áreas de assentamento, e da estrutura das unidades residenciais.

É um ciclo não generalizado onde uns poucos assentamentos crescem de acordo com a sua localização regional e daí em diante começam a transferir população de jovens que vão-se escolarizando e emigram aos centros regionais ou às cidades do interior e só uns muito poucos assentamentos que estiveram em melhor localização geográfica e comercial cresceram até constituir-se pólos de bacia ou epicentros regionais. O crescimento não é simplesmente demográfico ou de integração à rede administrativa nacional também implica a progressiva

mercantilização da vida dos habitantes do Pacífico e a modernização de seus hábitos de vida. Mudança de comunidade doméstica a comunidade camponesa, de tradição a modernidade, processo que intensificou-se a partir de 1980s.

Ilustração 5. A canoa é o principal meio de transporte



(foto de Luis Alfonso Orozco)

Mosquera e Aprile-Gnisset consultaram os arquivos do Serviço de Erradicação da Malária, SEM, entidade que teve até meados dos anos 1990 servidores públicos percorrendo uma por uma as moradias da região do Pacífico. Em 1994 registraram 4.399 localidades rurais com 102.299 moradias e 426.000 habitantes. Excluindo as 29 cabeceiras municipais, localizaram 2.398 agrupamentos com mais de três moradias, das quais a metade tinha menos de 20 casas, a quarta parte tinha entre 20 e 40 casas e apareciam só cinco povoados com mais de 300 moradias.

A colonização é um processo vigente e atual.

Siguen brotando asentamientos tipo calle larga y aldeas de cocales y platanares. En todos estos lugares el reciclaje de tierras opera por expropiación de facto de los propietarios ausentes [...] El dominio legal del ámbito natural vital se origina en el trabajo de desmonte selvático, en zonas que –según el Estado- son propiedades

nacionales o con antiguos títulos obsoletos o vencidos [...] En este proceso -con múltiples variantes- radicó generalmente la génesis de un modelo típico y predilecto de asentamiento que se esparciría en todos los ríos, quebradas y playas: La aldea parental de talud alto con casas en hilera (APRILE-GNISSET 2004, p. 281-282)

Em toda a região surgiram milhares de vilarejos endógenos:

la peculiar aldea lineal-parental, que iba a imprimir de manera durable su propia personalidad espacial en las sociedades fluviales y costeras del Pacífico”, “ámbito residencial de una sociedad de comunidad doméstica, al mismo tiempo, pueblo, sitio y familia (Ibid, p. 282).

A sociedade de comunidade doméstica corresponde a uma forma de agrupamento espacial da comunidade aldeã. O colono recém-chegado abre várias parcelas de banana e milho no barranco à orla do rio. Constrói um refúgio rudimentar para alojar-se durante as jornadas de abertura e sementeira das parcelas (MOSQUERA 2004:295). Após nove meses já os plátanos estão produzindo e constrói uma casa para residência permanente. Sementeira frutas, plantas de condimentos e medicinais nas proximidades da casa. Após algum tempo, meses ou anos, alguns parentes estabelecem-se em outros trechos do rio seguindo um processo similar. Constroem as casas a distância suficiente para poder abrir com amplitude novas parcelas sem incomodar as outras casas. O primeiro casal é reconhecido como “fundador” dessa comunidade, o qual é frequentemente reconhecido pelo sobrenome dos fundadores “el sitio de los Potes en el río Anchicayá; Playita de los Cuesta en Bahía Solano”. Duas ou três décadas depois os filhos destes primeiros casais começam a construir novas casas. (APRILE-GNISSET 2004, p. 281)

Verifica-se o anterior nos muito difundidos sobrenomes-topônimos (la isla Mena, el estero de Candelo). Outros usam um plural que legaliza por tradição oral, mais que uma propriedade individual, a apropriação de grupo de parentes. “La vuelta de los Potes, los Perea, la playa de los Murillo, el puerto de los Palácios” (MOSQUERA 2004, p. 296).

Desta maneira configura-se o tipo de assentamento básico mais simples e o que têm atravessado todas as áreas povoadas da região do Pacífico. Mosquera e Aprile-Gnisset chamam-no “comunidade rural de habitat disperso”. Mosquera afirma que o número de casas neste assentamento básico oscila entre umas poucas casas até quarenta.

Ilustração 6. Estágio de povoado da rua única na orla do rio

(foto de Luis Alfonso Orozco)

O seguinte tipo de assentamento é o de “núcleo de vereda”. Os habitantes das comunidades dispersos podem decidir “fazer povo”, geralmente em um dos lugares residenciais dos fundadores se constroem casas das famílias que vivem dispersas pelo rio ou costa. Em um traçado de rua única à orla do rio ou da costa, localizam-se entre 10 e 20 casas de parentes. Constroem-se ademais os primeiros espaços institucionais: uma casa como escola e outra como centro comunitário. Alguns cultivos e currais de animais permanecem ainda muito próximos às casas. Os povoadores solicitam ao município ou ao departamento a nomeação de uma professora e uma agente de saúde. (MOSQUERA 2004: 296).

As “aldeias menores” configuram-se quando o agrupamento cresce em número de moradias e se converte em um pequeno centro administrativo e comercial. Segundo Mosquera e Aprile-Gnisset, estas aldeias menores marcam a especialização do assentamento nucleado e sua separação dos espaços produtivos hortícolas. O número de moradias varia entre 30 e 50 e as aldeias contam com inspeção de polícia, posto de saúde, uma escola primária, uma casa comunitária. Configura-se uma rua com casas a lado e lado, e configuram-se “comunidades de linhagem”

Uns residentes especializam-se na atividade comercial, possuem e administram uma ou duas lojas e outros poucos são servidores públicos nos cargos de professores, agentes de saúde, inspetores de polícia. Uma seção sobre o rio dedica-se a carga e descarga de materiais e víveres que são comercializados nas lojas. A aldeia funciona também como centro de armazenamento e coleta de produtos que vendem e compram os habitantes das vizinhanças próximas. (Ibid, p. 297)

As “aldeias maiores” têm entre 70 e 200 casas e entre 200 e 1.500 habitantes. As novas casas vão construindo-se em uma segunda rua paralela à já existente. Instalam-se outros estabelecimentos comerciais. A escola aumenta em número de salas e na qualidade dos materiais. Outras instituições governamentais fazem presença através de programas e alguns instalam técnicos ou promotores permanentes no povoado.

Quando uma destas “aldeias maiores” se constitui em um centro administrativo e econômico de uma área que compreende outras aldeias maiores, aldeias menores e “núcleos de vereda”, Mosquera e Aprile-Gnisset a catalogam como “cabeceira rural” (MOSQUERA 2004: 299). Tem ao menos a categoria administrativa governamental de corregimento, seu centro de saúde tem uma maior categoria, conta com enfermeira permanente e visitas regulares de médicos. As “cabeceiras rurais” apresentam maior complexidade no traçado do povoado. Começa a configurar-se o plano reticular com ruas transversais e as primeiras quadras. Instalam-se mais locais comerciais. A escola cresce em número de salões de classe, alunos e professores. Conforma-se um centro urbano institucional e comercial. Ainda que se conservam comunidades de parentes, começa a aparecer diferenciação econômica por comunidades. São povoados que têm entre 150 e 400 casas, com populações dentre 1.000 e 3.000 habitantes.

Estes centros povoados constituem-se em “pólos de bacia ou comarca” quando são claramente o centro institucional e econômico de um rio ou bacia, ou de uma área costeira ou de um área distintiva próxima a uma estrada. Sua área de influência compreende uma zona com vários corregimentos e vilarejos. Podem ter uma população de até 11.000 habitantes. Com a exceção de Porto Merizalde, têm categoria de municípios o qual os dota com escritórios de diversas instituições: prefeitura, tribunal, cartório, hospital, várias escolas, colégios de ensino médio, hospital, empresa de telecomunicações, e outras entidades dos governos departamental ou nacional.

Ilustração 7. Um povoado da região



(foto de Luis Alfonso Orozco)

O ordenamento do assentamento faz-se mais complexo com parque central, campos esportivos, cemitério. Não todos os povoados cabeceiras de município atingem a categoria de “pólo de bacia ou comarca” devido à falta de dotação ou de atividade institucional ou econômica.

Mosquera e Aprile-Gnisset (1997) localizaram os seguintes pólos de bacia:

Tabela 1. Pólos de bacia ou comarca

POPULAÇÃO SEGUNDO CENSO NACIONAL DE 2005			
Pólos de bacia e comarca	Total habitantes	Cabeceira nucleada	Restante rural
Barbacoas	30270	11602	18668
Bocas de Satinga (Olaya Herrera)	27359	3582	23777
Condoto	13098	9093	4005
El Charco	25733	6768	18965
Guapi	28663	16273	12390
La Tola	8408	5656	2752

Istmina	23639	18320	5319
López de Micay	19326	4317	15009
Lloró	10248	2742	7506
Nuquí	7625	3157	4468
Pie de Pató (alto Baudó)	28961	6222	22739
Pizarro (Bajo Baudó)	16375	2623	13752
Puerto Merizalde (Naya)	16782	2600	14182
Puerto Mutis (Bahía Solano)	9094	4230	4864
Riosucio	14323	7121	7202
Iscuandé	15332	2734	12598
Tadó	18041	11246	6795
Timbiquí	20885	3505	17380
Vigía del Fuerte	5487	2122	3365

(DANE 2005)

Finalmente, há os epicentros regionais de Buenaventura, Quibdó e Tumaco

Tabela 2. As três cidades-porto

Cidades	Total habitantes	Cabeceira nucleada	Restante rural
Buenaventura	328794	292947	35847
Quibdó	112886	101134	11752
Tumaco	160034	84668	75366

(DANE 2005)

Organização social em áreas de mineração

Em 1884 o governo expediu o primeiro código mineiro e praticamente todos os rios do Pacífico foram adjudicados por meio de títulos mineiros a particulares, a maioria deles não residentes (LEAL 2008, 2009). Muitas das minas tinham sido abandonadas pelos donos após a independência e nestes lugares e em outros já trabalhavam negros livres. Alguns dos povoadores locais, camponeses negros analfabetos e desconhecedores dos trâmites burocráticos, solicitaram e obtiveram títulos mineiros devido à assessoria por parte dos comerciantes que lhes compravam o ouro, negócio que perderiam se se titulassem as áreas mineiras a empresários ou aos muitos especuladores que se dedicaram a

acumular títulos com a esperança de os vender a companhias estrangeiras (LEAL 2008, 2009).

Mas legalmente os títulos mineiros só correspondem ao subsolo o que não é totalmente claro e os povoadores geralmente consideram que têm títulos sobre seus terrenos. São títulos coletivos em nome dos indivíduos que aparecem como os ancestrais fundadores da mina.

Friedemann (1974) apresenta uma análise detalhada da organização social na zona de Barbacoas de um assentamento de mineiros que eram a quarta geração de descendentes de três irmãos que obtiveram um título em 1899 quando os solicitantes levavam já vinte e cinco anos trabalhando com mineração no lugar. O assentamento tinha 10 km² e compreendia 25 casas e 130 habitantes. Se subdividiam em três grupos de descendência correspondentes aos três ancestrais fundadores, cada grupo possuía um terreno para mineração coletiva e cada casa um terreno para a mineração familiar e outros terrenos para a horticultura.

Friedemann realizou esta investigação sobre a organização dos mineiros negros da área de Barbacoas no rio Guelmambí com trabalho de campo entre os anos de 1968 e 1971 (Friedemann 1968, p. 55; 1974, p. 14). Com os depoimentos dos povoadores descreveu as formas de parentesco, o uso de terrenos, a organização de grupos de trabalho tal como eram praticados até um tempo recente. A organização descrita por Friedemann é um modelo ideal de como funcionou a sociedade negra mineira entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. Um modelo que a autora indica que estava-se transformando rapidamente ante a crescente emigração para os centros urbanos por causa do crescimento demográfico interno e o limite dos terrenos disponíveis, o desenvolvimento das vias de comunicação com os portos e com as cidades do interior e o crescimento das atividades comercial e institucional.

De acordo com esse modelo reconstruído por Friedemann, nas áreas auríferas desde os tempos coloniais todas as pessoas têm acesso aos terrenos e ao trabalho dentro de grupos de parentes graças a sua pertença, seja por via paterna ou materna, a grupos que traçam sua descendência a um ancestral fundador do assentamento mineiro. Uma pessoa pertence a vários destes grupos de descendência, mas só pode exercer seus direitos em um só deles ao mesmo tempo, no que tenha assentamento nas terras comuns e participação nos grupos de trabalho coletivo. Cada família residencial tem atribuído um terreno para o trabalho mineiro familiar e deve também trabalhar na mina da parentela. Os povoadores dedicam aproximadamente metade do labor mineiro a mina familiar e a outra

metade a mina comunitária. Friedemann (Ibid, p. 28) calculou que 75% do tempo total de trabalho era dedicado à mineração e 25% restante dedicado à horticultura. O trabalho mineiro depende da água da chuva para encher os tanques de lavagem de terra. Sendo assim nas épocas mais secas essa proporção muda e os mineiros chegam a dedicar mais da metade do tempo total de trabalho à horticultura.

Ilustração 8. Um povoado da região



(foto de Luis Alfonso Orozco)

Uma ou mais destas minas compõem uma mina maior que agrupa os descendentes de um ou mais ancestrais consanguíneos considerados os fundadores da mina. 'Mina' é uma categoria que se nomeia geralmente com o sobrenome dos ancestrais (Mina de los Hurtado, Mina de los Quiñones, etc.) que compreende tanto os territórios da parentela como os grupos parentais de descendentes (FRIEDEMANN 1974: 15).

Nas áreas mineiras com o dinheiro obtido com a extração de ouro, os habitantes compram parte de sua alimentação e algumas mercadorias (FRIEDEMANN 1974), no entanto o excedente monetário da mineração artesanal é extremamente baixo. Nenhum grupo conseguiria manter sua subsistência só do trabalho mineiro, o qual sempre tem que se complementar com a horticultura. Ante a escassez de terras e de dinheiro grande parte dos jovens emigra primeiro aos povoados maiores e depois

às cidades o que soluciona a escassez de terras para todos os membros mais jovens que permanecem na localidade.

A organização social nos assentamentos espalhados em outras áreas rurais.

Durante toda a época republicana as selvas do Pacífico foram terras do Estado. No século XIX estes territórios foram Baldios Nacionais e em 1959 a região inteira foi constituída como Reserva Florestal. Conforme a dita legislação, nas terras do Pacífico podiam ser titulados terrenos às famílias povoadoras tradicionais, mas não podiam ser adjudicadas terras em propriedade a particulares não residentes, ou a empresas, mas o governo podia expedir licenças temporárias para a exploração de recursos em certas áreas (LEAL 2008, 2009). A maioria dos habitantes locais não conheciam nem a legislação nem os procedimentos e não titularam suas parcelas. As terras não se converteram em propriedade privada e a população local desenvolveu normas vernáculas para sua posse, uso, cessão e herança.

Em ausência de uma posse individual privada da terra, redes de parentes desenvolveram um modo de posse territorial derivado das formas de organização que se davam antigamente nas áreas mineiras de onde provém historicamente a população camponesa negra. Há uma tendência de enfatizar o pertence a grupos de descendência que consideram os casais fundadores da localidade como seus ancestrais. Mas fora das áreas mineiras a relação entre a descendência de um ancestral fundador do assentamento ou o pertence a uma parentela que se reconhece dona de uma área geográfica específica não opera de maneira tão rigorosa na atribuição de terrenos para moradia ou cultivos como no caso descrito por Friedemann para os mineiros da área de Barbacoas (RESTREPO 1996: 184-187).

Nas áreas não mineiras os povoadores derivam sua subsistência e equipamento doméstico fundamentalmente dos produtos da horticultura, caça, pesca, coleta e extração. Para a aquisição de alguns elementos necessários de origem industrial (ferramentas, painéis, elementos de caça e pesca, tecidos) trasladam-se a algum centro povoado para vender produtos agrícolas como bananas, milho ou cacau, galinhas ou porcos, ou produtos da caça e da pesca, ou artesanatos ou canoas (WEST 1957)

A demanda do mercado internacional reiteradamente origina auges extrativos e comerciais que intensificam ou aprofundam a mercantilização dos camponeses negros ao vinculá-los como vendedores

de produtos extraídos da selva ou como assalariados de empresas extrativas (WHITTEN 1969).

Ilustração 9. Todas as casas estão na orla dos rios



(foto de Luis Alfonso Orozco)

Neste sistema de organização social dos horticultores não mineiros, um casal coloniza um território desabitado, uma área geográfica socialmente reconhecível: um setor de rio principal, ou um afluente de menor tamanho, um setor de praia ou inclusive um setor ao longo de uma estrada (HOFFMANN 2007: 90-91). O casal fundador ocupa os terrenos valorizados como melhores, mais proeminentes ou de melhor acesso: a parte mais baixa do rio, a melhor parte do firme no mangue, o setor de praia com melhor saída ao rio ou com melhores terrenos para as hortas caseiras. Esta família exerce controle de acesso a esta área geográfica socialmente distinguível, na qual só poderão assentar-se parentes convidados pelo casal fundador, o qual indicará aos recém-chegados os terrenos para construir sua casa e abrir suas parcelas (WHITTEN 1969, FRIEDEMANN 1974, RIVAS 1998, HOFFMAN 2007: 83-90).

Nenhum camponês negro tentará estabelecer-se em “terra alheia” sem ser convidado, sob pena de gerar agudos conflitos. As áreas geográficas socialmente reconhecíveis são entidades históricas e espaciais, variáveis e flexíveis, dependem das características de cada zona, de seus limites com outras áreas reconhecíveis por grupos vizinhos,

e das realidades econômicas e políticas circundantes. Em um rio secundário, a família principal dos fundadores ou seus diretos descendentes localiza-se no ponto mais baixo do curso do rio, preferivelmente na desembocadura sobre um rio maior. Em uma área de mangue ou na costa os membros principais da família fundadora localizam suas residências no melhor lugar de terra firme e exercem posse sobre alguns canais dos manguezais e algum rio sobre o que possa ter terrenos aptos para a horticultura. Os membros consideram como terras da parentela as áreas selváticas vizinhas à área socialmente distinguível. (APRILE-GNISSET 2004).

As pessoas podem dispor de terrenos para estabelecer suas casas e suas parcelas, ou tentar retirar recursos do bosque somente se residem dentro da área. Se uma pessoa ou família translada-se ao terreno de outra parentela a que também pertence, ou emigra da zona, perdem os terrenos que estavam trabalhando. Enquanto conserve a residência na área os terrenos podem ser cedidos a parentes ou herdados pelos filhos ou pelos cônjuges sobreviventes (HOFFMANN 2007, RIVAS 1998, APRILE-GNISSET 2004).

Nestes assentamentos a vida social desenvolve-se através de relações de cooperação e reciprocidade entre as pessoas localizadas em redes variáveis de parentes, vizinhos, compadres e amigos. Cada grupo familiar residencial tem suas próprias parcelas de banana ou taro e podem ter também parcelas de cana, de milho, de arroz ou pequenas parcelas comerciais de cacau ou coco. Os membros do grupo familiar ocupam-se do trabalho diário das parcelas, mas trabalhos maiores como a construção de casas, a abertura das parcelas, transporte de uma canoa da selva ao rio, efetuam-se por meio de trabalhos coletivos de grupos de parentes e vizinhos que vão a convite do dono da parcela ou do trabalho que se vai efetuar, com o compromisso tácito de que em uma ocasião posterior o dono dos trabalhos deverá corresponder com trabalho equivalente aos convidados.

A organização social dentro do sistema socioeconômico de povoamento regional.

Whitten (1969) com base em trabalho de campo nos rios Cayapas e Santiago no Pacífico equatoriano, e nos rios Raposo e Telembí, na Colômbia, propôs entender a organização dos povoadores do Pacífico como fases de diferenciação social dentro um ciclo de desenvolvimento entre os assentamentos dispersos, os vilarejos pequenos, os povoados e as cidades da região. As possibilidades de ascensão social dão-se desde os

grupos de camponeses dispersos, aos líderes dos povoados que se vinculam permanentemente a atividades monetárias e os pequenos empresários que conseguem surgir nos povoados maiores.

Algumas pessoas e grupos familiares conseguem diferenciar-se socialmente através de estratégias que envolvem e transformam os modos de vida e os assentamentos. No início do ciclo disperso os povoadores através de atividades e processos de mobilidade horizontal transformam, acrescentam e consolidam as relações de cooperação e favores mútuos entre parentes e vizinhos no assentamento. Por meio de deslocamentos os povoadores ampliam sua rede de aliados efetivos e potenciais através de viagens e de relações de hospitalidade. Os ganhos ocasionais dos moradores são redistribuídos mediante “doação conspícua” evitando assim a mobilidade vertical de relações de diferenciação econômica e o efeito final se dá na mobilidade horizontal das relações igualitárias.

Esta situação pode evoluir para uma seguinte fase na que o grupo de assentamento disperso “se localiza”, isto é, inicia um primeiro assentamento nucleado. Este passo é liderado por uma das famílias, ou a cabeça dessa família ou da parentela que exerce a posse sobre uma área geográfica. Esta família intensifica atividades de mobilidade horizontal de intercâmbio de valores de uso e de mudança com o resto dos povoadores tanto do assentamento nucleado como do assentamento disperso que lhe permitem estabelecer uma entrada regular de dinheiro e reter elementos de capital econômico, político e social. Este é um primeiro movimento de mobilidade vertical, na que esta família ou indivíduos conseguem separar-se da nivelção generalizada característica do assentamento disperso.

As pessoas de uma segunda geração desta família no vilarejo concentram relações com poderes políticos e econômicos de fora da região, alargam-se suas atividades comerciais, apoderam-se de espaços proeminentes e importantes no assentamento, tentam a escolarização de seus filhos e incorporam consumo de classes médias no comportamento e no equipamento doméstico. Neste ponto já não dependem exclusivamente de seus contratos pessoa a pessoa na rede horizontal de povoadores locais e têm conseguido diferenciar seu modo de vida. Têm consolidado uma nova fase na mobilidade vertical e já constituem um setor de classe média, diferenciado dos povoadores de economia de subsistência.

Os membros de uma terceira geração consolidam ainda mais essa diferenciação, configuram um setor no povoado de parentes próximos de uma linha direta de descendência que compartilha seu estilo de vida e

atividades de consumo e comércio, incrementam seus signos de status e progressivamente vão rompendo ou abandonando os contratos diádicos com as redes horizontais tanto no povoado como no assentamento disperso rural e as concentram com cabeças de parentelas incrementando assim seu capital político local.

Segundo Whitten (Ibid, p. 238) este é o último estágio de ascensão socioeconômica dentro da população local, pois o mercado não permite maior acumulação a partir dos recursos locais. Estes membros da pequena classe média só têm possibilidades de maior ascensão aliando-se a elites ou capitais de fora da localidade, já seja por casamento de alguns de seus membros com pessoas das elites regionais ou como empresários em uma das cidades da região.

Nos maiores povoados encontram-se também a classe média profissional, composta por servidores públicos de diferentes entidades e as elites locais que são ou pequenos empresários e comerciantes ou servidores públicos ou intermediários das elites absentistas donas de grandes empresas com atividades na região.

Hoffmann (2007) a partir de seus estudos etnográficos de meados dos anos 1990 nos rios Mejicano e Mira, na cidade de Tumaco e na região do Pacífico nariñense, amplia o entendimento da organização social da população do Pacífico ao considerar a forma em que os habitantes das zonas rurais incrementaram sua mobilidade e a migração e as relações com os processos institucionais, políticos e econômicos que originam-se nas cidades e no interior do país. As redes de parentesco e a importância do pertencimento às linhas genealógicas foram debilitando-se por causa da contínua migração para os centros urbanos e faz-se difícil conservar a continuidade genealógica na herança dos terrenos e a continuidade espacial dos grupos de parentes mais próximos.

Em alguns lugares como no rio Mejicano a parentela dos fundadores não exerce controle ou toma decisões sobre os terrenos de outras famílias de parentes; em outras áreas como na costa de Mosquera onde as famílias mais antigas das parentelas fundadoras continuam exercendo autoridade sobre a localização e adjudicação de terrenos (HOFFMANN 2007, p. 88)

Novas posições de autoridade e prestígio têm surgido e combinam-se de forma complexa e flexível com os papéis mais tradicionais. Em diferentes situações operam diferentes tipos de regulação (Ibid, p. 129).

Ilustração 10. As casas isoladas são o primeiro estágio do assentamento

(foto de Luis Alfonso Orozco)

Hoffmann conclui que desde meados do século XX com a construção das estradas e a consolidação dos portos na região do Pacífico, nos setores rurais a residência, as relações sociais de vizinhança e as alianças matrimoniais com outras localidades vão ganhando importância sobre a afiliação genealógica e as redes de parentes. As auto-identificações das pessoas vão deslocando-se desde o reconhecimento de pertencimento aos grupos de descendentes dos fundadores, nomeados frequentemente pelos sobrenomes e os nomes destes últimos, para a adesão a um espaço de relações reiteradas, a uma “rede especializada de intercâmbios” como a denomina Hoffman (Ibid, p. 99), ou dito de outra forma a mudança da preponderância da consanguinidade à do território.

Fazem-se frequentes as compras e vendas de terrenos e assim a continuidade espacial dos terrenos das parentelas mais imediatas vai rompendo-se e inclusive as famílias chegam a ter parcelas dispersas (Ibid, p. 91)

A migração e esses processos que vão interconectando progressivamente às localidades rurais e os povoados com dinâmicas institucionais e políticas, resultam também em um aumento das uniões conjugais com pessoas de outras localidades ampliando espacialmente o alcance das redes de parentesco (Ibid, p. 95), enquanto a nível local as

relações de amizade e vizinhança vão crescendo em importância. Hoffman mostra que ao mesmo tempo em que algumas pessoas incrementam suas atividades comerciais, nos vilarejos também surgiram papéis de indivíduos intermediários, os dos “chefes políticos” e os “dirigentes comunitários” (Ibid, p. 92).

Os “chefes políticos” são pessoas que coordenam nos vilarejos as campanhas eleitorais dos políticos dos partidos tradicionais. Estas posições são ocupadas por pessoas mais velhas das parentelas tradicionais que podem ter influência sobre os povoadores locais.

A atividade de velhas e novas instituições, governamentais, eclesiais ou de ONGs desenvolve-se em sua maioria através de “projetos” que supõem a participação de grupos de habitantes locais, para o qual são nomeadas pessoas locais, adultos jovens com algum grau de escolaridade e capacidade de administração. Estes “dirigentes comunitários”, sem status anteriores, são dependentes de relações com o exterior e estão submetidos a um processo rápido de substituição devido ao controle social por meio de rumores, fofocas e acusações, que vigiam que não se enriqueçam com dinheiros conceituados coletivos e impede que acumulem poder ou se perpetuem em projetos sucessivos. (Ibid, p. 124-125)

Hoffmann qualifica a diversidade de situações de controle como policéfala. Em diferentes contextos e circunstâncias ativam-se diferentes dispositivos da autoridade dos mais velhos das parentelas, a conciliação direta entre pessoas envolvidas, a intervenção de corregedores ou inspetores de polícia, as reuniões das equipes dos projetos, a concorrência e segmentação das facções de “a política eleitoral” (Ibid, p. 129- 130)

Conclusões:

O futuro dos afrodescendentes e de seus territórios nas selvas do Pacífico depende de como consigam articular, satisfazer e solucionar as contradições entre os diferentes aspectos destas populações, entre as facetas tradicionais e mercantis de suas atividades produtivas, entre a propriedade coletiva dos territórios com as reiteradas espoliações do extrativismo, entre as funções dos conselhos comunitários e as outras dimensões da organização social e das relações com o mercado e o Estado.

Durante a época colonial, na região do Pacífico, só houve presença dos espanhóis nas zonas mineiras. A população afro escravizada desenvolveu suas próprias formas sociais no meio mineiro, e no final da colônia as minas eram assentamentos que integravam atividades mineiras

e agrícolas e interagiam com grupos de negros livres; tanto ou mais numerosos que os escravizados; assentados nas proximidades. Após a independência os afrodescendentes expandiram-se para o resto da região e adaptaram sua organização social às zonas não mineiras.

A economia capitalista da região desde o final do século XIX e durante o século XX baseou-se em episódicas e intensas atividades extrativas por parte de empresários de fora da região, nacionais e estrangeiros. Essas empresas extrativas concentraram-se no centro mineiro de Barbacoas e nas cidades porto de Quibdó, Tumaco e Buenaventura. A demanda de matérias prima entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX levou a um auge econômico e urbanístico a esses centros urbanos e envolveu, sob péssimas condições trabalhistas, a população afrodescendente rural. No último século e meio a atividade extrativa, principalmente aurífera e madeireira, não gerou benefícios para a população afrodescendente.

Em termos da propriedade da terra, a região do Pacífico, antes da Lei 70 e a titulação coletiva, era, até a década de 1980, muito atípica tanto no contexto nacional como internacional. A selva superúmida e a não existência de vias de comunicação terrestres fizeram que a terra não fosse comercial, que não houvesse imigração colonizadora e que 90% do território estivesse em posse tradicional dos descendentes dos escravos africanos. Além disso, legalmente as terras da região eram da nação, as quais só podiam ser tituladas como terrenos familiares a quem demonstrasse mais de cinco anos de permanência. Em toda a região somente poucos terrenos nas zonas mineiras ou perto das estradas ou dos povoados maiores tinham títulos de propriedade.

Segundo o Censo Nacional de 2005, a população total da região do Pacífico é de 1.060.919 habitantes em 47 municípios. 529.910 vivem nas zonas urbanas e 439.970 nas áreas rurais. Somente os três grandes portos, Buenaventura, com 292.947 habitantes; Quibdó, com 101.134 e Tumaco, com 84.668, ultrapassam os 20.000 habitantes, e só outros quatro povoados, Barbacoas, Guapi, Istmina e Tadó têm mais de 10.000 habitantes. Estes sete povoados têm mais da metade da população da região.

O resto dos habitantes vivem em 2500 agrupamentos rurais, a maioria de menos de 30 casas (DANE 2008). Essa população rural vive ao longo dos rios, da costa ou nos “firmes” dos mangues e uns poucos à orla das poucas estradas que entram à região. Mosquera e Aprile-Gnisset (1997) classificaram as diferentes formas de assentamento deste “sistema aldeão do Pacífico”. De menor a maior número de população e de

moradias agrupadas têm-se os tipos ou estágios de “assentamento rural disperso”, “núcleo de vizinhança” entre 10 e 15 casas, “aldeias menores” ou “comunidades de linhagem” de 30 a 50 moradias, “aldeias maiores” dentre 70 e 200 casas, “pólos de bacia ou de comarca”, com mais de 600 casas ou 3000 habitantes e dos quais só há 20 em toda a região (Ibid.).

Nessas áreas rurais da região do Pacífico colombiano coexistem e sobrepõem-se diferentes processos territoriais, econômicos e de organização social da população rural afrodescendente. Estes processos compreendem

a) a esfera mais tradicional de grupos territoriais locais baseados no pertence a grupos de parentesco; uma organização social que se originou nos grupos de escravos nas minas de ouro coloniais. Consiste em um grupo de moradias de parentes quem dizem-se descendentes de uma família fundadora. A cada família residencial tem atribuídos um ou vários terrenos para a horticultura, e nas zonas mineiras têm um trecho de rio para o trabalho mineiro familiar e existe outro trecho do rio para trabalho mineiro coletivo.

b) A população afrodescendente rural pratica limitadas, mas persistentes, transações e atividades para ter rendimentos monetários e poder comprar os bens incorporados a sua forma de vida. Todas as famílias tentam vender algum produto agrícola ou de pesca ou caça, vincular-se a um trabalho assalariado ou extrair produtos como ouro ou madeira para vender aos empresários extrativistas.

c) o surgimento e crescimento do sistema aldeão gerado pela vinculação de alguns povoadores a atividades comerciais, os quais se inscrevem em relações horizontais e verticais com outras localidades, as quais vem ampliando e intensificando-se, enquanto o pertence e as auto-identificações com a rede de parentes local debilitam-se. Relações horizontais que ampliam a rede espacial e fortalecem as relações de vizinhança e amizade e as alianças conjugais com localidades de similar tamanho. Relações verticais estabelecidas com as elites de localidades maiores e de maior importância comercial e política inclusive de fora da região.

d) Algumas pessoas de autoridade, já seja da organização parental ou dos novos empreendedores mercantis são recrutadas como “chefes políticos” locais quem em realidade são intermediários das redes clientelistas e dos partidos políticos em épocas eleitorais.

e) Os numerosos projetos governamentais, da igreja, e de ONGs operam através de “dirigentes comunitários”, usualmente jovens com

alguma escolaridade, quem têm grande rotação devido ao controle social, que não os permite acumular nem durar em posições de poder.

Não é possível definir e entender a sociedade negra dos rios, costa e selvas do Pacífico somente em termos de sua organização social tradicional baseada no parentesco, a reciprocidade e o intercâmbio e nos sistemas produtivos vernáculos sustentáveis de horticultura, caça e pesca, senão que é imprescindível considerar-se suas articulações e interesses com o mercado, a política e as instituições regionais, nacionais e internacionais.

A titulação dos territórios coletivos e o reconhecimento da sustentabilidade das práticas produtivas tradicionais são necessárias e fazem justiça aos afrodescendentes do Pacífico, mas são insuficientes para garantir um mínimo nível de bem-estar já que também são necessárias a iniciativa da ação coletiva das organizações e uma política pública que permita às famílias rendimentos monetários porque uma boa parte das necessidades básicas são bens que provêm do mercado. A lei 70 e demais normas sobre os conselhos comunitários requerem atualizações e considerar a organização tradicional e as múltiplas conexões das populações do Pacífico com o Estado e o mercado. Por outro lado, a lei 70 de comunidades negras é impotente frente às atividades e as empresas extrativistas que continuam depredando o meio ambiente e espoliando o trabalho dos povoadores.

2. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO TERRITORIAL

Neste capítulo conta-se o surgimento e transcurso de organizações da população negra da região do Pacífico. Para facilitar seu entendimento esta história divide-se em períodos e cada período tem um aparte sobre a região em geral e um aparte para cada um dos departamentos do Pacífico: Chocó, Valle, Cauca e Nariño já que a dinâmica socioeconômica na costa, nos rios e áreas rurais selváticas desenvolve-se diferentemente de acordo com a divisão departamental que determina a atividade institucional e em torno dos povoados ou cidades maiores. Como se verá mais adiante, as organizações negras estão enquadradas fortemente nestas divisões. Os períodos são: o anterior a 1986, já que neste ano surgiu a primeira organização que propôs uma ação contínua de protesto de luta pelo território; o compreendido entre 1986 e 1991, tempo no qual a solicitação de dita organização iniciou uma convergência de organizações e ativistas negros no Pacífico e no país e levou à expedição do Artigo Transitório 55 pela Assembleia Constituinte; o período entre 1991 e 1993 quando se deu uma intensa mobilização para a divulgação do Transitório 55, das deliberações da Comissão Especial e culminou com a promulgação da Lei 70; o período entre 1993 e 1997, no qual levaram-se a cabo as ações para a titulação dos territórios coletivos; e o período a partir de 1997 quando se estende o terror paramilitar por toda a região e o processo organizativo é golpeado duramente.

O PACÍFICO ANTES DE 1986.

Os inícios do movimento de habitantes rurais do Pacífico por seus territórios deram-se desde meados dos anos 1980 quando agentes aliados apoiaram o surgimento de organizações fora da malha regional de clientelismo, corrupção e paternalismo. Estes agentes foram membros da igreja e de organizações de ativistas que nutriam-se de antecedentes de ações sociais e de elementos ideológicos procedentes principalmente de três fontes. Por um lado, das orientações de versões da teologia da libertação católica e pela estratégia de pastoral¹⁰ em prol dos pobres

¹⁰ Pastoral é a ação da Igreja Católica para realizar sua missão de serviço à comunidade, especialmente aos pobres. A ação é organizada por grupos populacionais, como a pastoral indigenista ou a pastoral afrocolombiana.

iniciadas pelo bispo de Buenaventura Gerardo Valencia Cano desde finais dos 1960s.

Por outro lado, o ideário de CIMARRÓN, uma organização com atividades em diferentes partes da Colômbia, a qual estava por fora dos partidos tradicionais e influenciada pela luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e na África do Sul, desde 1976 vinha reclamando o fim do racismo e a igualdade para a população negra.

E em terceiro lugar as propostas das organizações indígenas que na Colômbia e outros países desde finais dos anos 1960s vinham exigindo e conseguindo o reconhecimento de sua propriedade sobre as terras ancestrais, de suas formas próprias de governo e do direito a existir segundo suas formas de vida.

Ativismo político e cultural negro na Colômbia entre os anos 1940 e 1970.

Desde os anos 1930 algumas pessoas negras em Quibdó, Buenaventura e Guapi conseguiram efetuar estudos universitários em Bogotá ou em Cali, especialmente em faculdades de direito, e assim apareceu uma primeira geração de dirigentes negros que ocuparam cargos públicos por nomeação ou por eleição popular¹¹.

As primeiras expressões políticas específicas de um grupo de pessoas negras na Colômbia foram “O Dia do Negro” em 1943 e o Centro de Estudos Afrocolombianos em 1947 em Bogotá. Estas pessoas eram jovens negros intelectuais oriundos de outras regiões e que sob a influência do movimento “New Negro” e “Harlem Renaissance” dos EEUU e do movimento “Negritude” na França¹².

Trinta anos depois, Valentín Moreno Salazar, advogado chocoano organizou em Cali em 1975 o Primeiro Encontro Nacional da População Negra Colombiana e nesse ano fundou a organização ‘Negritudes’ e um jornal trimestral do mesmo nome. (WABGOU 2012, p. 104-109). Alguns membros de Negritudes propuseram a Manuel Zapata Olivella encabeçar o Primeiro Congresso da Cultura Negra das Américas em

¹¹ Wabgou (2012, p. 67) lista alguns dos destaques: “Diego Luis Córdoba, Adán Arriaga Andrade, Ramón Lozano Garcés en el Chocó; Sofonías Yacup, Alejandro Peña, Natanael Díaz y Arquímedes Viveros en el Cauca, y Néstor Urbano Tenorio en Buenaventura...”

¹² Os principais profissionais e intelectuais negros foram Manuel Zapata Olivella e Delia Zapata da costa atlântica, Natanael Díaz, Marino Viveros, Victor M. Viveros, Adolfo Mina Balanta, Arcesio Viveros e Arquímedes Viveros do norte do Cauca e Helcías Martán Góngora de Guapi. Esses mesmos criaram o Club Negro esse ano, ao qual uniram-se entre outros: Carlos Calderón Mosquera do Chocó, Adolfo Mina Balanta e Arcesio Viveros do norte do Cauca. (WABGOU 2012, p. 74-75).

Cali de 24 a 28 de agosto de 1977 com a assistência de importantes intelectuais e pesquisadores sobre a questão negra da Colômbia, das Américas e da África.

Amir Smith Córdoba, pouco depois do Primeiro Encontro em 1975 fundou o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura Negra e o jornal *Presença Negra*, que se dedicou durante vários anos a promover o despertar da consciência negra. Estes círculos de intelectuais denunciaram o racismo, o colonialismo e a discriminação e reivindicaram as diversas contribuições criativas dos afrodescendentes. Mas não trataram de estender seu trabalho de denúncia e organização a outros setores da população negra. Seu trabalho permaneceu em maior medida desconhecido entre as massas negras (WADE 1995, AGUDELO 2005: 172, CUNIN 2003: 47-52).

CIMARRÓN, um novo tipo de ativismo e de organização sobre a questão negra.

CIMARRÓN foi fundada em 1976 em Pereira, na área cafeeira delimitada a leste pelo Chocó, e se chamou Círculo de Estudo dos Problemas das Comunidades Negras da Colômbia, Soweto. Em 1982 em Buenaventura mudou seu nome para o *Movimiento Nacional de los Derechos de las Comunidades Negras*, CIMARRÓN¹³, e foram estabelecidos outros grupos em Cali, Bogotá, Medellín, Barranquilla, Cartagena e Buenaventura e em algumas populações do Chocó: Condoto, Tadó, Quibdó e Andagoya (CASTRO et al, 1992, JARAMILLO, 2000, p. 193-195).

CIMARRÓN foi a primeira e única organização que propôs a luta contra o racismo e a discriminação fora da política tradicional como uma luta que devia ser levada a cabo pela mesma população negra. (WADE, 1996; 1997b). CIMARRÓN possibilitou o surgimento de uma geração de ativistas negros, entre eles muitos dos atuais líderes de organizações afrocolombianas no Pacífico e em outras partes do país.

Vários dos catequistas negros da pastoral em Quibdó e em Buenaventura estiveram filiados a CIMARRÓN nos anos 1980. Nessa época os claretianos em Quibdó convidaram o líder nacional de CIMARRÓN algumas vezes para atividades de capacitação e conscientização.

¹³ Cimarrón é o termo com o qual os espanhóis nomeavam os escravos fugidos que estabeleceram assentamentos rebeldes.

Alguns membros ou ex-membros dos círculos de estudo de CIMARRÓN iniciaram trabalhos com setores de base em Buenaventura. (CASSIANI 2002). Pouco depois de iniciada a organização camponesa do médio Atrato, membros de CIMARRÓN de Quibdó e Pereira, impulsionaram a criação de outras organizações camponesas no Chocó no rio Baudó e no alto rio San Juan na estrada Tadó - Pereira. (CASTRO 1992, JARAMILLO 2000).

Os inícios da pastoral social da igreja

No Pacífico, e na Colômbia, o pioneiro das posições renovadoras da igreja ao lado dos mais pobres, ditadas pelo Concílio Vaticano II, foi Gerardo Valencia Cano, bispo de Buenaventura durante 20 anos, desde 1952 até sua morte em um acidente aéreo em 1972. O 'irmão maior' como ele mesmo se fazia chamar preferindo ao título de monsenhor, denunciou a marginalização do povo do Pacífico, propôs soluções sociais com respeito à natureza, e de acordo com a cultura da população local (GRUESO 2000: 58-60). Após a morte de Valencia Cano, estabeleceram-se centros de pastoral social em Buenaventura, Tumaco e Quibdó, e desde ali iniciaram-se trabalhos de organização em muitas localidades. Eram projetos de alguns sacerdotes para organizar as juntas de ação comunal¹⁴ ou outras organizações locais de algumas poucas populações ou vizinhanças rurais dispersas nos três departamentos do Pacífico Sul.

No Chocó, no médio Atrato desde 1979 os centros de pastoral dos sacerdotes claretianos empreenderam um trabalho de organização entre camponeses negros. Trabalho sem precedentes tanto pelo número de localidades e a área coberta, como pela persistência e duração do trabalho ao longo de vários anos.

Atividade institucional

Antes dos anos 1970s, nas áreas rurais, a nível institucional só atuava na região o escasso pessoal de postos de saúde, das precárias escolas, ou dos postos de polícia. Mas para meados de 1970s a localização da região como uma das mais biodiversas do mundo posicionou o Pacífico colombiano ante organismos multilaterais e ONGs

¹⁴ As Juntas de Ação Comunal são associações locais urbanas ou rurais. Foram criadas e regulamentadas pela lei colombiana em 1958. Há mais de 50.000 no país e contam com mais de 4 milhões de filiados e têm contribuído com trabalho voluntário para construir 30% da infraestrutura nacional: estradas e caminhos, aquedutos, escolas, casas comunitárias, praças de mercado, centros de saúde, etc. (LÓPEZ DE MESA, 1997).

internacionais para grande variedade de projetos relacionados com meio ambiente, sustentabilidade, recursos naturais, biodiversidade, etc.

Em 1979 a raiz do maremoto em Tumaco, surgiram programas focados para os setores pobres rurais e urbanos. A CVC¹⁵ - PLADEICOP¹⁶ criou o Plano de Emergência Cauca - Nariño, de pequenos projetos produtivos, PPP, em pesca, mineração e extração de madeira. Em meados dos 1980s o PLADEICOP e a UNICEF iniciaram um programa de cooperativas de mulheres nos quatro departamentos. (ROJAS 1996). Na Universidade do Valle, a Fundação Habla Scribe de um grupo de professores com o financiamento do Plan Padrinos, e desde 1987 de PLADEICOP, efetuou uma proposta de comunicação popular de materiais, escritos, gráficos e audiovisuais e capacitaram equipes locais em Barbacoas, Tumaco, Guapi, Buenaventura e Itsmina. (entrevista HABLA SCRIBE 1993)

A ONG internacional Plan Padrinos, PLAN¹⁷ foi a maior entidade privada no Pacífico colombiano. Desde finais dos 1960s começou a operar em Buenaventura por gerenciamento do bispo Valencia Cano. Do esquema original de dar uma ajuda mensal às famílias de meninos inscritos, PLAN passou a ser parte da política social da cidade, coordenada com a administração municipal e departamental, com numerosas contribuições em moradia, educação, saúde, etc. PLAN localizou-se em Tumaco desde 1972 e foi também durante vários anos a instituição mais poderosa desta cidade. Nos 1970s e 1980s PLAN apoiou o surgimento e funcionamento da maioria das organizações de base de trabalhadores e povoadores da área de Tumaco.

De 1975 a 1989 operou no Chocó no médio Atrato o Convênio Colômbia-Holanda o qual em 1981 iniciou o projeto Desenvolvimento Integral Agrícola Rural, DIAR para a produção agrícola dos camponeses e comercialização em grande escala, impulsionando formas associativas. O DIAR centrou-se em uma cooperativa de produtores de arroz com um

¹⁵ A Corporación del Valle del Cauca, CVC, foi a primeira corporação regional de desenvolvimento na Colômbia (Pedrosa 1996: 84). As corporações criaram-se nas outras regiões do país e com a criação do ministério do meio ambiente em 1993 adjudicou-lhes o gerenciamento ambiental regional.

¹⁶ Plan de Desarrollo Integral de la Costa Pacífica PLADEICOP (1984-1992), da Corporación del Valle del Cauca. Seus componentes principais foram: mulher, saúde, educação e comunicações.

¹⁷ PLAN é uma das maiores ONGs filantrópicas do mundo. Foi fundada em 1932 na Inglaterra com o nome de Foster Parents Plan for Children, com o objetivo de ajudar as crianças vítimas da guerra civil espanhola. Plan Padrinos Internacional, PLAN, coleta doações individuais (padrinhos) principalmente nos EEUU para apoiar a meninos pobres (afilhados). Na atualidade trabalha em 50 países do Terceiro Mundo. Na Colômbia conheceu-se inicialmente como Plan Padrinos.

moinho industrial, a Federação de Produtores Agropecuários do Rio Atrato, FEPRIA e passou de produzir 300 toneladas em 1981 a 4200 toneladas em 1987 (RESTREPO 2008:25).

Chocó. Antes de 1986

Os indígenas no Pacífico são ao redor de 30.000 que habitam áreas principalmente entre os rios Baudó e Atrato, sobre o rio San Juan e em afluentes orientais do Atrato¹⁸. Os missioneiros claretianos progressistas do Centro de Pastoral Indigenista, CPI, organizaram inicialmente em Quibdó um grupo de estudantes indígenas. Os claretianos proporcionaram recursos humanos, financeiros e de infraestrutura para a nova organização que de imediato começou a expressar seu protesto sobre vários assuntos.

Em fevereiro de 1980 fundou-se a OREWA, Organização Indígena Regional Embera Waunana, a qual organizou o primeiro Congresso Indígena do Chocó. Em fevereiro de 1982, OREWA foi uma das federações regionais indígenas que organizaram o primeiro Congresso Nacional Indígena em Bogotá no quale fundaram a Organização Nacional Indígena de Colômbia, ONIC.

Em março de 1983 reuniu-se o segundo congresso de OREWA em Quibdó e durante os seguintes anos OREWA continuou fortalecendo sua organização. Em 1985 tinham conseguido o reconhecimento do governo sob a forma de resguardos¹⁹ da maioria de seus territórios ancestrais os quais configuraram extensas zonas contíguas de afluentes do rio Atrato e do rio Baudó no centro do Chocó e ao sul do departamento na zona do rio San Juan.

A primeira organização camponesa negra surgiu em 1982 entre umas quinze localidades do baixo rio Atrato como uma associação de juntas de ação comunitárias, ASOCOMUNAL. Já para 1984 tinham transcendido as metas da ação comunal e realizaram uma assembléia de 900 camponeses da zona preocupados com a atividade destruidora das madeiras. Por iniciativa do pároco claretiano de Riosucio realizaram uma visita a Quibdó para conhecer o processo do médio Atrato e ao ver a dinâmica organizativa da ORCA constituíram a Organização Camponesa do Baixo Atrato, OCABA em 1987 e obtiveram o registro de pessoa

¹⁸ A informação sobre esta seção a respeito do movimento indígena no Chocó baseia-se na experiência do autor, quem trabalhou em pesquisas sobre os indígenas do Pacífico entre 1980 e 1988 e quem conheceu de maneira direta o trabalho do CPI e da OREWA.

¹⁹ Os resguardos são uma forma de propriedade coletiva dos indígenas herdada da legislação colonial. A propriedade dos resguardos foi reconhecida pela legislação republicana como “inembargable, imprescriptible y inalienable”. Este caráter dos resguardos indígenas foi incorporado à Constituição de 1991.

jurídica em 1989. Esta zona era uma das poucas na região do Pacífico na qual havia atividade guerrilheira. A organização viu-se no meio da violência política e desde 1986 vários dirigentes resultaram mortos e os outros terminaram desterrados²⁰ (HERNÁNDEZ 2009: 21, RESTREPO 2011).

A diocese de Quibdó desde começos do século XX esteve a cargo da ordem dos sacerdotes claretianos. Desde meados de 1970s tinham formado grupos de estudo sobre a situação social com estudantes indígenas e com estudantes negros. Em 1979 propuseram-se uma tarefa de atenção missioneira integral à zona do médio Atrato para formar consciência com o estudo diário dos problemas sociais e criar uma organização de comunidades eclesiais de base na zona e trabalhar na saúde, educação e produção. Aspiravam conseguir uma subsistência digna para os camponeses e evitar a excessiva comercialização e a acumulação individual (CLARETIANOS 2007). Um processo que logo depois os missionários sintetizariam como “o triângulo da mudança”: formação, organização, reivindicação (EL ATRATEÑO #1 1986: 1).

Estenderam o trabalho para toda a extensa sub-região do médio Atrato²¹ constituída por uma densa rede fluvial de uns trinta rios, e uns 120 vilarejos. Durante quinze anos entre 1979 e 1994, um sacerdote claretiano e uma equipe dentre catorze e vinte mulheres missionieras leigas, a maioria chocoanas, trabalharam diariamente com a população negra local. Desde meados dos anos 1980 trabalharam coordenadamente com os sacerdotes alemães do Verbo Divino e com as freiras Ursulinas. Nos primeiros cinco anos dedicaram-se a impulsionar projetos de saúde, de educação, de pequenas empresas produtivas e lojas comunitárias, de lares infantis, de grupos de mulheres e sobretudo para refletir a respeito do acesso aos recursos do bosque ameaçados pela atividade das madeireiras (MISIONEROS CLARETIANOS, 2007; DE LA TORRE s.d, p. 71)

Em setembro de 1984 associaram-se na Organização Camponesa, ORCA, e reclamaram para as autoridades contra as empresas extrativas madeireiras e mineiras que invadiam os territórios com permissões legais

²⁰ Entrevistas a dirigentes de OCABA 18 de dezembro de 1998

²¹ O médio Atrato contém a rede fluvial mais extensa e mais povoada do Pacífico colombiano, são uns 120 assentamentos sobre o Atrato e seus afluentes. Os principais destes afluentes são de norte a sul os rios Murindó, Opogadó, Napipí, Bojayá, Murri, Tagachí, Arquífa, Buey, Bebará, Bebaramá, Beté, Puné, Tanguí, Neguá, Munguidó, Ichó, Tutunendo, Quito, Cabí e Purré.

ou sem elas. Em dezembro do mesmo ano tiveram o Segundo Encontro Camponês no povoado das Mercedes (DE LA TORRE n.d, p. 77)

As companhias madeireiras Madeiras Urabá e Pizano Madeiras do Darién, graças a concessões do governo no baixo Atrato tinham extraído nas três últimas décadas do século XX uns 7.200.000 metros cúbicos de madeira. Tinham feito prospecções nos territórios das comunidades do médio Atrato e ali era iminente a adjudicação do governo de áreas para exploração madeireira (SANCHEZ et al, 1993, p. 7).

Em 1986 a reivindicação da organização camponesa foi reforçada com a documentação dos mapas e das pesquisas sobre os sistemas produtivos locais realizados pelo projeto DIAR e a Corporación Nacional de Investigación y Fomento Forestal, CONIF. (VALENCIA E LESBERG 1987; RESTREPO 2010). Estes estudos mostraram que os habitantes do Pacífico têm conhecimentos e usos sofisticados dos recursos naturais que implicam extensos territórios e que a apropriação do bosque por companhias extrativistas põe em perigo a sustentabilidade do ecossistema e do modo de vida das populações locais.

Valle del Cauca. Antes de 1986

Em 1965 o bispo Valencia Cano gerenciou a vinda para Buenaventura da ONG internacional, PLAN, a qual manejava um orçamento imenso e chegou a ter 30.000 famílias filiadas para a entrega de ajudas. PLAN coordenou com o governo a política pública social da cidade e tratou de fortalecer as iniciativas locais, a participação das pessoas e a formação de lideranças. (AGUDELO 2005: 85-86).

A herança do bispo Valencia Cano foi madurando-se lentamente e para finais dos 1980s sacerdotes da diocese de Buenaventura tinham fomentado nas imediações do porto a criação do Comitê pró Defesa do rio Anchicayá. Logo o sacerdote Joaquín Mayorga e uns seminaristas do Seminário de Yarumal levaram este tipo de trabalho mais para o sul aos rios Naya, Yurumanguí, Cajambre, Mayorquín e Raposo nos quais exerceram uma catequese de concientização e de reflexão sobre os problemas locais, impulsionaram organizações comunitárias nas que estabeleceram comitês de vizinhanças rurais (GRUESO 2000; CASSIANI, 2004, p. 185). Pela mesma época em Buenaventura um grupo de jovens estudantes e profissionais criou um grupo e um jornal relacionados com a pastoral com o nome de Valencia Cano e começaram a impulsionar o trabalho de base nos bairros pobres (WABGOU, 2012, p. 122, 154-155).

Havia também grupos de estudo de CIMARRÓN em Buenaventura desde princípios dos 1980s e alguns dos jovens que faziam parte do grupo Valencia Cano tinham vinculado-se também a esses grupos de estudo (Ibid.).

Uns quantos estudantes negros com ancestrais rurais, mas que tinham saído de colégios de secundária em Buenaventura ou em Cali, adiantavam em meados dos 1980s estudos universitários em Cali ou em Bogotá e se relacionavam com organizações estudantis e com grupos de esquerda.

Cauca. Antes de 1986

Na cidade de Guapi, centro administrativo do Pacífico do departamento do Cauca, a ordem franciscana esteve a cargo da igreja desde 1954 e tem sido o pólo da presença institucional no município (AGUDELO 2004, p. 59). A atividade missioneira em Guapi e nos outros dois municípios do Cauca no Pacífico, Timbiquí e López de Micay esteve muito menos envolvida nos processos de organização camponesa que nos outros departamentos.

O INCORA estabeleceu em 1965 um programa de plantação de coco e de dendê no rio Saija e no rio Timbiquí. Ele projetou e titulou mais de mil parcelas individuais, e criou a Cooperativa Agrícola do Pacífico, COADEPAL, com 400 filiados e empregava mais de 60 técnicos agrícolas. Foi um projeto vertical dirigido por servidores públicos estatais baseado em empréstimos aos camponeses e quando nos 1980s a praga do anel vermelho destruiu os cocais, os camponeses ficaram na ruína e endividados (GRUESO E ESCOBAR 1996, p. 96; OSLENDER, 2008, p. 230-231, RODRÍGUEZ, 2008, p. 52). Nesta mesma área em 1985 a Junta de Ação Costeira, organização da população afro impulsionada por um sacerdote tratava de controlar o acesso e uso de seus territórios (RODRÍGUEZ, 2008, p. 57).

Nariño. Antes de 1986

Em 1972 no norte de Nariño a empresa Maderas Naranjo construiu um canal de 1,50 metros de largura e de 1.300 metros de comprimento para passar madeira do rio Patía Viejo para o rio Sanquianga. Em maio de 1974 o rio Patía Viejo transbordou e abriu passagem pelo “Canal Naranjo” para o Sanquianga. O desastre ambiental foi descomunal. Nos anos seguintes as terras do curso baixo dos dois rios Patía arruinaram-se e o rio Sanquianga que converteu-se no “Patianga” começou a destruir suas próprias orlas e passou de ter 20 metros de largura para 300 e em

anos recentes destruiu dois terços do povoado de Bocas de Satinga. Ao concentrar a atividade fluvial, Bocas de Satinga converteu-se no povoado mais importante do norte de Nariño, (CASTILLO 1995, MORENO 1995, p. 122, ROBERTSON et al 1987).

No dia 12 de dezembro de 1979 um tsunami ou maremoto na costa de Nariño ocasionou 260 mortos, 800 feridos e 95 desaparecidos. Destruiu todas as casas das populações de San Juan no delta do Patía e no Charco, nas que teve 160 e 43 mortos respectivamente. Em Tumaco teve 38 mortos e 1800 casas destruídas (PARARAS-CARAYANNIS 1980). A raiz do maremoto houve aumento da presença institucional. PLAN reorientou o grosso de suas atividades para a atenção aos danificados. PLADECOP iniciou um plano de pequenos projetos produtivos, e de associações de mulheres. (ROJAS 1996).

Em 1955 criou-se a empresa INFOCO²², a qual em 1962 fundiu-se com Chapas de Nariño dando origem a Maderas y Chapas de Nariño. Em 1971 havia 11 serrarias e centos de milhares de hectares em concessão na zona do rio Mira, nos rios da enseada e no Patía, nos rios e guandales do norte no Sanquinaga, o Satinga e o Iscuandé, chegando a ser a maior empresa de Tumaco e do litoral nariñense. (CORTÉS E RESTREPO 1998; DEL VALLE e RESTREPO, 1996; BRAVO, 2007, p. 206).

Chapas y Madeiras de Nariño, depois de haver desmatado perto de duzentas mil hectares e esgotar a extração rentável, declarou-se em quebra em 1976 o qual deixou a 800 trabalhadores sem salários nem direitos trabalhistas. Em dezembro de 1976 e janeiro de 1977 e em julho e agosto de 1977 o sindicato organizou greves que se estenderam em um protesto cívico de toda a cidade e apoio das universidades do Valle e Nacional (HOFFMANN 1999, p. 55).

As agroindústrias de dendê e de camarão, estabeleceram-se na área adjacente à estrada e nas imediações de Tumaco a começos e meados de 1980s respectivamente. Nestas empresas houve participação de mafiosos quem recorreram à violência e à intimidação para apropriar-se das terras dos camponeses (LÓPEZ 2008, ESCOBAR 2008: 50-58). No rio Iscuandé desde os anos 1980 tem operado a companhia ALENPAC

²² Industria Forestal Colombiana, INFOCO, criou-se como empresa exportadora de madeira para EEUU e Canadá e iniciou com somente 6 % de capital colombiano e o restante mexicano, norte-americano, sueco e portorriquenho. Desde 1968 foi comprada por uma empresa de EEUU. Em 1971 foi adquirida por um sócio colombiano e um de EEUU, em 1976 declarou falência e fechou definitivamente em julho de 1977 e um mês depois passou para o poder do sindicato e uns meses depois a adquiriram empresários privados, mas desde então foi uma empresa muito menor (Hoffmann 1999: 55).

(Alimentos Enlatados do Pacífico) de exploração industrial do broto de palmeira ou palmito a qual contrata os habitantes da zona para a coleta do palmito.

As fumigações contra a coca no Putumayo, ao oriente de Nariño, nos 1980s causaram a deslocação dos camponeses e seus cultivos ilícitos para a selva do Pacífico pela estrada a Tumaco. Alguns destes camponeses eram oriundos da região e tinham emigrado para o Putumayo durante o boom cocalero. Logo muitos camponeses negros adotaram os narcocultivos e Nariño converteu-se no departamento com maior concentração de plantações de coca do país (BRAVO 2003).

Após trabalhar em Buenaventura desde os 1960s a fundação internacional PLAN, instalou-se em Tumaco desde 1972 e passou a ser a principal instituição na cidade com um orçamento maior que o da administração municipal. A maioria das organizações da área de Tumaco tiveram o apoio de PLAN. No mesmo ano de sua chegada, PLAN promoveu a criação de COPESCA uma cooperativa de pescadores artesanais que chegou a ter 350 membros, câmara fria, várias embarcações e caros equipamentos de pesca a qual terminou dissolvendo-se por disputas e falta de compromisso dos sócios com a cooperativa.

O Parque Natural Sanquianga de 80.000 hectares foi criado pelo governo nacional em 1977 em um dos manguezais mais extensos do país e compreende aproximadamente 20% dos mangues do Pacífico colombiano. Está integrado pelos deltas dos rios Tapate, Aguacatal, La Tola, Patía e Sanquianga. Nos terrenos do parque habitam 581 famílias e 3124 habitantes de vinte e três vizinhanças rurais. Desde a criação do parque os habitantes têm empreendido diversas ações para que lhes sejam reconhecidos os direitos sobre suas parcelas e moradias. (HOFFMANN 2007: 209, RIVAS 2004: 380)

A ordem dos carmelitas descalços tem estado a cargo da diocese (Prefeitura apostólica antes de 1961 e Vicariato antes de 1999) de Tumaco desde 1954 e tem construído importante infraestrutura em educação. Além das carmelitas, nas equipes de pastoral negra havia também freiras Hermanas de Maria, e no norte sacerdotes franciscanos da prefeitura de Guapi, tinham trabalho de organização e educação em várias localidades ribeirinhas espalhadas por todo o departamento. Estas organizações durante a década de 1980 orientaram-se às demandas econômicas, em sua maioria relacionadas com o trabalho e a produção. Apesar de estar baseado em Tumaco todas estas organizações foram baseadas nas zonas rurais, ou nas atividades costeiras ou selváticas.

Os partidos de esquerda tiveram influência na organização e ações de protesto que se deram em Tumaco nos 1970s. (HOFFMANN 1999: 55, CASTILLO 2007: 181-184). Em abril de 1977 membros da cooperativa de pescadores artesanais COPESCA criaram a seccional em Tumaco da Associação Nacional de Pescadores Artesanais ANPAC a qual foi desde então uma das organizações mais ativas em assuntos cívicos e sociais (RIVERA 1990: 12).

Um palco diverso de organizações com reivindicações sociais tinha surgido então nesses anos anteriores à Constituição de 1991 em Tumaco e no Pacífico de Nariño. Uma das mais ativas era a organização cultural Corporação Ecos do Pacífico cuja atividade principal era o Festival del Currulao²³ (Aristizábal 2002). Associações de ofícios de agricultores, cortadores de lenha, carvoeiros, concheiros e pescadores em Tumaco defendiam seu rendimento monetário em contextos de marginalidade urbana e concentração capitalista. Os ativistas destas organizações foram convergindo e constituindo um núcleo com uma visão crítica sobre a situação social. A maioria destas associações puderam ter uma mínima sustentabilidade pelo apoio econômico de PLAN.

ANTECEDENTES PRÓXIMOS À CONSTITUIÇÃO DE 1991. ENTRE 1986 E 1991

No Chocó o estilo de organização e de solicitação territorial de federações de bacia que tinha começado no Atrato ampliou-se às outras zonas do departamento. Membros de CIMARRÓN impulsionaram a organização no rio Baudó e na zona da estrada Pereira – Tadó no rio San Juan no alto rio San Juan. A ACIA assessorou a criação da organização no San Juan e ante o fortalecimento de ACIA, a OCABA retomou atividades no baixo Atrato.

Nos três departamentos do sul, missioneiros católicos tinham iniciado organizações camponesas locais e tinham começado a conhecer o processo do Chocó. Jovens ativistas urbanos de Buenaventura, Tumaco e Guapi assumiram a liderança e criaram organizações departamentais

²³ O Festival do Currulao (música tradicional do Pacífico sul) cresceu como um evento de importância no qual convergiam as organizações culturais e algumas das organizações de trabalhadores e de camponeses. Os dirigentes do Festival foram dirigentes importantes do movimento negro nos seguintes anos. (Aristizábal 1998)

que reuniram essas organizações locais camponesas que a igreja tinha iniciado.

Ilustração 11, El Triángulo del Cambio

<h1>EL ATRATENO</h1>	<h1>1</h1>
<p>BOLETÍN INFORMATIVO DE LOS EQUIPOS MISIONEROS DEL ATRATO</p>	
<p>SALUDO</p>	
<p>En nombre de Jesús de Nazaret, muerto por liberar a los hombres de toda opresión, pero resucitado por Dios Padre, saludamos a las comunidades campesinas del Atrato y comenzamos a enviarles algunas de las noticias en las que se refleja su proceso de crecimiento y de cambio social. Este solo se da cuando se tienen en cuenta estas tres cosas: 1. Formación. 2. Organización. 3. Reclamo de los propios derechos. Mantenernos informados en estos tres aspectos nos ayudará a todos a crecer.</p>	
<p>EL TRIÁNGULO DEL CAMBIO</p>	
<p>Esta es la clave para aprovechar este boletín y para trabajar por el cambio. Que a ninguno de estos tres frentes le falten sus noticias!.</p>	

Em dezembro de 1986 a primeira edição do Atrateño apresentava-se como “Boletín informativo de los equipos misioneros del Atrato”

Chocó. 1986-1991

No médio rio Atrato no Chocó, as equipes de missioneiros de pastoral católica continuaram seu trabalho de longo prazo. Os camponeses começaram a opor-se ativamente a incursões extrativas em seus territórios. A ORCA celebrou encontros em todas as localidades e sustentaram intercâmbios com OCABA a organização camponesa do baixo Atrato e em janeiro de 1986, 1.316 camponeses de 26 localidades do médio Atrato assinaram uma petição a CODECHOCÓ para que freasse as permissões às madeiras. (DE LA TORRE s.d.).

A OCABA opunha-se totalmente à atividade madeira, mas na zona do baixo Atrato tinha muitos pequenos serradores negros e conformaram a Associação Camponesa do município de Riosucio ACAMURI.

Em dezembro de 1986 o primeiro “El Atrateño” o “Boletín informativo de los equipos misioneros del Atrato” apresentou um gráfico titulado “El Triángulo del Cambio”, três setas com os termos ‘formação’, ‘organização’ e ‘reivindicação’. E afirmava-se que “ el proceso de crecimiento y de cambio social [...] solo se da cuando se tienen en cuenta estas tres cosas” (EL ATRATEÑO #1 1986: 1).

Em outubro de 1986 com a colaboração de engenheiros do DIAR e de CONIF elaboraram-se os mapas do território das comunidades do médio Atrato e ante a pressão das madeiras em 1987 uma delegação da ORCA e de missioneiros viajou com urgência a Bogotá. Em INCORA mostraram os mapas, os usos e dinâmicas dos camponeses nesses territórios e conseguiram deter as permissões às madeiras²⁴ (DE LA TORRE s. d. , p. 80-82).

A Organização Camponesa mudou sua denominação para Associação Camponesa Integral do Atrato, ACIA, e tramitou o registro de pessoa jurídica no dia 18 de maio de 1987 e elegeram a primeira junta

²⁴ A Corporación Nacional de Investigación y Fomento Forestal – CONIF É uma entidade privada com participação governamental encarregada do estudo e manejo dos bosques. O DIAR, proyecto de Desarrollo Integral Agrario Rural, foi parte do Convênio Colômbia – Holanda. Teve um componente de pesquisa sobre os sistemas ecológicos e sociais e um componente produtivo de uma cooperativa de produtores de arroz, a FEPRIA. Federación de Productores Agropecuarios do Rio Atrato (RESTREPO 2008*). CODECHOCÓ: Corporación Nacional Para el Desarrollo del Chocó, desde 1993 Corporación Autónoma Regional para el Desarrollo Sostenible del Choco, é a agência regional governamental encarregada dos recursos naturais, até 1993 dependia da DNP quando passou a depender do Ministério do Ambiente, o Departamento Nacional de Planeamiento, DNP, é a agência nacional de planejamento com nível ministerial. INCORA, Instituto colombiano de la Reforma Agraria, desde 1991 passou a ser o INCODER, Instituto Colombiano de Desarrollo Rural, é a entidade nacional encarregada da titulação de terras rurais.

diretiva. Em janeiro de 1988 a ACIA celebrou sua primeira assembléa geral no povoado de Puné. (Ibid, p. 126)

Ilustração 12. Os camponeses apoiam o protesto cívico.

<p>ARRIBA EL PROTESTO</p> <h1 style="margin: 0;">ATRATEÑO</h1> <p>BOLETIN INFORMATIVO DE LAS ORGANIZACIONES CAMPESINAS</p>		<p>Precio \$ 5</p> <h1 style="font-size: 2em; margin: 0;">4</h1> <p>Abril - Mayo</p>
--	--	--



POR SERVICIOS PUBLICOS:

En cuanto a servicios público todos tenemos deseo de acueducto, luz, teléfono y de gozar del aseo.

POR VIAS DE COMUNICACION:

Si al Gobierno le importara nuestra vida y nuestros fruto facilitaria las vias para sacar los productos.

POR SALUD PUBLICA:

Si mal nos alimentamos, se va a pique la salud; y este bendito Gobierno no da ni pa' el ataúd.

POR RECURSOS NATURALES:

Sin recursos naturales no hay vida para el futuro; sólo si el pueblo se une los mantendrá bien seguros.

POR EDUCACION PUBLICA:

El derecho a educación todos lo necesitamos; y por qué a los campesinos siempre nos lo han negado?

Na quarta edição do Atrateño, em maio de 1987 o subtítulo era “Boletín informativo de las organizaciones campesinas”.

No dia 26 de maio de 1987 teve lugar o protesto cívico no Chocó e principalmente em Quibdó, o qual foi a máxima mobilização de protesto que ocorreu na história do Chocó. O protesto contou com um apoio maioritário da população e terminou com grandes distúrbios em Quibdó. El Atrateño #4 dedicou sua capa à promoção do protesto cívico e de suas

principais reivindicações: por serviços públicos, por vias de comunicação, por saúde pública, por recursos naturais, por educação pública.

Ilustração 13. O Acuerdo de Buchadó.

ACUERDO DE BUCHADÓ

Desarrollado días 19, 20 y 21 de junio de 1987, se reunieron en Buchadó (Ant.) delegados de treinta y cinco (35) Comunidades del Medio Atrato, la Junta Directiva de las Organizaciones Campesinas Rurales del Atrato (JCARA), delegados del Departamento Nacional de Planeación, la Corporación para el Desarrollo del Chocó (CORDECHO), el Proyecto CODECHO-DIAR, miembros del equipo Misionero del Ministerio Agropecuario y Rural, la Dependencia Regional de Medicina Social (DIMS), el Movimiento Cívico del Chocó y el Movimiento Cívico del Páramo para tratar los asuntos relacionados con el manejo de los Recursos Naturales en las Comunidades del Medio Atrato.

- Los abajo firmantes con éste acuerdo:
1. Reconocen el derecho que asisten a las Comunidades Campesinas del Medio Atrato sobre los Territorios Comunitarios que ancestralmente han ocupado.
 2. Exhortan al Gobierno de apoyar a las Comunidades Campesinas y a la ACIA en su justa aspiración de cuidar, vigilar y aprovechar racionalmente sus recursos Naturales.
 3. Piden alvaros de alijación para los miembros del Gobierno Nacional presentes en el Páramo, en cumplimiento a lo establecido en la Junta Directiva de CODECHO para el ordenamiento, cuidado, vigilancia y aprovechamiento de las Comunidades.
 4. No se comprometen a ser desalojados al ser desalojados al ser desalojados en las Comunidades y en Organizaciones ACIA, con la excepción de el apoyo de CODECHO-DIAR, correspondiente a un grupo de personas de la comunidad del medio Atrato que están en el Chocó y la zona del río Bogotá.
 5. Que se respete la autonomía de las Comunidades que por fuera de éste grupo que se integran posteriormente al programa de manejo comunitario de los Recursos Naturales.
 6. Que el Gobierno de la Nación Especial que en favor de las Comunidades campesinas campesinas, debe dejarse en claro que las fronteras de los territorios a sus territorios de resguardo y territorios ancestrales, serán respetados y garantizados.
 7. Que las Instituciones y las Comunidades participaran además también en voluntad de mantener un diálogo constructivo para adelantar a la mayor brevedad posible el proyecto de manejo comunitario de los Recursos Naturales por parte de las Comunidades.
 8. De igual manera se comprometen constituir un comité de trabajo conformado por el equipo Misionero de CODECHO-DIAR, DIMS y Delegados de la Asociación Campesina Integral del Atrato y la JCARA, para formalizar el proyecto definitivo de manejo comunitario de los Recursos Naturales. El Comité de trabajo se reunirá bianualmente y si es necesario, con mayor frecuencia, convocando conjuntamente por la ACIA y CODECHO.
 9. Una vez definido el proyecto, el Comité de trabajo presentará los resultados a las Comunidades en Asamblea General para su adopción definitiva.
 10. Sobre la base del proyecto se firmará un contrato de asociación entre la ACIA y CODECHO para el manejo comunitario de los Recursos Naturales.
 11. Las instituciones y las Comunidades ratifican su voluntad de vigilar el uso de los Recursos Naturales para evitar su explotación indebida para lo cual se adoptan las siguientes Compromisos:
 - a) el proyecto CODECHO-DIAR editará y distribuirá en un plazo de seis (6) meses los manuales de manejo de los Recursos Naturales (bosques, agua y pesca).

b) CODECHO hará un inventario y revisión de los permisos forestales existentes en la zona para ver su legalidad y adoptar las medidas correctivas necesarias.

c) CODECHO informará oportunamente a la ACIA sobre los permisos de aprovechamiento solicitados en el territorio Comunitario o área de influencia, con el fin de que la Comunidad se manifieste sobre la viabilidad y conveniencia de éstos permisos.

d) CODECHO-DIAR elaborará y editará con la participación activa de la ACIA un juego de quince (15) cartillas sobre Educación Ambiental.

Las Comunidades expresan finalmente su pleno respaldo de que éstas recomendaciones y las demás Comisiones Misioneras del Páramo, sean estudiadas y acogidas por el Gobierno Nacional.

LA ASOCIACIÓN CAMPESINA INTEGRAL DEL ATRATO agradece a todos los delegados de las Comunidades su participación y colaboración e igualmente agradece a los Funcionarios del Gobierno en asistencia y voluntad de colaboración a las Organizaciones, Instituciones, CODECHO, Movimiento Cívico y demás por sus actos de aliento escuchado en esta Páramo.

[Firmas y sellos de los participantes]

RODOLFO GALINDO
Presidente ACIA

JOSE RUIZ RIVERA
Secretario

JOSE RUIZ RIVERA
Presidente del Páramo

RODOLFO DE LA PUERTE
Equipo Misionero

EDUARDO BARRERA
Raf. P.

ALVARO RAMIREZ
Vicesecretario OREWA

EDUARDO BLANCO
Representante Movimiento

OLIVERA RIVERA
S.N.P.

OLIVERA RIVERA
S.N.P.

JULIO RIVERA
S.N.P.

O Atrato # 5 publicó un fac-símile do Acuerdo de Buchadó

No povoado de Buchadó celebrou-se o segundo Fórum Camponês pela Defesa dos Recursos Naturais organizado pela ACIA do dia 19 ao dia 21 de junho de 1987 ao qual compareceram 100 camponeses representantes de 35 povoados do médio Atrato. Ali ocorreu a reunião com representantes do governo que foi marcada meses antes na viagem a Bogotá. Além da centena de dirigentes camponeses, na reunião participaram cinco servidores públicos de Planejamento Nacional, o diretor do Convênio Holandês - DIAR, o diretor de CODECHOCÓ, o diretor de CIMARRÓN, o vice-presidente da OREWA, o sacerdote diretor da equipe missioneira, e um dos líderes do Movimento Cívico do Chocó (El Atrato #5 1987). Os participantes assinaram o Acuerdo de Buchadó pelo qual se destinaria o território ocupado ancestralmente pelas comunidades de ACIA para “o ordenamento, cuidado, vigilância e aproveitamento das comunidades” e que a ACIA e as instituições

assinantes se comprometeram a elaborar “o projeto definitivo de manejo comunitário dos recursos naturais” e que o governo proveria os recursos financeiros necessários.

CODECHOCÓ não cumpriu os acordos e não implementou o apoio aos planos de manejo, e em maio de 1988, uma delegação da ACIA e os missionários viajaram de novo para Bogotá para falar diretamente com o DNP, o INCORA, INDERENA e a embaixada holandesa. Em uma reunião com as instituições, criou-se um comitê para continuar desenvolvendo o projeto e aprovar um convênio para o gerenciamento comunitário do bosque.

O Acuerdo de Buchadó foi o resultado mais importante da organização camponesa a nível legal. Foi uma conquista sem antecedentes na história do Pacífico e da Colômbia. Mesmo que ainda não podia conseguir-se o reconhecimento da propriedade legal coletiva dos territórios, pela primeira vez servidores públicos do governo de diferentes entidades aceitavam que os bosques públicos do Pacífico poderiam ser entregues a seus habitantes em um marco de manejo coletivo sustentável dos recursos naturais.

A proposta de ACIA de territórios comunitários para proteger os recursos naturais conseguiu a atenção nacional. Durante sua viagem a Bogotá, os líderes da ACIA foram convidados para falar na Universidade Nacional. Também foram entrevistados por um jornal nacional e fizeram uma apresentação no V Congresso Nacional de Ecologia.

As companhias madeireiras e os políticos estavam conspirando de novo para que o governo decretasse mais concessões madeireiras dentro da Reserva Florestal²⁵ e foi quando ACIA com o conselho de alguns servidores públicos e de advogados assessores que também o eram da OREWA, recorreu às recomendações de um comitê da Organização Internacional do Trabalho para revisar a convenção sobre Populações Indígenas e Tribais²⁶. Desde 1987 a ACIA esteve propondo seu direito a que lhes legalizassem territórios coletivos.

²⁵ Toda a selva do Pacífico estava sob regime de Reserva Florestal. E segundo isto toda atividade extrativa comercial devia ser autorizada pelo governo.

²⁶ Em setembro de 1986 reuniu-se em Genebra sob a coordenação de Rodolfo Stavenhagen um comitê de especialistas da OIT, que recomendou abandonar o enfoque integracionista do Convênio 107 de 1957 e tomar uma posição para proteger as terras destes povos. A OIT enviou estas recomendações para discussão por todo mundo aos governos e às organizações indígenas. A assembleia da OIT aprovou as reformas propostas em junho de 1989 no novo Convênio 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e o Congresso colombiano adotou-o e ratificou como a Lei 21 de 4 de março de 1991.

definir-se como grupo étnico foi em seu momento uma decisão basicamente instrumental ante a negativa do governo de aceitar outros argumentos e ao ter o avanço da organização indígena como exemplo. Em seu jornal *El Atrateño* # 15 de maio de 1989 a ACIA alegou pela primeira vez este argumento:

...en Colombia se han cerrado los ojos a que los campesinos negros también somos minoría étnica, con cultura, tradiciones y que formamos una nación dentro de un país de naciones como Colombia. Entonces: tenemos derecho a un territorio que nos permita el desarrollo integral, el territorio en que hemos tenido siempre nuestras raíces.

ACIA, OBAPO e OREWA convocaram em 1990 o “Encuentro por la Defensa de Nuestro Territorio Tradicional del Pacífico” ao qual assistiram organizações negras e indígenas do Chocó e pela primeira vez na história reuniu a organizações e pessoas afrocolombianas de outras partes do Pacífico e do país. O documento da ACIA intitulou-se “Derechos Territoriales de las Comunidades Negras del Pacífico”:

La cuenca del Pacífico ha sido el territorio tradicional de las comunidades negras e indígenas [...] las comunidades negras tienen su propia cultura distinta esencialmente de la de los campesinos de otros sitios del país [...] Nuestro derecho al territorio, va más allá de un simple título, de una pequeña parcela, es algo mucho más integral, más conforme con nuestra forma cultural del trabajo en la tierra, el bosque, los ríos y las minas. [...] Nuestras comunidades tradicionalmente han utilizado la tierra en forma sabia, que resulta de acuerdo con las técnicas ecologistas [...] Somos minorías étnicas, pueblos con derecho a un territorio donde desarrollar nuestra vida cultural, económica y política. [...] (ACIA 1990)

O documento contém uma declaração de princípios tão relevantes para o momento político que daí em diante orientaria o movimento camponês negro do Chocó e do resto do país. Pode ser dito que tem sido o texto mais importante para o movimento social do Pacífico. Não porque o documento tenha conservado-se ou reproduzido como tal, senão porque desde o momento que se divulgou a outros atores e organizações fora do Chocó, seu conteúdo passou a ser parte do discurso e dos supostos dos ativistas e organizações do movimento rural do Pacífico. Foi o discurso que se levou aos departamentos do Pacífico sul e foi o conjunto de ideias

e medidas que mobilizou os atores do movimento negro antes e durante a Constituinte e que três anos depois plasmou-se na Lei 70.

O San Juan é o segundo maior rio do Pacífico e o segundo do Chocó e sua bacia cobre um extenso território. É parte da diocese de Istmina que teve um bispo muito conservador entre 1953 e 1993 e ali a igreja não impulsionou processos de reivindicação social. Os camponeses negros do San Juan conheceram as ideias das organizações da diocese de Quibdó: ACIA, OBAPO e OREWA. Camponeses negros e indígenas do San Juan, promoveram um processo de encontros biétnicos em novembro de 1989 e em abril de 1990 e propuseram constituir um imenso território biétnico do San Juan. Ainda que esta ideia não se especificou, essas atividades resultaram em 1990 na fundação da organização camponesa: a Associação Camponesa do San Juan, ACADESAN com sede em Cucurupí. Esta organização cobre um território de aproximadamente 700.000 hectares, umas sessenta localidades e uma população de uns 15.000 habitantes²⁷.

O exemplo de ACIA seguiu estendendo-se e formaram-se outras organizações camponesas de bacia fluvial no Chocó. A Organização Camponesa do Baixo Atrato, OCABA que tinha paralisado-se devido à violência política retomou algumas de suas atividades e tiveram algumas reuniões conjuntas com a ACIA²⁸.

No alto San Juan no trajeto da estrada Santa Cecilia -Tadó, com a assessoria de ativistas de CIMARRÓN, tinha-se formado a União Camponesa que desde 1989 pouco a pouco foi aproximando-se à ACIA, e se converteu na Associação Camponesa do Alto San Juan, ASOCASÁN, com dez comunidades filiadas (CASTRO et al 1992, PEREA 1993, JARAMILLO 2000). Daí em diante trabalharam com próxima assessoria da ACIA²⁹. Outro núcleo de CIMARRÓN em Quibdó desde 1987 impulsionou a criação da Associação Camponesa do Baudó, ACABA, “para estudiar la historia y fomentar la identidad afrochocoana, propender por el reconocimiento estatal de las tierras ancestrales”.

²⁷ Após sua fundação, às sessenta localidades iniciais vincularam-se outras doze:

Zona Bajo San Juan. Cucurupí, Copomá, Murillo, Guachal, Corriente palo, Peñita, Pangalita, Tordo, Bella Victoria, Puerto Limón, Barrios Unidos, Munguidó, Delicias, Los Pareas, Taparal, Quicharo, El Coco, Palestina, Malaguita, Cuellar, Cabecera, Carrá, Docordó, Charambirá, Togoromá, Pichimá, Gracia Gómez, Cacahual, Chavica, Isla Mono, El Chonco, Los Esteros.

Zona Medio San Juan. Noanama, Murillo, Santa María de la Loma, Fugiadó, Trapiche, Perrú, Olave negro, Potedó, Monte bravo, Cocové, Panamacito, Chambacú, Doidó, Negría, San miguel, Isla Cruz, Brisas de Docampadó, Dipurdú, La Unión, Bebedó, Paimadó, Chaqui, Primavera.

²⁸ Entrevista a dirigentes de OCABA, Quibdó 18 de dezembro de 1998.

²⁹ Entrevistas a dirigentes de: ASOCASÁN, 2 de setembro de 1999.

Promoveram projetos de comercialização de produtos agrícolas, com o apoio do bispo de Quibdó e de técnicos do DIAR³⁰ (CASTRO et al.1992).

A divulgação do processo do movimento do Atrato criou a nível nacional um espaço de relações entre organizações e ativistas negros. As organizações do Chocó assistiram ao Encontro Pré-constituente de Comunidades Negras em Cali em agosto de 1990, junto com outros ativistas negros de diversos partidos políticos e organizações.

As organizações chocoanas apoiaram para a Constituinte a um candidato indígena da Orewa quem foi eleito e vinculou a sua equipe de assessores a um dos dirigentes de ACIA e a uma ex-militante de CIMARRÓN próxima às organizações camponesas do Chocó.

Durante 1991 a ACIA realizou diferentes ações para pressionar à Constituinte para que se incluíssem os direitos territoriais das populações negras. Inundaram aos constituintes com milhares de telegramas pedindo a inclusão dessas solicitações. Realizaram no dia 22 de maio a tomada pacífica da Prefeitura de Quibdó, dos escritórios de INCORA Chocó e da catedral e em Bogotá da embaixada do Haiti (EL ATRATEÑO #20 1991:1).

Valle 1986-1991

Para 1988 confluíram na cidade de Buenaventura jovens que tinham feito parte de grupos que seguiam as ideias do bispo Valencia Cano, outros tinham passado pelo movimento estudantil universitário e que tinham tido cercania com os grupos de esquerda, e outros ou alguns dos anteriores tinham pertencido ou simpatizado com CIMARRÓN (CASTILLO 2007: 190). Formaram a Fundación Litoral Siglo XXI para impulsionar a organização em setores populares e convergiram, com ONGs e entidades que apoiavam processos organizativos e culturais, como a CVC e a Universidade do Valle e o projeto de Habla Scribe (AGUDELO 2005, p. 182).

Coordenaram com grupos de esquerda a convocação para um Encontro Pré-constituente de Comunidades Negras em Cali em agosto de 1990, ao qual assistiram diversos membros de instituições e grupos de diferentes regiões, desde entidades oficiais até partidos de esquerda, missionários católicos, membros dos partidos tradicionais e ONGs. Mas os assistentes a este Encontro não conseguiram unificar candidatos negros à Assembléia Constituinte. Tentaram de novo e em setembro de 1991 impulsionaram uma reunião com diferentes grupos para unificar

³⁰ Entrevistas a dirigente de ACABA 13 de dezembro de 1994

candidatos ao parlamento, mas também não conseguiram um acordo (WADE 1995: 347, CASTILLO 2007: 194-204).

Os ativistas deste grupo de Buenaventura deixaram de tentar convergência com ativistas negros dos partidos tradicionais e de esquerda de Cali e de outras grandes cidades e organizaram-se na Coordenadora Nacional de Comunidades Negras, CNCN. Concentraram-se em trabalhar com os grupos de Tumaco, com alguns da costa do Cauca e a nível nacional com organizações de ativistas palenqueros³¹ em Cartagena que tinham escindido de Cimarrón e com uma organização da parte interandina do norte do Cauca³².

Em 1990, quando após conhecer as declarações da ACIA nas reuniões pela defesa do território tradicional no Chocó, mudaram o rumo. (GRUESO 2000).

El modelo de la ACIA nos mostró el camino hacia donde enfocar nuestro trabajo. Esto significó para nosotros un cambio en el proyecto de vida. Nos volcamos a trabajar en los ríos. Ya existían algunas organizaciones y algunos antecedentes en la región. La experiencia del trabajo de Monseñor Valencia Cano estaba vigente en algunas organizaciones como el "Comité pro-defensa del río Anchicayá" que existía antes de nuestra llegada a la región. [...] Un sacerdote que trabajaba en los ríos Naya y Cajambre, Joaquín Mayorga, dinamiza el trabajo organizativo en estos ríos con el modelo del río Anchicayá. [...] Luego comenzamos la organización en los demás ríos de Buenaventura. (Entrevista a dirigentes do PCN em AGUDELO 2005, p. 182-183)

Durante os anos de 1980 sacerdotes da diocese de Buenaventura seguindo as ideias de Valencia Cano tinham impulsionado organizações nos rios do Valle:

[...] en 1991 se contaba con la existencia de las siguientes organizaciones: Comité de Defensa de los Intereses del río Cajambre - CODINCA; Asociación Popular de Negros Unidos del Río Yurumanguí - APONURY; Organización por la

³¹ Palenquero é o gentílico para pessoas oriundas de San Basilio de Palenque, um povoado próximo a Cartagena. Foi um palenque que não foi submetido militarmente pelos espanhóis. Na atualidade é um povoado de pessoas muito pobres do qual têm saído ativistas negros que têm liderado a organização afro no Caribe colombiano.

³² Entrevista com líderes do PCN, Buenaventura 18 de janeiro de 1994.

Defensa de los Intereses de las Comunidades Negras del Río Naya - ODEINCAN; Comité Campesino del Río Raposo; Comité Prodefensa del Río Anchicayá; Comité Campesino de Papayal, El Progreso³³. (CASSIANI 2004, p.185)

Os ativistas do CNCN aprofundaram o trabalho organizativo dessas associações e agruparam-nas na organização departamental da qual eles mesmos eram em parte dirigentes. Tomaram as propostas das organizações chocoanas sobre o território e o caráter étnico da população negra e refinaram-nos em termos de um discurso radical mais cosmopolita.

Antes había un trabajo meramente cívico o exclusivamente popular; hoy es eminentemente étnico. Ese es uno de los mayores cambios en la coyuntura actual. Hubo cerca de dos años de discusión si primaba lo negro o lo popular [...] el movimiento Cimarrón ha aportado mucho al proceso de lucha pero no se puede quedar estancado [...] Presentar la situación de las comunidades negras en términos de discriminación tiene poca audiencia; presentarla en términos de [...] derechos fundados en la diferencia tiene más audiencia [...] (ESCOBAR; PEDROZA 1996^a, p. 250)

Desde então, baseados em sua condição profissional universitária e de conhecimento das ciências sociais, participaram reiteradamente em foros e eventos e elaboraram documentos. Converteram-se assim em uma espécie de voz no contexto urbano do movimento negro do Pacífico, ante o setor acadêmico, ante a opinião pública e ante os meios de comunicação.

Cauca 1986-1991

Na época da Assembleia Constituinte existiam ou tinham existido no Pacífico caucano alguns projetos locais de produção e comercialização, ou de comunicação.

Em 1979 a raiz do maremoto, PLADEICOP criou o Plano de Emergência Cauca - Nariño, que consistiu em pequenos projetos produtivos, PPP, em pesca, mineração e extração de madeira. A UNICEF e PLADEICOP executaram projetos de cooperativas de mulheres, das quais sobressairam e se fortaleceram duas no Pacífico Caucano uma em Guapi e outra em Timbiquí.

³³ Comité Campesino de Papayal, El Progreso perto da boca do rio Mayorquín.

No final dos 1980s, sacerdotes jesuítas do Centro para a Investigação e a Educação Popular CINEP em Bogotá, promoveram a Associação para o Desenvolvimento do rio Guají, ASODERGUA, para adiantar tarefas de capacitação em organização. Uma organização similar constituiu-se no rio Saija, a Associação para o Progresso do rio Saija, ASOPRODESA, impulsionada pelo padre Epifanio Sotelo (RODRÍGUEZ 2008, AGUDELO 2004). No rio Guapi desenvolveu-se um projeto de autossustentabilidade e uma associação de pescadores que nunca conseguiu o registro de pessoa jurídica; no rio Micay organizaram a Associação de Organizações Populares de Micay, ASOPOMI, e no rio Napi o povo estava muito ativo nas organizações institucionais existentes nas juntas de Ação Comunal, e de Pais de Família (OSLENDER 2008).

Por outro lado, um grupo de jovens de ensino técnico integrou em Guapi em 1986 a organização Juventude Conquistadora do Agro e promoveram projetos agrícolas e iniciaram um projeto em uma fazenda de 15 hectares para melhorar cultivos de subsistência com apoio de um sacerdote jesuíta que trabalhava na revista *Utopias*. Interessavam-se também pela botânica da medicina tradicional³⁴.

Em 1991 algumas dessas organizações iniciaram contatos com os movimentos pela defesa e gerenciamento coletivo territorial quando a igreja organizou a viagem de alguns líderes do Pacífico caucano a Buenaventura a um ato de divulgação sobre estes temas (AGUDELO 2004).

A Fundação Habla Scribe foi um projeto que um grupo de professores do Departamento de Educação da Universidade do Valle iniciou em Tumaco com o apoio de PLAN. Com posterior financiamento da CVC-PLADEICOP, Habla Scribe estabeleceu alguns centros de comunicação e de discussão sobre a situação do povo, em Guapi denominou-se Atarraya, e compreendia um programa de alfabetização, de materiais audiovisuais e impressos, uma papelaria comunitária, e uma estação de rádio³⁵ (AGUDELO 2004).

No rio Timbiquí em 1990 o governo concedeu permissão de mineração de ouro à companhia russa Cósmina a qual operou com retroescavadeiras e ocasionou um grande dano ambiental (OSLENDER 2008). Além disso a entrada em outros diferentes lugares de mineiros forasteiros com retroescavadeiras e dragas provocou inconformidade na população.

³⁴ Entrevista com membros de COCOCAUCA, Guapi 20 de janeiro de 1995.

³⁵ Entrevista com membros de Habla Scribe, Cali 14 de agosto de 1994.

Nariño 1986-1991

Em Nariño antes de 1991 eram notórias as intervenções empresariais e institucionais que ocorreram desde os 1970s, da ONG internacional PLAN, de Chapas y Maderas de Nariño, e de outras entidades por causa de catástrofes naturais e ambientais: os derrames petrolíferos de 1979 e 1982, o maremoto de 1979 e o transtorno fluvial causado pelo canal Naranjo desde 1972. PLAN apoiou as associações cooperativas de lenhadores e de coco e também ao Festival do Currulao, e impulsionou titulações aos camponeses ante o avanço das empresas palmicultoras.

Os projetos agroindustriais de dendê e de camarão que já levavam duas décadas dificultaram a subsistência de carvoeiros, lenhateiros e pescadores quando se apoderaram dos manguezais, adquiriram terrenos a preços irrisórios ou usurparam quase todos os terrenos vizinhos aos rios Mira, Rosario e Canaupí. Em menor medida e com métodos menos agressivos em algumas áreas no rio Iscuandé e no médio Patía operavam empresas de extração de palmito naidí usado na indústria alimentar.

No final da década de 1980 as principais organizações de base em Tumaco, eram cinco cooperativas de produção de camponeses pobres negros e grupos culturais que convergiram em reação à apropriação em massa de terras e manguezais por empresas de dendê e de cultivo de camarão. A Cooperativa Multiativa Agropecuária do Pacífico, COAGROPACÍFICO, uma organização de produtores de coco, que foi organizada em 1989 na área de Tumaco pelo programa de CVC -Holanda em dois anos aumentou seu número de associados de duzentos para mais de 400 em 1993.

Após o avanço das plantações de dendê e o cultivo de camarão, duas associações de pequenos produtores lutaram pelo acesso à terra no Pacífico nariñense: COOPALMACO, Cooperativa de Palmicultores de Tumaco e ASOCARLET, Asociación de Carboneros e Leñateros de Tumaco, quem empreenderam depois um projeto de cultivo de camarão depois de que as regulações ambientais proibiram o devastamento do mangue para lenha.

Em 1991 essas diferentes organizações em Tumaco criaram um ente de coordenação que se denominava o COMÚN Pró Etnia Negra (Comitê Consultivo Municipal de Tumaco) (WADE 1992, p. 180, CORTÉS 1999, p. 133). Alguns deles tinham vindo aglutinando-se desde 1987 em torno do Festival do Currulao e mais recentemente no protesto cívico de setembro de 1988.

Fora da área circundante a Tumaco o processo de organização camponesa começou com um grupo de catequistas liderados por um sacerdote antropólogo e historiador e uma freira (RIVAS 2000: 8). Esses líderes catequistas e camponeses de várias vizinhanças do rio Patia Viejo, desde 1990 formaram juntas pró-defesa nos rios Patia Viejo e Patia Grande e que por um tempo operaram sob o nome de JUNTA PATÍA (PLAN 1998, p. 5, 130, RESTREPO 2002, p. 40). Em outubro de 1991 obtiveram o registro de pessoa jurídica e JUNTA PATÍA converteu-se na organização de povoadores rurais mais consolidada do Pacífico Nariñense³⁶.

Em 1990 três missioneiros franciscanos baseados em Guapi, deslocaram-se à costa nariñense para iniciar ali labores de catequese social e fizeram uma viagem ao Chocó e observaram o processo de ACIA (RESTREPO 2008: 101). No mesmo ano um dos advogados das organizações chocoanas indígenas e camponesas lhe explicou à equipe da pastoral de Nariño a preocupação que se tinha no movimento chocoano e entre ativistas e organizações sociais e ambientais a respeito de planos desenvolvimentistas e megaprojetos no Pacífico. É nesta época em que a pastoral católica adota com respeito à população negra camponesa uma perspectiva de conjunto e sobre processos organizativos e necessidades de fundo (Rivas 2000: 15).

PERÍODO DE 1992 A 1993

O âmbito nacional. Convergências e divergências

ARTÍCULO TRANSITORIO 55. Dentro de los dos años siguientes a la entrada en vigencia de la presente Constitución, el Congreso expedirá, previo estudio por parte de una comisión especial que el Gobierno creará para tal efecto, una ley que les reconozca a las comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico, de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción, el derecho a la propiedad colectiva sobre las áreas que habrá de demarcar la misma ley.

³⁶ “Pero antes en el año de 1991, lograron conseguir reconocimiento oficial con la personería jurídica y empezaron a afiliarse a las demás comunidades del río Patia el Viejo, como Gómez, Loma Grande, el Carmen, Yarumal, el Pasto, Naranjito, El Pinde, Rosario, Cascarito, Bolívar, Las Lajas, La Isla, Brisas del Patia el Viejo, La victoria y la Loma. Entre todos conformaban una población de 2800 personas.” (MOLINA s.d.: 60)

En la comisión especial de que trata el inciso anterior tendrán participación en cada caso representantes elegidos por las comunidades involucradas.

PARÁGRAFO 1o. Lo dispuesto en el presente artículo podrá aplicarse a otras zonas del país que presenten similares condiciones, por el mismo procedimiento y previos estudio y concepto favorable de la comisión especial aquí prevista. (Constitución Política de Colombia, 1991)

Entre julho de 1991 quando se aprovou a nova Constituição com seu Artigo Transitório 55 e maio de 1993 quando a Comissão Especial terminou a redação da Lei, as organizações camponesas e de ativistas negros divulgaram extensamente as formas de organização e as ações necessárias para reclamar os territórios. O Transitório implicava que a população negra rural deveria estar organizada para poder designar os representantes na futura comissão especial para a redação da lei.

Nos tempos que antecederam e que seguiram à expedição da nova Constituição de 1991, a região do Pacífico adquiriu uma visibilidade sem precedentes. Na empresa privada e em entidades do governo propunham portos, estradas, vias interoceânicas, agroindústrias, industrialização da biodiversidade para a região. Com estes “megaprojetos” os territórios negros e os recursos apareciam ameaçados ante o qual as solicitações pelos territórios se fizeram mais urgentes. Para os camponeses negros que careciam de qualquer reconhecimento sobre suas terras, a luta pela defesa dos territórios converteu-se em um assunto de sobrevivência.

O movimento do médio Atrato pela solicitação territorial e pela organização camponesa, tinha motivado a revitalização no baixo Atrato e tinha estendido-se no Chocó para o baixo San Juan, o alto San Juan e o Baudó. Nos três departamentos do Pacífico sul o processo mais antigo que compreendia vários assentamentos era o dos dois rios Patía em Nariño e ainda estava em fase de formação. Mas em todas as outras partes só se veio a ouvir falar de organização de conjuntos de localidades camponesas reclamando o território em 1990, por causa dos foros da ACIA, ou após o Transitório que se expediu em 1991³⁷.

Pôs-se em marcha no Pacífico nos departamentos do sul, uma atividade generalizada de criação de organizações camponesas e de divulgação do Artigo Transitório 55, do futuro manejo comunitário dos

³⁷ Sobre os começos do processo para Nariño ver Restrepo 2008, para Cauca ver Agudelo 2004 e para o Valle ver Grueso 2000.

territórios. De repente as remotas localidades do Pacífico sul viram-se visitadas por comissões ou citadas a reuniões nas que membros de organizações, ou ativistas, ou servidores públicos ou especialistas de diferentes profissões começaram a contar-lhes que deviam solicitar territórios coletivos, que suas práticas eram ecológicas, que eram um grupo étnico, que seus velórios e curas eram segundo a lei: costumes respeitáveis.

As perspectivas de organizações que tinham surgido da eleição de representantes após umas poucas reuniões informativas e às que só recentemente tinha chegado a preocupação sobre seus territórios, eram muito diferentes da atitude e perspectivas de ACIA no médio Atrato que levava uma década de trabalho acumulado de reflexão, discussão, e organização nos comitês eclesiais de base e nos comitês camponeses.

Nestes três departamentos do sul, nos povoados maiores, em Buenaventura, Guapi e Tumaco as discussões prévias à constituinte de 1990-1991 nas que se conheceu o processo do Chocó, motivaram os grupos de ativistas que tinham ido convertendo-se em coordenadores regionais a trocar outros objetivos pela difusão da urgência da solicitação dos territórios coletivos, de organizar conselhos comunitários, de explicar por que eram um grupo étnico o que era isso da ecologia ou do sustentável. Mas também estes grupos urbanos converteram-se em representantes do movimento camponês nos palcos regionais ou nacionais que iam configurando-se. Este protagonismo gerou-lhes receios com outros atores de seus departamentos.

Em Nariño, COMÚN, a organização de convergência dos ativistas urbanos de Tumaco impulsionava os processos nas localidades próximas a Tumaco, mas foram os missioneiros os que promoveram a organização na maioria dos rios e estes religiosos não estavam de acordo com que os ativistas urbanos fossem os que concentrassem a representação das organizações rurais. Em Guapi o grupo de JUNPRO ao assumir os trabalhos de difusão do Transitório, originou ressentimento em setores urbanos de grupos culturais, professores, servidores públicos e políticos locais e no Valle, alguns povoadores de zonas rurais próximas a Buenaventura ou à estrada recusavam a representação de CNCN e promoviam a independência dos conselhos comunitários dos pequenos assentamentos individuais.

O Transitório 55 estabeleceu que a Comissão Especial estaria integrada por “representantes eleitos pelas comunidades envolvidas”. As organizações do Chocó e as coordenações urbanas em Buenaventura e Tumaco conseguiram fazer lobby frente ao governo para que no decreto

1332 de 11 de agosto de 1992 que citou e definiu que na Comissão Especial. Conseguiram que os representantes proviessem de Comissões Consultivas departamentais, nas quais estivessem as organizações camponesas relacionadas com as reivindicações territoriais no Pacífico e não os diversos grupos dos partidos tradicionais ou as muitas ONGs de todo tipo que surgiram no Pacífico motivadas pela abertura que a Constituição fez à sociedade civil. Assim, os partidos tradicionais e sua estendida rede clientelista em toda a região do Pacífico que se assentava no domínio dos Conselhos Municipais e na maioria das juntas de ação comunal, ficaram fora desta dinâmica legislativa.

O decreto 1332 estabeleceu as organizações que integraram as Comissões Consultivas Departamentais³⁸ o qual oferece um depoimento

³⁸ O artigo 3º do decreto estabelece que:

“Las Comisiones Consultivas serán las siguientes:

- a) Comisión Consultiva del Departamento del Chocó la cual estará integrada por: Asociación Campesina Integral del Atrato, ACIA; Asociación Campesina del San Juan, ACADESAN; Organización de Población Negra de la Costa Pacífica; Asociación Campesina del Alto Baudó, ACABA; Organización Campesina del Bajo Atrato, OCABA; Organización de Barrios Populares del Chocó, OBAPO; Asociación Departamental de Usuarios Campesinos, ADUC;
 - b) Comisión Consultiva del Departamento del Valle, la cual estará integrada por: Comité de Defensa de los intereses del río Cajambre, CODINCA; Asociación Popular de Negros Unidos del río Yurumanguí, APONURY; Organización por la Defensa de los intereses de las comunidades Negras del río Naya, ODEINCAN; Asociación de Comunidades Negra Unidas del Río Raposo, ACONUR, Organización de Negros Unidos por los Intereses del Río Anchicayá, ONUIRA, Comité Campesino de Papayal El Progreso y dos (2) representantes elegidos por el Concejo de Buenaventura;
 - c) Comisión Consultiva del Departamento del Cauca la cual estará integrada por: Movimiento Cultural Cinecio Mina, Asociación Prodesarrollo del Saija, Comité Prodesarrollo del Municipio de López de Míca, Cauca, Comité Prointereses de la Costa Caucana, COPRICA y Coordinación de Comunidades Negras de la Costa Caucana, COCOCAUCA.
 - d) Comisión Consultiva del Departamento del Nariño, La cual está integrada por: COAGROPACÍFICO Tumaco; Asociación Campesina del Río Satinga ORISA Asociación Comunidades Negras de Nariño de Bocas de Satinga ASOCONAR, Asociación Campesina del Patía, ACAPA; Asociación Campesina de Barbacoas; Asociación Campesina del Río Mira, ASOMIRA; Asociación de Campesinos de San José Payán; Organización para la Defensa del Mar Pacífico, ODEMAP; Organización Negra de Francisco Pizarro ‘ORNEPI’; Asociación Campesina de Iscuandé; Asociación Campesina de la Tola; Asociación Campesina del Charco ‘ORGANICHAR’ y la Asociación de Carboneros y Leñateros de Tumaco, ASOCARLET.
- En la primera sesión de la Comisión Especial los consultivos de Nariño agregaron las siguientes organizaciones a la Consultiva regional de Nariño: Junta Prodefensa del Patía Viejo, Unión de Veredas del río Santianga UNIVERSA, Cooperativa de Palmicultores de Tumaco, COPALMACO, Fundación de Educadores Populares de Tumaco, Movimiento de Agricultores Progresistas de Tumaco, Corporación Música del Pacífico, Grupo Camino Sindagua, Fundación Chigualo, Gobierno Educativo de Cajapí, Organización de Pequeños Mineros de la Aurora, Asociación Campesina de Barbacoas, Asociación pro-defensa del río Caunapí, Asociación de Ganaderos de Roberto Payán, Grupo Cimarrón de Satinga y Asociación Campesina de Maguíf-Payán.”

das organizações negras ativas no Pacífico nesse momento. Pelo Chocó figuraram as organizações “étnicoterritoriais”, como se denominariam em adiante, ACIA do Atrato; ACADESÁN do San Juan; OCOPA da costa pacífica; ACABA do Baudó; OCABA do baixo Atrato; OBAPO dos bairros populares e ADUC de usuários camponeses DOS RIOS Atrato e San Juan.

No Valle designaram-se às organizações CODINCA do rio Cajambre; APONURY do Yurumanguí; ODEICAN do Naya; ACONUR do Raposo; ONUIRA do Anchicayá; um comitê camponês de Papayal e dois designados pelo conselho de Buenaventura.

Pelo Cauca a organização Senecio Mina da área interandina de população negra do norte do Cauca; uma organização do rio Saija, outra do rio Micay; e duas da costa caucana COPRICA e COCOCAUCA. Por Nariño, as organizações ASOCONAR do rio Satinga; ACAPA do baixo rio Patía; e associações dos municípios de Payán; de Mosquera ODEMAR; de Pizarro, ORNEPI; de Iscuandé; ORGANICHAR do Charco; a organização do rio La Tola; a associação de produtores de coco COAGROPACIFICO dos rios da enseada Chaguí, Gualajo e Mejicano; e ASOCARLET, a Associação de Carboneros y Leñateros habitantes pobres dos bairros de Tumaco.

Para a Comissão Especial, a encarregada de redigir a lei de comunidades negras em Bogotá, por cada departamento nomearam-se três comissionados e foram pelo Chocó líderes de ACIA, OBAPO e ACABA; pelo Valle o líder da CNCN (que se denominaria depois como OCN e depois como PCN), um professor e um líder do rio Anchicayá; pelo Cauca um líder de JUNPRO, outro de SINECIO MINA e outro de um dos rios; e por Nariño um de ACAPA do Patía Viejo; outro de ORISA do rio Satinga; e outro do grupo de ativistas do COMÚN de Tumaco.

As posições maioritárias eram então de um lado as organizações camponesas fluviais sub-regionais do Chocó e de Nariño com influência dos centros de católicos de pastoral e de outro lado as organizações de dirigentes urbanos da CNCN de Buenaventura, Tumaco e o Norte do Cauca, enquanto dois dos delegados do Cauca tinham uma visão mais localista e não se alinhavam a estas tendências³⁹.

³⁹ Os outros quinze miembros da Comissão Especial nomeados pelo governo foram a) Ministro de Governo ou seu Delegado; quem a presidirá; b) O Gerente Geral do Instituto Colombiano de la Reforma Agraria, INCORA, ou seu delegado e o funcionário Silvio Garcés; c) O Diretor do Departamento Nacional de Planeación, DNP, ou seu representante; d) O Diretor do Instituto de los Recursos Naturales Renovables INDERENA ou seu representante; e) O Diretor do Instituto Geográfico Agustín Codazzi, IGAC ou seu delegado; f) O Diretor do Instituto de Investigaciones Culturales y Antropológicas, ICAN ou seu delegado; g) Os

A Comissão Especial entre agosto de 1992 e maio de 1993 reuniu-se em oito sessões. Entre os comissionados negros não teve maiores diferenças sobre os conteúdos da lei pois apesar de que os comissionados do norte do Cauca e da CNCN trataram de ampliar a outros setores da população negra, o Artigo Transitório era muito restrito e reduzia os objetivos da lei a comunidades que ocupassem territórios selváticos no Pacífico ou “a outras zonas do país que apresentem similares condições” com práticas produtivas *sui generis*.

As discussões e conclusões da Comissão Especial estiveram centradas na peculiaridade das populações negras das selvas do Pacífico e na sustentabilidade ambiental de suas práticas produtivas. A agenda multilateral do multiculturalismo e do meio ambiente constituiu o ponto de partida e de chegada das discussões e do texto da Lei 70. A agenda se difundiu através das localidades e das sub-regiões do Pacífico, pois enquanto em Bogotá reunia-se a Comissão Especial, nos povoados, rios e litoral do Pacífico efetuavam-se as ações de divulgação e discussão para enviar retroalimentação aos comissionados.

O ponto central da Lei que redigiu a Comissão Especial e que meses mais tarde aprovou o Parlamento, é a titulação coletiva do território das comunidades negras as quais elegem conselhos comunitários para o manejo desse território. A Lei institui as Consultivas departamentais ou regionais e a Consultiva Nacional de Alto Nível, como a representação da população negra para dialogar com os governos departamentais e o governo nacional e ordena desenvolver uma política educativa para ensinar a história, a sociedade e a cultura do povo negro (ver Lei 70 em Anexos)

Alguns meses antes, no contexto de elaboração de propostas para dita lei, por iniciativa dos ativistas da OCN do Valle del Cauca se convocou a uma primeira Assembleia Nacional de Comunidades Negras em Tumaco em julho de 1992 na que participaram delegados de organizações dos quatro departamentos além de organizações de mulheres, culturais e gremiais. (CASSIANI 2002, GRUESO 1994). As organizações do Chocó em especial ACIA e ACADESAN, as mais consolidadas do Pacífico quanto a número de localidades filiadas viram

senhores Gustavo de Roux e Jaime Arocha, professores universitários; h) Otilia Dueñas, Directora Bienestar Social del Distrito; i) Edgar Eulises Torres Murillo, Representante da Cámara; j) Omar Torres Angulo, Concejal de Buenaventura; k) Jesús Rosero Ruano, Representante da Cámara; l) Piedad Córdoba de Castro, Representante da Cámara; m) Guillermo Panchano, Senador; INCORA o) Luis Jaime Perea Ramos, Representante da Cámara

com desconfiança a uma possível organização nacional na que outras organizações com muito menor respaldo de base, encontrassem-se em igualdade de capacidade decisória frente a elas que representavam a massa de população camponesa negra mais importante do Pacífico.

Outra Assembleia Nacional de Comunidades Negras citada pela CNCN celebrou-se em Puerto Tejada no dia 29 de outubro de 1993, recém sancionada a Lei 70. Nesta assembleia a CNCN converteu-se no Processo de Comunidades Negras, PCN (GRUESO 1994). Os delegados do Valle propuseram que houvesse uma coordenação departamental de conselhos comunitários, um Conselho Nacional e uma Equipe de Coordenação Nacional nos quais houvesse representantes das diferentes visões que se moviam no interior do movimento (GRUESO 1994: 37).

As organizações chocoanas sustentavam pelo contrário, que o mais urgente era consolidar a organização de base. As maiores organizações chocoanas ACIA e ACADESÁN não compareceram à Terceira Assembléia. ACADESÁN enviou uma carta na que afirmavam a respeito do tipo de organizações negras.

... por un lado estamos quienes signábamos la representación en las organizaciones populares de base y por otro quienes creían que la representación debía ser asumida por unos cuantos destacados líderes” ... una organización nacional debe conformarse como fruto de un trabajo organizativo de base [...] que evite que sea tomado y acaparado por una élite [...] no creemos que sea tiempo de construir una organización nacional [...] Proponemos reforzar el trabajo interno de cada organización [...] Ninguna persona puede erigirse como representante de todas las organizaciones de comunidades negras del Chocó o del país. (ACADESÁN 1993) (Carta ACADESÁN al la III Conferencia”)

Por sua parte em um comunicado ACIA afirmou:

...hay que hacer un trabajo de concientización de nuestro pueblo, y que el mismo pueblo sea el que decida qué clase de estructura se debe crear, consideramos que no es justo que unos pocos líderes tengan que decidir por un pueblo (ACIA 1993) (Posición de la ACIA frente a la Asamblea Nacional de comunidades negras)

Após as fracassadas reuniões entre as organizações negras para propor candidatos negros e para debater propostas para a Assembleia

Constituinte, e para constituir uma organização nacional, apareceram duas claras concepções diferentes sobre os objetivos, sobre a forma de organização e sobre a política de alianças e de agendas comuns.

O que separava às organizações étnico territoriais chocoanas das organizações dos núcleos coordenadores urbanos do Pacífico sul eram as formas organizativas.

As organizações do Chocó estavam convencidas que as alianças e coordenação entre organizações só garantiria o avanço de suas agendas dava-se entre organizações que fossem representativas de um amplo trabalho de base. ACIA e ACADESÁN que compreendiam mais de uma centena de localidades em imensas áreas nos rios Atrato e San Juan com aproximadamente um milhão e meio de hectares e duzentas comunidades, apontavam para o reconhecimento dos territórios, os recursos e normativas para os manejar autonomamente e trabalhar para a melhoria das condições de vida em aspectos tais como a saúde e a educação.

As organizações chocoanas não queriam ser usadas como suporte populacional para aspirações políticas individualistas ou para a promoção de grupos sem maior representatividade. Manifestaram que estavam dispostas a trabalhar pelo crescimento organizativo em outras partes do Pacífico e em marcar agendas concretas para o avanço do movimento pela defesa do território tradicional⁴⁰ (ACIA 1992).

De outro lado estavam os núcleos de ativistas urbanos do Valle e de Nariño que tinham começado na Fundação Século XXI de Buenaventura e o grupo COMÚN Pró Etnia Negra de Tumaco, a organização Sinesio Mina de Puerto Tejada e com a organização palenquera de Cartagena, os quais eram os principais membros da Coordenadora Nacional de Comunidades Negras, CNCN, a qual denominou-se finalmente Processo de Comunidades Negras, PCN.

Viam a urgência de conformar uma organização negra nacional, a qual desenharia a agenda política, marcaria alianças, coordenaria projetos e impulsionaria os processos organizativos locais. Concebiam um tipo de organização liderada por ativistas urbanos e não pelos membros das organizações camponesas locais, estilo de organização similar ao dos grupos ou partidos políticos de esquerda estruturados ao redor de um núcleo dirigente, modelo de organização com o que as organizações chocoanas mostraram-se enfaticamente em desacordo.

O PCN desenvolveu seu estilo organizativo no qual em cada departamento em Valle e Nariño uma entidade chamada Palenque

⁴⁰ Entrevista com dirigentes de ACIA 27 de dezembro de 1994.

coordenaria a todas as organizações afrocolombianas (CIFUENTES 2007: 65-68). No Cauca preferiram chamar a tal coordenação COCOCAUCA e seus líderes procederam com autonomia e distanciaram-se da coordenação do PCN.

Chocó 1991 a 1993

Ante a ameaça dos 'megaprojetos' das empresas extrativas e da ascensão do Pacífico colombiano nas agendas globais do pólo capitalista do Pacífico asiático, as organizações de camponeses negros do Chocó convocaram em março de 1992 o segundo Encontro de Negros e Indígenas pela Defesa do Território Tradicional do Pacífico (Uribe 1992: 109).

As organizações chocoanas mobilizaram-se pelos rios fazendo consultas sobre os conteúdos que devia ter a lei de comunidades negras (EL ATRATEÑO 1994, p. 22). A ACIA sintetizou estes resultados em um documento que levou à comissão especial titulado "Afrochocó, Etnia, Território e Cultura": titulação coletiva do território, reconhecimento da população negra como específica e diferente, com uma experiência e umas práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, contribua do Estado para fazer possível esse manejo, políticas culturais, de comunicação e educativas para fortalecer e reafirmar a cultura negra (ACIA 1991). A ACIA tinha ademais os lares infantis, as lojas comunitárias, os grupos de saúde, o gerenciamento do depósito de banana na sede em Quibdó. (DE LA TORRE S.d.)

O processo organizativo continuou estendendo-se no Chocó, cobrindo os assentamentos negros em extensas zonas fluviais dos cursos dos três grandes rios chocoanos e no litoral marítimo, a ACIA no Médio Atrato, ACADESÁN no baixo rio San Juan, ASOCASÁN no alto San Juan e ACABA no Baudó.

A OCABA revigorou-se e superando suas diferenças com ACAMURI e com o apoio do pároco claretiano de Riosucio acometeram a criação de conselhos comunitários nos rios afluentes do baixo Atrato: Cararica, Domingodó, Salaquí e Truandó (Hernández 2008: 11).

Os ativistas de OBAPO adiantaram ações de organização no litoral norte do Chocó nos municípios de Nuquí, Bahia Solano e Juradó. Em 1990 no município de Nuquí organizou-se um grupo de mulheres chamado Palmeras do Pacífico e pouco depois relacionaram-se com a OBAPO e participaram em 1992 no II Encontro pelo Território Tradicional do Pacífico e nas mobilizações durante a Constituinte. Propuseram reivindicações frente ao acesso a terrenos públicos e pela

legalização dos terrenos das moradias de alguns moradores de Nuquí. Um processo similar ocorreu na costa norte chocoana no município de Bahía Solano.

Valle entre 1991 e 1993

A partir da Constituição de 1991 começou o trabalho dos membros da CNCN com as bases rurais do departamento do Valle. Isto implicou um processo de transformação pessoal e de aprendizagem sobre o mundo rural no Pacífico (AGUDELO 2005: 182). O que no Chocó levava uma década de trabalho, teve que ser acometido em um tempo bem mais curto: consolidar as organizações na cada localidade, fortalecer as organizações maiores nos rios e divulgar a nova agenda da reivindicação territorial.

A CNCN organizou um encontro nacional de organizações afrocolombianas em Tumaco em julho de 1992 para impulsionar a organização nacional e a redação da proposta para a lei de comunidades negras. Um segundo encontro realizou-se em 1993 em Puerto Tejada depois que se assinou a Lei 70.

Em 1992 criou-se a rede de mulheres negras com importante participação da CNCN (FLÓREZ 2004). O grupo de mulheres dirigentes da CNCN começou a trabalhar elementos políticos sobre gênero e mulher e pela organização das mulheres nos rios.

A OCN na sub-comissão de identidade cultural na Comissão Especial em fevereiro de 1993, a OCN propôs assim seu ideário:

Cuatro principios orientan la Organización de Comunidades Negras, OCN [...] derecho a ser, al territorio, a la autonomía y a una visión propia del desarrollo, el movimiento negro es parte de la lucha mundial del hombre negro.

(ESCOBAR; PEDROSA 1996a: 245-246)

Em outubro de 1993 a CNCN mudou seu nome para: Organização de Comunidades Negras, OCN, e consolidou sua coordenação com os grupos de ativistas urbanos de Tumaco, do norte do Cauca e de Cartagena.

No rio Anchicayá a Fundação Herencia Verde tinha um projeto de manejo ambiental participativo, o qual passou a se coordenar com a OCN desde 1993 e a apoiar o trabalho de organização⁴¹.

O trabalho com as localidades fluviais foi-se consolidando como no caso do rio Raposo, no qual a organização local, Associação de Comunidades Negras Unidas do Rio Raposo, ACONUR com o respaldo

⁴¹ Entrevista com lideranças do PCN, Buenaventura 18 de janeiro 1994. Entrevista com diretor de Herencia Verde, Cali 8 de novembro de 1994.

e acompanhamento da OCN se opôs e conseguiu a saída de retroescavadeiras que tinham arrasado centos de hectares. (GRUESO 2000: 110).

Cauca 1991 a 1993

A organização Juventude Conquistadora do Agro que era uma associação de Guapi de jovens escolarizados envolvidos com comunidades rurais para a promoção de práticas produtivas mudaram o nome em 1991 para Juntos Unidos pelo Processo, JUNPRO, e se dedicaram com apoio dos jesuítas de Bogotá a assessorar e impulsionar processos produtivos e organizativos. Em 1992 organizaram um Encontro de Intercâmbio de Saberes com participantes dos três municípios⁴² (PANTOJA 2008).

Os projetos produtivos com mulheres de PLADEICOP - UNICEF resultaram na criação de cooperativas femininas de produção, nas áreas dos rios vizinhos a Guapi e Timbiquí. Em Guapi a organização COOPMUJERES compreendia 10 grupos e 120 sócias (ROJAS 1996: 211). Este grupo de mulheres mais adiante vai trabalhar proximamente a COCOCAUCA (entrevista dirigentes COCOCAUCA).

JUNPRO, na primeira assembleia de organizações caucanas, ofereceu-se para fazer a divulgação e impulsionar a organização nos rios, e fundou com todas as organizações de base camponesas, a Coordenação Costa Caucana de Comunidades Negras, COCOCAUCA. JUNPRO começou a operar como equipe de direção de organização regional à maneira que os estavam fazendo os ativistas da CNCN em Buenaventura e os de COMÚN em Tumaco.

Um membro de JUNPRO foi um dos dois delegados do Cauca para a Comissão de Alto Nível que redigiu em Bogotá o texto da lei 70. Este protagonismo de JUNPRO lhe granjeou ressentimento entre uns setores urbanos em Guapi, professores, servidores públicos, sindicais e membros de outras organizações, que sustentavam que a coordenação e discussões sobre a futura lei para comunidades negras não podiam estar em mãos de uns jovens sem experiência (AGUDELO, 2004, p.311-314)

⁴² Entrevista a servidor público do PMRN 1994. Este interesse e atividades de JUNPRO pelos saberes tradicionais foi também corroborado nesta entrevista, se destacou a realização de JUNPRO de um encontro de praticantes de medicina tradicional como uma das atividades organizativas mais importantes da época

Nariño 1991 a 1993

Em Tumaco nas primeiras organizações que surgiram a preocupação central era a permanência de suas atividades produtivas e não passavam por um processo de reflexão sobre o território coletivo. (RIVAS 2004, p. 381, HOFFMANN 2007, p. 208-210).

Nas organizações mais antigas, os membros dos grupos culturais Corporação Ecos do Pacífico e o grupo de teatro Calypso, coordenavam algumas ações e procuravam fortalecer o movimento social através de manifestações artísticas, organizaram o Festival Internacional do Currulao e em 1992 este evento divulgou ativamente o Artigo 55 e discussões sobre a futura lei de comunidades negras. Por causa do Artigo Transitório 55 desde 1991, estes líderes junto com as associações de produtores de coco, palma e lenha conformaram uma coordenação departamental à que chamaram COMÚN, Comitê Consultivo Municipal de Tumaco Pró Etnia negra, e impulsionaram o reclamo pelos territórios coletivos. Estabeleceram uma agenda comum com os ativistas de Buenaventura e formaram com eles a CNCN a que depois se converteria em OCN (CORTÉS, 1999; RESTREPO, 2002, p. 41-42). Constituíram-se na coordenadora departamental de Nariño, mas o trabalho nas zonas rurais de Nariño continuou impulsionado pela igreja.

No rio Sanquianga e no Rio Tapaje o pároco do Charco após a lei 70 impulsionou a Organização de Comunidades Negras do Município do Charco, ORGANICHAR com reuniões e discussões e ações como a expulsão de uma empresa aurífera com dragas no alto rio Tapaje (CORTÉS, 1999; RESTREPO, 2008: 104).

Os dirigentes da JUNTA PATÍA dos rios Patía Viejo e Patía Grande coordenaram em Tumaco com o COMÚN e com a Pastoral o conhecimento do Transitório 55. Um dos três delegados por Nariño à Comissão Especial foi uma de suas dirigentes (PLAN 1998, MOLINA s.d.). Converteram-se em 1992 na Associação Camponesa do Patía, ACAPA, no município de Francisco Pizarro (RIVAS 2004).

A raiz do Artigo Transitório 55, sacerdotes e freiras da pastoral promoveram no sul do Pacífico de Nariño a criação de organizações como ASOMIRA, Associação Camponesa do Rio Mira; ORNEPI, Organização Negra de Francisco Pizarro, também no município de Pizarro. Em Barbacoas impulsionaram a causa territorial entre organizações que já existiam como CAMINO SINDAGUA e FUNDAÇÃO CHIGUALO, esta última parte do projeto de HABLA SCRIBE.

O Conselho da Organização para a Defesa dos Mares do Pacífico, ODEMAP, surgiu também com a ajuda da igreja. Teve antecedentes em

1991 e cobria os municípios de Mosquera e Olaya Herrera, um ano depois divide-se em ODEMAP Mosquera Norte, ODEMAP Mosquera Sul e ODEMAP Olaya Herrera (RIVAS 2004).

Os missioneiros franciscanos da paróquia de Bocas de Satinga em 1992 em poucas semanas fundaram ou revigoraram as organizações União Veredal Rio Sanquianga, UNIVERSAN; Organização Rio Satinga, ORISA; Associação Comunidades Negras de Nariño, ASOCONAR no rio Satinga e Organização de Produtores de Mosquera, OPROMO, em Mosquera (RESTREPO 2008: 102).

A Pastoral católica pôs-se como prioridade a organização e a documentação sobre os territórios em especial onde o processo estava mais frágil em Iscuandé, La Tola e El Charco. O pároco do El Charco dedicou-se de tempo completo à organização e inclusive foi um dos três coordenadores regionais do departamento (RESTREPO 2008: 104-105).

Ante a destruição do bosque de bambuzal no município de Olaya Herrera implementou-se o Projeto Bosques de Bambuzal da Universidade Nacional financiado pelo PNUD entre 1992 e 1994 e que envolveu profissionais florestais, pesquisadores das ciências sociais quem proviram informação e assessoria sobre os processos de organização e de solicitação territorial aos líderes locais (DEL VALLE; RESTREPO 1996, ALMARIO 2001, ALMARIO 2004).

A começos de 1992, tinha já dezessete organizações como membros da Comissão Consultiva Departamental discutindo sobre a futura lei de comunidades negras. As discussões incluíam a apropriação das áreas contíguas à estrada por parte das empresas palmicultoras. Poderosos interesses sentiram-se afetados e o prefeito de Tumaco em julho de 1992, irrompeu na Primeira Assembleia de Comunidades Negras e advertiu ameaçadoramente que por problemas de territórios tinham morrido no último ano 600 pessoas na zona da estrada. (CORTÉS 1999).

DESDE 1993. DA APROVAÇÃO DA LEI 70 ATÉ AS PRIMEIRAS TITULAÇÕES

A Lei 70 foi proclamada em Quibdó pelo presidente Gaviria no dia 23 de agosto de 1993. O texto da lei que ficou dirigido a territórios selváticos do Pacífico causou a debilitação da convergência nacional de organizações negras estabeleceu um palco de atividades centrado no Pacífico, entre as organizações negras e entre estas e as instituições governamentais. Organizações que tinham participado dinamicamente no processo como as da costa atlântica ou as do norte do Cauca interandino,

ficaram fora dos conteúdos da Lei 70 e as marginou do processo que se desenvolveu de aí em diante (HURTADO 2004: 186).

A Lei 70 ordenou que se adjudicassem territórios coletivos aos povoadores rurais do Pacífico que os reclamassem e que deviam eleger conselhos comunitários. A lei ordenou também que o governo marcaria com as populações negras através de Comissões Consultivas departamentais e de uma Comissão Consultiva nacional. Ordenou também que tivesse uma pessoa negra eleita pelas organizações em todas as Corporações Regionais Ambientais.

Nos três departamentos do sul entre 1993 e 1999 o processo de criação dos conselhos comunitários entre os povoadores negros na costa e nos rios, realizava-se sob a organização que lideravam os ativistas urbanos do PCN em Tumaco e Buenaventura e de COCOCAUCA no Cauca, mas a partir de 1997 quando estava avançado o processo para a titulação, fez-se evidente que a Lei 70 era a respeito de entidades territoriais com uma agenda e um orçamento institucional, que gerava tensões entre os que aspiravam aceder a esses recursos burocráticos.

O processo começou a mudar de orientação rapidamente e apenas uns meses após ter entrado em vigência a Lei 70, o logro mais importante na história da população negra, as organizações estavam preocupadas com procedimentos burocráticos e o debate político se reduziu notavelmente. As eleições e reuniões das Comissões Consultivas, as nomeações nas Corporações Regionais Ambientais, e as atribuições de dinheiro do governo para funcionamento das organizações e para projetos absorveram a sequência da agenda das organizações.

No final de 1993 terminaram as dinâmicas desprendidas da Comissão Especial, para passar a discussões de regulamentação da Lei e de consolidação das organizações com relação à malha institucional na qual deviam operar. Dentro da regulamentação da Lei 70 priorizou-se o Capítulo III, referido à titulação coletiva. As discussões sobre deste Capítulo e as ações posteriores ao Decreto 1745 de 1995 que o regulamentou concentraram os esforços dos líderes, das organizações e das instituições.

Atividades institucionais no tempo da lei 70

O projeto BIOPACÍFICO estabeleceu-se para estimar o estado da biodiversidade e traçar estratégias e para difundir atitudes para o uso sustentável dos recursos naturais no Pacífico colombiano.

Ilustração 14. Parque Mosquera Garcés. Quibdó



Aqui o presidente Gaviria declarou a Lei 70, em 27 de agosto de 1993. (foto de Luis Alfonso Orozco).

Foi financiado pelo Global Environmental Facility, GEF, um fundo ambiental do UNDP, Programa para o Desenvolvimento da ONU, com nove milhões de dólares. Entre 1993 e 1998 desenvolveu diversos projetos, alguns dos quais se coordenaram e executaram em parte com as organizações vinculadas ao processo da Lei 70 especialmente depois de junho de 1995 quando acordou-se ampliar a participação das entidades étnico territoriais (MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE et al s.f). Entre 1995 e 2007 o programa de empréstimo do BID (1995-2007) de Desenvolvimento Sustentável da Costa Pacífica, PDSCP ou “Plan Pacífico” executou US \$ 34 milhões em 1590 projetos em 48 municípios. Este programa que se propôs orientado à consolidação do Estado, e ao desenvolvimento, para fortalecer o desenvolvimento institucional e projetos em saúde, educação, saneamento e atividades produtivas destinou aproximadamente 10% de seu orçamento a projetos de organizações locais, tanto produtivos como de fortalecimento organizativo, muitos deles relacionados com os processos da Lei 70 (KORN 1994, MORENO & CALDERÓN 2008)⁴³.

⁴³ O PDSCP ou Plan Pacífico foi inicialmente aprovado por US\$ 50 milhões. US\$ 40 milhões de empréstimo do BID e 10 milhões de doação do BID. Ante as dificuldades de execução o

No dia 26 de outubro de 1992 em uma reunião em Cali, entre a Consultiva de Alto Nível e o Ministério do Meio ambiente, a Rede de Solidariedade Social e o INCORA, acordou-se que dentro da nova fase do Plano de Ação Florestal, PAFC, financiado pelo Banco Mundial, no Programa de Manejo dos Recursos Naturais, PMRN⁴⁴, destinariam-se 1,89 milhões de dólares e 0,9 milhões ao processo de solicitação, estudo e titulação dos territórios coletivos e à conformação de Comitês Regionais para a participação das organizações étnicas na execução do projeto (SÁNCHEZ & ROLDÁN 2002: 7). O Ministério do Ambiente exerceu a coordenação e administração, o INCORA encarregou-se das ações para a titulação, e a Rede de Solidariedade⁴⁵ dos Comitês Regionais. Ademais outro dos componentes do PMRN foi o da Zonificación Ecológica del Pacífico que operou na entidade cartográfica do governo nacional, Instituto Geográfico Agustín Codazzi, IGAC; este componente elaborou mapas de toda a região sobre o uso da terra.

Ao primeiro Comitê Regional reunido de 9 a 12 de abril de 1996 assistiram a MESA do Chocó, os Palenques de Valle e Nariño, e COCOCAUCA e 31 organizações locais sob a coordenação dos Palenques e COCOCAUCA (El HILERO 1996). As titulações que se fizeram entre 13 de dezembro de 1996 e 21 de dezembro de 2000 foram resultado das oficinas e pesquisas locais destes dois componentes do PMRN: o processo de titulação e os comitês Regionais.

Além disso houveram recursos provenientes de entidades oficiais como o Plano Reabilitação e a Rede de Solidariedade da Presidência da República, o Ministério do Interior e o INCODER para as atividades ordenadas pela Lei 70.

Por todo o Pacífico desenvolveram-se oficinas e atividades de divulgação sobre o conteúdo da Lei 70. Intensificou-se um processo de organização de Conselhos Comunitários e o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural, INCODER, iniciou os processos para a

governo colombiano eliminou US \$ 4,6 milhões e a doação nunca se levou a cabo (Moreno e Calderón 2008).

⁴⁴ “El (PMRN) del Ministerio del Medio Ambiente, fue acogido por el Gobierno Nacional, en la reunión del Consejo Nacional de Política Económica y Social (CONPES), el 22 de agosto de 1993. Un año después, el 9 de agosto de 1994, se suscribió el contrato de préstamo del Banco Mundial” (Sánchez & Roldán 2002: 11). O PMRN teve um orçamento inicial de sessenta e cinco milhões de dólares, dos quais trinta e nove milhões foram um empréstimo do Banco Mundial, sete milhões de dólares foram doados pela Holanda e outros vinte e seis milhões contribuídos pelo governo colombiano. O governo colombiano diminuiu o empréstimo com o Banco mundial em 15,4 milhões de dólares (García 2005: 30).

⁴⁵ La Red de Solidaridad era a entidade de política social da Presidência da República.

adjudicação dos territórios coletivos. Na medida em que se desenvolviam estes processos as pessoas das localidades iam aprendendo a tecnologia política da organização, a retórica do movimento e a pragmática da negociação com burocratas de todos os níveis.

O processo de pesquisa conjunta entre instituições e os conselhos comunitários ou as organizações para elevar as solicitações teve momentos de dificuldade com o deslocamento em massa dos assentamentos do baixo Atrato desde 1996, com sua maior intensificação em fevereiro de 1997.

Chocó desde 1993

A nova constituição e a Lei 70 provocaram uma proliferação de organizações que tinham a expectativa de aceder a recursos para pesquisa e gerenciamento sobretudo nas áreas ambiental e social. Ante esta situação, as maiores organizações étnico territoriais do Chocó: ACIA, ACADESÁN, OBAPO e ACABA, organizaram-se na “Mesa de Trabalho”, ou a MESA, como se conheceu de aí em diante, para acordar ações frente a entidades do governo. Outras onze organizações de base menores, de professores, mulheres, de produção, etc., agruparam-se na Federação de Organizações de Comunidades Afrochocoanas, FOCA, e outras catorze organizações de caráter ambiental conformaram a “Mesa Ambiental”⁴⁶. Desta forma os grupos podiam negociar entre si e com o governo e chegar a acordos sobre a participação nos palcos correspondentes. ASOCASÁN por exemplo trabalhava dentro de FOCA, mas estava avançando em seus processos com assessoria próxima de ACIA e de equipes de advogados que tinham assessorado a ACIA. Quando ASOCASÁN inicia o processo de estudo e discussão para a titulação em 1994 havia passado de dez comunidades em 1989 a 52 comunidades.

As negociações que se propunham entre estes atores do Chocó eram as da integração da Comisión Consultiva Departamental e ao interior desta, a designação dos membros da Comisión de Alto Nivel Nacional, que deveriam ir às correspondentes reuniões em Bogotá, as da designação dos membros das juntas diretivas da corporação ambiental departamental CODECHOCÓ e do Instituto de Investigações Ambientais do Pacífico IIAP. Foram tensas também as negociações sobre os delegados e a atribuição de seus recursos ao ECOFONDO, uma entidade

⁴⁶ Entrevistas com dirigentes da Mesa Ambiental e de FOCA, Quibdó, dezembro de 1994.

privada integrada pelas organizações ambientais do país para financiar projetos com os fundos de co-donação de dívida do Canadá e dos Estados Unidos.

Desde 1993 no Chocó manteve-se o predomínio das grandes organizações e não ocorreram processos de fragmentação como nos departamentos do Sul e pelo contrário avançou o processo de consolidação das grandes organizações.

Os ativistas de OBAPO fomentaram a organização no litoral norte do Chocó nos municípios de Nuquí, Bahia Solano e Juradó. Nesse momento tinha modificado seu nome para Organización de Barrios Populares y Comunidades Campesinas de la Costa Pacífica Norte del Chocó. Em 1995 constituiu-se legalmente o Consejo Comunitario de Nuquí, o qual em 2001 tomava o nome de Consejo Comunitario General de los Riscasles compreendendo os Conselhos Comunitários locais das nove comunidades do município. No dia 4 de dezembro de 2002 o governo lhes expediu o título de 31000 hectares do Territorio de Comunidades Negras del Golfo de Tribugá. A relação e assessoria da OBAPO facilitaram-lhes os contatos institucionais e o desenvolvimento de projetos com as universidades, instituições e ONGs

Um processo similar iniciou-se na outra porção da costa norte no município de Bahia Solano. Ali o território coletivo foi aprovado no dia 3 de dezembro de 2002 com 67.327 hectares onde vivem 18 comunidades, 1.329 famílias e 5.846 pessoas. No entanto em 2006 a multinacional REM Forest Products através de sua filial Prima Coombia Harwood conseguiu cooptar membros do conselho comunitário e a servidores públicos de CODECHOCÓ e conseguiu uma licença “outorgada por Codechocó em 2006 (Resolução 2293) para explorar durante 15 anos mais de cinco milhões de metros cúbicos de madeira; uns US\$1.500 milhões” em 44.000 hectares do território coletivo (MOLANO 2011). A empresa ofereceu ao conselho comunitário geral uns 120 empregos e parte das utilidades, mas algumas de comunidades locais opuseram-se a semelhante desastre ambiental e demandaram a resolução a qual após prolongado pleito foi derogada pelo Ministério do Ambiente em julho de 2011(El Tiempo 2013)

A Organización Campesina del Bajo Atrato, OCABA, voltou a ativar os processos de discussão e organização da Lei 70 e foi a primeira a receber a resolução dos territórios coletivos de 67.000 hectares no dia 7 de março de 1997. Mas ao estourar a guerra aberta entre guerrilha e paramilitares os dirigentes foram de novo desterrados. Esta organização

devido à violência na zona do baixo Atrato não pôde ter maior protagonismo dentro do conjunto do movimento social⁴⁷.

O trabalho de organização, de conformação dos conselhos comunitários e de formulação dos planos de manejo sobre os territórios coletivos viu-se catastroficamente prejudicado com a entrada dos paramilitares pelo rio Atrato em 1997 afetando todo o território da ACIA.

Pouco depois dessa incursão em 1997, o domínio paramilitar estendia-se por todo o departamento, no rio San Juan, no rio Baudó e no litoral. Então até 2005 as atividades de ACIA e demais organizações chocoanas concentraram-se exclusivamente em sobreviver ante a invasão paramilitar, especialmente na atenção aos numerosos deslocados que se refugiaram nos centros urbanos.

No médio Atrato a ACIA, ao culminar o processo de titulação coletiva por 700.000 hectares e 120 localidades em dezembro de 1997 e para poder manter uma representação unitária converteu-se em Conselho Comunitário Maior da ACIA, COCOMACIA.

Desde finais dos 1980s com a assessoria das equipes e os missionários da pastoral católica fundou-se a Organização Popular Camponesa do Alto Atrato, OPOCA, nas imediações de Quibdó e nos municípios de Lloró e Bagadó, principalmente nas bacias dos rios alto Atrato, Capá, Tumutumbudó e Andágueda.

Os mencionados acontecimentos de deslocamento em massa, retorno e acompanhamento desses deslocados por organizações humanitárias e de gerenciamento social no baixo Atrato, no médio Atrato, no alto Atrato, no Rio Baudó e no rio San Juan, ocasionaram um novo panorama onde entraram novos fatores políticos em torno das organizações camponesas que naturalmente incluíram-se nas suas temáticas. Entre estes fatores estão, além do deslocamento forçado e o retorno dos habitantes acompanhados por instituições humanitárias nacionais e internacionais, a expansão de projetos agroindustriais de dende e a presença de novos grupos paramilitares.

Valle desde 1993

No Valle desde 1993 os dirigentes do PCN adotaram e desenvolveram várias linhas conceituais e programáticas. Por um lado seguiram tratando de construir uma organização de alcance nacional. Das organizações chocoanas tomaram e desenvolveram o conceito de território região do Pacífico e a definição das populações negras como um

⁴⁷ Entrevista a dirigentes OCABA 17 de dezembro de 1998 Quibdó

grupo étnico; de Cimarrón e de outras vertentes do movimento negro internacional ampliaram e adaptaram o conceito de uma identidade negra; da formação antropológica de alguns deles, de alguns revolucionários africanos e de intelectuais negros latinoamericanos trabalharam o conceito de cultura como uma visão de vida e do mundo; da tradição esquerdista retomaram o princípio de solidariedade de todos os oprimidos e especialmente de todos os povos negros.

Os ativistas do PCN atualizaram as propostas do 'irmão maior' o bispo Gerardo Valencia Cano no social, no ambiental e no cultural e sobretudo em tratar de elaborar uma linguagem simples (GRUESO 2000: 58-60). Também se projetaram no plano internacional e desde 1994 aproximaram-se de Arturo Escobar, destacado professor universitário colombiano nos Estados Unidos, o qual lhes facilitou a assistência a foruns e viagens internacionais.

As dinâmicas dos movimentos sociais do Pacífico levaram-lhes a fazer parte de processos locais nos rios do departamento do Valle, onde se acercaram a dinâmicas organizativas que a igreja já tinha iniciado em Anchicayá, em Cajambre, Naya, e foram ampliando o processo ao Yurumanguí, o Raposo, o Mayorquín e outros rios. Estabeleceram o Palenque regional do Valle do Cauca para a coordenação dos conselhos comunitários e de outras organizações.

Membros da direção do PCN trabalharam dentro do Projeto BIOPACÍFICO e conseguiram também que as organizações e a população local fossem coparticipes na orientação dos projetos. O fato de que BIOPACÍFICO iniciou operações sem uma participação das organizações de base e o proeminente papel dos membros do PCN causou a indisposição de algumas outras organizações, especialmente das do Chocó. Essa experiência permitiu aos dirigentes do PCN conhecer os procedimentos institucionais da biodiversidade e localizá-los dentro de suas propostas de construção de território-região desde os conhecimentos e práticas da população local. Em uma etapa posterior este projeto estabeleceu a participação das organizações.

O processo de formação dos conselhos comunitários⁴⁸ também levou a que alguns não quisessem seguir delegando sua representação no

⁴⁸ Em 2009, no município de Buenaventura já existiam 340.000 hectares titulados a 29 territórios coletivos com seus conselhos comunitários dos quais sete são de bacia (Cajambre, Calima, Médio e Alto Dagua, Anchicayá, Mayorquín, Raposo, Yurumanguí) e quatro zonais (Agua Clara, Sabaletas, La Bocana, Bahía Málaga); estes onze conselhos contavam com dois terços do território titulado coletivamente, representavam uma população de 39.785 dos 57.666 habitantes da zona rural desse município. Ver informação detalhada em Vélez 2009 e Velez et al 2009.

Palenque do PCN, e ocorreu um progressivo afastamento entre eles o caso de ODINCA, a organização de bacia do rio Cajambre que seguiu um curso independente com apoio da agência de cooperação suíça.

Desde 1992 alguns ativistas independentes opuseram-se à coordenação do Palenque, insistiam que os conselhos comunitários deviam ser autônomos e não representados por comitês coordenadores de intelectuais urbanos e induziram várias localidades a tramitar pequenos conselhos comunitários por assentamento e a manter-se independentes e coordenar-se conjuntamente. Desde 2002 estes conselhos de pequenos territórios coletivos nas cercanias de Buenaventura agruparam-se na Federação de Conselhos Comunitários do Valle, FECCOVA. (VELEZ et al 2009: 8)

A dinâmica de independização continuou e depois de três anos em 1997 mais da metade das localidades e outros rios de menor tamanho próximos a Buenaventura retiraram-se do Palenque, e o PCN ficou só com um quarto dos 25 conselhos comunitários, que se havia constituído no Valle, como seus associados, mas conservou sua influência nos conselhos maiores de bacia no rio Yurumanguí, o Mayorquín, o Raposo e o Calima os quais somavam uns 180.000 hectares, 60% do total do território titulado (ESPINOSA 2011: 51)

Cauca desde 1993

Após promulgada a Lei 70 em 1993, JUNPRO convocou uma assembléia das localidades rurais e seus agrupamentos e estabeleceu a organização departamental com o nome Coordenação da Costa Caucana de Comunidades Negras COCOCAUCA.

Iniciou-se o processo de organização de associações de localidades em uma mesma área fluvial, tal como se tinham organizado as populações do Chocó desde 1986. Seguindo a proposta da CNCN, as organizações nos rios Guapi e Napi chamavam-se Palenques até que criaram-se os conselhos comunitários após o Decreto 1745 de 1995⁴⁹. Nas primeiras reuniões das organizações, JUNPRO fez parte do então OCN (futuro PCN) mas em 1994 havia deixado de seguir suas diretrizes.

O processo de organização, de discussões e de coleta de informação para a criação dos conselhos comunitários e de solicitação dos territórios coletivos trouxe recursos e atividade institucional sem precedentes. O INCORA por meio de sua diretora nacional; proveniente

⁴⁹ Decreto 1745 de 1995:

http://www.mininterior.gov.co/sites/default/files/8_decreto1745_de_1995.pdf

de Guapi; tentou dirigir o processo de atividade institucional, favorecendo o financiamento dos ativistas negros da região, através de contratos para execução de tarefas administrativas, burocráticas e de levantamento de dados.

Ilustração 15. Nas localidades são fortes as relações de parentesco e vizinhança



(foto de Luis Alfonso Orozco)

Trataram de criar conselhos comunitários por vizinhança pese a que COCOCAUCA e ASODERGUA tinham elaborado uma proposta para solicitar titulações zonais ou por bacia fluvial que agrupariam as localidades de cada rio (AGUDELO, 2004; OSLENDER, 2001). Nas zonas dos rios Guapi, Napi e San Francisco com a assessoria de COCOCAUCA organizaram-se os conselhos comunitários por bacia.

Oslender no caso do rio Guaji próximo de Guapi relata os diferentes problemas e reclamações que se cruzavam com a criação das associações locais e os conselhos comunitários. No dia 28 de setembro de 1997, os moradores do rio Guajá fizeram sua primeira assembléia. As primeiras ações foram deter as atividades de trinta e sete serradores de fora da região no rio Guare, e a mineração de retroscavadeira no rio Mero e reclamações pela qualidade da educação. Neste mesmo rio Guaji na localidade de La Soledad, de maneira diferente da cartografia oficial as

pessoas relacionam-se reiteradamente com Belén no vizinho rio Napi através de um caminho a que podem aceder ao assentamento a pé e vincularam-se a seu conselho comunitário ASODERGUA. (OSLENDER 2008: 219).

Como lhes sucedeu no Valle e Nariño às coordenações departamentais de ativistas urbanos, COCOCAUCA, que tinha ampliado seu nome ao de Coordenação de Conselhos Comunitários e Organizações de Base do Povo Negro do Pacífico da Colômbia, também viu diminuir a afiliação de algumas organizações.

Nos 1980s tinha começado a crescer um processo de organizações de mulheres dentro do plano UNICEF PLADEICOP era a Cooperativa de Mulheres COOPMUJERES que fazia parte de COCOCAUCA. Esta era a cooperativa que operava em Guapi e no Cauca e supostamente devia coordenar mulheres de outros rios e povoados⁵⁰. Matamba y Guasá, outro grupo de mulheres fora de COCOCAUCA surgiu em Timbiquí, outro dos três municípios do Pacífico Caucano. A composição e localização destas duas organizações de mulheres tinham repercussões pois influíam nas afiliações dos conselhos comunitários aos que elas pertenciam. De fato, os conselhos comunitários de Timbiquí não estavam na órbita de COCOCAUCA. As organizações de mulheres tinham vantagem organizativa e administrativa com relação aos conselhos comunitários, tanto que o Plano Pacífico executou recursos em seu componente de fortalecimento institucional com ambos grupos de mulheres antes de fazê-lo com os recém-criados conselhos comunitários que não tinham nenhuma experiência administrando recursos⁵¹. Em meados dos 1990s uns conselhos comunitários que não afiliavam-se a COCOCAUCA agruparam-se na “La Federación”⁵².

Nariño desde 1993

Após proclamada a nova Constituição, os sacerdotes franciscanos e catequistas que tinham iniciado trabalhos de conscientização e organização na costa norte nariñense empreenderam com grande intensidade as tarefas derivadas do Transitório 55. Dedicaram-se à conformação ou fortalecimento de comitês locais e das já existentes organizações de rio ou de zona que tinham sido fundadas com a iniciativa dos missionários: as três ODEMAP (norte, sul e de Olaya Herrera) nos deltas do Patía e o Sanquianga e na área do Parque de Sanquianga,

⁵⁰ Entrevista com dirigente da Cooperativa de Mujeres, Guapi, dezembro de 2008.

⁵¹ Entrevista com servidor público do Plan Pacífico, Guapi, novembro de 1998.

⁵² Entrevista com servidor público CRC, Guapi, Novembro de 1998.

UNIVERSAN no rio Sanquianga, ORISA e ASOCONAR no rio Satinga. Núcleos de ativistas coordenados pela pastoral transmitiram a necessidade da organização, a eleição dos representantes e da defesa do território às muitas comunidades nos rios e nos manguezais (RESTREPO 2008: 102).

Em maio de 1994 na assembléia departamental de organizações negras em Bocas de Satinga, criou-se o Palenque Território Região de Nariño, realizou-se um balanço do desenvolvido até esse momento e definiu-se a estrutura organizativa dentro dos parâmetros organizativos do PCN. Os conselhos comunitários começaram a constituir com a assessoria da equipe coordenadora do Palenque, das organizações territoriais que tinham mais experiência e dos sacerdotes e freiras baseados nas paróquias de Salahonda, de Bocas de Satinga e do El Charco com o apoio da diocese de Tumaco.

A companhia ALENPAC (Alimentos Enlatados do Pacífico) produz enlatados de palmitos a partir da coleta do broto da palmeira por parte dos povoadores locais. Após a Lei 70 esta empresa agenciou a criação de conselhos comunitários para manter a atividade extrativa. Estes conselhos conseguiram as primeiras titulações de territórios coletivos em Nariño em Bocas de Saquihondita na zona do rio Iscuandé em fevereiro de 1998 com 16.063 hectares e no El Progreso com 29.900 hectares no município de Roberto Payán (WALSH et al, 2005, p. 229). O conselho comunitário assinou contrato exclusivo com ALENPAC para a exploração do palmito. Houve ali um processo que foi instrumentalizado por um interesse exógeno ao povo da região (OSLENDER 2001, p. 143).

Alguns conselhos comunitários tinham tensões com os representantes do poder político e econômico. Os prefeitos desconheciam a lei 70 e a autoridade que esta lei outorgou aos conselhos comunitários. Os empresários, também não queriam render contas ante os conselhos aos que não viam mais autoridade que a das juntas de ação comunitária. A ACAPA desde 1995 teve confrontos com a prefeitura de Salahonda e com as empresas madeireiras e extrativas. No rio Patía, ACAPA proibiu a continuação do corte do palmito. A empresa, como tinha sucedido com o conselho UNICOSTA em Iscuandé e com El PROGRESO em Roberto Payán, conseguiu que três das localidades, Pital, Guachal e Firme de los Coimes, separassem-se e estabelecessem o conselho comunitário Veredas Unidas por el Bien Común (RIVAS 2000: 13, 16).

Em Olaya Herrera, onde além dos processos que tinha iniciado a igreja, o Projeto Bosques de Guandal da Universidade Nacional de Medellín, apoiou a divulgação da Lei 70 e contribuiu com elementos

sobre a exploração madeireira (BRAVO, 2007). Em Olaya Herrera dava-se a influência mais forte do COMÚN e do PCN acompanhando o processo que levou à titulação no ano 2000 de 58.200 hectares, 24.768 em Satinga e 33.432 em Sanquianga (ALMARIO 2001).

Para 1998 já haviam conformado-se mais de meia centena de conselhos comunitários ainda que a maioria tinha uma mera existência formal sem uma dinâmica de participação, mas em outros estavam levando-se a cabo atividades de discussão a respeito da situação dos territórios e das perspectivas que se abriam com a Lei 70.

Alguns conselhos comunitários começaram a questionar a concentração da representação nos diretores do Palenque. Em 13 de dezembro 1999 dividiu-se a organização departamental com a criação da Associação de Conselhos Comunitários e Organizações Étnico Territoriais de Nariño, ASOCOETNAR, na que se reuniram trinta e seis conselhos comunitários das zonas norte e centro em oito organizações de bacia ou sub-região, deixando o Palenque de Nariño como uma organização só para a zona sul (BRAVO, p 2003: 65). Os líderes da nova associação argumentaram que os dirigentes do Palenque tinham concentrado as relações e decisões com as instituições, projetos e programas e que os líderes 'urbanos' de Tumaco sem ancoragens em organizações étnico-territoriais ou conselhos comunitários, não representavam às organizações e conselhos comunitários 'rurais' e a seus dirigentes 'camponeses'.

Uns anos depois, em 2002, na zona sul, o Palenque perdeu os restantes conselhos comunitários e surgiu a Rede de Conselhos Comunitários do Pacífico Sul, RECOMPAS, com catorze conselhos comunitários. Esta rede tinha antecedentes de quando anos antes a CVC e o Convênio Colombo Holandês impulsionaram um projeto para semear palmeira de coco no qual participavam 400 filiados dos rios da enseada Chagüi, Rio Rosario, Mejicano, Tablón Dulce, Tablón Salado, e Rio Gualajo, os quais se organizaram em COAGROPACÍFICO, uma das organizações iniciadoras do processo. No final dos anos 1990, a Corporação para o Desenvolvimento Agroempresarial de Tumaco CORDEAGROPAZ, com a participação de Corporação Colombiana de Investigación Agropecuária, CORPOICA, adiantou com financiamento de ECOFONDO uns projetos de plantação de dendê com os conselhos comunitários dos rios de COAGROPACÍFICO e os de outros rios mais ao sul de Alto Mira y Frontera, Bajo Mira y Frontera, Rescate Las Varas e Imbilpi del Carmen. Desta aliança surgiu RECOMPAS pois os

conselhos queriam realizar os projetos produtivos sem a interferência do Palenque.

Conclusões

Os teóricos da tendência das políticas da confrontação dos estudos sobre movimentos sociais têm proposto que as ações coletivas que conseguiram mudanças qualitativas estruturais e de longa duração mostram três reiterativos processos: constituição de novos atores e de identidades, polarização de grupos políticos, e ampliação de escala do local ao translocal.

Esta proposta permite entender alguns aspectos importantes da mobilização em prol do território no Pacífico. A organização de comitês eclesiais e juntas camponesas no médio Atrato encontrou o fator de unidade e identificação na defesa do território ante a ameaça primeiro das madeiras e depois dos ‘macroprojetos’. Foi essa solicitação territorial e a auto identificação de seus habitantes como donos ancestrais desses territórios o que propiciou a vinculação dos povoadores das outras zonas do Pacífico.

A organização e a solicitação pelo território surgiram como consequência das atividades da pastoral católica que aplicou os preceitos da opção pelos pobres e a teologia da libertação derivados do Concílio Vaticano II. As comunidades eclesiais de base que os claretianos iniciaram em 1979 em Beté, empreenderam a reflexão e atividades sobre seus problemas durante 10 anos aplicando a metodologia do “triângulo da mudança”: formação, organização, reivindicação.

O problema para os organizadores era como motivar a convergência entre os comitês locais e um movimento mais amplo e de maior alcance entre as diferentes localidades. A ameaça das madeiras proporcionou a motivação para esse elemento de unidade entre os habitantes do médio Atrato: o empoderamento dos camponeses focou-se na defesa do território.

Essa foi a transformação qualitativa do processo que originou uma identidade coletiva e uma meta estratégica: os reclamantes ao direito do território coletivo.

Outros elementos convergiram, qualificaram e consolidaram esses dois fatores fundamentais. Os estudos geográficos, ambientais e antropológicos produzidos pelo convênio com a Holanda, mostraram as dimensões do uso do bosque pelos camponeses afro. Advogados e outros profissionais de instituições do governo, de ONGs e assessores da organização contribuíram com as argumentações jurídicas e a

interpretação do Convênio 169 da OIT. A organização indígena, OREWA assessorou, acompanhou e proporcionou um nutrido repertório de ações para pressionar o governo, para consolidar a organização e para afinar ideologicamente as reivindicações e os princípios.

Desde a fundação da Organização Camponesa do Atrato, ORCA em setembro de 1984, à primeira assembleia da Associação Camponesa Integral do Atrato, ACIA em janeiro de 1988 ao primeiro Encontro pela Defesa do Território Tradicional do Pacífico em junho de 1990, os dois fatores fundamentais foram-se transformando. A reivindicação territorial passou de um argumento inicialmente pela subsistência dos camponeses ante a iminente cessão e degradação da selva, à dos bosques comunais que aconselhava a CATIE e que auspiciaram os holandeses, à dos territórios tribais do Convênio 169 da OIT e à sustentabilidade dos sistemas indígenas da agenda internacional ambiental.

O Acuerdo de Buchadó provou a solidez das reivindicações da ACIA ante as entidades do governo nacional e o Encontro pelo Território Tradicional de 1990 em Quibdó elevou a escala do movimento para o nível regional e nacional entre organizações de base e de ativistas negros para quem as conquistas do movimento territorial do médio Atrato foram um assunto inovador e mobilizador. As redes de militantes e de ex-ativistas de CIMARRON atuaram como canais de ressonância do movimento territorial e contribuíram a divulgar a nível nacional apresentando-o como o início de um movimento nacional das populações negras.

O processo do médio Atrato começou a ser replicado em outras áreas do Pacífico. A organização camponesa surgiu com alguma fortaleza onde a ACIA acompanhou os processos como nas outras áreas do Chocó no alto e baixo San Juan, no Baudó e no baixo Atrato onde se revigorou, ou onde os sacerdotes de Buenaventura, Guapi ou Tumaco tinham começado um trabalho de organização.

O Artigo Transitório 55 e a lei 70 originaram entre 1992 e 1997 uma intensa atividade de conformação de conselhos comunitários e de processos institucionais de reclamação dos territórios coletivos com abundante financiamento oficial. Mas dentro desta atividade davam-se simultaneamente por um lado ações puramente institucionais e por outro lado ações coletivas de fortalecimento das organizações e da discussão política. No entanto, paulatinamente nas Comissões Consultivas que criou a Lei 70, o peso da discussão centrou-se em requisições de recursos para o trabalho dos delegados.

Nos departamentos do Sul, os grupos de jovens ativistas urbanos lideraram boa parte destes processos e assumiram a liderança das organizações regionais. Os grupos de Buenaventura e de Tumaco, com a facilidade de seus antecedentes em CIMARRÓN e nas lutas de esquerda, mantinham a perspectiva de unir as lutas do Pacífico com as reivindicações das outras diferentes populações negras do país transcendendo o aspecto territorial.

A reivindicação territorial encontrou legitimidade e força política dentro da tendência internacional e da agenda multilateral de reconhecimento de direitos territoriais dos grupos étnicos. Mas o argumento étnico só teve força quando se uniu ao território e é exatamente o que a Lei 70 é; uma norma sobre o reconhecimento de territórios coletivos.

A lei 70 estabeleceu uma série de palcos e procedimentos institucionais que implicaram que uma vez reconhecidos os territórios as organizações ingressassem dentro da agenda governamental o que impede o aprofundamento das reivindicações e a dinamização da ação coletiva. Os processos de cooptação e burocratização, e conflitos com elementos internos e externos obstaculizaram o movimento territorial e onde havia perspectivas de avanços e novas dinâmicas a irrupção da violência criminosa, desde 1997, os levou praticamente à sua paralise.

3. RELAÇÕES MERCADOS, ESTADO, POPULAÇÃO E MOVIMENTOS NEGROS

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA ECONOMIA EXTRATIVA E MONETIZADA DESDE SUA CHEGADA NAS AMÉRICAS

A gênese e existência da população afro do Pacífico desde a escravidão esteve intrinsecamente unida à atividade extrativa e a dinâmicas estendidas de mercantilização.

Os africanos e seus descendentes nas três zonas mineiras do Pacífico, na ausência de rigorosos controles, ainda que dentro do regime escravagista, construíram sua própria sociedade. Extraíam ouro nos domingos fora das jornadas de trabalho e poupavam para comprar a liberdade deles mesmos ou de seus parentes. Tinham parcelas agrícolas e sua dinâmica socioeconômica, desde muito antes da abolição de 1852, já estava imersa em uma economia monetizada.

A guerra de independência e a instauração da República a partir de 1819, afetou gravemente o sistema fazenda-mina baseado em Popayán e composto por fazendas no Valle del Cauca, caminhos através da cordilheira ocidental e as minas de ouro nas selvas do Pacífico (COLMENARES 1997). Muitos negros uniram-se aos exércitos independentistas e outros fugiram das minas. A exploração das minas no Pacífico norte no Chocó mais afastadas de Popayán, já não era rentável para os antigos donos e muitas dessas minas se converteram em áreas trabalhadas pelos grupos familiares dos antigos escravos e negros livres que tinham estabelecido-se nas imediações. Em Popayán e em Cali outros donos de minas puderam continuar a exploração aurífera com a mão de obra escrava, nas áreas de Barbacoas e El Raposo no Pacífico sul mais próximas a Popayán (MOSQUERA 2010, ROMERO 1997).

Nas três primeiras décadas após a Independência entre 1820 e 1850, o Pacífico continuou com uma conexão muito precária com respeito à economia e à administração do resto da Colômbia. Ao terminar o domínio colonial, indígenas e negros livres empreenderam movimentos de expansão e dispersão de seus assentamentos, o qual se acentuou bem mais após a abolição da escravidão em 1852. Popayán perdeu seu caráter de centro administrativo sobre o norte e o centro do Pacífico, pois o Chocó na República converteu-se em uma das províncias nacionais e entrou na órbita comercial de Cartagena graças à navegação que desde o Caribe entrava pelo rio Atrato, e em Cali já se consolidava uma burguesia agrária

e comerciante com uma economia mais dinâmica que a da classe latifundiária e mineira de Popayán.

Com a abolição da escravatura em 1852 a crise da mineração do ouro agravou-se. Os custos aumentaram e as minas afastadas, especialmente no Chocó, foram abandonadas e deixadas em mãos dos ex-escravos. Alguns dos donos de minas as converteram em empresas com assalariados ou lhes cobravam uma parte do extraído aos afrodescendentes, convertidos em mineiros artesanais que trabalhavam por sua própria conta (RESTREPO 1996, p. 62-65). Os negros trabalhavam por salário somente três dias por semana o qual fazia o negócio muito pouco rentável para os donos. Muitos negros mudaram-se para as imediações das minas para trabalhar a mineração artesanal independentemente.

A mineração colonial foi substituída após a abolição em 1852 por um sistema no que se integravam o nível local, com o regional, com o nacional e o internacional, que combinava mineiros artesanais independentes, mineiros assalariados, empresários, comerciantes locais compradores de ouro e companhias exportadoras.

O PACÍFICO URBANO

Até finais do século XX, o Estado era praticamente ausente de maneira direta nas áreas rurais do Pacífico. Para entender as características da presença do Estado é necessário entender as dinâmicas dos centros urbanos que concentravam as atividades econômicas e administrativas.

No momento da independência em 1819, não havia caminhos para cavalos que ligassem a região com a zona andina, somente uns poucos caminhos a pé e a carga era transportada por negros ou índios a pé por carreiros na selva ou em canoas.

Os vilarejos tinham umas poucas casas e somente os maiores centros mineiros, Barbacoas no Sul no distrito do rio Telembí, e Nóvita no Norte no rio San Juan e Quibdó no rio Atrato tinham mais de mil habitantes. No centro, a outra área mineira, a do Raposo, teve como centro o pequeno vilarejo do mesmo nome.

Durante o século XIX só dois assentamentos no Pacífico atingiram a categoria de “cidade”⁵³: Quibdó, e Barbacoas. Durante o século XIX,

⁵³ É útil aqui a definição de Paredes (2009: 19), quem estudou a trajetória histórica de Barbacoas: “empleo la palabra *ciudad* en toda su extensión, es decir, en cuanto a sus características morfológicas y de servicio (calles, plazas, cuadras, iglesia, cabildo, acequias que existen en

fortaleceu-se a navegação pelo rio Atrato e Quibdó situada neste rio foi designada capital provincial e concentrou a atividade comercial e institucional. Como consequência, Nóvita, que tinha sido o maior assentamento colonial decaiu até um vilarejo mineiro rural.

No final do século XIX, Tumaco e mais tardiamente Buenaventura desde a década de 1920 cresceram até ser centros urbanos regionais. Surgiram também Guapi como população principal na costa Caucana, e Istmina no Chocó, como porto principal sobre o rio San Juan. Com o crescimento de Tumaco, Barbacoas decaiu como pólo regional e centro administrativo.

Quibdó

Quinze anos antes da independência, em 1803, Quibdó era um povoado com 1077 índios, 500 negros livres, 714 escravos e 50 brancos (GONZÁLEZ 2003: 60). No momento da independência em 1819, o Chocó só exportava ouro; comerciantes itinerantes importavam desde Antioquia e Cauca manufaturas artesanais, farinha, arroz, feijões e carnes secas. Pelo Atrato, desde Cartagena e procedentes de EEUU e de Europa, importava-se mercadorias mais elaboradas, de louça, vidro, metal, ferramentas e instrumentos (CODAZZI 1973).

Desde 1824 Quibdó foi capital provincial e ao permitir-se o livre comércio e a livre navegação, esta cidade posicionou-se como o ponto comercial mais vantajoso pois barcos com média capacidade de carga podiam sair pelo rio Atrato desde Quibdó a Urabá e dali pelo Caribe para Cartagena. O comércio pelo Atrato converteu Cartagena em um porto exportador de produtos selváticos e incrementou a importação de mercadorias norte-americanas e europeia. (GONZÁLEZ 2003: 67).

No Pacífico apesar da crise mineira, o ouro seguiu sendo o principal produto de extração, comércio e de exportação. Quibdó cresceu como porto e como cidade comercial, devido à compra de ouro aos muitos e dispersos mineiros artesanais negros. (GONZÁLEZ 2003: 64).

Desde meados do século XIX iniciou-se a construção do caminho para animais de carga desde Bolívar para Quibdó para ter uma via terrestre para Medellín (GONZÁLEZ 2003: 70). A intermitente navegação a vapor pelo Atrato sustentou-se sob iniciativa privada entre 1850 e 1875, e a partir de 1875 o governo nacional e os governos do

Barbacoas), a sus circunstancias políticas y vida cotidiana (burocracia, oficinas administrativas, periódicos, actividad artística, ocio) y a sus condiciones de actividad productiva”.

Cauca e de Cartagena ofereceram subsídios para ter navegação a vapor constante entre Cartagena e Quibdó entre 1889 e 1891.

No final do século XIX, a produção de ouro tinha-se reduzido a um terço, mas já o novo auge da demanda internacional de produtos silvestres tinha reativado o comércio pelo rio Atrato para Cartagena.

Desde 1850 começaram-se a estabelecer “casas comerciais” em Quibdó, as quais tinham sede em Cartagena ou Medellín, e também agências de assinaturas comerciais do Caribe britânico ou holandês e dos Estados Unidos para a importação de produtos europeus e norte-americanos. Para 1886, as casas comerciais de Antioquia eram as maiores empresas em Quibdó (GONZÁLEZ 2003:76, 83), competindo com as casas comerciais cartageneras e mais tarde com as de imigrantes sírio-libaneses. Os empregos administrativos e a política local e parte do comércio eram exercidos pelo grupo de famílias brancas residentes em Quibdó descendentes de caucanos, de Antioquia e cartageneros.

Em 1870 comerciantes cartageneros já tinham estabelecido “cabeceiras de distrito” nos vilarejos do Atrato de Bebará, Murrí, Murindó e Riosucio uma rede de sucursais centrada em Quibdó com correio quinzenal entre elas. Compravam dos camponeses afros ouro e madeira e os produtos com nova demanda nacional e de exportação como madeiras, borracha, jarina⁵⁴ (marfim vegetal, ‘tagua’ em espanhol), ipecacuanha, quina, peles e azeites de palmeiras silvestres. (GONZÁLEZ 2003: 79-80).

Em 1885 parte do comércio com Antioquia continuava fazendo-se pela velha saída colonial ao Atrato pelo caminho de Santa Fé de Antioquia - Urrao - Bebará, para importar para Quibdó produtos agrícolas e manufaturas antioqueñas como queijos e carne salgada, fumo, milho, têxteis e insumos para a mineração (MOLINA LONDOÑO 1988:5)

Em 1944 abriu-se a estrada de chão para carros ligando Quibdó – Bolívar, a qual permitiu a ligação de Quibdó a Medellín e ao interior do país.

Barbacoas

Barbacoas cresceu em importância porque além de ter ricas jazidas de ouro, era o assentamento espanhol no meio da selva no caminho entre Popayán e Pasto e a costa marítima. De Barbacoas navega-se pelo rio Telembí o qual sai no rio Patía e este último desemboca no mar no

⁵⁴ A demanda internacional entre 1860 e 1940 dos frutos da palma de jarina (*Phytelephas* spp), ou marfim vegetal, para a fabricação de botões atraiu a atividade de empresários brancos no baixo Atrato, na costa chochoana e na área de Tumaco.

povoado de Salahonda onde não há lugar para um porto profundo. O porto marinho fez-se a 20 quilômetros ao sul em Tumaco, o qual cresceu ao ritmo do comércio para Guaiaquil e Lima ao sul, e para Panamá ao norte. A navegação a remo tomava 12 dias entre Tumaco e Barbacoas (PAREDES 2009: 39).

Os donos das minas com suas famílias criaram um pequeno assentamento colonial com os luxos e comodidades da época (PAREDES 2009: 24). Em 1810 tinha uns 6000 escravos no distrito de Barbacoas, viviam em torno de 80 famílias de brancos na cidade e produziam-se 100.000 castelhanos de ouro anuais que é aproximadamente meia tonelada⁵⁵ (PAREDES 2009: 53).

Após a independência, depois de um período de confusão, fugas de escravos e perseguição a quem tinham colaborado com o bando espanhol, em Barbacoas a maioria das famílias mineiras conservou grande parte das minas e dos escravos. Na segunda metade do século XIX, surgiram casas comerciais dedicadas a compra e venda e exportação de ouro e à importação de mercadorias. (PAREDES 2009: 29). Foi também crescendo a atividade madeireira com a instalação de serrarias e a coleta e exportação de outros produtos florestais como peles, borracha, jarina e ipêcuanha (PAREDES 2009: 47).

A navegação a vapor regulariza-se em 1876 e mantém-se até a década de 1920 transportes semanais entre Barbacoas e Tumaco. Desde Tumaco haviam rotas a vapor a Guaiaquil e a Panamá desde 1880 (PAREDES 2009: 49). Desde 1870 solicita-se ao governo provincial e nacional converter em caminho para animais de carga o velho e estreito caminho colonial que comunica Barbacoas a Pasto. O governo nacional ordena abrir o caminho em 1877 e contrata-se a uma firma norte-americana em 1879. Em 1907 começa-se a construir a estrada sobre o caminho para cavalos.

Desde a década de 1880 começam a chegar capitalistas ingleses para associar-se ou comprar minas de ouro e melhorar e mecanizar os processos. No início do século XX já várias companhias e empresários estrangeiros, norte-americanos, britânicos, franceses, alemães, dominam a propriedade das minas em Barbacoas (PAREDES 2009: 32). “A década de 1880 corresponde à renúncia dos antigos donos às minas e à entrega destas aos capitais estrangeiros” (Paredes 2009: 34). Em 1935 a Companhia Mineira de Nariño inicia a dragagem do rio Telembí.

⁵⁵ As medidas de ouro usadas no período colonial espanhol eram: o marco igual a meia libra de ouro ou seja 230, 046 gramas. Um marco tinha 50 castelhanos, ou seja, um castelhano igual a 4,6 gramas. Um castelhano tinha oito tomines e um tomín se dividia em 12 gramas.

Tumaco

Durante a colônia Tumaco era só um pequeno vilarejo na costa no que se detinham os barcos que saíam e entravam em Barbacoas pelo rio Patía que iam de Guaiaquil a Panamá. Só em meados do século XIX floresceu como porto comercial graças à exportação de jarina. Instalaram-se várias casas comerciais para a exportação desta semente e o comércio de outros produtos (LEAL 2005; 43). No início do século XX a jarina constituía 30% das exportações por Tumaco, sendo o resto principalmente ouro, mas também madeiras e ipecacuanha. O comércio de jarina durou um século, de 1840 a 1940 e teve seu período mais intenso entre 1860 e 1920 (LEAL 2005: 40).

O auge exportador da segunda metade do século XIX intensificou as atividades extrativas e comerciais em Barbacoas e, portanto, a atividade em Tumaco que operava como seu porto marítimo. A regularização da navegação a vapor a partir de 1860 fez que se melhorassem as instalações portuárias e de armazenamento em Tumaco e para a década de 1870 Tumaco já era uma pequena cidade em que uma elite branca, dedicada ao comércio e extração de ouro, jarina, madeira e outros produtos e à importação de toda classe de manufaturas norte-americanas e europeias, tinha levantado elaboradas construções residenciais, comerciais e o governo tinha construído espaços públicos, infraestrutura e burocracia de diversas entidades. Este pequeno porto era o único com navegação internacional no Pacífico e suas exportações somavam mais da metade do total das exportações nacionais. (LEAL 2005: 46-50).

O crescimento destas atividades atraiu a povoadores negros desde os rios interiores da área de Barbacoas para os arredores de Tumaco e da costa que estavam muito pouco povoadas (Leal 2005: 45).

Em 1928 inaugurou-se um trajeto de ferrovia de 92 km entre El Diviso e Tumaco, a estrada de ferro completou-se finalmente em 1942 ligando Tumaco a Pasto no interior andino (LEAL e RESTREPO 2003: 48). Em 1964 terminaram-se os 300 km da estrada Pasto – Tumaco sobre a mesma via da ferrovia a qual foi-se desmontando desde 1951. A estrada só foi pavimentada quarenta anos depois em 1994 (VILORIA 2007: 58, 59).

Buenaventura

Nesta província mineira do Raposo, que compreendia as atuais sub-regiões do Pacífico do Valle e do Cauca não se desenvolveram

assentamentos espanhóis de algum tamanho (GUTIÉRREZ 1921). Na colônia o porto marítimo Charambirá, operou em uma das bocas do rio San Juan. O porto para embarcações médias e que ligava-se com o caminho colonial para Cali estava rio acima sobre o rio Dagua no vilarejo da Cruz (MOSQUERA e APRILE-GNISSET 2006: 51-52).

Após a independência, a profunda e resguardada baía de Buenaventura por estar situada no lugar em que o oceano Pacífico é mais próximo do rio Cauca e por sua cercania a Cali, foi designada porto livre em 1827. Instalaram-se alguns escritórios do governo, alguns estrangeiros começaram a construir portos privados e por isso se estabeleceram alguns consulados desses países. No entanto a demora em começar as obras e uma série de arrasadores incêndios durante o século XIX mantiveram-na como uma aldeia miserável e só em 1878 se contratou a construção da ferrovia Cali –Buenaventura. (GUTIÉRREZ 1921).

Após a abertura do Canal de Panamá em 1914, da inauguração da ferrovia para Cali em 1915, do porto para vapores em 1923, do porto para os maiores barcos de carga em 1938, Buenaventura converteu-se no centro do comércio exterior da Colômbia e de toda a navegação colombiana pelo Pacífico. Em 1946 inaugurou-se a estrada para Cali com um trajeto de duas horas (PÉREZ 2006).

Além de porto internacional, Buenaventura converteu-se no porto regional e pólo econômico de todo o Pacífico, com exceção do Atrato.

Desde a abertura da ferrovia cresceu incessantemente a extração de madeira e seu comércio, alimentando o crescimento urbano do interior do país. Configurou-se a rede de serrarias e barcos madeiros que nos rios e na costa compram madeira dos camponeses negros, a serram e vendem os blocos e tábuas às grandes comercializadoras as quais alimentam mais de 90% do mercado nacional de madeira.

O Pacífico urbano desde meados do século XX.

Na segunda metade do século XX, as três cidades porto, Buenaventura, Quibdó e Tumaco, tiveram evoluções muito semelhantes. Estancaram-se economicamente, não se desenvolveram indústrias, cresceram dependentes do porto e seus serviços, do comércio de produtos extrativos e sobretudo dos empregos e entidades do Estado.

A tentativa de florescimento urbano das classes comerciantes em Tumaco e Quibdó na primeira metade do século XX murchou-se e em seu lugar as cidades converteram-se em protótipos de desastres urbanísticos. Cresceram desordenadamente, ao unísono do clientelismo e da corrupção. Configuraram-se espaços urbanos sem nenhum planejamento,

segregados entre o centro comercial da cidade abarrotado, um pequeno setor residencial de classe média e a grande maioria da população, negra, em bairros insalubres, sem serviços regulares de água tratada ou esgoto, com águas contaminadas, com eletricidade esporádica.

Ilustração 16. Catedral de Quibdó. Festas de San Francisco. Rio Atrato



(foto de Luis Alfonso Orozco)

Os empregos estatais municipais e departamentais, a principal fonte de emprego, converteram-se em pilhagem do clientelismo. Geraram-se castas políticas que ocuparam os postos de eleição popular graças a uma intrincada e generalizada rede de nepotismo, clientelismo e corrupção (AGUDELO 2005, HOFFMAN 2007).

Na micropolítica local em todos os vilarejos e pequenos povoados, o estar relacionado com os políticos municipais e pertencer às redes clientelistas é parte das dinâmicas de mobilidade social (WHITTEN 1969, HOFFMAN 2007, AGUDELO 2005)

Todo contrato com recursos oficiais no Pacífico é diminuído por repartições corruptas. Uma e outra vez o dinheiro dos orçamentos para a construção de aquedutos, de esgoto, de redes elétricas, de hospitais, de escolas, de pavimentação de ruas tem sido roubado pelos políticos e pelos servidores públicos. E uma e outra vez parlamentares, governadores,

prefeitos e toda classe de servidores públicos da região do Pacífico terminam presos por corrupção.

Na atualidade, em 2015 no Pacífico, as três cidades porto e demais centros povoados, em conjunto com a população rural, têm os piores indicadores de necessidades básicas insatisfeitas, de violência e de criminalidade na Colômbia (DANE 2014, 2014^a; BONET 2007, p. 54).

Ilustração 17. Bairro de Quibdó. No fundo, o aeroporto.



(foto de Luis Alfonso Orozco)

A situação de clientelismo e corrupção no final dos 1990 foi o palco ideal para que a tomada armada da região pelos paramilitares, se convertesse ademais em tomada política. Aproveitaram as corruptas estruturas políticas e eleitorais pré-existentes, apoiaram as campanhas políticas e aliaram-se com a maioria dos políticos da região, cobrando depois extorsões, peculatos e desfalques ao dinheiro público ao longo do Pacífico.

Quando no governo de Uribe em um processo de paz os chefes paramilitares se desmobilizaram em 2003, entretanto as mesmas estruturas de quadrilhas armadas permaneceram no Pacífico e passaram a ser chamadas BACRIM, bandas criminosas. Nos três portos todas as

atividades delitivas aumentaram e o domínio territorial das máfias sobre estes espaços urbanos se incrementou.

Durante 170 anos, após a Independência durante o século XIX e durante a maioria do século XX até 1990, a presença e ações do Estado no Pacífico foi completamente dependente da atividade capitalista extrativa e do comércio ao redor das três cidades porto da região: Quibdó sobre o rio Atrato e saída do Chocó para o Caribe, Buenaventura centro portuário regional, nacional e principal porto marítimo internacional da Colômbia, e Tumaco, centro portuário do Pacífico sul.

Ilustração 18. Mercado central de Quibdó.



(foto de Luis Alfonso Orozco)

MERCADO DE PRODUTOS EXTRATIVOS. FINAL DO SÉCULO XIX COMEÇO DO SÉCULO XX.

Como se assinalou acima, a economia de subsistência com limitadas mas contínuas transações mercantis da população negra, começou a ser alterada desde meados do século XIX devido à reativação do mercado do ouro e ao auge comercial de outros produtos extrativos como a borracha, a jarina e a madeira. As zonas dessas atividades

capitalistas foram no extremo norte no baixo Atrato, e no extremo sul em Tumaco, as antigas áreas mineiras, e os pontos comerciais portuários em Quibdó e a saída desde Cali ao Pacífico, inicialmente Dagua e depois Buenaventura.

O governo nacional decidiu exercer controle territorial sobre o baixo rio Atrato e impulsionar o comércio nacional entre Cartagena e Quibdó pelo Atrato e em 1838 estabeleceu o porto e a aduana de Turbo no Golfo de Urabá, com o qual, nesta área iniciaram-se atividades extrativistas, agrícolas e comerciais por empresários ingleses, norte-americanos, cartageneros e sírio-libaneses. A construção do Canal do Panamá, iniciada em 1880, incentivou esses empresários a aumentar suas atividades na zona de Urabá (GONZÁLEZ 2011a, p. 212-216).

A demanda internacional entre 1860 e 1940 dos frutos da palma de jarina (*Phytelephas* spp), ou marfim vegetal, para a fabricação de botões atraiu a atividade de empresários brancos no baixo Atrato, na costa chocona e na área de Tumaco. Desde 1860 barcos a vapor chegavam aos povoados costeiros marinhos do Pacífico devido ao comércio deste produto. (LEAL 2005: 46, LEAL 2008).

Na zona vizinha à fronteira com Panamá, deu-se intensa extração e comercialização de borracha e jarina por empresários de Cartagena, atingindo o máximo volume de borracha entre 1866 e 1873, e o de jarina entre 1860 e 1890. A exportação destes dois produtos de Urabá foi a principal atividade econômica em Cartagena no final do século XIX e começos do XX (GONZÁLEZ 2011a: 235-252). A exploração da borracha derrubando as árvores ocasionou uma imensa destruição ambiental. A coleta efetuou-se por exércitos de milhares de trabalhadores mestiços das savanas do Caribe do Sinú e de Bolívar e de negros cartageneros. Esta zona, passou a depender das elites comerciais de Cartagena e desde os anos 1930 dos grupos econômicos de Antioquia (Ibid.).

Na região do Pacífico a navegação a vapor desde a década de 1860 levou ao crescimento da infraestrutura e da atividade portuária. O ouro no final do século XIX atingiu o máximo preço na história e desenvolveram-se tecnologias mecanizadas de mineração (WEST 1957, LEAL 2005).

Ilustração 19. Praça de Quibdó 1854.

Aquarela de J. M. Paz 1854. Em FERNÁNDEZ et al. 1986.

Desde finais do século XIX alguns empresários iniciaram plantações de borracha na sub-região sul nos rios Mira e Telembí, e na sub-região norte no rio Baudó e vários centos de milhares de árvores no baixo Atrato (González 2011a: 262). A demanda internacional durou até 1913 quando abandonaram-se as plantações de seringa devido à concorrência dos cultivos holandeses na Indonésia. O mercado de borracha silvestre voltou a recuperar algo de sua demanda nos períodos das duas guerras (WEST 1957: 167-168). No final do século XIX também se iniciou em Urabá a plantação em grande escala de banana da terra e banana, o único cultivo comercial que teve rentabilidade naquele tempo e que seguiu crescendo até a atualidade.

O cacau era também produto com demanda internacional e no começo dos anos 1850 os comerciantes iniciaram plantações em áreas próximas a Tumaco, no rio Baudó e em Urabá. Conseguiram exportar algumas toneladas, mas logo foram acometidos pela doença do fungo “vassoura de bruxa” e foram abandonados (WEST 1957, GONZÁLEZ 2011a: 260).

Em 1870 já tinham barcos a vapor cobrindo regularmente a rota Quibdó - Cartagena pelo rio Atrato e o mar Caribe estimulando o crescimento urbano em Quibdó onde os comerciantes e empresários procediam de Cartagena, entre eles alguns de origem sírio-libanesa, e da Jamaica de onde imigraram alguns poucos judeus. Comercializavam-se os mesmos produtos que na sub-região sul: ouro, jarina, borracha e madeira, enquanto isso os empregados e trabalhadores das entidades da administração provincial formavam uma classe média de consumidores (GONZÁLEZ 1996).

Em 1887 o governo nacional expediu o código mineiro que outorgava licenças de exploração e a mudança do pagamento de um imposto anual. Em pouco tempo adjudicaram-se licenças para todas as áreas auríferas do Pacífico. No Chocó e nos rios costeiros a maioria dos adjudicatários nunca iniciaram explorações pois esperavam vender as licenças a companhias estrangeiras. Só em Barbacoas continuavam as empresas mineiras dos descendentes dos donos na colônia (LEAL 2008). A mina Bocas de Llantín no rio Timbiquí, no Cauca chegou a ser a primeira produtora de ouro da América do Sul no século XIX (CRIC 2005:74)

Durante a presidência de Reyes (1904-1909) fizeram-se oito concessões para dragar 10 rios no Pacífico (LEAL 2008: 426). O preço da platina na 1ª Guerra Mundial teve grandes aumentos e entre 1916 e 1926 o Chocó foi o primeiro produtor mundial de platina.

A companhia Anglo Colombian, subsidiária da Consolidated Gold Fields da África do Sul, comprou a licença de exploração do rio Condoto na região do alto San Juan. Em 1915 iniciou operações sobre o rio Condoto. Em 1916, converteu-se na South American Gold and Platinum Company e criou uma empresa de nome Chocó Pacific, a qual fez funcionar a primeira draga motorizada em 1915. Esta empresa que chegou a ter 300 trabalhadores e exportava diretamente a metade da platina e 75% ouro produzido no Chocó sem passar pela economia chochoana e durante 60 anos espoliou os metais preciosos colombianos, pois fora de Condoto, possuía explorações em Barbacoas e em Antioquia.⁵⁶

Ainda assim os outros 50% da platina e os 25 % do ouro eram extraídos por centenas de mineiros negros artesanais que vendiam sua

⁵⁶ Em 1963 South American Gold and Platinum fusionou-se com International Mining Corporation que tinha boa parte das explorações em Antioquia, ficando esta empresa norteamericana com praticamente a totalidade da exploração industrial aurífera do país.

produção no comércio de Quibdó o qual ocasionou um auge econômico e urbano sem precedentes (LEAL 2009, WEST 1957: 323, 326). Em 1918 Quibdó tinha 25.000 habitantes e era o 16º município mais povoado da Colômbia. Em 1927 o orçamento dos municípios do Chocó era similar ao do Cauca que tinha o triplo de população (BONET 2007: 2, 22).

A produção de ouro e platina combinou-se com as exportações de jarina, e com o comércio de madeira facilitado pela navegação a vapor pelo Atrato, o qual estimulou outras atividades comerciais, o aumento da população e o surgimento de pequenas indústrias locais. A numerosa burocracia, já que em 1908 o Chocó foi designado como intendência com capital Quibdó, influiu também no crescimento urbano de Quibdó (GONZÁLEZ 2003).

Em 1957 operava cinco dragas elétricas com sua própria hidroelétrica no rio Andágueda e já tinha esgotado o ouro do Condoto e se estendeu para os rios Tamaná, Cajón e Sipí (WEST 1957). Esta companhia explorou o ouro e a platina até 1970 sem pagar impostos e sem deixar nenhuma infraestrutura.

Em 1902 com capital francês formou-se a New Timbiquí Gold Mine com concessão sobre todo o rio Timbiquí começou a explorar em 1907. Teve periódicos protestos dos povoadores entre 1909 e 1914. Em 1909 o prefeito teve que esconder-se na companhia (Ibid, p. 429). De 1910 a 1930 operou a companhia Franco Britanic no rio Sesé afluente do Timbiquí (TIRADO 1976, WEST 1957: 180). De 1922 a 1938 operou uma companhia norte-americana na área do rio Raposo no departamento do Valle (WEST 1957: 181).

Em 1935 a Compañía Minera de Nariño, sucursal da Chocó Pacific de capital norte-americano e sul-africano, iniciou a dragagem mecanizada no Telembí quinze quilômetros rio acima de Barbacoas. Até 1939 a maioria das minas da região de Barbacoas já estava em mãos de empresários e companhias estrangeiras (PAREDES 2009: 37).

Entre 1833 e 1933 regeu-se internacionalmente o preço fixo do ouro de US \$ 20,65 por onça troy estabelecido pela Inglaterra e EEUU. Nesses quarenta anos a inflação fez que o valor real do ouro diminuísse em 65%. Em 1933 o governo de EEUU fixou o preço do ouro em US \$34,69 por onça para desvalorizar o dólar e superar a crise deflacionária. Mas em 1971 Nixon eliminou a paridade dólar – ouro e desde então o ouro

flutuou livremente e nos últimos 45 anos subiu 500% até os atuais US \$ 1200 por onça⁵⁷.

A contínua depreciação do ouro a nível mundial entre 1833 e 1970 e o esgotamento dos depósitos mais superficiais fizeram que no Pacífico colombiano as empresas mineiras internacionais em Condoto, Timbiquí e Barbacoas cessassem suas operações nos 1970.

A exploração madeireira. Uma rede econômica em toda a região do Pacífico.

Desde começos da República as selvas do Pacífico foram declaradas territórios da nação e qualquer exploração de madeira requeria permissão do governo. No entanto as autoridades não têm tido a capacidade para controlar o cumprimento das permissões de extração florestal, nem quanto a extensão ou localização dos terrenos trabalhados, nem quanto à quantidade de madeira. Não há maneira de verificar a legalidade da procedência das quantidades de madeira do Pacífico que se movem continuamente pelos rios, pelo mar, e desde meados do século XX, pelas estradas. Os comerciantes de madeira podem exibir qualquer dos centos de tipos de licenças expedidas aos camponeses, às serrarias ou às empresas. Na adjudicação e cumprimento das permissões são frequentes o tráfico de influências, a falsidade de documentos e a corrupção (LEAL; RESTREPO 2003)

Atividade madeireira na sub-região norte

Na ribeira ocidental do rio Atrato entre Riosucio e o golfo de Urabá, nos que hoje são os municípios de Riosucio, Unguía, Acandí, e Turbo se desenvolveu desde a década de 1870 a exploração em grande escala de madeira que era levada sem processar de barco a Cartagena (GONZÁLEZ 2011a, p. 269).

⁵⁷ Em termos de valor atualizado segundo inflação em dólares de hoje os preços do ouro têm sido:

PREÇOS OURO					
Ano	Dólar época	Dólar atualizado	Ano	Dólar época	Dólar atualizado
1830	20,65	599	1980	612,5	1753
1870	20,65	380	1990	383,6	691
1932	20,65	356	2000	279,0	382
1934	34,69	611	2005	444,8	538
1960	35,0	279	2010	1.224,5	1325
1970	36,2	220	2014	1.265,6	1262

Ilustração 20. Lavagem de areia na mineração artesanal



(foto de Luis Alfonso Orozco)

Nos anos 1890 a família Ferrer, de comerciantes cartageneros residentes em Quibdó, a casa comercial Olier assentada em Riosucio com instalações nas bocas do rio Cacarica, e três companhias norte-americanas extraíam madeira para exportação no baixo Atrato. Outra companhia norte-americana extraía madeira para dormentes da ferrovia de Bolívar (Ibid, p. 272).

As primeiras serrarias a vapor no baixo Atrato instalaram-se em 1905: a do general Ortiz em Acandí e o dos Meluk em Sautatá ao sul de Unguía, a qual era parte de uma empresa que tinha também fábrica de móveis e um engenho de cana de açúcar. A empresa tinha 10 serrarias nesta área em 1910. Na década de 1940 tinha três serrarias no baixo Atrato: no Domingodó, em Paloblanco e em Riosucio (GONZÁLEZ 2011b, p. 169).

Desde 1940 a Sociedad de la Caoba, empresa de Medellín extraiu caoba até esgotar as reservas no rio Juradó perto da fronteira com Panamá. A caoba era transportada a Buenaventura para exportá-la a EEUU ou ao interior do país (LEAL; RESTREPO 2003, p. 55).

No decénio 1940s operaram duas serrarias no rio Baudó mas fecharam em 1954.

Na década de 1950 formaram-se duas grandes empresas na área do baixo rio Atrato: Del Dago-Madurabá e Pizano-Madarién, com instalações no baixo rio León e no baixo Truandó. A empresa no Truandó, construiu uma ferrovia de 22 km na selva que funcionou até 1966 para levar a madeira ao rio e depois ao golfo. Estas empresas apareciam legalmente fracionadas em outras companhias para evadir responsabilidades e poder acumular concessões. Obtiveram dezenas de milhares de hectares em concessão extraíram madeira dos imensos bosques pantanosos da árvore cativo (*Prioria copaifera*) e configuraram-se como as maiores madeireiras da Colômbia. (LEAL; RESTREPO 2003, GONZÁLEZ 2011b: 171-172).

No final da década de 1970 na extração e comercialização de madeira no Atrato diferenciam-se duas tendências e duas áreas. No baixo Atrato consolidam-se as duas grandes companhias para a exploração industrial dos bosques pantanosos de cativo. Mais ao sul na área do médio e do alto Atrato consolidou-se um tipo de circulação na que os comerciantes compram a madeira das serrarias que operam nos rios, mas uma parte importante do total de madeira é trazida diretamente pelos camponeses a Quibdó onde a madeira era embarcada rumo a Cartagena e desde 1944 enviada em caminhões para Medellín. (LEAL e RESTREPO 2003: 64).

Em 1959 tinham 22 serrarias no Chocó, oito delas no Atrato (LEAL e RESTREPO 2003), e em 1984 já tinham catorze serrarias no Atrato (JIMENO ET AL 1995). A extração madeirera concentrou-se progressivamente na atividade dos camponeses a qual crementou-se ainda mais com a introdução de motosserras no final dos 1970s. Inclusive no baixo Atrato fora dos bosques pantanosos onde operam as grandes companhias, nos rios Salaquí, Cacarica e Truandó há uma intensa extração por parte de camponeses com motosserras (GONZÁLEZ 2011b: 175). A depredação sobre os bosques acentuou-se ainda mais ao crescer imensamente a demanda de toda classe de madeiras, usualmente não comerciais, para a confecção de caixas para a exportação de banana (Ibid, p. 174).

Em 1986 abriu-se a estrada Quibdó -Tadó – Pereira a qual deu outra saída para a madeira para o interior do país. No final do decênio de 1980 teve uma intensa atividade madeireira nas áreas vizinhas a esta estrada.

Na atualidade a extração de madeira constitui a principal receita econômica do Chocó, entre os anos de 1990 e 2004, o produto bruto de

silvicultura, agricultura foi o dobro do produzido pela mineração de ouro (BONET 2007: 41)

Atividade madeireira na sub-região sul

Em 1870 começou a operar a primeira serraria a vapor em Tumaco e em 1907 tinha duas serrarias a vapor em Barbacoas. Depois em Barbacoas estabeleceram-se outras duas serrarias nos anos 20s e mais dois nos anos 50s (PAREDES 2009). Desde finais do século XIX estava-se exportando madeira e cascas de mangue ao Peru e a EEUU desde Tumaco. Também na área de Tumaco em Santa María do Rosario teve outra serraria em 1920, e em 1929 outra em Mosquera. Em Salahonda, nas bocas do Patía instalaram-se duas serrarias em 1947 (LEAL; RESTREPO 2003: 47-48).

Na área de Tumaco a empresa Maderas de Nariño dos senhores Wall em 1955 exportava madeira serrada aos EEUU. Em 1957 tinham catorze serrarias distribuídas ao longo da costa do Pacífico nariñense e duas em Barbacoas (Ibid, p. 50). Em 1965 tinham 39 serrarias e em 1969 já eram 55 no Pacífico de Nariño. Tinha também fábricas que compravam a madeira serrada para fazer molduras e chapas como Indumaco em Tumaco e Maderas Victoria no Pindo.

Em 1923 a serrarias da ilha La Viciosa do espanhol Márquez que exportava madeira ao Peru e a EEUU e ao mercado nacional foi comprada sucessivamente por investidores colombianos e estrangeiros e em 1971 com o nome Maderas y Chapas de Nariño tinha mais de 200.000 ha em concessões nos rios Mira e Patía e exportava dezenas de toneladas de madeira. Em 1976 entrou em falência e deixou de pagar salários e a serraria foi tomada pelo sindicato (Ibid, p. 51)

A companhia CODEMACO fundada em 1950 tinha concessões no rio Satinga e no Charco, uma grande serraria em Bocas de Satinga, frota de barcos para o transporte da madeira a Buenaventura e uma fábrica de lâminas em Buenaventura e outra em Cali. Era uma companhia que integrava todos os aspectos e fases da indústria. Em Satinga classificava-se a madeira, parte se serrava ali outra parte enviava-se arrastada por rebocadores a Buenaventura onde era desenrolada em lâminas e estas eram enviadas a Cali para fabricar o tríplice. A Buenaventura os barcos traziam a madeira extraída por camponeses na costa, no San Juan e no Baudó.

Até meados da década de 1970s as serrarias da área de Tumaco produziram 65% da madeira do Pacífico. A quebra de Maderas y Chapas de Nariño mostrou que a rentabilidade da exploração madeireira no

Pacífico não podia ser mantida com o modelo de uma empresa com trabalhadores assalariados. Daí em diante consolidou-se o modelo no que os custos da extração ficaram a cargo dos camponeses que vendem a madeira para as serrarias.

Em 1980 tinha 87 serrarias no Pacífico nariñense, das quais 30 em Bocas de Satinga, 16 em Tumaco e o resto nos outros rios do norte nariñense: Iscuandé, 12 no Charco e 8 em Mosquera, 7 na Tola, 5 em Iscuandé (LEAL; RESTREPO 2003, p. 70). No final dos anos 1990 teve uma ligeira diminuição mas mantinha-se um grande número de serrarias: 81 na costa nariñense.

A partir de 1970 o governo colombiano proibiu a exportação de madeira sem processar.

A atividade econômica do interior do Pacífico nariñense e da área de Barbacoas movia-se em sua maioria pelo rio Patía o qual desemboca na área de Tumaco. Mas em 1974 um acidente no chamado Canal Naranjo, construído por um empresário madeireiro, mudou o curso do rio Patía que se uniu com o rio Satinga que desemboca muito mais ao norte. O qual provocou uma catástrofe ambiental ao dessecar-se o baixo rio Patía e converteu o povoado de Bocas de Satinga no principal porto madeireiro da sub-região sul e reorientou o movimento madeireiro da costa de Nariño para Buenaventura, diminuindo consideravelmente o papel de Tumaco como porto madeireiro.

Após 1975 umas poucas serrarias enviavam madeira por estrada a Túquerres e a Pasto ou por barcos a motor a Buenaventura. Estas serrarias combinaram com a produção da área do rio Mira que sai pela estrada. A costa nariñense, a área de maior atividade madeireira do país envia a maioria da produção por barco a Buenaventura e de ali por terra a Cali, a Bogotá e ao resto do mercado nacional.

As primeiras serrarias instalaram-se em Buenaventura nos anos 1880s para prover dormentes à ferrovia.

Entre 1950 e 1970 funcionou em Buenaventura a empresa de Industrias del Mangle que comprava a casca de manguê a uma grande quantidade de camponeses das áreas próximas a Buenaventura e processava uma média de 30.000 toneladas de casca ao ano para a produção de taninos orgânicos para curtumes. A concorrência internacional de taninos químicos precipitou o fechamento da empresa. (MESA MANGLAR: 2010).

No decênio de 1950 instalaram-se companhias para o processamento de molduras e madeira de encaixe macho-fêmea para

exportação, e para a exportação de madeira serrada (LEAL; RESTREPO 2003: 56),

No rio Calima a empresa Cartón de Colombia fundada no final dos anos 1950 explorava uma concessão de 54.000 ha para enviar madeira às fábricas de papelão em Cali (LEAL; RESTREPO 2003: 58)

Buenaventura centraliza o movimento madeireiro do San Juan, do Baudó, de toda a costa Pacífica desde a fronteira com Panamá passando por toda a costa do Chocó, do rio Baudó, do rio San Juan, da costa do departamento do Valle e da costa de Nariño

A quantidade de serrarias, mais de 70, que enviam a produção a Buenaventura pode ser apreciada nas seguintes informações. Nos anos 1960 tinha doze serrarias no San Juan e três no baixo Baudó (LEAL; RESTREPO 2003, p. 58). No Pacífico Caucano em 1988 tinha 13 serrarias, duas tinham instalado-se nos anos 1950, 6 nos 1970, e outras três nos 1980 (Ibid, p. 60). Nos rios do Pacífico do departamento do Valle, tinha 15 serrarias, 4 delas na área urbana de Buenaventura. Na zona do rio San Juan, do baixo Baudó e a próxima zona costeira em 1986 tinha 46 serrarias, das quais 13 tinham sido instaladas após 1980.

NORMATIVIDADES, TERRITÓRIOS, DISPUTAS E POVOADORES LOCAIS NO PACÍFICO COLOMBIANO

As populações das selvas colombianas e seus territórios têm atravessado desde os tempos coloniais por diversos regimes legais, discursivos e de representação segundo as interseções entre os interesses de conjuntura da economia política e as ideias das elites.

No século XIX as terras públicas chamadas ‘terras baldias de la nación’, que incluíam todas as selvas, eram 75% de todo o território colombiano. A lei 110 de 1912 ou Código Fiscal reconheceu o direito a titular pequenas parcelas familiares através de procedimentos notariais a camponeses e colonos que demonstrassem posse a mais de cinco anos dentro dos “baldios” de propriedade da nação. Mas o desconhecimento da lei fez com que a maioria das terras no Pacífico permanecesse sem titular. (LEGRAND 1988; VÉLEZ ÁLVAREZ 2012).

No final do século XIX surgiu um ativo comércio internacional de jarina (*Phytelephas* spp., ‘tagua’ em espanhol), noz de marfim vegetal coletada na selva e usada para a confecção de botões. No Pacífico as maiores concentrações desta palma situavam-se no baixo Atrato, na costa do Chocó na área de Bahia Solano e na selva próxima a Tumaco. Urabá é a zona vizinha ao baixo Atrato, e ali esta atividade, junto com a

exploração madeireira, resultou no domínio territorial de empresários cartageneiros que importaram boias-frias das savanas do Caribe, mudando desde então o perfil étnico e populacional da zona (GONZÁLEZ 2011a).

Estes produtos eram extraídos pelos camponeses para vender aos comerciantes locais, quem por sua vez os vendiam a comerciantes exportadores com destino ao mercado internacional. Este circuito no qual todos os atores envolvidos se sentiam beneficiados dependia de que os bosques não fossem privatizados e se mantivessem abertos aos camponeses. Em Bahia Solano e Tumaco comerciantes de jarina tentaram tomar o controle territorial da coleta, mas os povoadores conseguiram que os juízes lhes dessem razão depois de reclamar judicialmente que tinham posse legal de suas terras e direito a trabalhar na extração e venda da jarina. (LEAL 2008; cf. HEILBRONER 1985).

Os camponeses extratores entendiam estas atividades como oportunidades de rendimento monetário e não percebiam as margens de mais-valia apropriadas pelos comerciantes locais e pelos exportadores atacadistas ao comercializar o produto extraído pelos camponeses. Quando alguns indivíduos pretendiam exercer acesso exclusivo a áreas com existências de ouro e jarina e impedir a extração dos camponeses também estariam sacando do circuito os comerciantes locais. A aliança conjuntural dos camponeses com a classe comerciante local na primeira metade do século XX permitiu manter o caráter público das terras do Pacífico e o acesso dos camponeses à extração de recursos sob as leis de terras públicas. (cf. LARSON et al 2010, WHITE e MARTIN 2005)

Em 1887 o governo Colombiano expediu o Código Mineiro no qual se estabeleceu que quem declarasse uma mina e pagasse um imposto anual podia ter os direitos de exploração do sub-solo mesmo que esses terrenos tivessem proprietário (LEAL 2009:155, VELEZ ÁLVAREZ 2012). No Pacífico o governo outorgou títulos e concessões mineiras sobre os trechos dos rios. Especuladores obtiveram títulos dos rios auríferos do Pacífico e trataram de procurar sócios norte-americanos ou europeus que trouxessem as novas tecnologias.

A empresa anglo-norte-americana Chocó Pacific no rio Condoto no Chocó, e uma empresa anglo-francesa no rio Timbiquí no Cauca tinham obtido títulos mineiros de grande extensão. Os povoadores locais foram expulsos e estas companhias trataram de impedir que os nativos locais seguissem trabalhando a mineração artesanal o qual provocou a oposição, desordens e disputas judiciais por parte desses povoadores apoiados pelos pequenos comerciantes locais (LEAL 2009).

No final do século XX desde os anos 1970, com o aumento do preço do ouro, e com o aparecimento de maquinaria móvel semi-industrial comerciantes dos centros urbanos começaram a financiar equipes de quatro ou cinco homens com motobombas e dragas e todas as zonas com jazimentos superficiais no Pacífico e no resto do país sofreram a incursão da mineração ilegal. Em meados dos anos 1980 começou a usar-se maquinaria com motores bem mais potentes: retroescavadeiras e dragas maiores que podem remover centenas de toneladas de terra por dia com devastadores efeitos sobre o ambiente. Este tipo de intervenção é levada a cabo por investidores alheios à zona que recrutam mão de obra, às vezes local mas frequentemente externa.

Ilustração 21. Mineração com retroescavadeiras em Condoto, Chocó



Destruição ambiental da mineração de ouro (foto de Luis Alfonso Orozco)

Para a época da aprovação da lei 70 em 1993 tinha mais de uma centena de retroescavadeiras no Chocó, 75 delas somente na área do alto San Juan (JIMENO et al 1995). Nos últimos anos, multiplicaram-se por todas as áreas auríferas causando imensos danos ambientais e com frequência legalizam sua atuação pagando arrendo aos Conselhos Comunitários, mas também frequentemente operam com ameaças aos povoadores locais e seu financiamento provém/provêm de capitais ilegais e de grupos criminosos.

Normas territoriais, movimento social e Lei 70

As companhias madeireiras de fabricação de lâminas e papel do baixo Atrato operam baseadas em trabalho assalariado e produção altamente mecanizada, não vinculam ao camponês a seu circuito econômico e causam grande destruição ambiental. Em meados da década de 1980 pediram para ampliar as licenças para extrair madeira para o sul no médio Atrato, uma área com numerosos assentamentos de camponeses negros e essa iminente ampliação das concessões das grandes empresas pelo Atrato originou a reivindicação de titulação coletiva por parte da organização dos povoadores negros do médio Atrato, o qual levou à aprovação da Lei 70 de 1993. Uma vez mais os povoadores para favorecer seus interesses apoiaram-se em aspectos das leis existentes, neste caso a Lei 2ª de 1959 de Reservas Florestais. Pediram que em lugar de licenças às companhias capitalistas, lhe outorgassem uma licença à Associação Camponesa para o aproveitamento coletivo do território. Pela primeira vez os camponeses não pediam somente o acesso aos recursos da selva senão a demarcação e o controle coletivo dos territórios usados por eles (Cf. MARTINEZ ALIER 2007)

Este movimento social camponês negro do Chocó conseguiu que a Constituição de 1991 e a Lei 70 de 1993 estabelecessem os territórios coletivos das comunidades negras e titularam cinco e meio milhões de hectares. No entanto as expressões locais do capitalismo global periférico caracterizado por sua combinação de espoliação extrativista, corrupção e violência criminosa, têm agudizado ainda mais a situação de precariedade das populações negras e de sua relação vital com o território e complexas formas de vida e natureza.

Conflitos dos territórios coletivos com atividades econômicas e outras territorialidades

Mineração Ilegal.

A Lei 685 de 2001 é o Código Mineiro vigente na Colômbia. Esta lei concedeu a iniciativa e exploração da mineração ao setor privado, e ainda conservou áreas de tratamento especial como os Territórios Coletivos de Comunidades Negras, declarou qualquer atividade mineira como de utilidade pública. Esta lei tem gerado uma série de conflitos de concorrência e de direitos sobre o uso do território e do subsolo com

Manguezais. Parque Nacional Natural Sanquianga

Um dos temas conflitivos na adjudicação de territórios coletivos foi o da situação de populações negras assentadas em ou próximas a mangues e que dependem de recursos extraídos destes ecossistemas. O Decreto lei 2324 de 1984 que organiza a Direção Geral Marítima e Portuária regulamenta que as áreas costeiras são áreas públicas de propriedade da nação.

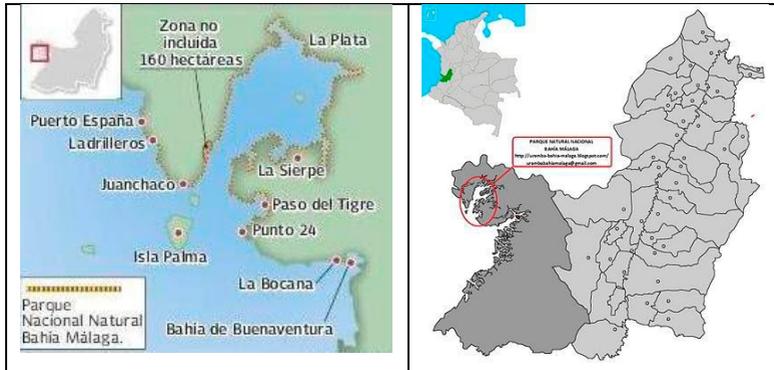
Segundo a lei colombiana os manguezais são áreas da nação com proteção ambiental. Quando o governo a partir de 1997 começou a expedir os títulos coletivos às comunidades negras, as organizações de conselhos comunitários reclamaram que não se tinham incluído as áreas de mangue e a raiz disso têm conseguido acordos com as entidades governamentais para ter a possibilidade de aceder e administrar os recursos do mangue.

Um caso especial é o do território e a população localizados no Parque Nacional de Sanquianga criado pelo governo em 1997 com 80.000 ha. Dentro do parque encontram-se 580 famílias e 3200 habitantes cujo representante é o Conselho Comunitário de Mosquera Norte. Apesar do impedimento na titulação do território coletivo dentro do mangue, o Conselho Comunitário tem feito acordos com as autoridades ambientais para a permanência da população e o uso dos recursos do mangue e pesqueiros (RIVAS 2001).

Bahía Málaga

O caso da Bahía Málaga é um exemplo de interseções entre diferentes leis, atores e interesses. Málaga é uma baía de águas profundas rodeada de praias, que só tem acesso marinho depois de uma hora em barco desde Buenaventura. Há mais ou menos meio século a Lei 55 de 1966 criou o Balneário do Pacífico em um setor da baía com 20.000 ha como uma área de utilidade pública destinada ao turismo, e se desenvolveu por parte de pequenos empresários um turismo de pousadas nas praias. Em 1989 foram construídas em Málaga as grandes instalações da Base Naval do Pacífico, sede da marinha militar colombiana e que tem afetado os povoadores pois as autoridades militares proibiram na área a pesca e o transporte noturno.

Mapa 10. Parque Natural Bahía Málaga



(Fonte: Escobar 2003: 8)

Depois da Lei 70 de 1993, os habitantes da área rural da baía, organizaram-se em Conselhos Comunitários e pediram a titulação coletiva. Os donos das instalações de turismo, muitos de fora da região opõem-se à titulação coletiva pois a Lei 55 de 1966 do Balneario é muito anterior à Lei 70. Tempo depois o governo sozinho titulou um Território Coletivo de 7800 ha a uma comunidade que estava fora da área turística designada pela Lei 55. Nos anos 1990 as elites económicas regionais em Cali e Buenaventura lançaram uma campanha para a construção de um grande porto internacional. Na contramão dessas iniciativas, ONGs ambientalistas, algumas entidades do governo e os Conselhos Comunitários da baía impulsionaram a declaração de um Parque Natural, o qual foi criado pelo Ministério do Ambiente em agosto de 2010. Ainda que dentro do Parque não pode haver títulos coletivos, também não pode haver licenças extrativas mas as comunidades podem exercer atividades de subsistência (ESCOBAR 2013).

Empresas de palma de azeite e de colheita de palmito.

Desde os anos 1970 a zona de Tumaco, principal povoado e porto no Pacífico do Departamento de Nariño já era uma área na que empresas do centro do país de azeites e sabões tinham começado a adquirir terras para o cultivo de palma de azeite. No final dos anos 1980 tinha já 15.000 ha semeados de palma. As empresas e suas processadoras atraíram outros vários investidores e em 1996 dos dois lados da estrada os cultivos de palma já chegavam aos 18.000 ha, os quais constituíam 13,5% da palma na Colômbia. Os cultivos continuaram crescendo até atingir 32.000 ha em

2005, dos quais 52% pertenciam a nove empresas (GARCÍA 2011, p. 218, 255). A atividade capitalista motivou, em vários casos os mesmos investidores da palma, à instalação de empresas de cultivo de camarão nos manguezais costeiros próximos à estrada. Assim, extensas áreas próximas a Tumaco foram apropriadas pelas empresas de palma e camarão e deixaram de pertencer aos camponeses negros. Os camponeses sem terra trasladaram-se a Tumaco, e nestes anos a cidade dobrou sua população de 90.000 para 180.000 habitantes. As empresas aumentaram seus métodos de pressão para comprar a terra dos camponeses. Desde 1992 começou a agudizar-se a violência contra os camponeses negros. Nesse ano foram assassinados três líderes de organizações sociais em Tumaco que estavam advertindo sobre ameaças por parte de empresas de palma e de camarão. Em 1996 foi assassinado o presidente do conselho comunitário do Alto Mira e Frontera contíguo à área em que localizavam-se as grandes empresas de palma.

Quando solicitaram-se os territórios coletivos em 1996 uma empresa de palma pretendeu reclamar 800 hectares em um território coletivo. O conselho comunitário de Alto Mira e Frontera protestou e o INCORA negou a solicitação, mas quando saiu o título do território coletivo em agosto de 2005 não incluía essas 800 hectares. O conselho comunitário processou legalmente e finalmente incluíram-se esses hectares ao título. A empresa palmeira Salamanca pretendeu receber também uma adjudicação em terras reclamadas pelo conselho comunitário. Depois disso uma demanda legal na justiça deu razão ao conselho comunitário e considerou a empresa culpada de ocupação fraudulenta e condenou a prisão a três de seus servidores públicos.

Desde 1999, o Palenque de Nariño liderado pelo grupo de ativistas urbanos de Tumaco, coordenava os conselhos comunitários da zona sul do Pacífico Nariñense nos municípios de Tumaco e Francisco Pizarro. No final dos anos 1990, como parte das Alianças Estratégicas promovidas pelo governo nacional, a prefeitura de Tumaco e as empresas palmicultoras criaram a Corporación para el Desarrollo Empresarial para la Paz de Tumaco, CORDEAGROPAZ para prover os camponeses negros de assistência técnica e créditos para a plantação de palma e venda do produto às empresas palmicultoras (GARCÍA 2011, p. 256). Os dirigentes do palenque opunham-se a essas alianças com as empresas, mas ante a oferta de melhorar seus rendimentos familiares os conselhos comunitários destes dois municípios prescindiram do Palenque e em 2002 organizaram-se na Red de Consejos Comunitarios del Pacífico Sur, RECOMPAS (RESTREPO 2005^a, p.7.el progreso 1998

Um caso análogo tinha-se apresentado também em Nariño, quando uma empresa enlatadora de palmito apoiou a titulação e a organização de dois conselhos comunitários nas áreas em que os camponeses coletavam para a empresa à margem das propostas de pertencer a organizações com maior número de conselhos comunitários.

Nestes casos a expectativa de melhores rendimentos criada pelas empresas interpôs-se na ampliação ou continuação de processos organizativos de maior envergadura.

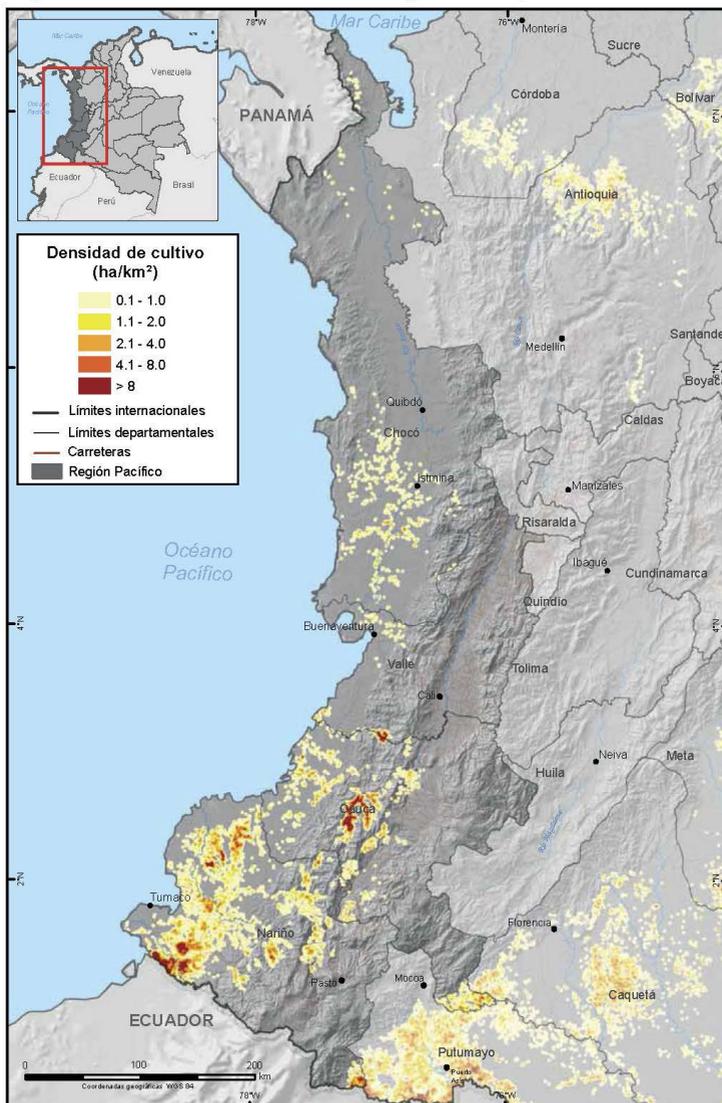
Plantação de coca no Pacífico

Uma das atividades econômicas ilegais que mais tem interferido e prejudicado o controle dos territórios e seus recursos por parte das populações afrodescendentes no Pacífico é a de cultivo de coca. A cocaína é uma das commodities ilegais de maior rendimento na economia mundial, ocasiona desastrosas consequências ambientais e está emparelhada com altíssimos níveis de criminalidade, violência e corrupção. No Pacífico, como no resto da Colômbia, a coca tem sido a principal fonte de dinheiro para os grupos armados ilegais.

No ano 2000, a Colômbia atingiu o máximo histórico com 163.000 hectares semeados de coca, (UNDOC 2015: 5) dos quais estavam umas 50.000 no Putumayo. Entre 2000 e 2005 os Estados Unidos destinaram mais de cinco bilhões de dólares para o Plano Colômbia para a luta contra a guerrilha e o narcotráfico e em 2002, com esse financiamento, o governo pulverizou massivamente o Putumayo, e o cultivo deslocou-se para o vizinho Pacífico nariñense convertendo esta área na maior zona produtora do país com uns 18.000 hectares desde 2003 até o presente (UNDOC 2015: 31). A expansão do narcocultivo foi um dos principais fatores para a entrada dos paramilitares ao Pacífico e a generalização da violência.

Tumaco com 6600 ha e Barbacoas com 1500 ha ocupam o primeiro e quinto lugar entre os municípios produtores de coca no país (Ibid, p. 20). Ademais os cultivos estenderam-se em menor proporção a Timbiquí no Pacífico caucano e às áreas do rio Baudó e médio rio San Juan no Chocó. A zona com mais cultivos recentes é a do baixo Atrato (Ibid, p. 21). Os cultivos de coca no Pacífico têm ocasionado o controle de uma grande parte dos territórios coletivos negros por parte de grupos armados ilegais, os quais por sua vez impõem e estendem outras economias ilícitas, tais como a mineração ilegal e o corte de madeira.

Mapa 11. Densidade de cultivos de coca no Pacífico em 2014



(Fonte: UNDOC 2015: 30)

A atividade criminosa na região generalizou-se de forma catastrófica. Buenaventura, Tumaco e Quibdó estão dominadas pelos

grupos criminosos. A situação nestes centros urbanos é literalmente a de uma emergência humanitária generalizada pois neles convergem o controle e a administração das múltiplas e interconectadas atividades criminosas na região.

Interseções do Estado e as organizações étnico territoriais

A aprovação da Lei 70, chamada de Comunidades Negras, no dia 27 de agosto de 1993, significou uma mudança radical quanto à legislação sobre o Pacífico, à presença do Estado sobre as áreas rurais da região o que desenvolveu uma atividade institucional sem precedentes em toda a história da região.

As interseções com o movimento social não são homogêneas, a ação estatal configura diferentes objetos de intervenção que são circunscritos a umas instituições ou programas específicos, condicionando desta forma as interlocuções com as organizações étnico territoriais. Ditas interseções concentraram-se em uns espaços institucionais mais que em outros, e a nível nacional produziram-se basicamente no marco do Ministério do Interior, Ministério do Meio ambiente, Planejamento Nacional, o IGAC e o INCODER.

Estado no Pacífico até 1990

A presença do Estado no Pacífico no primeiro século após a independência em 1819 foi principalmente para garantir a propriedade dos escravagistas sobre aquelas minas que continuaram sendo rentáveis, sobretudo em Barbacoas e El Raposo.

Depois, nas primeiras décadas do século XX voltou a dinamizar-se o comércio do ouro e o código mineiro de 1887 desatou intensa atividade nos procedimentos de adjudicação de minas. O comércio do ouro gerou outras atividades comerciais e Quibdó, Barbacoas, e Tumaco graças ao comércio de jarina e borracha, tiveram verdadeiro dinamismo urbano nessas décadas, construíram-se setores administrativos, comerciais e residenciais. Em contraste os bairros de pescadores e trabalhadores seguiam os padrões da população rural mas sem a infraestrutura necessária para agrupamentos urbanos, resultando assim em um meio de pobreza e marginalização.

A atividade do Estado concentrou-se em apoiar a economia extrativista e comercial e no governo das incipientes cidades; mas o Estado era inexistente para além dos limites urbanos entre a população rural do Pacífico, em seus inumeráveis rios e praias.

A contrarreforma conservadora iniciada em 1886, entregou a educação nos “territórios nacionais”, isto é, nas áreas selváticas e apartadas, à Igreja Católica e depois a Lei Orgânica de Educação de 1903 deixou a educação primária do país também sob o cuidado da Igreja. Em 1908 outorgou-se a educação do Chocó aos Claretianos e em 1924 a de Tumaco aos Agustinos. Em 1952 criaram-se os vicariatos de Istmina (separando-a de Quibdó) e Buenaventura (separando-a de Cali) e entregando-as aos Misioneros de Yarumal. Em 1954 criou-se a Prefeitura de Guapi (separando-a de Tumaco) e foi comissionada aos Franciscanos.

Até finais do século XX, a igreja católica com seus templos e suas escolas foi a principal e mais visível presença institucional nos rios, costa e selvas do Pacífico. Nas cabeceiras municipais e alguns povoados maiores, a essa presença institucional agregava-se um posto de saúde e um escritório do corregedor ou o inspetor de polícia, e isso era tudo.

A queda da demanda de produtos extrativos e o quase monopólio do ouro pelas grandes companhias estrangeiras a partir do decênio de 1930 freou o dinamismo dessas cidades o qual recuperou-se com a abertura das estradas. Mas já em meados do século XX o Estado era o principal empregador nestes centros urbanos. Entre 1948 e 1958 a Colômbia viveu a violência partidária, a qual terminou com o acordo da Frente Nacional para alternar o governo entre os dois partidos tradicionais. Depois disso toda a atividade do Estado, constituído no maior empregador da região foi mediada pelos eleitos aos corpos legislativos: conselhos municipais, assembleias departamentais e o congresso nacional. O Estado na região operou como uma grande rede capilar clientelista de distribuição de favores em troca dos votos nas eleições, e entre os políticos e servidores públicos generalizou-se a corrupção sobre os dinheiros públicos.

O resultado a final do século XX era o de uma região e uns centros povoados e urbanos com os piores níveis na Colômbia de desordem administrativa, pobreza e marginalização. A atividade do Estado concentrava-se em tais centros urbanos e continuava praticamente ausente nos setores rurais, com a exceção da intermitente atividade eleitoral e das escolas da Igreja. Tinha-se configurado essa convivência com as práticas de corrupção e clientelismo que analisa Gupta (1995) e à que se refere Herzfeld (1997) como intimidade cultural. Uma relação com os últimos elos da rede política-clientelista, por parte de indivíduos com verdadeiro prestígio local dos centos de pequenos vilarejos do Pacífico, conectando-se assim com as dinâmicas e ciclos sociais de assentamento e mobilidade. Relação

que perpetua a despolitização da população através da ilusória inclusão na rede clientelista e que reproduz o sistema político dominante em seus níveis mais amplos.

No Pacífico existem características comuns quanto aos contextos políticos regionais e nacionais e às tradições políticas locais vernáculas, isto é, as oportunidades políticas compostas pela estrutura institucional política e as relações de poder informais (MC ADAM et al 1996). A política tradicional bipartidista clientelista colombiana encontra nesta região uma de suas expressões mais exacerbadas (AGUDELO 1999; VILLA 2000) e por causa disso as organizações negras não encontraram eco nem aliados entre as classes médias urbanas negras da região e tiveram que procurar apoio no movimento indígena e em setores acadêmicos do centro do país.

A institucionalidade étnico ambiental e as organizações territoriais

A Lei 70 tem constituído a coluna vertebral das interseções entre o Estado e as organizações étnico territoriais. Mas a Lei 70 de 93 reflete a importância de dois fatores que se encontram estreitamente relacionados entre si: de um lado, irrupção de um modelo de Estado onde o étnico e a participação redefinem o conceito de cidadania e, do outro, a emergência de “o biológico” como fato social global (ESCOBAR, 2000).

O “biológico” como fato social global estabelece relações de novo tipo entre o global e o local (ESCOBAR, 2000). Na Colômbia, apareceram numerosas ONG's, criou-se o Ministério do Meio ambiente e estabeleceram-se diferentes projetos de cooperação técnica internacional tendentes do manejo sustentável ou conservação dos “recursos naturais”. No Pacífico, é dentro desta tendência ambiental que se inscreve a interseção das organizações dos camponeses negros com aquelas instituições, projetos ou programas estatais nos que confluem os discursos da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, a participação e o multiculturalismo (WADE 2004).

Desde princípios dos anos 1990 o Pacífico é inventado como entidade étnica e ambiental. As expressões locais do Estado no Pacífico colombiano basearam-se na recente legislação “étnica” e ambiental. Em particular, a Lei 70 de 1993 ou “lei de comunidades negras”, e a Lei 99 de 1993 do Meio ambiente que teve um impacto forte no perfil dos programas e projetos que o Estado desenvolve no Pacífico. Desde os diferentes níveis e expressões do Estado não só se produzem, circulam e consomem representações sobre o Pacífico como região, senão também,

e estreitamente relacionadas com elas, sobre seus povoadores (WADE 2004).

As Corporações Regionais anteriormente eram interventoras desenvolvimentistas e após a Lei do Meio ambiente são as autoridades ambientais regionais do Ministério do Meio ambiente. No Pacífico colombiano operam quatro delas: CODECHOCÓ, CVC, CRC e CORPONARIÑO⁵⁸. O artigo 56 da Lei 70 ordenou que nas Corporações em cuja jurisdição tivesse territórios coletivos deveria ser nomeado um representante dessas comunidades negras, o qual tem desatado intrincadas negociações e manobras das organizações. Mediante o Programa de Manejo de Recursos Naturais (PMRN), coordenado pelo Ministério, durante a época da solicitação da titulação consolidaram-se os Comitês Regionais como um “espaço misto” onde confluíam as diferentes instituições do Estado (das quais a Rede de Solidariedade Social –adscrita à presidência– jogou um papel central) e as organizações negras. O Instituto Geográfico Agustín Codazzi, IGAC, no marco PMRN, adiantou a primeira fase do Projeto de Zonificação Ecológica da Região Pacífica Colombiana.

Figuram também na interseção entre as organizações étnico territoriais e o Ministério do Ambiente diferentes projetos, alguns dos quais têm sido de caráter estritamente local, enquanto outros têm tido uma cobertura regional. No primeiro caso está o Projeto Bosques de Guandal (PBG) da Universidade Nacional, enquanto no segundo estaria o Projeto Biopacífico (PBP). Ambos contaram com a contribuição financeira estrangeira: o primeiro por parte do Governo dos Países Baixos, e o segundo por contribuição do Fundo Global para o Meio ambiente (GEF)⁵⁹. Mais recentemente encontra-se com cobrimento no litoral do Pacífico ao Projeto Manglares de Colômbia, que conta com verba da Organização Internacional de Madeiras Tropicais, e ao Projeto Naidí focado na costa Pacífica nariñense com recursos obtidos de um empréstimo à nação do Banco Mundial.

Está também o Instituto de Investigaciones Ambientales del Pacífico (IIAP). Este instituto foi incluído na Lei 99 de 1993, como uma das cinco entidades científicas adscritas ao Ministério do Meio ambiente (IIAP, 1997) e o instituto que também tem representante das comunidades negras em sua junta diretiva.

⁵⁸ Corporación Regional para el Desarrollo del Chocó. Corporación Regional del Valle del Cauca. Corporación Regional del Cauca, Corporación Regional de Nariño

⁵⁹ Esse fundo deriva do Acordo do Rio em particular do Convênio sobre a Diversidade Biológica de 1993.

O Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER) é o âmbito estatal relacionado com o processo de titulação de terras e em particular os territórios coletivos negros. É a instituição à que se solicita o título coletivo por parte do conselho comunitário já constituído e registrado ante a prefeitura municipal correspondente, e adiantam-se, as ações de pesquisa sobre a população e o território para o eventual reconhecimento legal através de um título de propriedade coletiva que tem o caráter de inembargável, inalienável e imprescritível.

O Projeto Biopacífico (PBP) teve o objetivo de consolidar uma estratégia para a conservação e o manejo sustentável da biodiversidade da assim denominada região do Chocó biogeográfico, em termos de seu primeiro plano operativo:

...se busca ir más allá de las simples medidas de control sobre el uso de los recursos naturales y generar una nueva estrategia de desarrollo para la población ubicada en el región, basada en la protección y uso sostenible de la biodiversidad en lugar de su extracción y destrucción... (PBP, 1993: 3).

Conhecer, valorizar, mobilizar e formular-atribuir, foram as quatro áreas de ação contempladas em dito plano operativo.

Seria errôneo propor que a maioria das ações estatais estão diretamente focadas para questões “étnicas” ou ambientais no Pacífico. É mais acertado pensar que os múltiplos interesses do Estado, bem como de ONGs e pressões internacionais coincidem com o campo ideológico e discursivo da Lei 70, e em consequência, compartilham uma esfera comum com os movimentos sociais. De igual forma, as questões “étnicas” e ambientais têm passado a fazer parte de uma mesma matriz discursiva dado que operam baixo a premissa de que as comunidades locais têm sustentado historicamente práticas de produção tradicionais e sustentáveis.

Clientelas políticas, Estado e organizações étnico territoriais

As expressões locais e regionais do Estado desdobram uma série de ações que legitimam sua presença na zona. Assim explicam-se a compulsão à repetição, os reiterativos fracassos que se sucedem uns aos outros, as incoerências e inconsistências entre e interinstitucionais, as posições abertamente contrapostas entre projetos passados e presentes.

Algumas pesquisas têm sublinhado a dimensão das práticas clientelistas e eleitorais na região do Pacífico colombiano (AGUDELO 2004; HOFFMANN 1998; KHITTEL 1999). Mas também se dá uma

lógica clientelista nas interações do Estado local com as organizações étnico territoriais.

As freguesias operam nos níveis municipal, departamental e nacional. Mas as relações clientelistas não se circunscrevem às político-eleitorais em uma região onde as expressões locais do Estado constituem uma das principais fontes de emprego, a participação nestas redes clientelistas tem grande importância.

Como as organizações étnico territoriais carecem de fontes de financiamento próprias ou alternativas às do Estado, a maior parte dos recursos econômicos com os quais se levaram a cabo muitas das atividades de ditas organizações provém/provêm do Estado mesmo e muitos dos dirigentes tratam de alinhar-se com entidades estatais que lhes facilitem contratos e projetos.

Na medida que consolidou-se a adjudicação dos territórios coletivos, cada vez mais, a interlocução do Estado vem transformando as organizações étnico territoriais regionais ou sub-regionais em conselhos comunitários ou aos agrupamentos de conselhos comunitários. Alguns dos dirigentes das organizações propõem que é uma estratégia de fragmentação que pretende diminuir a capacidade de negociação de organizações com ampla ou média cobertura e com maior experiência para concentrar.

Os “projetos” converteram-se no dispositivo de interação dos programas e instituições governamentais e das ONG's de um lado, e das “comunidades”, do outro: a cultura do projeto.

Em casos onde os dirigentes dos movimentos e organizações sociais, passam a ser servidores públicos estatais sem deixar de lado seu status anterior, o Estado e o movimento social criam essas “blurred boundaries” de Gupta (1995). O Estado legitima suas ações através da participação do “outro”, e do outro lado, para o movimento social, pode ser uma forma de incrementar sua agência e influência no contexto nacional.

Organizações negras e Estado: Visões contraditórias.

As inserções das instituições estatais e de seus agentes caracterizam-se, por seu caráter translocal (GUPTA 1995). Isto é: por instituições e agentes que operam localmente mas que respondem por sua vez a condicionamentos que vão além do local. É nesta condição de translocalidade, na qual se levam a cabo as interseções do Estado com as organizações étnico territoriais no Pacífico colombiano e que se manifesta em múltiplos aspectos. As narrativas da biodiversidade, do

desenvolvimento sustentável ou das terras de comunidades negras definidas pelas equipes de especialistas nacionais ou internacionais, encontram nos servidores públicos regionais ou locais variadas interpretações. Assim, mais que um aparelho vertical, esta natureza translocal do Estado constitui um tecido no qual aparecem múltiplos sentidos no local.

Desde a perspectiva dos servidores públicos locais, o grosso de contradições com as hierarquias regionais ou nacionais deriva do desconhecimento das condições locais. Um servidor público de Plan Pacífico em Tumaco afirmava:

Plan Pacífico traía una buena visión, venía bien orientado, pero lamentablemente como a los negros se nos ve como personas que no tenemos capacidad [...] Ahora la percepción es que estamos nosotros pero no lo manejamos, lo maneja Planeación Nacional [...] y nos tienen a nosotros todo el año trabajando con las comunidades para que finalmente ellos decidan (Entrevista con funcionario Plan Pacífico, Tumaco)

De maneira inversa paradoxalmente, a este caráter translocal do Estado e a instâncias centrais mais receptivas têm apelado em ocasiões para as organizações étnico territoriais pois no plano local, onde as burocracias locais representam interesses de poder:

[...] En este momento nosotros contamos con funcionarios en algunas instituciones que son solidarios con el proceso[...] en las instituciones hay gente muy comprometida, y que cree y que se solidariza con nosotros, pero la institución en sí, en su conjunto, no [...] pero localmente no hay solidaridad de la gente” (CORTÉS, 1998: 138, 140).

Nos diferentes âmbitos e níveis, o Estado não opera da mesma maneira com relação a questão étnica de comunidade negras. Por exemplo em um plano que pode ser denominado “oficial”, nos documentos e pronunciamentos públicos onde se vê o discurso institucional encontra-se que as narrativas sobre as organizações estão ancoradas à legislação, em particular aquela que se desprende da Lei 70 de 1993. Em outro plano estão as narrativas de caráter “pessoal” dos servidores públicos que reinterpretam ditos discursos institucionais, os compartilhando e/ou criticando esse plano “oficial”. Os servidores públicos reproduzem e controvertem estas narrativas produzidas pelas instituições. Uma variedade de matizes entra em jogo: desde os servidores públicos que são

(ou têm sido) membros das organizações⁶⁰, passando por aqueles que se reconhecem a si mesmos como negros e da região mas que não têm sido membros das organizações (os quais podem ou não compartilhar a questão étnica negra nos termos propostos pelas organizações), terminando com aqueles que ou não são da região ou não se reconhecem a si mesmos como negros.

Nos casos extremos, a Lei 70 é conceituada como ganho de um “nós” definido pelos “camponeses” e “comunidades” ou simplesmente como uma maquiavélica manipulação do “eles”, isto é, do alto governo, dos agentes externos à região que querem seguir explorando-a para seu benefício ou para mantê-la nas atuais condições de “atraso” e “pobreza”:

La Ley 70 tiene enemigos que han tratado incluso de demandarla. Mira que es una Ley que no se consultó a los grandes políticos, a los profesionales, esta es una ley de nosotros los campesinos. (Funcionário INCODER. Quibdó. Dezembro de 1998)

Ou em uma opinião totalmente contrária:

Yo soy contrario a todo eso de la Ley 70 porque pienso que esos son procesos orientados. Entonces la Ley 70 lo que es un marco para decirnos que el negro debe estar en ese marco y ahí no debe salirse. [...]La Ley 70 quiere forjar una realidad inexistente, por eso cogen y llevan la gente a talleres y las adoctrinan. Por eso uno ve que todos los que han estado en ese proceso hablan igual a como hablan en Planeación Nacional. (Funcionário Plan Pacífico, Tumaco. Dezembro de 1998)

De outro lado algumas das narrativas concebem as ações do Estado como generoso serviço que contrasta com a “obrigação” e, portanto, é uma relação que espera o reconhecimento e o agradecimento dos sujeitos. Este discurso leva a conflitos pois quando se reclamam direitos e obrigações, consideram-se atitudes descorteses e agressivas.

Pode existir também a visão análoga na outra direção, desde a base, as pessoas ou membros das organizações podem ver às instituições do Estado como provedor de recursos, a ponto de justificar a carência de ações individuais, coletivas e organizativas já “que o Estado não deu os recursos”.

⁶⁰ Este ponto de funcionários que são membros das organizações o abordaremos novamente mais adiante.

Estas duas visões chegaram a marcar em boa parte as relações dos diferentes níveis que a Lei 70 estabeleceu entre as organizações e o Estado, nas Comissões Departamentais e na de Alto Nível. As discussões políticas de fundo ficaram frequentemente adiadas pelas intermináveis discussões entre os servidores públicos que sustentavam que os povoadores e as organizações não respondiam aos altruístas esforços institucionais e as organizações que reclamavam recursos para efetuar a mais mínima ação.

De uma maneira simplista podemos dizer que os movimentos sociais representam o Estado como um “outro” que se constitui em opositor, enquanto as narrativas estatais localizam os movimentos sociais como aliados no sentido de que estes são uma sorte de “prova” de uma prática democrática que cria um vínculo com a “voz do povo”.

Neste complexo palco de lutas sociais e transformações no exercício do poder, os movimentos sociais negros têm ganhado um nível de reconhecimento importante do Estado na negociação de projetos, programas e intervenções que comprometem o território do Pacífico colombiano. O Estado não opera como uma estrutura coerente e monolítica que serve aos interesses das organizações de base, senão mais de uma maneira diluída e contraditória que responde a múltiplas e contraditórias pressões e interesses. Igualmente, os movimentos sociais do Pacífico não são parte de um todo homogêneo que apontem para objetivos comensuráveis, ou atuam como uma força unificada.

Autonomia e institucionalização no movimento negro do Pacífico

Após a Lei 70

Até a expedição da Constituição de 1991 e a inclusão do Artigo Transitório 55, a mobilização de ativistas e organizações negras tinha dependido de seus próprios esforços e recursos. Mas como o artigo transitório ordenou ao governo a conformação de uma Comissão Especial para propor o texto de uma lei de comunidades negras, os representantes das organizações começaram a exigir do governo todos os recursos para as atividades da Comissão Especial. Não foram só os custos da participação dos delegados na comissão em Bogotá senão a realização de atividades informativas em todas as áreas do Pacífico.

A lei 70 e suas implementações institucionais têm dificultado a iniciativa política, as propostas ideológicas do movimento negro e seu avanço organizativo. Situação diferente da que se apresentou durante a

mobilização em prol da inclusão dos direitos negros na constituinte e durante a discussão que conduziu à promulgação da lei 70. Os recursos e acessos à atividade institucional criados pela lei 70 converteram-se em fatores de tensão entre as organizações e outros atores do movimento negro. Ao ter previsto a Lei 70 o estabelecimento de territórios coletivos no Pacífico administrados por conselhos comunitários, em ocasiões estes últimos terminam preferindo negociar diretamente com o governo e com as instituições passando por cima de organizações que assumiram a representação sub-regional.

Como resultado, durante uns poucos anos após a Constituição de 1991 e da Lei 70 de 1993 proliferaram organizações tanto nas áreas rurais como nas urbanas com o principal objetivo de obter recursos negociando diretamente com o Estado. Apareceram um número crescente de organizações de áreas ou de rios pequenos com muito pouca coordenação entre elas destinatárias da maioria dos recursos institucionais previstos pela Lei 70 e o de outra quantidade de organizações não governamentais com poucos membros e de objetivos diversos –ambientais, educativos, cívicos, culturais, étnico políticos– arraigadas nos centros urbanos e nas regiões fora do Pacífico com análoga pouca coordenação nos palcos regionais e nacionais. Em ausência de sólidas conformações identitárias e de claros objetivos políticos a longo prazo, após um processo de negociação com o Estado, os movimentos sociais podem ser vistos condenados a competir entre eles mesmos por recursos, a administrar lucros econômicos para satisfazer a seus membros, e a entrar em um processo de fragmentação e de institucionalização (FOWERAKER 1995: 65-82) Na situação acima descrita, as organizações étnico territoriais concentram-se sobre os recursos derivados da lei 70, enquanto organizações negras de outro tipo carecem de recursos para satisfazer ou engrossar suas bases e não encontram uma maneira de ampliar o efeito de suas reivindicações para motivar uma mobilização social.

O fato de ter conseguido um amplo espectro de concessões em tempo relativamente curto através da lei 70 interpôs-se a possibilidade para os grupos e organizações negras de ter ampliado os objetivos políticos e levou-as a um agir mais instrumental (c.f. KRIESI 1996: 158). Os lucros das reclamações destas comunidades negras organizadas deveram-se em boa parte a dois fatores: a solidez e a extensão da organização na sub-região norte do Chocó, e a recepção das temáticas do étnico e o meio ambiental no setor institucional. A extensão da zona e o número de localidades envolvidas foi um ingrediente importante na força

que conseguiu ter a organização camponesa em suas negociações com o setor institucional.

A ascensão da etnicidade, a constituição de regimes especiais com variáveis graus de autonomia, o crescimento do ativismo ambiental, têm muito de favorável à situação dos grupos marginados mas também pode estar conforme com a consolidação do caráter neoliberal das políticas de Estado que se retira de responsabilidades sobre a garantia dos direitos básicos a todos os cidadãos e que arroja sobre a iniciativa individual ou de grupos específicos, no contexto de um mercado aberto, as possibilidades de melhoria de suas condições (c.f. GROS 1997). Nestes palcos facilita-se a atividade de movimentos sociais heterogêneos e que não desenvolvem articulações políticas extensas em tamanho e prolongadas no tempo. De outro lado o capital tem entendido que a conservação da natureza pode ser um bom investimento em futuras áreas de atividade tecnológica e financeira (ESCOBAR 2000: 286-290).

É este um ponto importante para explorar as articulações paradoxais e contraditórias entre os discursos e as práticas concretas do Estado e as dos movimentos sociais. O desenvolvimento do movimento camponês do Pacífico é um caso paradigmático de como os aspectos culturais vernáculos são apresentados como partes de reivindicações contemporâneas e são também componentes, ao lado de configurações de origem institucional dos discursos do Estado.

O movimento territorial negro teve um papel importante na configuração da inclusão na Constituição da realidade pluriétnica e multicultural da nação colombiana e os povoadores negros colocaram-se como uns protagonistas principais dessa diversidade.

Consequências políticas da Lei 70

A partir da Constituição de 1991 o movimento étnico negro entra em um processo de progressiva institucionalização ao basear seu livreto político em maior medida no que as sucessivas peças legislativas vão estabelecendo. Primeiro o artigo transitório 55, logo a lei 70 de 1993, mais recentemente o decreto regulamentar 1745 de 1995 sobre os conselhos comunitários e o 2248 sobre as Comissões Consultivas nacional e departamentais e o registro de organizações negras. Esta institucionalização vai estar marcada pelo sucessivo protagonismo de diferentes agências estatais através das etapas em que os movimentos se desenvolvem. Uma primeira etapa do movimento pela inclusão e o reconhecimento na que a interlocução com o Estado oscila entre as entidades encarregadas da política de terras até as altas esferas

governamentais em geral, ou como se deu no caso, de obter a atenção do legislativo constituinte mediante a mobilização de rua. Depois vem uma etapa de discussões para propor a lei durante a vigência do Artigo Transitório 55.

Vinte e cinco anos após as mobilizações em prol da inclusão das reivindicações da população negra na nova ordem constitucional que permitiu fugazmente o acordo de um movimento de alcance nacional, o resultado mais notório foi a expedição da Lei 70 com o ganho imenso da criação legal dos territórios coletivos mas estabelecendo ao movimento negro uma agenda institucional muito específica que este não pôde transcender.

A lei 70 de 1993 e suas implementações institucionais ocasionou uma apreciável redução da iniciativa política, ideológica e organizativa nacional a respeito das perspectivas que se apresentaram durante a mobilização em prol da inclusão dos direitos negros na constituinte e durante a discussão originada pelo artigo 55 transitório da Constituição e que conduziu à promulgação da lei 70⁶¹.

A expedição da lei 70 desencadeou a proliferação de espaços institucionais nos que participam organizações das comunidades negras. Desde a posta em vigência da Lei, as expressões de ação coletiva da população negra não têm podido se afastar da agenda institucional, limitando sua capacidade de convocação e mobilização e, portanto, de uma qualificação de seus métodos de organização, de suas demandas, de seus mecanismos identitários e em últimas de impacto e posicionamento no conjunto da vida política nacional.

Em ocasiões chega-se a reproduzir em sua integridade o modelo clientelista de acesso aos recursos públicos. A tradicional dependência na região do Pacífico dos recursos estatais para a atividade política, tem influído no proceder dos ativistas das organizações negras quem frequentemente priorizam a obtenção de recursos oficiais sobre a ampliação do alcance da agenda política.

Alguns analistas têm assinalado que o principal razonamento entre os agentes do Estado tanto para a aprovação da lei de comunidades negras

⁶¹ A Lei 70 consta de 68 artigos divididos em oito capítulos. A Lei 70 estabelece os procedimentos para reconhecer-lhes territórios coletivos às comunidades negras que ocupem e usufruam territórios selváticos, organizem-se em Conselhos Comunitários e solicitem a titulação. A Lei ordena um manejo organizado e sustentável de ditos territórios, outorga direitos especiais às comunidades negras na atividade mineira, e instaura medidas para a proteção cultural e a promoção social e econômica da população negra colombiana. Cria a Dirección de Comunidades Negras no Ministerio del Interior e as Comissões Consultivas departamentais e nacional para organizar políticas entre os representantes das comunidades negras e as instituições estatais.

como em seus desenvolvimentos e aplicativos é o da conservação de uma área conceituada importante em termos de sua diversidade biológica. Os povoadores a quem lhes adjudicariam territórios coletivos são desta forma vistos mais como guardas florestais que como grupos humanos cujo manejo sociocultural dos recursos naturais se contrapõe a um mercado livre do solo. A ambiguidade de certos pontos das agendas tanto dos agentes do Estado como dos movimentos étnicos permite a aceitação de certas reivindicações mas podem implicar diferentes graus de institucionalização ou a perda de iniciativa dos movimentos. Ou como tem sido sublinhado frequentemente, as mudanças contemporâneas na estrutura do Estado levam algumas de suas agências a transferir funções e capacidades a novas instâncias de agência política local ou regional (JESSOP 1999: 387-88)

A filtragem de tradições políticas partidárias tradicionais circundantes e os estilos organizativos internos no Pacífico têm conduzido a que a maioria das lideranças das organizações entrassem sem maior reflexão prévia a se disputar empregos, posições diretivas e recursos provenientes do Estado, perdendo desta maneira a iniciativa no traçado da agenda política e ficando assim restritos a uma perspectiva puramente institucional traçada pela lei 70. Localizaram-se assim na situação desvantajosa que consiste em que para poder continuar com suas reivindicações ao Estado e no aprofundamento da dinâmica organizativa as organizações dependem quase exclusivamente dos recursos do Estado. Pode ser dito então que a abertura de espaços políticos não resultou em maior comodidade de manobra para as organizações negras e sim o contrário, em uma limitação conceitual e logística de seu agir.

As previsões da lei 70 sobre participação das organizações e pessoas negras no planejamento e o gerenciamento concernentes à população negra e seus territórios tem acentuado a divisão e a diminuição do dinamismo organizativo. As organizações tanto organizações de base como ONGs entraram em concorrência pelo protagonismo e reconhecimento oficial e debilitaram-se os palcos de coordenação entre os atores do movimento negro sub-regional, departamental e nacional. Dentro deste panorama consolidaram-se de uma forma fragmentada as organizações de base territorial em processo de titulação ou manejo de territórios coletivos, mas outro tipo de organizações tem visto diminuir notavelmente seu dinamismo e protagonismo e as reivindicações de outras populações negras fora do Pacífico têm sido opacadas.

Ilustração 22. Perto dos povoados maiores a venda de banana é uma fonte de renda familiar



(foto de L. A. Orozco)

Ante a bonança da oferta Estatal, muitas ONGs focadas no Pacífico e nas comunidades negras, que anteriormente derivavam recursos de variadas fontes principalmente internacionais, viraram-se também para a busca dos recursos Estatais. O resultado geral da dependência tanto de OBs como de ONGs dos recursos governamentais tem derivado ostensivelmente em um afrouxamento e institucionalização do agir político do movimento negro, em uma acentuação de sua divisão e na desvalorização de outros aspectos das reivindicações negras diferentes das territoriais do Pacífico.

O clientelismo político no Pacífico, além de anular em boa parte a possibilidade de radicalização de setores das classes médias negras, tem provisto uma tela de fundo da que não têm escapado totalmente ativistas e organizações do movimento social negro. Muitos deles têm tido pouca cautela, e inclusive aberta ambição, para aceder aos recursos e empregos públicos em detrimento de seu crescimento como líderes por fora do aparelho institucional tendo como consequências a divisão do movimento em facções e a cooptação da iniciativa política.

Conclusões.

Os afrodescendentes do Pacífico construíram um sistema social e produtivo aproveitando os recursos dos rios, a selva e o mar. Mas também desde a colônia envolveram-se em atividades que proveram-lhes rendimentos monetários pois parte dos bens que usam os obtêm através do mercado.

Portanto a conquista do bem-estar da população negra rural e de seus territórios requer da posse e controle dos territórios e seus recursos para garantir a eficácia de seu sistema produtivo tradicional. Mas requer também formas sustentáveis de geração de renda para obter no mercado artigos de primeira necessidade. Esses rendimentos monetários para as famílias afrodescendentes do Pacífico só serão possíveis mediante políticas públicas do governo e de ação coletiva das organizações negras.

A perspectiva de formas sustentáveis de rendimentos em dinheiro para esses habitantes negros está obstaculizada pela maneira que atuam as diferentes formas de capital na região, pelo tipo de presença do Estado, pelas leis e normas que regem os territórios e os recursos naturais e pelas formas de ilegalidade e de violência.

Antes de 1990, desde finais do século XIX a presença do Estado no Pacífico colombiano, o funcionamento de suas instituições e suas obras públicas estiveram marcadas pelas atividades e os ritmos extrativos, fundamentalmente a extração e comércio de madeira e ouro que são a base da economia capitalista da região.

Após os tempos coloniais ou do final da escravatura, os habitantes negros do Pacífico começaram a viajar aos povoados e adquirir algumas manufaturas básicas: panelas de ferro, facões, machados e anzóis, canos para fabricar mosquetões e pólvora para dispará-los, tecidos, sal. Estabeleceram-se circuitos comerciais com lojas nas aldeias pequenas, e comerciantes atacadistas nos povoados maiores.

O auge exportador de finais do século XIX e começos do século XX ocasionou temporariamente a ascensão da classe comerciante nos três ou quatro pólos urbanos econômicos da região e vinculou ao trabalho extrativo numerosos habitantes negros das áreas rurais selváticas. Alguns destes povoadores rurais se deslocaram para esses centros urbanos ou às áreas circundantes. Muitos trabalharam na coleta de jarina, de borracha, na construção de portos, caminhos, edifícios e outras obras públicas e privadas, outros trabalharam no transporte de mercadorias em canoas pelos rios e costa.

Desde a primeira metade do século XX com a abertura das estradas que ligam com o centro do país Buenaventura, Quibdó e Tumaco, os três

centros urbanos que concentram a atividade econômica e institucional, a extração madeireira tem sido a principal fatia econômica de toda a região. O Pacífico provê a maioria da madeira da Colômbia. Uma rede de serrarias e barcos madeireiros enlaçam praticamente todos os rios e costa do Pacífico com seus portos conectados com estradas desde onde saem os caminhões para surtir o mercado colombiano. Ademais nas zonas auríferas continua a mineração artesanal da população local.

Consolidou-se assim a peculiar configuração econômica e política do Pacífico, uma população negra rural que consegue sua subsistência alimentar e a construção de suas moradias e canoas por meio de seu sistema produtivo que combina horticultura, caça, pesca e coleta, mas que desde os tempos coloniais entram em escassas, mas constantes atividades mercantis para obter uma série de artigos que incorporaram a seu modo de vida. Nas últimas décadas com a ascensão da escolarização e as comunicações incorporaram novas mercadorias e necessidades, como material e livros escolares, roupa manufaturada, artigos eletrônicos e transporte. Os povoadores vendem alguns produtos da horticultura, caça ou pesca, mas a principal fonte de rendimentos monetários é a extração de madeira e de ouro.

Durante meio século, entre 1920 e 1970, a maior parte da extração de ouro foi monopolizada pelas companhias anglo-saxãs que instauraram operações de enclave, sacando todos os ganhos, produto do recurso natural e do trabalho dos operários afro, diretamente ao exterior sem permitir impactos de escala na economia da região nem gerar benefícios sociais de nenhuma índole.

Decaiu o efêmero auge das cidades do Pacífico ocorrido entre finais do século XIX e primeiras décadas do XX e converteram-se em núcleos urbanos desordenados, com deficientes serviços urbanos e altíssimos índices de pobreza. Não obstante as cidades porto concentram a precária infraestrutura existente na região. O Estado converteu-se no principal empregador mantendo o funcionamento urbano em torno do emprego das instituições administrativas, ou dos serviços sociais de saúde e educação.

Desenvolveu-se a rede de clientelismo e corrupção que caracteriza a vida pública e institucional do Pacífico. Nos assentamentos rurais, nos rios, praias e vilarejos, esta trama política inseriu-se dentro das dinâmicas de mobilidade social local nas que as pessoas com mais iniciativa tratam de se relacionar com aliados externos com recursos, mas por sua vez estão imersas em redes de reciprocidade e de prestígio com seus vizinhos e parentes. As facções políticas na disputa eleitoral recrutam desta forma a

seus cabos eleitorais principalmente cabeças ou filhos das famílias notáveis nos pequenos vilarejos, quem por sua vez procuram, comprometem ou compram os votos em troca de favores para a localidade ou para as pessoas.

Estes procedimentos fazem parte de vida local há anos, naturalizando estas práticas dentro dos idiomas locais de cinismo, rejeição e aceitação pragmática, esses processos contraditórios que Herzfeld (1997) chama 'intimidade cultural'. Os recursos públicos movem-se dentro da rede de clientelismo e corrupção. O concreto para o piso da escola ou para o porto da vila, a dotação do posto de saúde, a vaga na escola municipal, uma viagem para tratar uma doença, tudo deve ser conseguido através de contatos com os políticos. Dentro desta dinâmica os serviços públicos são sempre precários e da pior qualidade reproduzindo um círculo vicioso devido ao qual o Pacífico tem os piores níveis de qualidade de vida na Colômbia.

As transações econômicas seguem um padrão análogo de empréstimos, endividamento e clientelismo, mas desta vez com comerciantes nos centros povoados ou com os donos dos barcos e serrarias no caso da madeira. Quem por sua vez negociam as permissões de extração legais ou ilegais com as agências oficiais ambientais.

Atualmente na Colômbia as selvas e seus habitantes, em particular no Pacífico, são sujeitos de um conjunto contraditório de circunstâncias que engloba leis e políticas públicas, processos econômicos, atividades ilegais e violentas e movimentos sociais. Em algumas leis e ações institucionais são favorecidos os povoadores e os ecossistemas, outras leis e normas obstaculizam o gerenciamento dos grupos locais sobre seus territórios ao favorecer operações extrativas ou agroindustriais de perigoso impacto social e ambiental. Têm-se conjugado de forma mais ou menos intensa estas normas e ações de efeitos tão dispares para os habitantes locais e para os ecossistemas de seus territórios tradicionais

A diferença de outros países, na Colômbia teoricamente a legislação e a política pública ambiental e sobre áreas protegidas não limitam ou prejudicam o acesso das populações tradicionalmente assentadas ao uso dos ecossistemas e seus recursos. As leis e ações estatais sobre meio ambiente e áreas protegidas têm procurado organizar com as comunidades habitantes as atividades dentro dos territórios. Graças ao reconhecimento do Convênio 169 da OIT, todas as ações dentro de territórios étnicos supostamente devem obrigatoriamente organizar-se mediante consulta prévia, mas na prática atores com o poder do capital,

legal ou ilegal, passam por cima dos direitos das populações sobre seus territórios e recursos.

As leis de terras públicas desde o século XIX regulavam o acesso e o uso do território mas ocasionavam disputas pois havia aspectos de proteção da posse dos camponeses e sobre os recursos do bosque, mas por outro lado expediam às empresas licenças de exploração. A Lei 2ª de 1959 estabeleceu as Reservas Florestais, uma delas no Pacífico com 11'140.000 ha de bosques. A legislação das Reservas Florestais distanciou-se das leis de terras públicas e introduziu na Colômbia as práticas e concepções protecionistas sobre os bosques mas trata de colocar à totalidade dos bosques sob uma legislação geral ao mesmo tempo em que em teoria permite a titulação e uso a pequenos proprietários e a obtenção de licenças regulamentadas sobre a extração de recursos naturais.

A escassez de outros produtos comerciais no Pacífico situa inevitavelmente os materiais removíveis como a fonte mais expedita de rendimentos monetários para as populações negras rurais do Pacífico. Mas o valor comercial desses recursos extrativos fá-los também ser cobiçados por toda classe de empresas legais e ilegais.

Em termos de uma ecologia política do extrativismo no Pacífico, isto é ao definir quem controlam e para quem vai o valor gerado tem-se que as modalidades extrativas existentes transferem valor a diferentes agentes dos quais a pior parte a levam as populações negras. Após a Lei 70, muito pouco mudou para os grupos afro da região.

Os territórios estão dominados por quadrilhas criminosas que manejam as economias da coca, da mineração ilegal, e até parte da extração de madeiras. Não há no Pacífico grandes empresas mineiras internacionais senão os numerosos grupos e sub-grupos que mediante o terror e a violência repartem e disputam a renda criminosa. O mapa de poder do extrativismo no Pacífico cobre toda a região e se sobrepõe em grande parte com o mapa da presença de quadrilhas criminosas e grupos armados.

Apesar de existir legislação que garante aos povoadores negros do Pacífico já seja a propriedade ou a posse dos territórios e o acesso e gerenciamento aos recursos naturais, outro setor da legislação como o Código Mineiro, as leis de Ordenamento Territorial, a legislação sobre áreas costeiras, limitam-lhes ou impedem o exercício de seus direitos territoriais.

O capital desenvolve incessantemente novas formas de extração de mais-valia dos ecossistemas e o Estado, sujeito à influência dos diferentes atores, por sua vez incessantemente implementa novas normas que fazem

mais densas e contraditórias as redes de controle burocrático. No capitalismo neoliberal global contemporâneo coexistem legislações que reconhecem direitos sociais e protegem o meio ambiente, com desregulamentação econômica que abre territórios e recursos à mercantilização e ondas de atores armados e delinquência que instauram economias ilegais mediante violência e terror (COMAROFF e COMAROFF 2007). Em 1997 entraram os exércitos paramilitares na região e desde então incrementaram-se as ações ilegais pelo controle do território e seus recursos. As atividades econômicas em grande parte da região estão controladas por máfias paramilitares.

Depois da aprovação da Lei 70 de 1993, introduziram-se mudanças substanciais na vida política das comunidades locais e nas atividades e presença do Estado. Mas estas mudanças não substituíram ou modificaram as práticas de clientelismo e corrupção senão que acomodaram-se em coexistência com as mesmas. O conteúdo da Lei 70 também não considerou a dinâmica e a organização social das populações locais e suas interseções com o mercado e as instituições, que em diferentes aspectos dificultam o funcionamento e a eficácia dos conselhos comunitários.

A lei 70 ocasionou um avanço institucional sem precedentes sobre todos os assentamentos rurais do Pacífico. Os efeitos do Estado resultaram de tendências cunhadas nas esferas não governamental e internacional, tal como foi sublinhado pelas análises antropológicas que ocupam-se do Estado em contextos globalizados (SHARMA E GUPTA 2006, HANSEN e STEPPUTAT 2001, TROUILLOT 2001). Com recursos do governo nacional, mas também originados em organismos multilaterais servidores públicos, técnicos e contratadores divulgaram os conteúdos da Lei 70, recensearam os habitantes e levantaram mapas de todas as comunidades, fomentaram a organização de conselhos comunitários onde não os tinha e iniciaram os processos de titulação dos territórios coletivos. Em alguns casos foram processos de organização impulsionados pelas organizações do movimento social, mas em muitos outros foram o resultado das comissões do governo. Assim enquanto uns conselhos comunitários tinham genuínos processos de liderança, participação e conhecimento dos habitantes, muitos outros estavam na verdade, imersos nas dinâmicas da 'indiferença' burocrática à que também se refere Herzfeld.

A lei 70 reconheceu a propriedade coletiva dos territórios e a autoridade dentro deles dos conselhos comunitários, e isto constitui um grande avanço legal para as populações negras da região, mas dita Lei não

é efetiva frente a configuração capitalista da região centrada nas atividades extrativas destrutivas, não provê alternativas sustentáveis de rendimentos para os povoadores, não propõe mecanismos adequados para que os conselhos comunitários possam gerenciar os territórios e seus recursos naturais, e é totalmente impotente frente os avanços de violência e ilegalidade que se instauraram na região.

Poucos anos após expedida a Lei 70 o movimento social tinha perdido boa parte de seu dinamismo e as organizações desgastavam-se em intermináveis negociações com o governo sem que se avançasse na resolução dos problemas de fundo. Perdeu-se a relação de confrontação e de vigilância do cumprimento de compromissos e de direitos, e caiu, no jogo do Estado que a antropologia recente sobre o Estado esteve revelando: de interesse instrumental, cinismo, paternalismo local entre povoadores e servidores públicos, e da cerimoniosa repetição de discursos institucionais e rotinas burocráticas entre organizações e instituições de nível nacional.

O pós lei 70 que deveria ser o começo de um tempo de conquista e reorganização do tecido comunitário regional na direção de um horizonte de bem-estar e empoderamento, com condições de ser sustentável a longo prazo tanto para os habitantes como para o meio ambiente, transformou-se em um já não tão novo status quo: o do jogo do Estado segundo as regras da Lei 70. Engessado pelo arraigado clientelismo de roupa nova: o Estado livre de obrigação porque já aprovou a Lei 70 conforme pedido, os funcionários públicos e os políticos com o poder de recursos para implementá-la e a representação da população afro sem iniciativa política, vestida de organização comunitária com a mão estendida esperando as moedas que vem disfarçadas de projetos que projetam mas não concretizam o caminho para a mudança.

4. TITULAÇÃO, EXTRATIVISMO, NARCOTRÁFICO E VIOLÊNCIA EXPROPIADORA NOS TERRITÓRIOS COLETIVOS.

O PROCESSO DE TITULAÇÃO

Após a sanção da Lei 70 de 1993, o período entre agosto de 1993 e março de 1994, marca, para as organizações negras que apoiavam a reivindicação territorial, o fim das dinâmicas de trabalho desprendidas da Comissão Especial, para passar a uns procedimentos de regulamentação da Lei e umas atividades das organizações de consolidação com relação a suas bases e à malha institucional na qual deviam operar. Dentro da regulamentação da Lei 70 priorizou-se o Capítulo III, referido à titulação coletiva. As discussões sobre este Capítulo e as ações posteriores ao Decreto 1745 de 1995 que o regulamentou concentraram muitas das ações e recursos institucionais e grande parte dos esforços dos líderes e das organizações.

Instituições e organizações levaram ao Pacífico inumeráveis projetos sobre o tema do meio ambiente e a biodiversidade. Tiveram-se numerosas oficinas e reuniões sobre os territórios e os recursos naturais para construir as propostas de titulação.

Após este período de ajuste dos procedimentos para a reclamação dos territórios coletivos e do funcionamento dos conselhos comunitários levou-se a cabo uma intensa atividade de organização e eleição dos conselhos comunitários onde não os havia e dos trâmites de solicitação e estudo de territórios coletivos.

Recursos dos projetos internacionais já mencionados como o PMRN, o Plan Pacífico, o BIOPACÍFICO, e das entidades governamentais como o Ministério do Interior, o INCODER, e Ação Social da Presidência da República. Estas instituições transferiram fundos às organizações para o transporte dos ativistas e gestores e para a organização de reuniões o qual no Pacífico requer grandes esforços econômicos e logísticos dado que as únicas vias de comunicação são as aquáticas ou os caminhos na selva. Além das instituições que proviam fundos pode ser dito que toda a institucionalidade relacionada com o setor rural no Pacífico se pôs em marcha para impulsionar a criação de conselhos e as diligências das solicitações.

A pastoral católica, a maior rede institucional da região, com o objetivo de organização de conselhos e a titulação, realizou suas atividades com grande dinamismo. As ações da igreja que eram pontuais

e dispersas na região encontraram um fator de unidade. Após a Constituição, os claretianos organizaram em 1992 uma reunião de catequistas de todo o Pacífico em Quibdó na que examinou-se e divulgou detidamente o conteúdo do Artigo Transitório 55. Esta reunião e o Encontro pela Defesa do Território que tinham convocado as organizações chocoanas em junho de 1990, consolidou uma rede física, social e política efetiva de divulgação e ação coletiva a favor da reivindicação territorial.

Em uma complexa sinergia sem precedentes entre organizações, instituições e redes, a região inteira desde 1992, mas especialmente entre 1995 e 1997, entrou em uma febril atividade de nomeação dos conselhos comunitários e de elaboração dos dossiês para o procedimento de titulação. Foi um trabalho monumental de geografia política, os ativistas e os servidores públicos do INCODER percorreram exaustivamente toda a região efetuando os estudos históricos, socioeconômicos, demográficos e topográficos requeridos para o estudo da titulação.

A regulamentação do processo de titulação permite que os habitantes de uma área agrupem-se, elejam um conselho comunitário e solicitem um território coletivo. Podem ser agrupadas em uma ou mais localidades coordenadas por um só conselho comunitário, ou vários conselhos comunitários podem pedir uma só titulação que englobe em um só território coletivo as superfícies de todos eles. O tipo de território coletivo que se solicitou dependeu em parte das histórias das dinâmicas organizativas de cada lugar e os contextos políticos. Outro fator importante foi o das diferentes posições burocráticas que derivam-se da representatividade dos conselhos comunitários. Posições diretivas nas consultivas departamentais, na consultiva nacional, nas juntas das Corporações Regionais Ambientais, no IIAP e como interlocutores com as entidades ou seus projetos.

A organização fundadora, a ACIA, orientou-se a maximizar a força da organização unificando o maior número de localidades e a maior extensão possível de território. Isso foi possível graças ao trabalho organizativo de vários anos pelo qual os habitantes e as localidades de uma zona extensa consolidaram a rede de relações e o trabalho em conjunto. Em um caso diametralmente oposto de fragmentação organizativa, aconteceu no Valle onde para contratar a influência dos jovens ativistas urbanos que buscavam coordenar a organização departamental e impulsionar uma organização nacional, uma líder muito ativa de Buenaventura fomentou a titulação de territórios por localidade confiando contar com o poder de um maior número de pequenos

territórios coletivos e seus respectivos conselhos comunitários registrados no Ministério do Interior.

O estado dos processos organizativos na época da expedição do Decreto 1745 de 1995, quando inicia-se o processo institucional de reivindicação e estudo dos territórios coletivos foi também determinante na maneira como se constituíram os territórios coletivos. As reuniões da ACIA em Quibdó em 1985 com dirigentes do baixo Atrato, com gestores da pastoral de todo o Pacífico em 1989 e com organizações da região no Encuentro por el Territorio Tradicional em 1990 tinham divulgado o modelo de organizações por bacia fluvial que missionários e ativistas levaram aos departamentos do Pacífico sul.

As organizações previamente existentes, principalmente as do Chocó, puderam desenvolver de forma mais expedita o processo pois além de levar adiantada a tarefa da organização, tinham também documentos e indagações sobre as características do território e a população.

Mas por uma macabra convergência o início da expedição dos títulos coincidiu no tempo e no espaço com a invasão dos exércitos criminosos paramilitares à região.

Mapa 12. Territorios colectivos



018	ALTO GUAPI	90	AGRICULTORES DEL PATIA GRANDE
019	EL CUERVAL	91	ALEJANDRO RICON DEL RIO KAMBI
020	EL PLAYON DEL RIO SIGUIE	92	ALTO MIRA Y FRONTERA
021	GUAPI ABAJO	93	ALTO RIO SEQUIHONDA
022	INTEGRACION DEL RIO CHIURE	94	BAJO MIRA Y FRONTERA
023	CUENCA SAN BERNARDO PATIA NORTE	95	CATAGUEROS
024	LA MAMUNCIA PARTE MEDIA MICAY	96	CORTINA VERDE MANDELA
025	MANGURES DEL RIO MICAY	97	EL PROGRESO
026	NEGROS EN ACCION	98	EL PROGRESO DEL CAMPO
027	NEGROS UNIDOS	99	EL PROGRESO DEL RIO NERETE
028	PARTE ALTA DEL RIO SAJIA	100	RIO MEJICANO
029	PARTE BAJA RIO SAJIA	101	GUALIMAR
030	RENACER NEGRO	102	IMBILPI DEL CARMEN
031	RIO GUAPI	103	INTEGRACION DE TELEMBI
032	RIO NAPI	104	LA AMISTAD
033	RIO SAN FRANCISCO	105	CORDILLERA OCC NARIÑO COPICONC
034	SAN JOC PARTE ALTA DEL RIO MICAY	106	LA ESPERANZA DEL RIO LA TOLA
168	CHANZARA	107	GRAN MINGA DEL INGUAMBI Y ALBI
035	APARTADO BUENAVISTA	108	LA NIJA DEL RIO CAJUNAPI
036	BELLAVISTA DUBAZA	109	LA VOZ DE LOS NEGROS
037	BOCAS DE TAPARAL	110	MANOS AMIGAS DEL PATIA GRANDE
038	CASIMIRO	111	MANOS UNIDAS DEL SOCORRO
039	CERTEGUI	112	NUEVA ALIANZA
040	CHICAG	113	ODEMAP MOSQUERA SUR
041	CLAVELLINO	114	PRO-DEFENSA DEL RIO TAPAJE
042	COCOMOPOCA	115	RESCATE LAS VARAS
043	CUEVITAS	116	RIO GUALAO
044	CUPICA	117	RIO SATINGA
045	DOS BOCAS	118	SANQUIANGA
046	NUGUI - LOS RISCALES	119	TABLON DULCE
047	COSTA PACIFICA DEL NORTE - LOS DELFINES	120	TABLON SALADO
048	GUAYABAL	121	UNICOSTA
049	ESTRANA Y PARTE DEL MEDIO SAN JUAN	122	UNION BAJO RIO GUELIMAMBI
050	LA COSTA - CONCOSTA	123	UNION DE CUENCAS DE ISGUALPI
051	RIO ACANDI SECO, EL CEDRO Y JUANCHO	124	UNION DEL RIO CHIGUI
052	ACANDI ZONA COSTERA NORTE	125	UNION PATIA VIEJO
053	RIO QUIPARADO	126	UNION RIO ROSARIO
054	RIO SALAQUI	127	VEREDAS UNIDAS
055	RIO TOLO Y ZONA COSTERA SUR	128	CUENCA RIO ESCUANDÉ
056	LA GRANDE	130	AGUA CLARA
057	LA MADRE	131	ALTO POTEDÓ
058	LA NUEVA	132	ALTO RIO DAGUA CIMARRONES
059	LOS RIOS LA LARGA Y TUMARADÓ	133	BAHIA MALAGA - LA PLATA
060	MAYOR DE NOVITA, RIO TAMANA	134	BAJO POTEDÓ
061	MAYOR DE UNION PANAMERICANA	135	BAGAN - LA BOICANA
062	MAYOR DEL ALTO SAN JUAN "ASOCASAN"	136	BELLAVISTA DE ANCHICAYA
063	MAYOR DEL CANTON SAN PABLO "ACISANP"	137	BRAZITOS Y AMAZONAS
064	MAYOR DEL MUNICIPIO CONDOTO E IRO	138	CABECERAS RIO SAN JUAN
065	MAYOR DEL MUNICIPIO JURADÓ	139	CALLE LARGA RIO DAGUA
066	PAIMADÓ	140	CAMPO HERMOSO
067	PANAL	141	CAUCANA
068	PEDEGUITA Y MANCILLA	142	CITRONELA RIO DAGUA
069	PIZARRO	143	CORDOBA Y SAN CIPRIANO
070	PUERTO ECHEVERRY	144	CUELLAR RIO SAN JUAN
071	RIO BAUDO ACABA	145	GAMBOA
072	RIO CACARICA	146	GUADALUPE
073	RIO CURVARADO	147	GUAMIA
074	RIO DOMINGODÓ	148	LA BREA
075	RIO MONTAÑO	149	LA ESPERANZA
076	RIO PEPE	150	LIMONES
077	RIO PILIZÁ	151	LIANO BAJO
078	SAN AGUSTIN TERRÓN	152	MALAGUITA BAJO SAN JUAN
079	SAN ANDRÉS USARAGA	153	MAYOR DEL RIO ANCHICAYA
080	SAN FRANCISCO CUGUCHO	154	MEDIO Y ALTO RIO DAGUA
081	SAN ISIDRO	155	MAYORQUIN Y VAPAYAL
082	SIVIRÚ	156	RIO CAJAMBRE
083	TRUANDÓ MEDIO	157	RIO CALIMA
084	TURRIGUITADÓ	158	RIO RAPDÓ
085	VIGIA DE CURVARADÓ Y SANTA ROSA LIMÓN	159	RIO YURUMANGUI
086	VILLA CONTO	160	SABALETAS
087	VILLA MARIA DE PURRICHÁ	161	SAN MARCOS
088	VIRUDÓ	162	TAPARAL
	LA MOLANA	163	ZACARIAS RIO DAGUA
164	MAYOR BAJO ATRATO		LA BARRA
165	MAYOR MEDIO ATRATO COCOMACIA		CHUCHEROS ENSENADA DEL TIGRE
166	INGUAMANDÓ		ALTO ANCHICAYA
167	RIO SAN JUAN ACADESA		RIO NAYA
89	ACAPA		

EMDOIS OU + DEPTS	CHOCÓ	VALLE	CAUCA	NARIÑO

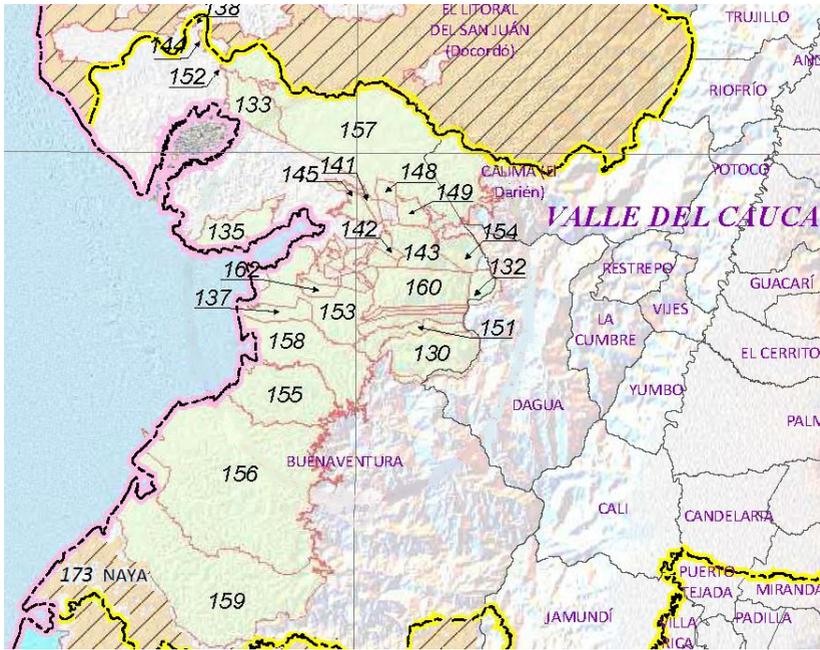
Fonte: IGAC. Mapa de Tierras de Comunidades Negras

Mapa 13. Territorios Colectivos, Chocó



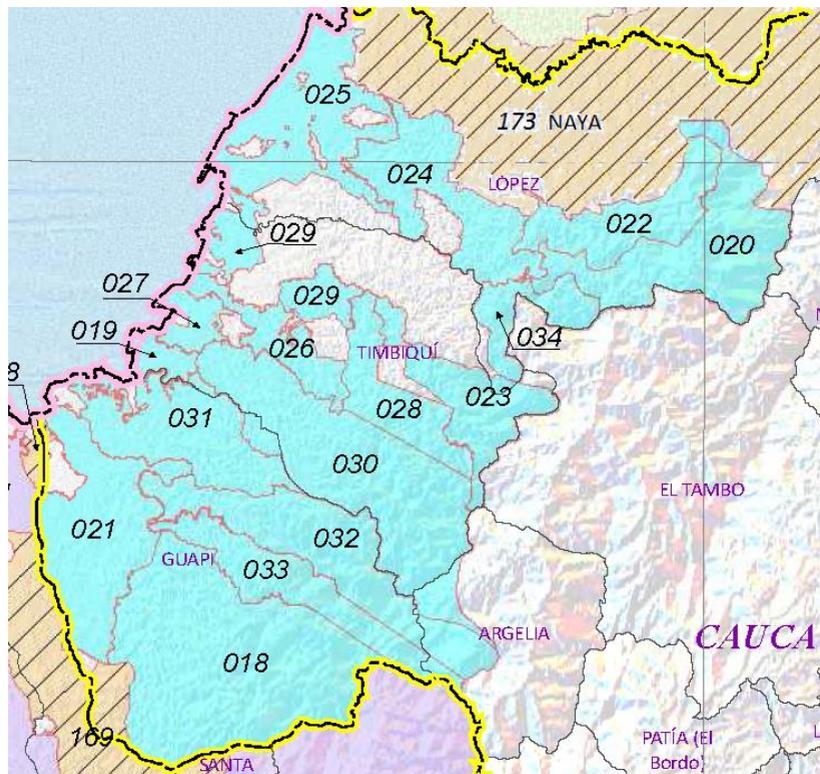
#	TERRITORIO COLECTIVO	has	personas	fecha
035	APARTADO BUENAVISTA	19.154	102	09-Feb-98
036	BELLAVISTA DUBAZA	2.515	289	01-Jun-00
037	BOCAS DE TAPARAL	9.494	259	13 Dic-96
038	CASIMIRO	31	278	01-Dic-05
039	CERTEGUI	25.275	2.591	27-Dic-01
040	CHICAO	18.026	368	13 Dic-96
041	CLAVELLINO	3.709	136	13 Dic-96
042	COCOMOPOCA	73.317	12.116	19-seg-11
043	CUEVITAS	17.283	103	21-Dic-01
044	CUPICA	39.004	1.090	21-Dic-01
045	DOS BOCAS	8.735	80	13 Dic-96
046	NUQUI - LOS RISCALES	31.470	3.375	04-Dic-02
047	COSTA PACÍFICA DEL NORTE - LOS DELFINES	87.327	5.846	03-Dic-02
048	GUAYABAL	2.771	400	21-Jul-03
049	ISTMINA Y PARTE DEL MEDIO SAN JUAN	42.029	5.483	16-Jul-02
050	LA COSTA - CON COSTA	73.034	4.743	16-May-01
051	RIO ACANDÍ SECO, EL CEDRO Y JUANCHO	5.771	306	01 Ago-05
052	ACANDÍ ZONA COSTERA NORTE	10.443	472	01 Ago-05
053	RIO QUIPARADÓ	28.156	804	22-Nov-00
054	RIO SALAQUÍ	57.914	2.420	22-Nov-00
055	RIO TOLO Y ZONA COSTERA SUR	13.465	1.536	01 Ago-05
056	LA GRANDE	13.456	347	22-Nov-00
057	LA MADRE	8.231	139	13-12-96
058	LA NUEVA	12.672	232	13-12-96
059	LOS RÍOS LA LARGA Y TUMARADÓ	107.064	754	22-Nov-00
060	MAYOR DE NOVITA, RIO TAMANÁ	117.647	5.471	21-Dic-01
061	MAYOR DE UNIÓN PANAMERICANA	15.124	3.970	27-Dic-01
062	MAYOR DEL ALTO SAN JUAN "ASOCASAN"	54.517	7.776	27-Dic-01
063	MAYOR DEL CANTÓN SAN PABLO "ACISANP"	36.687	4.816	21-Dic-01
064	MAYOR DEL MUNICIPIO CONDOTO E IRÓ	87.802	14.385	16-Jul-02
065	MAYOR DEL MUNICIPIO JURADÓ	27.119	682	09-Dic-02
066	PAMADO	17.284	1.852	27-Dic-01
067	PAVASÁ	7.436	161	21 Dic-01
068	PEDEGUITA Y MANCILLA	48.972	367	22-Nov-00
069	PIZARRO	7.132	1.625	16-May-01
070	PUERTO ECHEVERRY	4.347	488	01-Jun-00
071	RIO BAUDÓ ACABA	174.253	16.091	23-May-01
072	RIO CACARICA	103.024	3.840	26-Abr-99
073	RIO CURVARADÓ	46.084	2.415	22-Nov-00
074	RIO DOMINGODÓ	38.988	784	22-Nov-00
075	RIO MONTAÑO	25.006	428	22-Nov-00
076	RIO PEPE	8.192	1.306	23-May-00
077	RIO PILIZÁ	18.329	579	21 Dic-00
078	SAN AGUSTÍN TERRÓN	16.852	689	21 Dic-00
079	SAN ANDRÉS USARAGÁ	13.060	333	21-Dic-00
080	SAN FRANCISCO CUGUCHO	8.774	529	09-Feb-98
081	SAN ISIDRO	12.852	1.055	09 Feb-98
082	SIVIRÚ	21.364	858	14 May-07
083	TRUANDÓ MEDIO	35.992	220	21-Dic-00
084	TURRIQUITADÓ	9.407	93	22-Nov-00
085	VIGIA DE CURVARADÓ Y SANTA ROSA LIMÓN	33.909	481	22-Nov-00
086	VILLA CONTO	29.026	2.467	09-Feb-98
087	VILLA MARÍA DE PURRICHÁ	24.411	913	23-May-00
088	VIRUDÓ	6.869	939	21-Dic-01
	LA MOLANA	1.807	794	10-Mar-15
164	MAYOR BAJO ATRATO	34.736	1.640	21-Jul-03
165	MAYOR MEDIO ATRATO COCOMACIA	695.245	39.630	29 Dic-97
166	JIGUAMIANDÓ	54.974	2.386	22-Nov-00
167	RIO SAN JUAN ACADESAN	863.591	15.240	21-Dic-01

Mapa 14. Territorios Colectivos, Valle Del Cauca



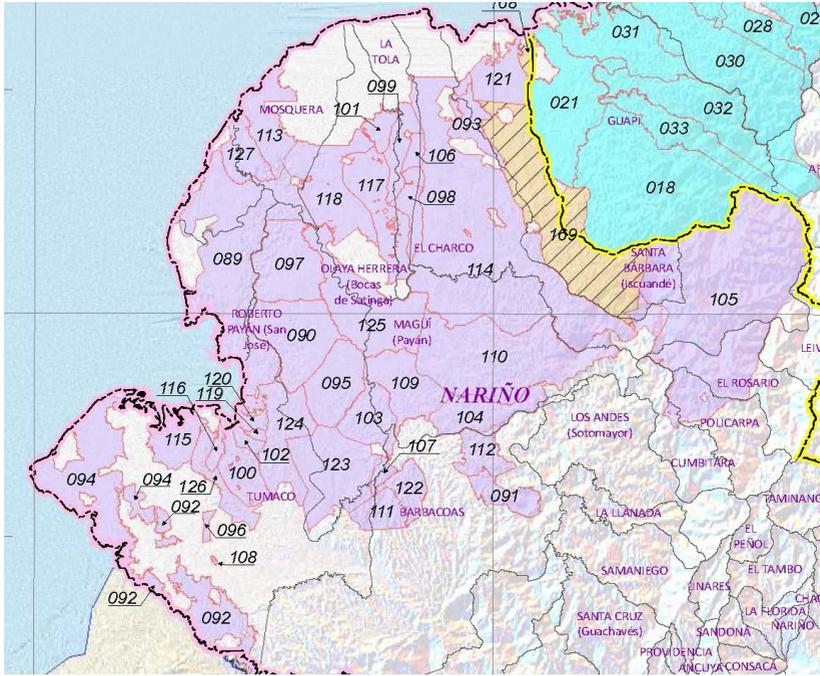
130	AGUA CLARA	143	CORDOBA Y SAN CIPRIANO	156	RÍO CAJAMBRE
131	ALTO POTODÓ	144	CUELLAR RÍO SAN JUAN	157	RÍO CALIMA
132	ALTO RÍO DAGUA CIMARRONES	145	GAMBOA	158	RÍO RAPOSO
133	BAHÍA MÁLAGA - LA PLATA	146	GUADUALITO	159	RÍO YURUMANGUÍ
134	BAJO POTODÓ	147	GUAIMÍA	160	SABALETAS
135	BAZAN - LA BOCANA	148	LA BREA	161	SAN MARCOS
136	BELLAVISTA DE ANCHICAYÁ	149	LA ESPERANZA	162	TAPARAL
137	BRAZITOS Y AMAZON AS	150	LIMONES	163	ZACARIAS RÍO DAGUA
138	CABECERAS RÍO SAN JUAN	151	LLANO BAJO	172	LA BARRA
139	CALLE LARGA RÍO DAGUA	152	MALAGUITA BAJO SAN JUAN	171	CHUCHEROS ENSENADA DEL TIGRE
140	CAMPO HERMOSO	153	MAYOR DEL RÍO ANCHICAYA	170	ALTO ANCHICAYÁ
141	CAUCANA	154	MEDIO Y ALTO RÍO DAGUA	173	RÍO NAYA
142	CITRONELA RÍO DAGUA	155	MAYORQUÍN Y PAPAVAL		

Mapa 15. Territorios Coletivos, Cauca



018	ALTO GUAPI	027	NEGROS UNIDOS
019	EL CUERVAL	028	PARTE ALTA DEL RÍO SAIJA
020	EL PLAYÓN DEL RÍO SIGUÍ	029	PARTE BAJA RÍO SAIJA
021	GUAPI ABAJO	030	RENACER NEGRO
022	INTEGRACION DEL RÍO CHUARE	031	RÍO GUAPI
023	CUENCA DEL SAN BERNARDO PATÍA NORTE	032	RÍO NAPI
024	LA MAMUNCIA PARTE MEDIA DEL MICAY	033	RÍO SAN FRANCISCO
025	MANGLARES DEL RÍO MICAY	034	SAN JOC PARTE ALTA DEL RÍO MICAY
026	NEGROS EN ACCIÓN	168	CHANZARÁ
173	RÍO NAYA (Departamentos Valle e Cauca)		

Mapa 16. Territorios Colectivos, Nariño



89	ACAPA	109	LA VOZ DE LOS NEGROS
90	AGRICULTORES DEL PATÍA GRANDE	110	MANOS AMIGAS DEL PATÍA GRANDE
91	ALEJANDRO RINCON DEL RÍO ÑAMBÍ	111	MANOS UNIDAS DEL SOCORRO
92	ALTO MIRA Y FRONTERA	112	NUEVA ALIANZA
93	ALTO RÍO SEQUIHONDA	113	ODEMAP MOSQUERA SUR
94	BAJO MIRA Y FRONTERA	114	PRO-DEFENSA DEL RÍO TAPAJE
95	CATANGUEROS	115	RESCATE LAS VARAS
96	CORTINA VERDE MANDELA	116	RÍO GUALAJAO
97	EL PROGRESO	117	RÍO SATINGA
98	EL PROGRESO DEL CAMPO	118	SANQUIANGA
99	EL PROGRESO DEL RÍO NERETE	119	TABLÓN DULCE
100	EL RECUERDO DE NUESTROS DEL RÍO MEJICANO	120	TABLÓN SALADO
101	GUALMAR	121	UNICOSTA
102	IMBILPÍ DEL CARMEN	122	UNIÓN BAJO RÍO GUELMAMBI
103	INTEGRACIÓN DE TELEMBI	123	UNIÓN DE CUENCAS DE ISAGUALPI
104	LA AMISTAD	124	UNIÓN DEL RÍO CHAGUI
105	LA CORDILLERA OCCIDENTAL NARIÑO COPDICONC	125	UNIÓN PATÍA VIEJO
106	LA ESPERANZA DEL RÍO LA TOLA	126	UNIÓN RÍO ROSARIO
107	LA GRAN MINGA DE LOS RÍOS INGUAMBÍ Y ALBÍ	127	VEREDAS UNIDAS
108	LA NUPA DEL RÍO CAUNAPÍ	169	CUENCA RÍO ISCUANDÉ

Resultados da titulação

Os primeiros títulos que proclamou o INCODER dia 13 de dezembro de 1996 foram os de seis territórios contíguos de conselhos comunitários da OCABA no lado ocidental do baixo Atrato: Chicao, La Madre, Clavelino, La Nueva, Bocas de Taparal e Dos Bocas no município de Riosucio com um total de 62.000 hectares.

O segundo título, o único de 1997, um ano depois, dia 29 de dezembro, foi para a organização pioneira, a ACIA, o maior de todos os territórios coletivos, de 695.245 hectares, no médio Atrato que compreende 119 localidades com 40.000 pessoas, com áreas em três municípios do Chocó e três municípios de Antioquia no chamado Atrato antioqueño. Este território coletivo é administrado por um conselho maior que agrupa os conselhos comunitários de suas 119 localidades e passou a chamar-se Consejo Comunitario Mayor de la ACIA: COCOMACIA.

Em 1998 titularam-se 348.825 hectares em 14 territórios coletivos. Quatro no Chocó, um pequeno no alto Baudó na área de ACABA. Outros quatro perto de Buenaventura cujos dirigentes fizeram questão de titular individualmente localidades em pequenos territórios de menos de dois mil ha. Outros três que somam uma extensa área contígua no alto rio Guapi no Cauca com a assessoria de COCOCAUCA. Dois em Nariño, um para uma das organizações mais antigas no rio Patía Viejo e outro patrocinado pela empresa de enlatados de palmito.

Ilustração 23, Reunião dum conselho comunitário da ACIA



(foto de Luis Alfonso Orozco)

No ano de 1999 só se outorgaram cinco títulos por 231.500 hectares. Três territórios coletivos de influência do PCN de bacias inteiras dos rios Cajambre, Raposo e Mayorquín no departamento do Valle, outro imenso território coletivo na bacia do rio Cacarica no baixo Atrato na área de OCABA no Chocó e outro território coletivo em Nariño dos impulsionados pela companhia de palmito.

No seguinte ano, em 2000, titularam-se 30 territórios coletivos por 1.517.392 ha, entre eles o da federação ACAPA em três municípios de Nariño, 15 territórios em grandes extensões no baixo Atrato, seis no rio Baudó, outros seis em Nariño e o da bacia do Yurumanguí no Valle, também da rede do PCN.

Em 2001 expediram-se 21 títulos que totalizavam 1.491.573 ha. A metade desta extensão, 683.591ha corresponde ao imenso território de ACADESÁN, associação regional do sul do Chocó com 64 localidades e 16.000 pessoas em quatro municípios no baixo San Juan. Também os grandes territórios da ACABA no Chocó com 73 localidades no rio Baudó, do Consejo Mayor de Nóvita com 54 localidades e de ASOCASÁN no alto Atrato com 41 assentamentos. No Cauca duas associações de bacia no rio Guapi e outra no Timbiquí.

No ano de 2002 foram aprovados 32 títulos que juntos totalizam 550.000 ha, a maioria de menos de 20.000 ha, sendo os maiores os do rio Calima no Valle, parte do PCN, o do rio Condoto no Chocó, e o dos Delfines na costa norte chocona.

Em 2003 outorgaram-se 14 títulos num total de 275.210 ha, o de maior extensão foi o do território coletivo sub-regional da cordilheira em Nariño COPDICONC no alto rio Iscuandé

Expediram-se cinco títulos em 2004 com 105.309 ha no total, três territórios no alto rio Micay no Cauca, e dois em Nariño no Charco e Barbacoas.

No ano de 2005 titularam-se 339.727 ha divididos em 14 territórios coletivos. Dois grandes territórios de bacia no rio Tapaje e no rio Iscuandé em Nariño, outro na bacia média do rio Micay no Cauca e o território de ODEMAP sul de Nariño ao lado dos manguezais do Parque Natural de Sanquianga. Até esse momento já se tinha titulado mais de 95 por cento de todos os territórios solicitados no Pacífico. Os restantes tinham alguns problemas de terrenos em disputa com pessoas ou entidades.

Ilustração 24. Reunião de conselho comunitário



(foto de Luis Alfonso Orozco)

Em 2006 os títulos outorgados cobriram 88.446 hectares para nove territórios coletivos de pouca extensão sendo o mais povoado o de Rescate Las Varas em Tumaco com 4.126 habitantes.

Em 2007 foram aprovados quatro títulos com um total de 33.000 ha, um na costa sul chocoana, outro em Barbacoas, Nariño, outro dos pequenos de Buenaventura e o território mais pequeno com somente 15 hectares no alto San Juan em Risaralda.

Entre 2008 e 2011 só se expediram cinco títulos, quatro deles para outros minúsculos territórios coletivos próximos de Buenaventura no Valle. O outro território legalizado foi o do Consejo Mayor do alto Atrato, COCOMOPOCA, com 73.317 ha em uma das áreas mais povoadas do Pacífico com 12.116 pessoas em 42 conselhos comunitários menores no alto Atrato no Chocó, cujo título coletivo tinha sido solicitado desde 1999 mas diferentes entidades do Estado tinham planos sobre alguns terrenos nas vizinhanças de Quibdó e obstruíram a titulação durante doze anos.

Em 2012 titularam-se 60.822 ha de cinco territórios, quatro em Barbacoas em Nariño e outro em Lloró, Chocó.

Em 2014 aprovou-se o território coletivo de Puerto España e Miramar de 9.895 ha, um dos territórios coletivos próximos à base de Bahía Málaga da marinha militar, perto de Buenaventura.

Em 2015 outorgaram-se quatro títulos, dois deles aos pequenos territórios coletivos próximos a Buenaventura e outro também muito pequeno perto de Quibdó. O último território coletivo legalizado após um árduo litígio que chegou até as altas cortes foi aprovado dia 15 de novembro de 2015, com 177.817 ha. Situado no limite entre os departamentos do Valle e Cauca corresponde à bacia do Naya, o rio mais densamente povoado do Pacífico, com 64 assentamentos. Foi um processo trágico e acidentado pois em abril de 2001 o Naya sofreu um dos piores massacres cometidos por paramilitares com mais de uma centena de vítimas e a Universidade do Cauca reclamava uns 90.000 ha de uma cessão de antigos títulos mineiros.

Tabela 3. Territórios titulados por departamento - 2015

DEPTO	TÍTULOS	ÁREA(Has)	LOCALIDADES	FAMÍLIAS	PESSOAS
Antioquia	5	232.437,37	36	2.114	9.985
Valle	36	359.122,86	59	6.879	29.163
Nariño	41	1.083.788,22	541	18.337	98.963
Chocó	59	3.041.408,65	684	31.785	170.557
Cauca	17	574.614,95	149	6.935	34.589
Risaralda	2	4.818,05	11	251	1.545
Cauca Valle	1 (Naya)	177.817,61	64	4.551	16.782
Total	158	5.474.006,86	1.573	70.852	361.584

No presente, final de 2015, mais de 95% das terras rurais do Pacífico habitadas por afrodescendentes foram tituladas como territórios coletivos. É um processo sem precedentes no mundo e é o maior reconhecimento territorial às populações negras nas Américas.

Como se viu no capítulo um, menos de 5% do território selvático do Pacífico, localizado nas imediações dos rios, é apto para assentamentos humanos e atividades agrícolas. Os “centros” da selva só se usam para a caçada e para coleta e em sua maioria permanecem intocados. Mas o sistema produtivo desenvolvido ancestralmente pelas populações negras requer de um ecossistema saudável. A devastação madeireira, a mineração, ou a construção imprudente de infraestrutura como represas, estradas, portos, arruinam os territórios degradando ou impedindo a existência de seus habitantes.

Os dados derivados da titulação equivalem a um estudo geográfico minucioso e um censo exaustivo e atualizado da parte rural de toda a

região do Pacífico, levados a cabo pelos servidores públicos do INCODER e pelos habitantes dos territórios. O resultado da titulação reflete de certa maneira tanto as realidades territoriais do Pacífico e uma nova e às vezes inesperada maneira de ver a geografia e a demografia da região, como também as dinâmicas organizativas das ações coletivas de reivindicação. Cinco milhões e meio de hectares titulados a umas 360.000 pessoas, 70.800 famílias, em mais de 1500 localidades.

O povoamento havia sido pesquisado primeiro por West (1959) a partir da geografia cultural e histórica mostrando a expansão da população negra durante os séculos XIX e XX por todas as terras baixas do Pacífico da Colômbia, Equador e Panamá desde os centros mineiros, e depois duas décadas depois de West pela pesquisa espacial e arquitetônica de Gilma Mosquera e Jacques Aprile-Gnisset sobre as tipologias e as dinâmicas dos assentamentos e as moradias.

Essas 1.500 localidades constituem o que Mosquera e April-Gnisset denominaram o “sistema aldeão do Pacífico”. E como descreveram Whitten (1969) e Hoffman (2007), esse sistema está em um processo contínuo de dispersão para redes de relações econômicas, políticas e institucionais que gravitam em direção aos centros capitalistas do país e os centros povoados médios e maiores que operam como pólos regionais e subregionais.

Há 25 territórios coletivos de menos de mil hectares, 17 deles no Valle. 18 entre 5000 has e 2000 has.

Para os 15 territórios mais povoados têm-se 173.622 pessoas e 669 localidades, o qual dá uma média de 259 habitantes por localidade.

Os territórios com o maior número de localidades são ACIA com 109, ACABA 73, Naya 64, ACADESAN com 63, o rio Tapaje com 56, Nóvita com 54, Condoto com 46, COCOMOPOCA com 44, Bajo Mira com 42, alto Miraa com 39, COPDICONC com 35, ACAPA com 32, ASOCASÁN com 31 e Iscuandé com 31.

Considerando os territórios mais povoados da Tabela 5 e os de maior número de localidades, aparecem as áreas rurais mais povoadas do Pacífico (sem considerar as cidades e povoados maiores). Mostram-se assim com importância demográfica no Chocó a zona do médio Atrato, o rio Baudó, o rio San Juan e os antigos distritos mineiros coloniais: a área de Condoto, a área de Nóvita e o alto Atrato.

Tabela 4. Territórios coletivos mais extensos

TERRITÓRIO	ÁREA (has)	Dpt	Municípios	Localidades	População
Mayor Medio Atrato COCOMACIA	695.245	Ch	(dep Chocó): Medio Atrato, Bojayá, Carmen del Darién, Quibdó, Atrato, Lloró. (dep. Antioquia): Urrao, Vigía del Fuerte, Murindó	119	30.635
Bajo Río San Juan ACADESAN	683.591	Ch	Istmina, Sipí, Novita, Litoral del San Juan	63	15.240
Río Baudó ACABA	174.253	Ch	Alto y Bajo Baudó	73	16.091
Río Naya	177.817	Ca/Va	(dep Cauca): López de Micay, (dep Valle): Buenaventura	64	16.782
Pro-defensa del Río Tapaje	149.994	Na	El Charco	56	11.904
Cordillera Nariño COPDICONC	136.265	Na	Policarpa y Santa Bárbara de Iscuandé	35	2.648
Mayor de Novita	117.647	Ch	Nóvita	54	5.471
Ríos La Larga y Tumaradó	107.064	Ch	Riosucio	3	754
Alto Guapi.	103.742	Ca	Guapi	11	2.026
Río Cacarica.	103.024	Ch	Riosucio	23	3.840
Ríos Patía ACAPA	94.388	Na	Mosquera, Tumaco, Francisco Pizarro	32	8.106
Condoto e Iró	87.803	Ch	Condoto, Río Iró	46	14.385
Cuenca del Río Iscuandé	76.590	Na	Santa Bárbara de Iscuandé	31	2.401
Río Cajambre.	75.710	Va	Buenaventura	12	5.281
Alto Atrato COCOMOPOCA	73.317	Ch	Atrato, Lloro y Bagadó	44	12.116

Tabela 5. Territórios coletivos mais povoados

	Território Coletivo	Área (has)	Departamento	Municípios	Localidades	Famílias	Pessoas	Data de Criação
	ACIA.	525.664	Ch	Quibdó, Bojayá, Atrato.	91	6.275	30.635	29-dez-97
1		169.581	An	Vigia del Fuerte, Murindó y Urrao	28	1.629	8.725	29-dez-97
2	Río Naya	177.817	Ca, Va	López de Micay, Buenaventura	64	4.551	16.782	15-Nov-15
3	ACABA	174.253	Ch	Alto y Bajo Baudó	73	2.249	16.091	23-mai-01
4	ACADESAN (Bajo río San Juan)	683.591	Ch	Istmina, Sipí, Novita, Litoral del San Juan	63	2.577	15.240	21-dez-01
5	Condoto e Iró	87.803	Ch	Condoto, Río Iró	46	2.169	14.385	16-jul-02
6	COCOMOPOCA (Alto Atrato)	73.317	Ch	Atrato, Lloró y Bagadó	44	2.319	12.116	19-Set-11
7	Río Tapaje	149.994	Na	El Charco	56	1.771	11.904	01-ago-05
8	ACAPA (Ríos Patía)	94.388	Na	Mosquera, Tumaco, Fco Pizarro	32	1.453	8.106	22-mai-00
9	ASOCASAN (Alto San Juan)	54.517	Ch	Tadó	31	1.224	7.776	27-dez-01
10	Río Chaguí	27.214	Na	Tumaco	24	1.308	7.478	03-dez-02
11	Alto Mira y Frontera	24.790	Na	Tumaco	39	1.327	6.784	08-Mar-05 - 02-Mar-06
12	Bajo Mira y Frontera	46.481	Na	Tumaco	42	1.240	6.271	21-jul-03
13	Costa Pacífica Norte - los Delfines	67.327	Ch	Bahía Solano y Juradó	18	1.329	5.846	03-dez-02
14	Istmina y Parte del Medio San Juan	42.028	Ch	Istmina y Medio San Juan	18	1.046	5.483	16-jul-02
15	Mayor de Novita	117.647	Ch	Nóvita	54	1.001	5.471	21-dez-01
16	Río Cajambre.	75.710	Va	Buenaventura	12	1.497	5.281	29-dez-99

An=Antioquia, Ch=Chocó, Ca=Cauca, Na=Nariño, Va=Valle

No departamento do Valle figuram os territórios coletivos do rio Cajambre com 5.281 pessoas e 12 localidades, do rio Calima com 3.538 e 10 localidades, do Yurumangüí com 2.918 e 13 localidades, e do Raposo com 2.418 pessoas e 14 localidades.

O rio Naya que corre pela fronteira entre Valle e Cauca com 16.782 pessoas e 64 localidades e cujo território coletivo está em maior parte no município de López no Cauca.

No Cauca, La Mamuncia, médio Micay com 4.607 pessoas e 11 localidades, os territórios de Alto Saija e Baixo Saija cada um com 3.700 habitantes e 11 e 10 localidades respectivamente, o Renacer Negro no rio Timbiquí com 3.804 e 11 localidades.

Em Nariño o Tapaje com 11.904 e 56 localidades, ACAPA com 8.106 e 32 localidades. Depois seguem quatro territórios no município de Tumaco: Rio Chagüí com 7.478 pessoas e 24 localidades, Alto Mira com 6.784 pessoas e 39 localidades, Baixo Mira 6.271 e 42 localidades, e Rescate Las Varas com 4.126 habitantes e 15 localidades.

Há 45 territórios coletivos que têm entre 1.000 e 3.000 habitantes, têm uma média de 27,9 ha, um total 81.781 habitantes e 445 localidades, o qual dá uma média de 183 habitantes por localidade.

Há 90 territórios coletivos com menos de mil pessoas com superfícies que variam entre os grandes pântanos de La Larga e Tumaradó com 107.000 ha e 754 habitantes e Pedguitas e Mancilla com 49.000 ha, e outros no baixo Atrato com mais de 30.000 ha: Truandó Médio, Bocas de Atrato e Leoncito, Vigía de Curbaradó. Um total de 36.108 habitantes. 221 assentamentos, ou seja, uma média de 163,38 pessoas por assentamento.

Há 25 territórios coletivos de menos de mil hectares, 17 deles no departamento do Valle, e 18 territórios entre 5000 ha e 2000 ha.

Para os dados totais têm-se 158 territórios coletivos, com 1.573 localidades, 4.551 famílias e 361.584 povoadores. É uma média de 229 habitantes por assentamento e de 3,68 pessoas por família.

A documentação da titulação dos territórios mostra então um panorama da região salpicado com esses agrupamentos locais em forma de setores de rio ou de praia, os quais variam entre 160 pessoas nas localidades que estão em pequenos territórios, até 230 ou 260 habitantes naquelas localidades localizadas dentro de zonas mais povoadas e com maior território. Esses dados podem brindar também indícios sobre as mudanças que estão ocorrendo como no caso do reduzido tamanho da média familiar de 3,68 pessoas o qual poderia indicar um grau muito alto de emigração juvenil.

Depois da titulação e segundo o disposto pela Lei 70 de 1993 praticamente todos os habitantes das selvas do Pacífico, todas essas 1.573 localidades, têm suas terras tituladas coletivamente e estão agora organizadas em conselhos comunitários. Segundo os discursos e as reivindicações do movimento territorial a situação é ideal. Os habitantes locais afrodescendentes têm agora o controle dos territórios e os recursos, cujo manejo têm desenvolvido sabiamente durante três séculos e meio.

A situação desde o ano de 1996, que foi quando organizaram-se praticamente a maioria dos conselhos comunitários que estavam reivindicando a titulação, até hoje poderia haver brindado as melhores perspectivas para a continuação dos esforços da ação coletiva para o uso de seus territórios, para a melhoria da situação da população, a conquista de seu bem-estar e a existência sustentável da população e seus territórios. Esses 360.000 povoadores poderiam coordenar ações que lhes permitissem inovar no uso de seus territórios, vincular-se a circuitos de mercado não expoliadores, integrar-se a redes de economias solidárias locais, regionais ou internacionais, e conservar para seu benefício o ganho produzido por seu trabalho.

As organizações poderiam consolidar-se com maior participação de suas bases, aprofundando a reflexão crítica e implementando novas formas de ações para avançar no seu trajeto emancipatório. Teriam podido usar os espaços de interação institucional da Lei 70 para obter do Estado serviços sociais e políticas públicas.

Mas a situação esteve bastante longe de ser ideal por causa de três fatores de enorme importância que não foram previstos nem nos discursos, nem nas reivindicações do movimento territorial, nem no texto da Lei 70: por uma parte a inscrição e dependência das populações afro do Pacífico da economia monetizada e a comercialização e por outra parte a ilegalidade e a violência como instrumentos de outros atores para controlar os territórios e as populações.

O outro fator é o do caráter extrativista da atividade econômica capitalista na região. A gênese e existência da população afro do Pacífico desde a escravatura esteve intrinsecamente unida à atividade extrativista e a umas dinâmicas estendidas de mercantilização. A presença mesma das populações negras no Pacífico deveu-se às atividades extrativas coloniais

Desde muito antes da abolição de 1852, os negros nesta região já estavam imersos em uma economia monetizada. Nos dias livres extraíam ouro para seu próprio uso, adquiriam bens no mercado, tinham parcelas agrícolas e comercializavam parte do produzido. Nas primeiras décadas da era republicana os negros seguiam em sua maioria nas zonas mineiras

e parte importante dos produtos que consumiam derivava do que obtinham com o ouro.

Após a abolição em 1852, nas áreas mineiras estes povoadores passaram a ser mineiros independentes que vendiam o produto no mercado e emigraram às outras áreas do Pacífico onde parte do produto de suas atividades agrícolas comercializava-se e vinculavam-se a trabalhar nas sucessivas ondas extrativas.

Desde então e cada vez mais de maneira mais intensa na medida que incorporam a cada vez mais mercadorias em seu modo de vida, os habitantes negros das áreas rurais precisam gerar rendimentos em dinheiro para sua existência social. Como o resto dos habitantes do país os afros desta região precisam comprar no mercado roupa, utensílios, produtos alimentares, materiais escolares e diversos artigos de consumo da vida contemporânea.

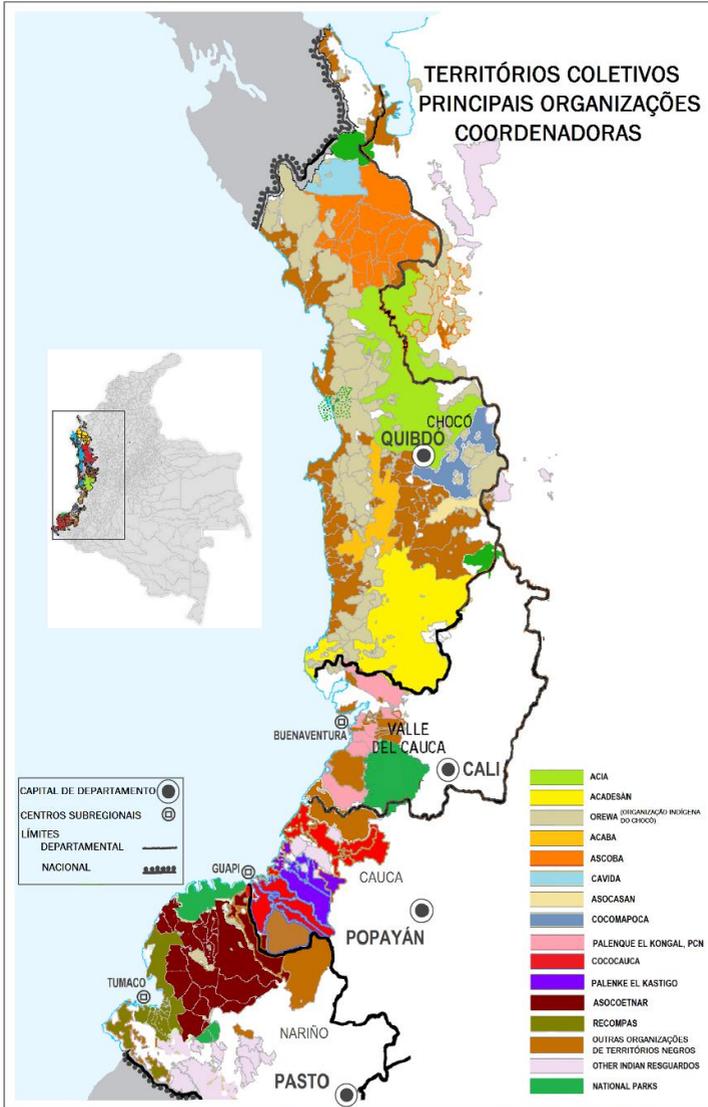
O exuberante e biodiverso meio ambiente da selva úmida apresenta sérias limitações à expansão das atividades econômicas capitalistas. A sobrevivência deste vasto ecossistema e a existência nele dos habitantes negros deve-se em boa parte a sua situação marginal frente ao mercado e à infraestrutura do resto do país. Mas esta mesma situação dificulta de forma extrema aos povoadores destas selvas a possibilidade de derivar rendimentos monetários de atividades agrícolas. Ainda com a existência legal dos territórios coletivos, e em uma situação ideal sem a presença de grupos armados criminosos, os habitantes da região se vêem ante a sombria escolha de permanecer com um rendimento abaixo do limite da miséria ou de envolver-se em atividades extrativas que degradam seus próprios territórios.

No processo territorial do Pacífico, as redes da ação coletiva passaram a converter-se quase que em sua totalidade em uma malha institucional dependente do Estado. O movimento negro regional e seus aliados não só conseguiram o reconhecimento legal da posse e gerenciamento do território senão que institucionalizou-se inteiramente a organização. As associações de povoadores reivindicantes do território deixaram de ser organizações autônomas do movimento social e da sociedade civil e passaram a ser conselhos comunitários, regulamentadas e aprovadas pelo Estado.

Os processos organizativos mais prolongados e consistentes resultaram em organizações mais fortes, mais empoderadas o qual traduziu-se em organizações de conselhos comunitários com maior capacidade de gerenciamento sobre os territórios coletivos. Mas ainda assim ditos conselhos e territórios coletivos podem muito pouco gerenciar

e empreender pois não controlam os processos econômicos, principalmente, extrativos, da região, e os recursos públicos são manejados pelas autoridades dos municípios: os prefeitos e os concelhos municipais.

Mapa 17. Associações de Consejos Comunitarios



Mapa do autor com base em:
http://sigotn.igac.gov.co/sigotn/frames_pagina.aspx

A OCUPAÇÃO PARAMILITAR E CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA 1995-2005

Desenvolvimento do paramilitarismo na Colômbia

As guerrilhas esquerdistas obtinham grande parte de seus rendimentos do sequestro e da extorsão, principalmente a pecuaristas e latifundiários, e desde 1982 tinham decidido cobrar impostos a todas as atividades do cultivo e processamento de narcóticos.

Desde finais dos 1970s alguns pecuaristas com apoio do exército organizaram grupos de autodefesa para combater as guerrilhas. Esses grupos se autodenominaram “autodefesas” mas foram conhecidos amplamente como “grupos paramilitares”.

A estes grupos somaram-se políticos, membros das forças armadas e narcotraficantes (GMH, 2013, p. 134). Já em 1992 os narcotraficantes eram predominantes nas autodefesas e tinham expandido-se pelas regiões pecuárias da Colômbia: o Magdalena médio, o Caribe e os Llanos Orientais e exerciam domínio sobre as regiões de plantação de coca na Amazônia. Os assassinatos cometidos por estes grupos contra supostos simpatizantes da guerrilha, a sindicalistas e a ativistas políticos de esquerda já somavam vários milhares. (ECHANDÍA, 2013, 7-10). Em 1997 os principais grupos paramilitares de diferentes regiões do país organizaram-se sob uma coordenação nacional que chamaram Autodefensas Unidas de Colombia, AUC (GMH, 2013, p. 60, 160). Em 2000 outros grupos paramilitares de várias regiões agruparam-se no que chamaram Bloco Central Bolívar (ECHANDÍA 2013, p. 12) Passaram de estar em 279 municípios em 1997 a 455 em 2002 (ECHANDÍA, 2013, p. 11). Combateram as guerrilhas mediante o terror contra a população civil, com massacres, assassinatos, esquiteamentos e desaparecimentos forçados. Ampliaram suas atividades a muitas zonas onde não havia guerrilha e provocaram o deslocamento de dois milhões de pessoas, cooptaram e aliaram-se a políticos, intervieram nas eleições e chegaram a controlar 30% do parlamento, nove governos departamentais e 250 prefeituras (GMH, 2013, p. 160). Financiaram-se com o narcotráfico, e a extorsão, a cooptação das finanças públicas e a apropriação fraudulenta e violenta a mais de cinco milhões de hectares de terras. Após expulsar a guerrilha da maioria de seus territórios, controlaram o Estado local, exerceram um poder mafioso, acumulando poder e dinheiro.

Os paramilitares nos 1990s decidiram-se atacar à guerrilha em todo o território nacional e para isso empreenderam uma desapiadada campanha de terror que consistiu em efetuar durante meses trabalhos de

inteligência e depois chegar intempestivamente às zonas de influência da guerrilha e efetuar massacres e destierros em massa contra a população civil e assim instalar-se nos centros povoados, assegurar militarmente os territórios e eliminar qualquer colaboração da população com a guerrilha. As poderosas quadrilhas de narcotraficantes aliadas aos paramilitares procuravam, ampliar e controlar as áreas de cultivo e tráfico de coca, abrir negócios para a lavagem de dinheiro e apoderar-se da terra dos camponeses. No Norte o Bloco Bananero e o Bloco Elmer Cárdenas das AUC, tinham o projeto de expulsar à guerrilha de Urabá e do Atrato e instaurar um complexo agroindustrial de palma de azeite, banana e gado. Enquanto no Sul o Bloco Calima que controlou a região de Buenaventura, fundado pelas AUC e o cartel narcotraficante do norte do Valle; e o Bloco Libertadores do Sul criado para invadir o Pacífico nariñense, foram frentes paramilitares criadas e integradas por narcotraficantes e cujo principal objetivo era ampliar as zonas cocaleiras e as rotas de narcotráfico e arrebatá-lhe às FARC estas atividades na região. Todos estes fatores conjugaram-se na década de 1990. Ao mesmo tempo em que começavam as titulações dos territórios coletivos chegava ao Pacífico a mais terrível onda de violência de sua história.

Em 2003 começou um processo de negociação para a desmobilização dos paramilitares o qual assinou-se em julho desse ano com o governo de Uribe. Entre novembro de 2003 e agosto de 2006 foram desmobilizando-se um a um os blocos paramilitares e seus chefes entraram em um processo de confissão de seus crimes em troca de penas máximas de oito anos. Mas seguiram dirigindo crimes de dentro das prisões e o governo de Uribe extraditou por narcotráfico para os Estados Unidos os doze principais chefes paramilitares dia 13 de maio de 2008 (ECHANDÍA, 2013, p. 21).

A desmobilização e extradição dos principais chefes paramilitares mudou o caráter da violência, mas não diminuiu a atividade de atores armados nos territórios negros do Pacífico. Pelo contrário as atividades ilegais de narcotráfico, mineração ilegal, extorsão e corrupção incrementaram-se substancialmente.

Junto com os comandantes paramilitares desmobilizaram-se alguns milhares de homens, mas nas zonas onde operavam, boa parte desses grupos converteram-se em quadrilhas criminosas dependentes dos cartéis do narcotráfico do norte do Valle e de Urabá. Com denominações de Los Rastrojos, Los Machos, as Águilas Negras ou Los Urabeños, já não se dedicam ao terror em grande escala com ataques de grupos numerosos ou massacres como os que cometeram os

paramilitares entre 1997 e 2004. Usam a intimidação ou o assassinato seletivo. Sua presença na zona fez-se permanente e na atualidade em 2013, estão em 90% dos municípios do Pacífico. A zona norte e costeira norte do Chocó é dominada pelas quadrilhas dos Úsuga, também denominada Los Urabeños com sede em Urabá. Na costa sul do Chocó e nos três departamentos do Sul: Valle, Cauca e Nariño exercem o poder mafioso os membros da quadrilha dos Rastrojos, criada pelos cartéis de narcotraficantes do norte do Valle. A área do médio e alto Atrato está sob controle da quadrilha composta por Urabeños e Renacer, esta última uma dissidência dos Rastrojos que se concentrou no controle da mineração ilegal de ouro (ECHANDÍA, 2013, p. 20-22).

Desde o ano de 2005, as bandas criminosas continuam exercendo um domínio territorial de baixa intensidade. Ainda que têm presença em todos os municípios do Pacífico e não vacilam em assassinar ou desterrar a quem obstaculize suas atividades, concentram-se nas zonas de cultivo de coca no norte de Nariño e no centro do Chocó, na mineração ilegal no alto San Juan e o alto Atrato no Chocó, e na zona da estrada para Buenaventura no Valle, em Timbiquí no Cauca, no Charco e Barbacoas em Nariño e sobretudo em controlar os portos de Tumaco e Buenaventura e suas rotas de acesso.

Chocó

No extremo norte do Pacífico na zona onde confluem a desembocadura do Atrato e a estrada que vem de Medellín a Turbo, desde o ano de 1963 começaram a instalar-se na zona empresas de cultivo de banana, em 1990 havia 30.000 ha semeados. No lado ocidental do Atrato estão as instalações das grandes empresas madeireiras. Em toda esta zona de Urabá e o baixo Atrato era muito ativa a guerrilha das FARC.

Desde ali começou a expansão paramilitar para a zona de população negra sobre o rio Atrato em direção sul. Desde finais de 1995 as tropas paramilitares do Bloco Elmer Cárdenas das AUC foram tomando rio por rio desde o golfo de Urabá para o sul e apoderando-se da fronteira com Panamá. Em dezembro de 1996 assassinaram mais de 100 pessoas no município de Riosucio. Todo suspeito de ter tido contatos com as FARC foi assassinado. Em janeiro de 1997 as FARC responderam e tomaram a população de Riosucio e o posto da marinha em Juradó. Em fevereiro de 1997 em vários povoados do baixo Atrato, no Chocó dá-se um grande avanço dos paramilitares com apoio de bombardeios da força aérea provocando mais de 17.000 deslocamentos

forçados. Entre dezembro de 1996 e dezembro de 1997 os paramilitares cometeram assassinatos e tomadas de povoados na zona da ACIA no rio Atrato provocando perto de 25.000 deslocamentos forçados para as cidades de Turbo e Quibdó (GARCÍA, 2011, p. 175-177).

Os paramilitares continuaram ameaçando os povoadores do médio Atrato e em setembro de 1999 havia 8000 deslocados em Quibdó. Em dezembro atacaram uma lancha e mataram o Pároco de Bojayá e um cooperante espanhol.

Entre 1998 e 2002 as AUC e as FARC tiveram intensos combates no baixo e médio Atrato, causando deslocamento em massa da população. Em 2001 os paramilitares entraram no rio Baudó e causaram 6000 deslocamentos. Em 2000 outras 6000 pessoas do médio Atrato foram expulsas de suas terras e deslocadas para Quibdó. Em maio de 2002 duzentos e cinquenta paramilitares instalaram-se na população de Bojayá com a cumplicidade do exército. A guerrilha das FARC atacou aos paramilitares e lançou uma bomba à igreja onde tinham refugiado-se a população, 119 pessoas morreram. 2500 pessoas deslocaram-se para Quibdó.

As AUC foram apoderando-se de todos os centros urbanos com o apoio do exército, cooptando todos os setores institucionais e a atividade comercial e a guerrilha perdeu seus apoios nessas populações e se relegou ao interior da selva.

Entre 2001 e 2004, investidores vinculados ao setor privado e ao paramilitarismo, valendo-se do deslocamento forçado de que foram vítimas as comunidades do baixo Atrato e falsificando títulos de propriedade usurparam os territórios coletivos de Curvaradó e Jiguamiandó e instalaram empresas de palma de azeite e projetos de pecuária extensiva. Após prolongados processos judiciais tanto a Corte Constitucional como a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiram em prol dos conselhos comunitários e ordenaram a restituição de suas terras.

Depois do processo de negociação com o governo de Uribe, o Bloco Elmer Cárdenas foi o último a depor as armas em agosto de 2016. Como em outras partes do Pacífico, após a desmobilização dos paramilitares reorganizou-se a geografia da violência. As FARC voltaram a ocupar as zonas rurais e a controlar a extração ilegal e os narcocultivos, enquanto parte dos paramilitares transformaram-se em quadrilhas criminosas que dominam os centros povoados e a comercialização de cocaína, a extração ilegal e exercem extorsão generalizada (ESCOBEDO, 2015, p. 38-39). Cessaram os massacres

mas mantêm-se os assassinatos contra qualquer pessoa que não colabore prontamente com esses grupos. Todos os municípios do Chocó estão afetados pela ação das quadrilhas criminosas.

A plantação de coca no Chocó concentrou-se nas áreas do Baudó e do baixo San Juan. Nestas áreas ocorre uma disputa entre a quadrilha dos Urabeños e guerrilhas do ELN. As guerrilhas dominam aos camponeses nos setores rurais e enquanto as quadrilhas criminosas concentram-se na comercialização e no tráfico e exportação da droga. Periodicamente estouram confrontos entre guerrilhas e quadrilhas criminosas. No ano de 2014 durante várias semanas habitantes do médio Baudó estiveram confinados sem provisões devido a confrontos e ameaças entre esses grupos armados.

No território chocono desde finais dos 1990s vinham-se apresentando disputas entre os atores armados por “controlar la extracción de rentas de actividades como la madera, el oro, la coca, la extorsión a actividades comerciales y el expendio de droga” (ESCOBEDO 2015, P. 33).

O preço internacional do ouro começou a subir sustentadamente desde 2001 quando esteve a US \$ 12 a grama, em janeiro de 2006 a US \$ 23, em agosto de 2011 atingiu o preço mais alto da história a \$ 67 dólares por grama, em setembro de 2012 a US \$ 64, em dezembro de 2015 tinha baixado a US \$ 37.

Os municípios maiores produtores do Chocó são em sua ordem Nóvita, Istmina, Sipí no alto San Juan, Quibdó sobre o Atrato e Tadó e Sipí, Condoto e o Cantón de San Pablo também sobre o San Juan. Com o aumento dos preços a extração de ouro subiu exponencialmente no Chocó. Em 2010 extraíram-se 24.529.710 gramas, em 2011 aumentou a 27.915.130 gramas, em 2012 baixou a 24.438.010. Em 2012 havia 19 dragas no Chocó e em 2013 tinham aumentado para 54. Em 2014 ao baixar o preço e a extração o número de dragas baixou para 35, enquanto fontes da polícia calculam 180 retroescavadeiras em 2015 (Ibid, p. 38). A exploração de ouro com dragas e retroescavadeiras está destruindo os rios e os ecossistemas do Chocó, causando uma gigantesca catástrofe ambiental.

No município de Quibdó, em 2010 extraíram-se 186.284 gramas, em 2011 aumentou para 373.833 gramas, em 2012 aumentou sete vezes até 2.179.004 e localizou-se como o oitavo município produtor no país. Em 2013 extraíram-se 2.517.667 gramas. Em consequência nos anos 2012 e 2013 em Quibdó apresentou-se um aumento pronunciado da violência em direta proporção ao aumento da produção de ouro, em

2013 registrou-se o máximo histórico na taxa de homicídios com 92 para cada 100.000 habitantes. (ESCOBEDO 2015, p. 34).

A ação das quadrilhas criminosas está diretamente relacionada com as flutuações da extração de ouro nas diferentes áreas do Chocó e do Pacífico. Ao aumentar inusitadamente a extração de ouro em Quibdó, a quadrilha dos Urabeños mobilizou-se para deslocar os Rastrojos.

As FARC exercem o domínio nas zonas rurais e controlam as atividades mineiras nos lugares de extração. As FARC estão cobrando extorsão a todos os atores da corrente mineira no setor rural, aos mineiros artesanais, à mineração mecanizada ilegal (Ibid, p. 38-39)

Na cidade de Quibdó, as quadrilhas criminosas controlam a comercialização do ouro departamental, intervêm em redes de corrupção com toda classe de autoridades para proteger a mineração ilegal, cobram por todas as transações, patrocinam empresários agiotas para emprestar dinheiro aos atores da extração ilegal. O comércio de ouro é uma atividade em que efetua-se lavagem de dinheiro de diversas maneiras. Ademais extorquem a todas as outras atividades econômicas e institucionais da cidade. Do total de homicídios no município 90% ocorrem no setor urbano e o resto na parte rural. A maioria de homicídios são contra pessoas que se negam a pagar a extorsão (Ibid, p. 40-44).

Valle

As FARC desde os 1970s utilizavam a zona central do Pacífico como um território de retaguarda, de abastecimento e refúgio sem ações militares. Em meados dos 1990s criaram grupos de milicianos em Buenaventura e iniciaram ações armadas na estrada a Cali, controle social e territorial em Buenaventura, cobranças a narcotraficantes e sequestros extorsivos (CNMH, 2015, p. 159-160)

Grupos paramilitares começaram a exercer controle na parte alta do rio San Juan desde 1997, em populações com acesso à estrada que comunica com a cidade de Pereira na zona Andina. A entrada paramilitar acentuou-se a partir de 1998 procurando o controle da zona próxima ao porto de Buenaventura, à estrada que o liga com Cali, e sobre o rio San Juan. Em 1999 o cartel narcotraficante do norte do Valle e as AUC criaram o Bloco Calima para operar na região do Pacífico ao redor de Buenaventura (GARCÍA, 2011, 246). Entre 1998 e 2000, ataques e ameaças de paramilitares e combates de exército, e paramilitares com a guerrilha causaram o deslocamento de 4000 pessoas na área dos rios Anchicayá e Sabaletas no departamento do Valle. Entre

maio e dezembro de 2000 o Bloco Calima perpetrou dez massacres de entre cinco e doze assassinatos em áreas rurais próximas à estrada a Buenaventura. Dois dirigentes das FARC passaram para o lado paramilitar e informaram todas as atividades e trajetos da guerrilha e das pessoas que eram obrigadas a prestar apoio e de aí em diante os massacres incrementaram-se. (CNMH, 2015, p. 168-173).

No ano de 2001 realizaram mais cinco massacres, três deles em localidades próximas à estrada. Nas outras duas em abril de 2001, quinhentos paramilitares auxiliados pelo exército e divididos em três grupos, atacaram 20 vilarejos no rio Naya, assassinaram 40 pessoas e provocaram o deslocamento de 2000 pessoas para Buenaventura. Outro grupo de paramilitares para desviar a atenção da matança do Naya fizeram-se passar pelas FARC e assassinaram a sete pessoas e destruíram o vilarejo El Firme no rio Yurumanguí (Ibid, p. 174-177).

Durante 2002 o Bloco Calima cometeu outros três massacres com 16 pessoas assassinadas e consolidou seu poder territorial bairro por bairro na cidade de Buenaventura. Em 2003 continuou com outros dois massacres nos povoados da estrada. As FARC tentaram retomar os rios Naya, Cajambre, Mallorquín e Anchicayá e zonas rurais de Buenaventura. Os assassinatos dos dois lados atingiram o número de 384, a população viveu uma época de terror cotidiano generalizado e deslocaram-se 14.300 pessoas do setor rural para Buenaventura (Ibid, p. 178-183).

No final de 2003 os paramilitares começaram a recuar devido ao processo de desmobilização iniciado com o governo de Uribe. Mas os chefes paramilitares venderam a parte do bloco Calima que ocupava a Buenaventura, denominado Bloco Pacífico aos narcotraficantes e de aí em diante o governo começou a denominar os paramilitares como bandas criminosas, Bacrim. As quadrilhas criminosas dividiram-se em vários grupos entraram em uma sangrenta disputa pelo controle da cidade resultando em numerosos assassinatos. A desmobilização dos paramilitares nem sequer foi percebida pela população, pelo contrário as pessoas sentiram que a guerra e o terror tinham recrudescido (Ibid, p. 185-183).

As FARC retomaram as zonas rurais e parte da cidade. Buenaventura ficou dividida entre setores dominados por diferentes quadrilhas criminosas e outros setores dominados pelas FARC, em uma guerra a morte de todos contra todos pelo domínio territorial e do negócio do narcotráfico (Ibid, p. 188-190).

No ano de 2005 ocorreram três massacres de jovens nos bairros de Buenaventura com um total de 22 assassinatos. Os grupos enfrentavam-se mediante modalidades de terror cada vez piores. Utilizaram explosões e granadas. As pessoas começaram a ser esquarteradas e desaparecidas após assassinadas. As famílias começaram a fugir de bairro em bairro, o qual foi denominado “deslocamento intraurbano”. Os jovens começaram a ser recrutados à força. As diferentes facções impediam o movimento das pessoas e a entrada de alimentos e em resposta a Igreja e outras organizações humanitárias instalaram comedores coletivos. Entre 2006 e 2007 apresentaram-se 7000 pessoas deslocadas dentro de Buenaventura (Ibid, p. 191-199).

Em 2008 o governo de Uribe ordenou a tomada militar da cidade, o qual em lugar de atuar contra os criminosos provocou mais terror entre a população pois todos que se aproximassem do exército depois seriam assinalados pelos diferentes grupos criminosos ou pela guerrilha. Em pouco tempo aumentaram os assassinatos a líderes cívicos (Ibid, p. 201-203).

O domínio dos grupos criminosos sobre a cidade continua até o presente enquanto as FARC tentam retomar o controle das zonas rurais. Buenaventura tem sido objeto de atenção por parte de instituições humanitárias nacionais e internacionais e o governo periodicamente anuncia que vai retomar o controle da cidade e de suas zonas rurais, mas a situação não muda. Durante todos estes anos Buenaventura constituiu-se como o maior lugar de exportação de narcóticos do país e lugar de intercâmbio entre as máfias colombianas e mexicanas (Ibid, p. 207-208).

No ano de 2012 a quadrilha criminosa denominada os Urabeños atacou Los Rastrojos dos mafiosos do norte do Valle que dominavam a cidade. Este confronto levou a violência para cidade e suas zonas vizinhas a níveis de máximos terror e de violência. 5.500 pessoas fugiram de seus lares e outros centos foram assassinados, muitos deles esquarterados e desaparecidos. Pessoas de fora da região com a proteção dos Urabeños apoderaram-se da mineração de ouro próxima a Buenaventura, acrescentando assim outro fator de violência à região (Ibid, p. 209-210).

Cauca:

No departamento de Cauca apresentaram-se níveis de violência muito menores que nos outros departamentos do Pacífico.

A atividade dos paramilitares foi muito menor pois não tinham objetivos estratégicos que conquistar. A atividade da guerrilha era muito ocasional e a atividade do narcotráfico bem mais reduzida.

No entanto apesar de seus baixos níveis, a violência tem ido aumentando sustentadamente desde o ano 2000 devido ao crescimento dos cultivos de coca, ao grande incremento da mineração ilegal no rio Timbiquí, sobretudo a partir de 2010, e ao domínio das FARC sobre o território rural.

Entre 2001 e 2002, os paramilitares do Bloco Pacífico do Bloco Calima, provocaram deslocamentos desde López de Micay e Timbiquí para Guapi

A extensão dos cultivos de coca aumentou desde umas 800 ha em 2004 e 2006, e dando um súbito aumento para 3000 ha em 2008. 47% dessas plantações estavam em Timbiquí, 40% em Guapi e 13% em López (OBSERVATORIO DEL PROGRAMA, 2009, p. 7). Nos anos seguintes, diminuíram levemente os narcocultivos no Pacífico caucano, mas em 2014 teve (como no resto do país) um aumento de cerca de 100% e voltou aos níveis de 2008 (UNODC, 2015, p. 30).

Em 2010, um comunicado de COCOCAUCA denunciava a violência que filtrava-se pelos os territórios coletivos de Guapi, Timbiquí e López de Micay e assinalava o aumento de “muertes selectivas, amenazas e intimidación a líderes, docentes y mujeres [...] homicidios, minas antipersona, bombas, fumigaciones, número indeterminado de desplazados [...] amenazas del las Águilas Negras [...] ingreso de retroexcavadoras (OBSERVATORIO PACÍFICO 2010)

Uma rede de mineiros ilegais, membros da polícia e da marinha militar, servidores públicos corruptos e a guerrilha das FARC, tem instalado centos de retroescavadeiras, demais infraestrutura e circulação de insumos para explorar ouro nos rios Timbiquí e López de Micay ocasionando catastróficos danos ambientais aos territórios coletivos e prejudicando à população local. Em maio de 2015 a Promotoria efetuou várias capturas de empresários, servidores públicos e oficiais da polícia e da marinha na perseguição às máfias da mineração ilegal. (ELPAIS.COM.CO 2015). No dia 1º de julho de 2015 um juiz de restituição de terras, decidiu um processo legal a favor do conselho comunitário Renacer Negro do alto e médio rio Timbiquí, e declarou ilegais oito títulos mineiros concedidos pela Agencia Nacional de Mineración entre 2007 e 2010 dentro do território coletivo que tinha sido titulado em maio de 2001. O juiz ordenou o desmonte de 39 instalações mineiras com retroescavadeiras e ademais determinou às

forças armadas proteger à população e garantir o regresso de seus líderes deslocados (VERDADABIERTA, 2015).

Os indicadores da violência no Pacífico Caucano aumentaram notoriamente a partir de 2008, de maneira paralela ao aumento dos cultivos de coca e da mineração ilegal. A violência expressa-se principalmente no deslocamento forçado superando as 2000 pessoas por ano em López de Micay e Timbiquí, as áreas onde combinam-se mineração ilegal e cultivos de coca.

Nariño:

Em 1996 a guerrilha das FARC entrou pela primeira vez ao Pacífico Nariñense com uma ofensiva na que sequestrou aos prefeitos de Barbacoas, Roberto Payán e Iscuandé e a tomada desta última população. Depois continuaram com ações amadas por toda a região. (GARCÍA 2011, 233-236)

O governo colombiano empreendeu desde 1995 intensas fumigações sobre os cultivos de coca no Putumayo que era a primeira zona produtora do país. A produção de coca trasladou-se então ao vizinho departamento de Nariño. As populações costeiras de Tumaco, El Charco e Bocas de Satinga converteram-se em ativos centros de narcotráfico, em 1998 tinha 10.000 hectares semeados e em 2002 tinham chegado a 50.000 ha. A guerrilha das FARC cobrava impostos tanto a cultivadores como a processadores e impunha ordem e impedia as disputas violentas.

No ano 2000 os paramilitares do Bloque Libertadores del Sur, parte do Bloco Central Bolívar invadiram o Pacífico nariñense para apoderar-se do negócio da coca. Tomaram o controle da área de Tumaco com várias centenas de homens armados e estenderam o controle por toda a costa de Nariño. Perseguiram os colaboradores e subordinados da guerrilha e provocaram deslocamentos em massa da população no Charco, Barbacoas, Iscuandé e Olaya Herrera. No período entre 1997 e 2005 obrigaram a deslocar-se mais de 8000 pessoas (GARCÍA 2011, p. 251)

Os paramilitares narcotraficantes fomentaram ainda mais os cultivos de coca e a instalação de laboratórios nos territórios coletivos do Pacífico nariñense e proibiram as atividades dos conselhos comunitários.

Em setembro de 2001 os paramilitares assassinaram à freira Yolanda Cerón diretora da Pastoral Católica que era a principal promotora da organização e da titulação coletiva. Na cidade de Tumaco

tinha-se consolidado o grupo de líderes que tinha constituído o Comitê Consultivo Municipal de Tumaco que depois se transformou no Palenque Nariño como entidade coordenadora das reivindicações ante a Constituinte, no processo de elaboração da Lei 70 e no processo de titulação. Estes líderes que tinham reconhecimento regional e nacional em sua maioria saíram da região pelas ameaças dos paramilitares. Os líderes locais nos rios tiveram que cessar suas atividades ante a proibição dos paramilitares de adiantar tarefas organizativas (RESTREPO, 2005b, p. 8-11, BRAVO 2003, p. 142).

O impacto da invasão paramilitar no Pacífico tem sido mais duradouro e prejudicial para o movimento, a organização e o exercício territorial que em outras partes do Pacífico devido a sua articulação com o cultivo, processamento e tráfico de coca. Nariño é o maior produtor de coca da Colômbia desde 2000, ainda que a produção baixou a 10.773 ha em 2012, em 2014 tinha voltado a subir para 17.285 ha, 25% do total nacional.

Os cultivos no departamento concentram-se no município de Tumaco, nos territórios coletivos de Alto Mira e Frontera, Rio Rosario e Cortina Verde Mandela, no município de Barbacoas no território coletivo de Guelmambí, no município do Charco nos territórios coletivos de Pró defesa rio Tapaje e Alto Sequihonda, e nos territórios coletivos de Manos Amigas do Patía Grande no município de Maguí Payan. Mas também há abundantes cultivos de forma mais dispersa nos municípios de Olaya Herrera (Bocas de Satinga), nos territórios coletivos de Satinga e Saquianga, e no município Francisco Pizarro (Salahonda) e Roberto Payán no território coletivo de ACAPA. Os maiores centros comerciais de narcotráfico são Tumaco, Bocas de Satinga e El Charco. (UNDOC, 2015, P. 30; OBSERVATÓRIO, 2009, p. 6). Durante todos estes anos tem sido constante a violência na região, os assassinatos seletivos têm sido contínuos, os grupos paramilitares assassinam reiteradamente nos centros urbanos e a guerrilha assassina a suspeitos de paramilitarismo nas zonas rurais (DIÓCESIS, 2014, p. 67-155). A taxa de homicídios no Pacífico nariñense é o triplo da média nacional (OBSERVATÓRIO, 2009, p.11) e entre 2007 e 2011 Tumaco foi o município da Colômbia com a média mais alta de massacres com mais de 11 massacres anuais (ECHANDÍA 2013, P, 25).

GENERALIZAÇÃO DA ILEGALIDADE NO PACÍFICO.

Enquanto as quadrilhas criminosas dominam militarmente o território, a corrupção política é generalizada em toda a região. As

quadrilhas criminosas financiam as campanhas eleitorais dos políticos para os cargos de prefeitos, vereadores, deputados departamentais e congressistas nacionais e tecem assim uma densa rede de corrupção para o roubo do orçamento público e a impunidade das atividades ilegais. Nos últimos 20 anos a maioria dos prefeitos de Quibdó, Buenaventura e Tumaco, e dos congressistas da região terminam na prisão por corrupção e por alianças com paramilitares.

As disputas entre facções das quadrilhas criminosas e a violência pelo controle territorial nas zonas rurais estendeu-se às zonas urbanas e por exemplo em Buenaventura recentemente vem-se apresentando o deslocamento intraurbano, grupos de habitantes dos bairros são obrigados a abandonar suas casas e a trasladar-se a outro lugar da cidade.

Nos anos 1980s desenvolveram-se tecnologias de mineração de ouro com retroescavadeiras e com minidragas muito menores em tamanho e peso que as enormes dragas das companhias estrangeiras que operaram nos rios na primeira metade do século XX. Maquinaria que pode ser transportada em caminhões e em pranchões flutuantes e que pode chegar praticamente a qualquer ponto do Pacífico.

O narcotráfico encontrou na mineração ilegal um recurso fácil para investir e legalizar seus ganhos e desenvolver umas economias articuladas que combinam atividades ilegais e legais. Com a maquinaria com a qual removem e lavam grandes quantidades de terra ocasionando sérios danos ambientais e arruinando os lugares para a prática da mineração artesanal. Segundo a lei colombiana, não pode haver exploração mineira nos territórios coletivos negros sem o consentimento da comunidade, mas em nenhuma parte no Pacífico isto se está cumprindo. Os mineiros ilegais chegam com guardas armados e amedrontam ou subornam os habitantes quem de ai em diante têm que pedir permissão para praticar a mineração artesanal na terra removida pela maquinaria.

Os cultivos de coca mantiveram-se no Pacífico nariñense, em Míca y Timbiquí no Cauca e no Baudó e baixo San Juan no Chocó. E ainda que a zona tem sido submetida a intensas fumigações pelo governo a superfície de coca no Pacífico mantém-se em uns 30.000 hectares (UNODC 2015).

A situação em Buenaventura, Tumaco e Quibdó agrava-se progressivamente. Os bispos destas cidades têm feito repetidos chamados ao governo e a organismos internacionais sobre os níveis de

violência, o poder dos grupos criminosos e a desproteção da população civil.

RESPOSTAS BUROCRÁTICA E HUMANITÁRIA FRENTE AO DESASTRE.

A situação do deslocamento interno em massa na Colômbia, calculado pelo governo em 3,7 milhões de pessoas, tem originado uma série de ações parciais, fragmentárias, descontínuas e insuficientes. A Corte Constitucional na sentença T-025 de 2004 designou a situação da grande população em situação de deslocamento forçado como um 'estado de coisas inconstitucional' e ordenou o governo que designasse os recursos e as ações para dar uma resposta estrutural e duradoura à situação de deslocamento. No entanto a ação do governo tem resultado na criação de uma enorme burocracia com prolixos procedimentos burocráticos que brindam uma atenção temporária e insuficiente às famílias deslocadas. Cinco anos depois, ante a carência de ações frente à população afrodescendente em situação de deslocamento a Corte Constitucional expediu o Auto 005 de 2009. Neste auto a corte afirma que os afrocolombianos são afetados de maneira grave e desproporcional devido à discriminação estrutural, ao efeito prejudicial de ações legais e ilegais nos territórios negros e à desarticulação de seus sistemas sociais. A corte afirmou que dita população estava totalmente desprotegida em seus lugares de exílio e corriam altíssimos riscos em caso de retornar a seus territórios, e exigiu ao Ministério do Interior e à Presidência da República empreender uma série de ações a respeito e apresentar em termo de seis meses e um ano relatórios sobre as ações empreendidas. Nos relatórios o Ministério e a Presidência listam uma série de normas, planos, eventos e projeções, mas não mostram nenhum resultado concreto frente à grave situação da população afrodescendente (RODRÍGUEZ; ORDUZ; BERRÍO, 2010)

As primeiras ondas da violência paramilitar entre 1997 e 2002 provocaram inicialmente dezenas de milhares de deslocados para as maiores populações da região. O governo nacional ou local não teve nenhuma resposta efetiva frente à magnitude da tragédia.

Os bispos do Chocó, junto com as existentes organizações de camponeses negros como ACIA e ACADESÁN conformaram uma rede de auxílio humanitário à que se somaram ONGs e entidades internacionais como ACNUR, Misereror, Pan para el Mundo, Peace Brigades International, Médicos do Mundo. Apoiaram aos desterrados

que estavam concentrados em ginásios e colégios em Quibdó e Turbo para criar suas próprias organizações e impulsionar a volta aos territórios. Um ano depois, em 1998 os primeiros deslocados estavam organizando o regresso a seus territórios.

Em Buenaventura e Tumaco onde chegavam os deslocados do Pacífico sul, a situação foi bem mais complicada. Os paramilitares tinham forte presença nestas cidades e não existia associações de camponeses negras consolidadas como as do Chocó. Em Buenaventura, a Igreja Católica e a Cruz Vermelha com muito poucos recursos criaram em 2000 um comitê de apoio aos deslocados. Uma grande quantidade dos deslocados do Pacífico Sul abandonaram definitivamente a região e fugiram para os bairros marginais de Cali e Bogotá. Ante o recrudesimento da violência das bandas criminosas na cidade de Buenaventura, a partir de 2006 surgiram umas treze organizações de ajuda e apoio para as vítimas de deslocamento e violência, algumas delas constituíram em 2007 uma coordenação denominada Comitê Inter-organizacional, conformado pelo PCN, Rostros e Impresiones, Transformando Mentes, El Servicio Jesuita a Refugiados e Fundescodes. O comitê tem dirigido várias comunicações a Corte Constitucional sobre a sentença T-025/04 e o Auto 005/09 e propuseram um Auto Especial para Buenaventura. A Corte acedeu a essa petição e expediu o Auto 234 de 2013. Os membros do comitê também desenharam e colocaram em prática ações de resistência e confrontação para retomar a iniciativa territorial e de reconstrução social e espacial. Mediante atos pacíficos e coletivos têm desafiado as proibições temporárias e espaciais dos grupos armados, têm recuperado a visibilidade pública e têm reconectado os desterrados com seus territórios e suas comunidades (CNMH 2015, p. 384-391).

O atual governo apresentou como um de seus projetos principais a Lei 1448 de 2011 de Restituição de Terras. Após o entusiasmo inicial, a lei resultou também em uma enorme soma de procedimentos burocráticos e judiciais para os que não estavam preparadas as instituições alocadas e as associações de reclamantes em seguida começaram a ser vítimas de ameaças e assassinatos.

Ante a inatividade do Estado e a cumplicidade dos governos locais frente à catástrofe humanitária causada pelos grupos armados, as organizações sociais buscam reivindicações judiciais. Origina-se assim um perverso círculo vicioso no que as altas cortes por meio de numerosas sentenças reconhecem os direitos da população e ordenam o governo a tomar ações concretas o que ocasiona prolongados e

ineficientes processos burocráticos ou a expedição de nova legislação que também não será cumprida até que novamente os afetados voltem a propor demandas judiciais. As ações do governo têm criado ficções jurídicas como os “direitos dos deslocados” e “os direitos à restituição dos territórios” sustentadas por um ineficiente aparelho burocrático que tem criado multidões mendicantes que dia após dia submetem-se a procedimentos administrativos cujo resultado ninguém garante.

Com cobrimento para toda a região os bispos de Quibdó, Buenaventura, Guapi e Tumaco, as associações de conselhos comunitários com o apoio de numerosas entidades humanitárias e ONGs criaram em 2008 a Coordenação Regional do Pacífico Colombiano para apoiar às organizações camponesas em seus projetos contra a violência. Depois de um penoso processo algumas das comunidades deslocadas regressaram, outras têm revigorado seus Conselhos Comunitários e restabelecido atividades para o manejo dos territórios coletivos.

As economias ilegais e as quadrilhas criminosas continuam atuando em toda a região, e as medidas do governo continuam tão insuficientes quanto torpes e fragmentárias.

Conclusões

Os limites dos territórios coletivos

Em conjunto, a informação da titulação proporciona uma nova geografia da região, aparecem grupos sociais de diferente dimensão demográfica e espacial identificando-se e associando-se no extenso território regional. Em lugar de generalizações sobre a população da região ou das dinâmicas locais, revela-se um processo recente histórico espacial de ação coletiva e atividade institucional que tem resultado em sujeitos coletivos, em histórias de organizações e de associações territoriais.

Agora aparecem as maiores associações territoriais, com diferentes intensidades em seus processos organizativos, consolidando o processo histórico de afiliação seguindo os cursos dos rios e a costa. Fazem-se visíveis bacias fluviais já não como neutros elementos da geografia física senão como espaços sociais e políticos, a maioria com heroicas histórias dentro dos trágicos fatos dos últimos vinte anos. O médio Atrato como precursor da luta territorial, o baixo e o alto San Juan e o Baudó como os seguiram no trajeto no Chocó. Os Patías de Nariño que empreenderam o processo no sul, o Cajambre e o Calima no Valle e Guapi em Cauca.

Os grandes rios emergiram como áreas com numerosas localidades com renovada atividade: os rios da Bahia de Tumaco, o Tapaje, ou o Iscuandé em Nariño. O Timbiquí e o Micay em Cauca, os antigos rios mineiros do Valle, Raposo, Yurumanguí e Mayorquín. Os que têm sido duramente golpeados pela violência como o baixo Atrato no Chocó, o Mira em Nariño, o Naya entre Cauca e Valle. Os que tiveram que atravessar longos processos judiciais para conseguir a titulação como o alto Atrato e o Naya.

Porém a perspectiva de avanço para o bem-estar e o empoderamento dos habitantes dos territórios coletivos requer ir além dos esgotados marcos institucionais atuais. Ainda que a Lei 70 significou um avanço monumental e sem precedentes no mundo, a atual situação de juro e de fato, permite de diferentes maneiras a incursão de agentes externos sobre os recursos renováveis e não renováveis dos territórios. A Lei 70 provê uma garantia legal de que os afrodescendentes não perderão seus territórios, mas não gerou ações que melhorem a situação de extrema marginalidade destas populações. As medidas que preveem os artigos 21 e 24 da Lei 70 de apoio e assessoria do governo aos conselhos comunitários, para empreender as atividades extrativas sustentáveis não se implementaram. No caso hipotético de que se cumprisse a legalidade imperante, ainda assim a economia comercial e a extrativa seguiriam espoliando a maioria do valor derivado do trabalho dos povoadores negros e dos recursos de seus territórios.

Violência, Crise Institucional, Desmobilização.

No capitalismo neoliberal global contemporâneo coexistem legislações que reconhecem direitos sociais e protegem o meio ambiente, desregulamentação econômica que abre territórios e recursos à mercantilização e ondas de atores armados e delinquência que instauram economias ilegais mediante a violência e o terror. Em 1997 entraram os exércitos paramilitares na região e desde então incrementaram-se as ações ilegais pelo controle do território e seus recursos. As atividades econômicas em grande parte da região estão controladas por máfias paramilitares.

Quando veio o avanço paramilitar sobre o Pacífico, o assassinato e a deslocação em massa dos habitantes dos territórios coletivos entre 1997 e 2004, o governo mostrou sua total incapacidade para fazer cumprir os direitos básicos dos camponeses negros. Tal como o propõe Agamben (2008) com respeito aos ex-patriados refugiados internacionais, para os deslocados internos também não parece ter nenhum recurso

governamental legal que lhes brinde proteção efetiva e são deixados à boa vontade das organizações humanitárias.

As atividades frente à violência, pela volta dos deslocados e por reassumir o gerenciamento dos territórios que as organizações negras puderam realizar com o apoio da Igreja e de organizações e ONG internacionais, põem ainda mais manifesto o efeito paralisador da judicialização e burocratização do movimento. Entre 1993 e 1997 a iniciativa política das organizações camponesas diminuiu sensivelmente, os esforços consumiram-se em reuniões com o governo e em trâmites institucionais, o movimento social ia convertendo-se em um agente domesticado pelo regulamento burocrático. Contudo e devido a magnitude da tragédia, o poder de desenvolver atividades concretas com a ajuda internacional tem devolvido muito dinamismo às organizações.

Desde 2005 a região tem estado açoitada pelas quadrilhas criminosas e a articulação perversa entre violência criminosa, economias ilegais e legais e corrupção. Mas após o choque inicial e do exílio que muitos dos líderes tiveram que atravessar nos anos mais duros da violência paramilitar, as organizações camponesas não se limitaram a jogar o papel de vítimas que lhes oferecia a política do Estado e as falhas dos juízes, senão que com o apoio da Igreja e de entidades internacionais de ajuda e solidariedade, foram-se reconstruindo através de suas iniciativas para reanimar o tecido social e gerenciar seus territórios.

CONCLUSÕES

A ação coletiva dos habitantes do Pacífico construiu-se sobre umas territorialidades pré-existentes as quais ao ser ativadas pela confrontação com o capital permitiram o surgimento de sujeitos coletivos identificados com essa busca do reconhecimento territorial. A organização social, econômica e política com a que os afrodescendentes foram construindo seu regime territorial conjuga aspectos de seus sistemas sociais e produtivos locais com vínculos com o mercado, o Estado e as instituições que aumentam a complexidade dos assentamentos e ampliam espacialmente suas relações sociais e econômicas. Esses vínculos têm colocado em posição subordinada à população local frente às ações do capitalismo extrativo, dos mercados regionais e da ação da política e do Estado.

Um laborioso trabalho de organização no médio Atrato com o apoio da pastoral católica foi consolidando a reivindicação territorial frente à ameaça das empresas madeireiras até estender a outras áreas do Pacífico e atingir nível nacional e conseguir depois de árdua luta o reconhecimento constitucional e a expedição da Lei 70. O processo de conformação de conselhos comunitários e de solicitação dos territórios coletivos levou a uma atividade institucional sem precedentes e estendeu a organização de reivindicação territorial a todas as localidades do Pacífico. Além do estilo organizativo inicial de federação de localidades camponesas por grandes bacias fluviais ou sub-regiões, surgiram outras variações de organização ao redor de lideranças de ativistas urbanos, outras que apontavam ao desenvolvimento de projetos produtivos e umas mais que propunham o agrupamento de numerosos pequenos territórios.

Na região do Pacífico convergem diferentes regulamentos sobre os territórios e os recursos naturais e heterogêneas formas de exploração e extração desses recursos. A Lei 70 intersecta de maneira contraditória com algumas dessas leis e normas e os territórios coletivos e os conselhos comunitários que estabelece a lei se veem obstaculizados de diferentes formas com as atividades econômicas e extrativas.

O Estado no Pacífico surgiu e organizou-se ao redor da economia extrativa nas poucas cidades que operam como pólos sub-regionais econômicos e institucionais. Ao ser o extrativismo uma economia cíclica e de enclave, não constrói infraestrutura econômica duradoura, as cidades se convertem em assentamentos de reserva e o Estado opera como o maior empregador, gerando assim a situação de corrupção e clientelismo generalizado na que os políticos se apropriam e repartem as rendas e o

orçamento estatal. A precária infraestrutura institucional concentra-se nas cidades e o setor rural carece de atenção institucional.

O movimento territorial dos camponeses negros do médio Atrato não teve atenção da burocracia regional unida ao extrativismo. Graças a que a agenda ambiental e étnica internacional permeava às instituições do governo nacional, a reivindicação territorial pôde avançar no meio de múltiplos obstáculos e depois ser incluída na Constituinte. A lei 70 atua através de várias entidades do Estado e de instituições e ONGs nacionais e internacionais. Mas o agir do Estado não é homogêneo e pese os discursos oficiais, cada nível burocrático atua diferentemente e a inércia das rotinas burocráticas em geral resulta em ineficiência e personalismos. Com exceção dos processos de titulação, as organizações territoriais e os conselhos comunitários encontram-se com a ineficiência das entidades estatais e com os múltiplos problemas que geram as atividades capitalistas.

As atividades extrativas seguem, enquanto haja demanda no mercado, para apropriar recursos da natureza até esgotá-los com desastrosas consequências ambientais e sociais. Ante a carência de propaganda para outros produtos locais, os povoadores do Pacífico têm que recorrer à extração, principalmente de madeira e ouro, para obter rendimentos monetários, já seja extraindo o recurso e vendendo no mercado ou o extraindo sob contrato ou endividamento com as empresas extrativistas. No ciclo extrativista as empresas acumulam capital e os habitantes locais percebem apenas uma mínima parte do lucro gerado. As legislações e as instituições favorecem às empresas extrativistas outorgando licenças frequentemente dentro de esquemas de corrupção. O resultado desta situação é a progressiva degradação dos territórios coletivos na que são partícipes os povoadores e os conselhos comunitários.

As perspectivas de um melhor futuro para a população do Pacífico e de seus territórios requerem de uma radical transformação do modelo atual e a implementação de propostas pós-extrativistas que sejam sustentáveis ambientalmente e nas que a população local possa apropriar-se dos benefícios gerados.

Os resultados da titulação coletiva, fizeram visível ante a nação a geografia de um sistema espacial de assentamentos e modos de vida antes ocultos pela legislação de terras florestais e pelas atividades extrativistas. O regime territorial afrodescendente aparece em seu dinamismo, dando nova vida a sujeitos coletivos nas bacias fluviais e possibilitando-lhes agência política através dos conselhos comunitários. A lei 70 permitiu a

existência legal dos territórios da sociedade negra do Pacífico, impedindo que as corporações extrativistas apropriassem e degradassem os territórios. Mas a existência de normatividades e de negligência estatal, e muitas vezes aberta corrupção, ainda proveem muitos atalhos para espoliar os recursos, degradar os territórios e apropriar o trabalho da população local. O reconhecimento legal do território foi o primeiro passo para uma potencial sobrevivência de uma população com uma ancestral e especial relação com seus territórios. O manejo deles no meio das forças hostis do extrativismo, de legislação permissiva, da falta de interesse e a cooptação governamental e dos grupos criminosos é uma meta que só poderá ser assumida pelos afrodescendentes, mesmo através de renovadas iniciativas da ação coletiva.

Na configuração do atual capitalismo neoliberal coexistem a hiperprodução de normas e reconhecimentos de novos direitos com a exacerbação de empresas criminosas de alcance multinacional. A situação no Pacífico colombiano constitui uma mostra dramática destas realidades contemporâneas. A Constituição de 1991 e o resto da legislação colombiana reconhecem entre um conjunto amplo de direitos, e incluem entre outras formas de democracia participativa, normas de proteção ambiental e reconhecimento da multiculturalidade e a pluriétnicidade.

Quando acontece a invasão paramilitar no Pacífico, pelo norte desde finais de 1996 e pelo centro e sul no ano 2000, ocasionando uma multidão de assassinatos e massacres e milhares de deslocados, a institucionalidade estatal não teve uma mínima resposta apropriada. Desde então e até agora quando as quadrilhas criminosas têm submetidas ao terror às três principais cidades do Pacífico e fazem presença em todos os municípios da região e controlam toda sorte de atividades econômicas legais e ilegais, a população tem sido abandonada a sua sorte pelo Estado e só a igreja católica e organizações humanitárias têm acompanhado os habitantes do Pacífico.

A violência submeteu à impotência por um tempo às organizações e grande número dos líderes foram desterrados e muitos dirigentes locais assassinados. Paulatinamente as organizações voltaram a atuar com muitas dificuldades e ameaças, apoiando aos desterrados, propiciando a volta, reclamando a posse dos territórios invadidos. No entanto a região está invadida pelos criminosos, os espaços de interação com o Estado são irrelevantes e a iniciativa da ação coletiva está muito debilitada.

Presença e território dos afrodescendentes no Pacífico

A sociedade negra do Pacífico através de três séculos e meio desde a chegada dos primeiros africanos às áreas mineiras, desenvolveu um regime territorial integrado por vários aspectos espaciais, sociais, econômicos e políticos.

Esta população rural mantém simultaneamente atividades tradicionais de subsistência, e trabalho intenso em atividades extrativas em troca de uma mínima remuneração em dinheiro da mais-valia gerada.

As atividades produtivas locais não monetizadas, de horticultura, caça e pesca requerem para sua produção extensos territórios que compreendem os centros da selva e os rios. A orla dos rios é a parte apta para a horticultura de pequena escala que requer a rotação frequente das parcelas. Do rio obtêm-se a pesca, e os centros da selva proveem diferentes materiais alimentares, medicinais, para a elaboração de objetos e produtos extrativos que comercializam-se dependendo de variáveis condições do mercado.

As atividades mercantis concentram-se, articulam e convergem para os três principais centros povoados da região, Buenaventura, Quibdó e Tumaco as quais operam como pólos principais econômicos e institucionais para toda a região, enquanto as zonas rurais mantêm-se carentes de infraestrutura de transporte, urbana ou institucional. Os benefícios das atividades capitalistas vão quase em sua totalidade a empresários de fora da região enquanto a população afro camponesa mantêm-se em sua grande maioria, em termos de rendimento monetário, como a mais pobre da Colômbia. No último século e meio a atividade extrativa, principalmente aurífera e madeireira, não gerou benefícios para a população afrodescendente.

Nestas áreas rurais da região do Pacífico colombiano coexistem e sobrepõem-se diferentes processos territoriais e de organização social. Estes processos compreendem a esfera mais tradicional de grupos territoriais locais baseados no pertence a grupos de parentesco; o surgimento e crescimento do sistema aldeão gerado pela vinculação de alguns povoadores a atividades comerciais, institucionais e políticas; a irrupção desde 1993 dos territórios coletivos e os conselhos comunitários como consequência do movimento social camponês negro; e desde faz 20 anos a chegada e domínio da região por parte de quadrilhas e organizações paramilitares e criminosas.

As condições da selva, que são incompatíveis com o modelo de assentamento agrícola do país, mantiveram a terra fora do mercado e os povoadores exerceram uma posse consuetudinária em toda a região.

Esporadicamente as empresas extrativas usam os territórios da região e os deixam quando culminam os ciclos extrativos e voltam ao modo local de assentamento e produção. As leis territoriais favoreceram os povoadores pois a região foi sempre território do Estado e os terrenos não podiam ser titulados senão a habitantes consuetudinários.

A organização social local baseia-se no parentesco e a vizinhança e em relações de cooperação e reciprocidade entre as famílias que habitam moradias dispersas ao longo dos rios. Algumas localidades iniciam processos de nucleação das moradias e surgem relações de intercâmbio mercantis com outras localidades e ao crescer os assentamentos nucleados também aparecem relações políticas e institucionais com as pessoas procedentes das cidades de dentro e fora da região. Mas a maioria dos assentamentos permanecem reduzidos em tamanho e constituem a maioria das 2500 localidades da região com menos de 30 moradias.

Alguns assentamentos simples começam a fazer-se mais complexos e o pertence e as auto identificações com a rede de parentes local debilitam-se e fortalecem-se as relações de vizinhança e amizade e as alianças conjugais com outras localidades. O aumento de atividades econômicas, políticas e institucionais originadas e centradas fora da localidade tem originado novas posições de autoridade e controle. Foram-se agregando os comerciantes locais, corregedores ou inspetores de polícia, as equipes dos projetos, a concorrência e segmentação das facções de “a política” eleitoral, além da influência de comerciantes, intermediários e outros agentes econômicos de fora da região.

A reprodução das unidades familiares e do sistema social nas bacias dos rios e de todo o regime territorial regional requer de que nem as práticas de subsistência, nem as atividades dos povoadores monetizadas já sejam mercantis, trabalhistas ou extrativas atentem contra a sustentabilidade do ecossistema ou das unidades familiares.

A lei 70 reconheceu aos habitantes do Pacífico em termos de seu sistema produtivo tradicional, mas não previu as outras dimensões do regime territorial do Pacífico que relacionam as localidades com o Estado e o mercado. Não existem mecanismos para prover a esses habitantes, alternativas para garantir rendimentos monetários familiares e para fazer compatível a nova autoridade dos conselhos comunitários com as dinâmicas centrípetas das relações de parentesco e vizinhança e as dinâmicas centrípetas que unem às famílias e as localidades em relações subordinadas de mercado e institucionais com atores baseados nos centros urbanos e articulados ao sistema mais amplo econômico e político.

Na ausência de tais previsões os habitantes dos territórios coletivos seguem a mercê dos empresários e dos circuitos extrativistas, ou sumidos na precariedade ante as novas necessidades que requerem rendimentos monetários e os conselhos comunitários somem diante de sua impotência ante diversos processos e atores, internos e externos que escapam da sua capacidade de gerenciamento.

Trajatória do movimento negro e suas organizações.

Os estudos sobre a ação coletiva têm assinalado que os principais elementos que a possibilitam são as formas de organização e seus repertórios de ação, os contextos políticos, os conjuntos conceituais ou ideológicos e os processos de identificação ou de formação de sujeitos coletivos. Quando um processo de mobilização põe-se em marcha os diferentes elementos retroalimentam-se consolidam-se ou transformam-se. Sugerem esses estudos também que as transformações importantes ocorrem quando os fatores anteriores conjuga-se para entrar em processos de polarização política, de aumento da escala do movimento e de uma efetiva configuração de novas identidades.

O movimento social afrocolombiano do Pacífico entre 1988 e 1993 não foi homogêneo nem unificado. No Chocó, no médio Atrato, a ação coletiva desencadeou-se pela soma da reivindicação pelo controle do território e do processo organizacional que se orientou para o trabalho a longo prazo e a união das localidades em uma extensa zona. E estes dois elementos configuraram-se como os eixos da conformação de novos sujeitos sociais, da identificação e representação dos habitantes rurais do médio Atrato como reclamantes ao direito do território coletivo.

A organização de comitês eclesiais e juntas camponesas no médio Atrato encontrou o fator de unidade e identificação na defesa do território ante a ameaça primeiro das madeireiras e depois dos 'macroprojetos'. Foi essa reivindicação territorial e a auto identificação de seus habitantes como donos ancestrais desses territórios o que propiciou a vinculação dos povoadores das outras zonas do Pacífico.

O período mais intenso e eficaz da mobilização coletiva deu-se quando os camponeses conseguiram escalar suas reivindicações ao palco nacional, esgrimindo argumentos aceitos na multilateralidade globalizada, durante as sessões da Assembleia Constituinte em 1991. Convergiram ativistas e organizações negras de nível nacional reclamando a inclusão dos direitos territoriais na nova Constituição. As organizações chocóanas e seus aliados realizaram manifestações públicas de protesto em Quibdó e em Bogotá.

No conjunto regional e nacional decantaram ao menos quatro estilos de organização. O modelo pioneiro de federações camponesas sub-regionais ou de grandes bacias hidrográficas centradas na construção do projeto territorial. Um tipo organizativo federativo que se focou à participação na escala zonal de projetos agroprodutivos com o governo e empresários. O modelo das associações que continuaram com a liderança dos grupos urbanos procurando convergir com as organizações e reivindicações de outros grupos afros em todo país, e a variedade organizativa de federação de vários conselhos de pequenos territórios para incrementar sua capacidade de negociação frente ao governo.

Gradualmente uma boa parte das organizações locais e aquelas nas áreas de influência da igreja criaram outras organizações regionais que se separaram da liderança desses grupos urbanos, especialmente no departamento de Nariño e em menor medida no Cauca e Valle. Mas enquanto o grupo do Cauca concentrou-se no gerenciamento de projetos departamentais, o grupo do Valle continuou trabalhando para consolidar-se como PCN no nível nacional e projetando-se em redes internacionais,

Onde a organização, os recursos e a construção de sujeitos e identificações mantiveram-se em torno do território a mobilização social avançou. A força do movimento diminuiu ostensivamente quando o fator territorial debilitou-se ou passou a segundo plano. Assim foi como o poder de convocação das organizações de ativistas que desde o argumento étnico procuraram mobilizar a setores da população afrocolombiana que não podia articular solicitações territoriais não conseguiram especificar maiores avanços.

O movimento adquiriu dinâmica através da polarização que se deu através dos avanços, retrocessos, o processo de negociação e confronto com os agentes e empresas extrativas e com as entidades governamentais regionais e nacionais entre 1987 e 1993.

Dita dinâmica foi-se fortalecendo na medida que o movimento ia ampliando sucessivamente sua escala. Os assentamentos particulares, a área do médio Atrato, a região do Chocó em convergência com os indígenas e outras áreas negras, o território do Pacífico, e os palcos nacionais de confrontação e negociação com as instituições do Estado

A Lei 70 gerou a importante transformação territorial com a titulação de extensos territórios para a maioria da população afro das florestas do Pacífico e espalhou a conformação de organizações, mas também provocou processos de cooptação e burocratização, e conflitos com elementos internos e externos obstaculizaram o movimento territorial e onde havia perspectivas de avanços e novas dinâmicas a

irrupção da violência criminosa desde 1997 o levaram praticamente a sua paralisia.

Estado, legislação e o movimento social negro

Desde fins do século XIX o funcionamento das instituições do Estado e suas obras públicas estiveram marcados pelos requerimentos e os ritmos da extração. Antes de 1990 a presença do Estado no Pacífico colombiano estava marcada por instituições relacionadas com as atividades extrativas, fundamentalmente a extração e comércio de madeira e ouro. Os ciclos extrativos, geram a expansão das atividades comerciais, ocasionando por sua vez novas presenças institucionais. No entanto durante meio século, entre 1920 e 1970, as companhias anglo-saxãs que instauraram operações de enclave, sacaram todos os ganhos da mineração do ouro diretamente ao exterior, sem permitir impactos de escala na economia da região nem gerar benefícios sociais de nenhuma índole. Decaiu o efêmero auge das cidades do Pacífico ocorrido entre finais do século XIX e começos do XX e o Estado converteu-se no principal empregador urbano da região em torno das instituições administrativas, ou dos serviços sociais de saúde e educação.

Desenvolveu-se a rede de clientelismo e corrupção que caracteriza a vida pública e institucional do Pacífico. Nos assentamentos rurais, nos rios, praias e vilarejos, esta trama política inseriu-se dentro das dinâmicas de mobilidade social local nas que as pessoas com mais iniciativa tratam de se relacionar com aliados externos com recursos.

Os partidos políticos em época eleitoral vinculam transitórios chefes locais, nos pequenos vilarejos, em troca de favores. Os recursos públicos para as pessoas ou para as localidades movem-se dentro da rede de clientelismo e corrupção, tudo deve ser conseguido através de contatos com os políticos.

Dentro desta dinâmica os serviços públicos são sempre precários e da pior qualidade reproduzindo um círculo vicioso pelo qual o Pacífico tem os piores níveis de qualidade de vida na Colômbia.

Estes procedimentos fazem parte da vida local há anos, naturalizando estes procedimentos dentro dos idiomas locais de cinismo, rejeição e aceitação pragmática.

Atualmente na Colômbia as selvas e seus habitantes são sujeitos de um conjunto contraditório de circunstâncias que engloba leis e políticas públicas, processos econômicos, atividades ilegais e violentas e movimentos sociais. Em algumas leis e ações institucionais são favorecidos os povoadores e os ecossistemas, e em outras são postos em

risco ao favorecer operações extrativas ou agroindustriais de perigoso impacto social e ambiental.

As leis das terras públicas e depois a legislação florestal apontam para colocar à totalidade dos bosques sob uma legislação geral, ao mesmo tempo em que permite a titulação e uso a pequenos proprietários e a obtenção de licenças regulamentadas sobre a extração de recursos naturais

Graças ao reconhecimento do Convênio 169 da OIT, todas as ações dentro de territórios étnicos supostamente devem obrigatoriamente marcar-se mediante consulta prévia e as leis e ações estatais sobre meio ambiente e áreas protegidas devem incluir o acordo com as comunidades habitantes e suas atividades dentro dos territórios.

Outras leis e normas e as atividades capitalistas obstaculizam o gerenciamento dos grupos locais sobre seus territórios. Em algumas regiões projetos agroindustriais ou extrativos mineiros ou florestais, têm limitado ou impedido o acesso dos povoadores a seus territórios, em alguns casos mediante a violência. Em outros casos obras públicas como estradas ou portos, ao abrir a mercantilização da terra, têm trazido perdas territoriais e invasões dentro dos territórios étnicos.

A lei 70 de 1993 está relacionada com essas e outras normas, internacionais e nacionais. A Lei 99 de 1993 do Meio ambiente criou um sistema nacional de áreas protegidas que incluem Reservas Ecológicas, Santuários Naturais e Parques Naturais, e algumas destas áreas se sobrepõem a territórios coletivos. A lei 388 de 1997 de Ordenamento Territorial indica que cada município deverá elaborar um Plano de Ordenamento Territorial (POT), no entanto a Lei 70 de 1993 não separou a administração dos Territórios Coletivos negros das dos municípios e de fato existe uma sobreposição de jurisdições. A Lei 685 de 2001, que estabelece o Código Mineiro cedeu a iniciativa e exploração da mineração ao setor privado, mas conservou áreas de tratamento especial. O Decreto lei 2324 de 1984 sobre a Direção Geral Marítima e Portuária dispõe que as áreas costeiras são de propriedade exclusiva da nação.

Assim apesar de existir legislação que garante aos povoadores negros do Pacífico já seja a propriedade ou a posse dos territórios e o acesso e gerenciamento aos recursos naturais, os outros setores da legislação lhes limitam ou impedem o exercício de seus direitos territoriais.

O capitalismo contemporâneo desenvolve incessantemente novas formas de capital e de extração de mais-valia dos ecossistemas e o Estado, sujeito à influência dos diferentes atores, por sua vez incessantemente

implementa novas normas que fazem mais densas e contraditórias as redes de controle burocrático

Depois da aprovação da Lei 70 introduziram-se mudanças substanciais na vida política das comunidades locais e nas atividades e presença do Estado. Mas estas mudanças não substituíram ou modificaram as práticas de clientelismo e corrupção senão que acomodaram-se em coexistência com elas.

A lei 70 ocasionou um avanço gigantesco sem precedentes sobre todos os assentamentos rurais do Pacífico. Com recursos do governo nacional, mas também originados de organismos multilaterais como o BID, a ONU, o Banco Mundial, servidores públicos, técnicos e prestadores de serviço divulgaram os conteúdos da Lei 70, censaram e levantaram mapas de todas as comunidades, fomentaram a organização de conselhos comunitários onde não os tinha e iniciaram os processos de titulação dos territórios coletivos. Em alguns casos foram processos de organização impulsionados pelas organizações do movimento social, mas em muitos outros foram o resultado das comissões do governo. Assim enquanto uns conselhos comunitários tinham genuínos processos de liderança, participação e conhecimento dos habitantes, muitos outros estavam na verdade imersos nas dinâmicas da 'indiferença' burocrática.

Os efeitos do Estado resultaram de tendências cunhadas nas esferas não governamental e internacional, tal como tem sido sublinhado pelas análises antropológicas que se ocupam do Estado em contextos globalizados. As agendas e discursos institucionais multilaterais e nacional, local, nas relações dos habitantes e suas organizações com o Estado, veem-se mediadas pelos discursos e imaginários particulares tanto de servidores públicos como dos sujeitos locais.

A lei 70 criou uns espaços institucionais específicos com o Estado para as relações dos conselhos comunitários, as organizações camponesas e os ativistas do movimento territorial. Em poucos anos o movimento social tinha perdido boa parte de seu dinamismo e as organizações se desgastavam em intermináveis negociações com o governo sem que se avançasse nos problemas de fundo e a nível local as transações com a burocracia submergem-se na ineficiência da ritualidade rotineira. Perdeu-se a relação de confrontação e de vigilância do cumprimento de compromissos e de direitos e caiu-se no jogo do Estado de interesse instrumental, cinismo, paternalismo local entre povoadores e servidores públicos, e da cerimoniosa repetição de discursos institucionais e roteiros burocráticos entre organizações e instituições nacionais.

Territórios Coletivos e extrativismo

É necessário redimensionar o fenômeno do extrativismo dentro das agendas dos movimentos sociais, nas propostas de legislação e em termos dos conceitos da análise social crítica. O extrativismo é um dos mais importantes *modus operandi* do sistema mundo capitalista que coexiste e se retroalimenta com a crônica condição de hiper-legalidade e crime no capitalismo periférico.

Para que a atividade extrativa não ocasione suas perniciosas consequências de despojo das populações e degradação do meio ambiente, é necessário ao mesmo tempo que exista presença ativa do Estado, monitoramento da sociedade civil, regulamentos rigorosos, estrita administração, uma auditoria constante e supervisão. Mas é preciso especialmente o papel ativo das organizações negras no Pacífico e dos seus aliados, e que em sua agenda política seja proeminente uma posição pós-extrativista que abra alternativas frente às fórmulas hegemônicas vigentes.

Requer-se de uma posição pós-extrativista que considere a seus habitantes não só como guardiães e praticantes ecológicos senão também como agentes econômicos que requerem rendimentos monetários (como o resto dos colombianos) e para quem a atual encruzilhada de violência, destruição ambiental e intrusão em suas vidas e territórios requer de um regime especial que garanta a diversificação e comercialização de sua produção e de uma modalidade de extração básica de recursos que pela primeira vez beneficie a seus povoadores.

Um cenário de paz e pós-conflito para o Pacífico requer colocar no centro do debate o enorme peso político e econômico da extração e da competição por recursos nos territórios.

Passa minimamente por garantir um controle eficaz do território pelos conselhos comunitários, faz necessária a saída dos grupos criminosos e outros atores armados, e precisa a atualização das leis e regulamentos sobre territórios coletivos, sobre os recursos e sobre as atividades extrativas e especialmente a atualização das normatividades florestais e sobre mineração silvicultura e, que lhes dá aos negros e aos povos indígenas o controle eficaz sobre o solo, subsolo e sobre todo o valor gerado pelas atividades extrativistas sustentáveis realizadas por eles mesmos. Mas também requer ações estatais e institucionais nacionais e internacionais que permitam a essas pessoas obter renda adequada através da venda de alguns dos muitos produtos agrícolas potenciais na região.

Por substanciais que fossem os recursos necessários para iniciar ações públicas eficazes no Pacífico para o começo da solução dos problemas gerados pela extração, ainda seriam mínimos em comparação com a magnitude da dívida histórica com estas populações negras.

Disjuntivas dos territórios coletivos

O mapa do conjunto dos territórios reflete as diferentes histórias e dinâmicas das organizações e essas histórias não são alheias ou narradas por especialistas de fora da região senão que agora são parte da memória local. A titulação renovou as identificações coletivas locais nas bacias dos rios e a sub-regiões. Pela primeira vez os habitantes do Pacífico tiveram uma mínima agência política frente as instituições do governo.

A multidão de pequenos territórios coletivos em algumas áreas é o resultado da concorrência entre lideranças urbanas do movimento territorial. Umhas associações territoriais têm procurado seu próprio caminho buscando o desenvolvimento de projetos. Renovados agrupamentos organizativos têm surgido da resistência frente à violência e o desterro.

Os grandes territórios de agrupamentos de conselhos sob um conselho maior provêm de processos de organização mais prolongados e elaborados. Os processos organizativos mais consistentes resultaram em organizações mais fortes, mais empoderadas o qual traduziu-se em organizações de conselhos comunitários com maior capacidade de gerenciamento sobre os territórios coletivos.

Mas ainda assim ditos conselhos é muito pouco o que podem gerenciar e empreender pois os recursos públicos são manejados pelas autoridades dos municípios: os prefeitos e os conselhos municipais. A situação é grave pois as expectativas geradas pela Lei 70 e a inscrição e imersão dos conselhos comunitários e das organizações nas dinâmicas e estruturas das instituições estatais têm diminuído consideravelmente a iniciativa política contestária das organizações e seus líderes.

Os territórios coletivos tornaram-se meras figuras formais, impotentes frente aos criminosos, às formas recentes legais e ilegais do extrativismo, e à burocratização das relações com o Estado. Para que os territórios coletivos possam ser cenários de processos que melhorem a situação dos moradores do Pacífico é preciso haver uma reformulação drástica da ação coletiva, que procure novos aliados e que construa renovados discursos e metas estratégicas.

Violência, Crise Institucional, Desmobilização.

A produção política dos direitos humanos e a convergência de crime e supervalorização dos processos legais e judiciais encontram uma trágica e palpável expressão no Pacífico colombiano.

Antes da onda de violência, a situação de extrema pobreza, carência de serviços públicos e alta mortalidade e morbidade dos habitantes do Pacífico não parecia despertar maiores solidariedades, mas ante os massacres e o confinamento dos deslocados, a partir de 1997 a Igreja e as organizações de camponeses puderam mobilizar a ajuda de numerosas organizações internacionais.

A região que sempre tinha permanecido às margens do acontecer nacional, na década de 1990 viu-se envolvida em um turbilhão simultâneo de mudanças legislativas, proclamação e reivindicações territoriais e violência criminosa.

O ocorrido no Pacífico é um episódio mais, ainda que de dimensões mais trágicas, dos que ocorre no resto do país, o qual a sua vez é uma mostra da debacle causada pelas políticas neoliberais em todo mundo capitalista.

Perto de 20 sentenças da Corte Constitucional constataram a negligência do governo na proteção desses direitos da população deslocada, e a resposta do governo é sempre a de criar mais burocracia ineficiente e submeter aos reclamantes a intermináveis trâmites que resultam em muito precários resultados.

A reivindicação de direitos pode resultar em situações coativas ou habilitadoras. Se o movimento social entrega-se inteiramente ao jogo do Estado na espera de recursos e de decisões administrativas favoráveis, renúncia à iniciativa política e entra em um progressivo processo de normalização. Mas se a reivindicação desses direitos põe-se na perspectiva de visões emancipadoras de longo prazo e acompanha-se de um repertório de ações políticas e de permanente atitude crítica, constitui-se em um fator dinâmico para a continuidade do movimento social.

Os movimentos sociais muito bem poderiam refletir e entender que o crime, a corrupção e a violência não constituem um evento passageiro senão um fato estrutural da atual fase do capitalismo tardio, e que para seus anseios emancipatórios tão perigosa quanto a violência criminosa, pode ser a submissão acrítica aos procedimentos judiciais e burocráticos estatais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state, *Journal of Historical Sociology* 1(1): 1988, p. 58-89.

ACIA “Derechos territoriales de las comunidades negras del Pacífico”
In: *Indígenas y Negros. Encuentro por la Defensa de Nuestro Territorio Tradicional del Pacífico* Quibdó, 1990.p. 13-20

ACOSTA, Alberto. *La maldición de la Abundancia*. Quito: CEP (Centro Ecuaménico de Proyectos), SwissAid y AbyaYala, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. Beyond Human Rights. *Social Engineering* 15. 2008. p. 90-95.

AGUDELO, Carlos. 2005. *Retos del multiculturalismo en Colombia: política y poblaciones negras*. Medellín: La Carreta Editores. 2005.

_____. 2004. “Guapi: sociedad local, influencias globales”. In: BARBARY Oliver; URREA Fernando (eds.), *Gente negra en Colombia*. Medellín: UNIVALLE/CIDSE – IRD – COLCIENCIAS, 2004, pp. 283-326

ALMARIO, Oscar. . “Dinámica y consecuencias del conflicto armado colombiano en el Pacífico: limpieza étnica y desterritorialización de afrocolombianos e indígenas y ‘multiculturalismo’ de Estado e indolencia nacional”. En: RESTREPO Eduardo y ROJAS Axel (eds.), *Conflicto e (in)visibilidad: retos de los estudios de la gente negra en Colombia*. pp. 71-118. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004.

_____. Tras las Huellas de los renacientes. Por el laberinto de la etnicidad e identidad de los grupos negros o afrocolombianos. In: PARDO, Mauricio (ed.), *Acción colectiva, Estado y etnicidad*. Bogotá: Colciencias-Icanh. 2001, p. 15-40.

APRILE-GNISET. Jacques. Apuntes sobre el proceso de poblamiento del Pacífico In: PARDO, Mauricio; MOSQUERA, Claudia, y RAMÍREZ, María Clemencia (eds.), *Panorámica afrocolombiana. Estudios sociales en el Pacífico*. Bogotá: ICANH Universidad Nacional de Colombia. 2004. p. 269-290.

APRILE GNISET, Jacques Jean; MOSQUERA TORRES, Gilma. *Habitats y habitantes del Pacífico Cali*: CITCE - Universidad Del Valle, 1999.

ARMENTEROS MARTÍNEZ, Iván. La esclavitud en Barcelona a fines de la Edad Media (1479-1516). Tesis doctoral. Universitat de Barcelona, 2012

BARBARY, Olivier; HOFFMANN, Odile. La costa Pacífica y Cali. Sistema de lugares. In: BARBARY, Oliver; URREA, Fernando (eds.), *Gente negra en Colombia*. Medellín: CIDSE, Universidad del Valle – IRD – COLCIENCIAS, 2004, p. 113-156.

BEBBINTON, Anthony. (ed) *Social Conflict, Economic Development and Extractive Industry: Evidence from South America*. London: Routledge, 2012.

BID Programa de Desarrollo Sustentable de la Costa Pacífica Plan Pacífico. Bogotá: BID. 1994

BIRNBAUM, Pierre. *States and Collective Action: The European Experience*. Cambridge: Cambridge Universty Press. 1988.

BONET, Jaime *¿Por qué es pobre el Chocó?* Documentos de Trabajo Sobre Economía Regional No. 90 Cartagena: Banco de la República. Abril, 2007

BORREGO PLA, M^a del Carmen, Esclavos y libertos en la sociedad de Cartagena de Indias. Siglos XVI y XVII. *Temas Americanistas*, N° 12, 1995, p. 1-9.

BRAVO, Hernando. Movilización identitaria y desplazamiento forzado en el Pacífico colombiano: el caso del proceso organizativo de comunidades negras de Olaya Herrera, Nariño, Colombia. In: HOFFMANN Odile y RODRÍGUEZ, María Teresa, eds *Los retos de la diferencia: los actores de la multiculturalidad entre México y Colombia* México, D.F: CEMCA - CIESAS - ICANH – IRD. 2007, p. 203-233

_____. Organizaciones étnico territoriales de los ríos Satinga y Sanquianga: los retos de su lucha por el reconocimiento de la identidad en el litoral Pacífico de Nariño. Tesis de Maestría. Departamento de Antropología, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2003.

CALDERÓN, Fernando; PISCITELLI Alejandro; REYNA José Luis. Social Movements: Actors, Theories, Expectations In: ESCOBAR Arturo; ÁLVAREZ Sonia (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America*. Boulder: Westview Press, 1992, p. 19-36

CASSIANI, Alfonso. Entre potrillo y canaleta: las comunidades renacientes de la zona rural del municipio de Buenaventura, el territorio y sus prácticas tradicionales socioculturales”. In: ROJAS, Axel (ed.), *Estudios afrocolombianos. Aportes para un estado del arte*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004, p. 177-194.

_____. “Las comunidades renacientes de la costa Caribe continental: Construcción identitaria de las comunidades renacientes en el Caribe continental colombiano” In: MOSQUERA, Claudia, PARDO, Mauricio y HOFFMANN, Odile (eds.), *Afrodescendientes en las Américas: trayectorias sociales e identitarias*. Bogotá, Universidad Nacional – ICANH – IRD – ILSA, 2002, p. 573-592.

CASTILLO G. Luis Carlos. *Etnicidad y nación: El desafío de la diversidad en Colombia*. Cali: Universidad del Valle. 2007

CASTILLO, Ricardo. El canal Naranjo: historia de una tragedia socio-ambiental en la cuenca baja del río Patía. Trabajo de grado. Departamento de Historia, Universidad Nacional de Colombia. Medellín. 1995.

CASTRO HINESTROZA, Rudesindo et al. Una experiencia viva y sólida en el Alto Baudó - Chocó. *América Negra*. (3): 1992, p. 229-241.

CIFUENTES, Konty. Una mirada a la dinámica organizativa en Buenaventura. In *Proyecto Daupara. Liderazgo comunitario y gestión étnico territorio en el Pacífico Colombiano*. IAAP – Embajada Real de los Países Bajos. 2007

CLARETIANOS. Claretianos En El Medio Atrato Un desafío a la creatividad (febrero 1979 - febrero 1994) Disponible em: <http://www.claretianoscoloc.org/uploads/documentos/d20070719094713.doc>> Acceso em 30 abril 2012

CNMH. Centro Nacional de Memoria Histórica. Buenaventura: un puerto sin comunidad. Bogotá, CNMH, 2015.

CODAZZI, Agustín. *Memorias de Agustín Codazzi*. Bogotá: Publicaciones del Banco de la República, Archivo de la Economía Nacional, 1973.

COHEN, Jean L. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. *Social Research* 52(4), 1985, p. 663-716.

COHEN, Jean L.; ARATO Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge MA: The MIT Press. 1992.

COLMENARES, Germán. Popayán una sociedad esclavista 1680-1800, In: _____. *Historia económica y social de Colombia. Tomo II* Bogotá: Tercer Mundo Editores - Universidad de Valle - Banco de la República - Colciencias, 1997

_____. La formación de la economía colonial 1500-1740, en OCAMPO, José Antonio. *Historia económica de Colombia* Bogotá: Fedesarrollo-Siglo Veintiuno Editores, 1987

_____. *Historia económica y social de Colombia II. Popayán: una sociedad esclavista. 1680-1800*. Medellín: Editorial La Carreta, 1979.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Law and disorder in the postcolony. *Social Anthropology* 15, 2, 2007, p. 133–152.

CORONIL, Fernando. *The magical state: Nature, money and modernity in Venezuela*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

CORTÉS, Hernán. Titulación colectiva en comunidades negras del Pacífico nariñense. En: CAMACHO Juana y Eduardo RESTREPO (eds.), *De montes, ríos y ciudades: territorios e identidades de gente negra en*

Colombia. pp. 131-142. Bogotá: Ecofondo- Natura-Instituto Colombiano de Antropología. 1999.

CORTÉS, Hernán; RESTREPO Eduardo. “Deforestación y degradación de los bosques en el territorio-región de las comunidades negras del Pacífico colombiano”. *Causas subyacentes de la deforestación*. Taller Latinoamericano. Santiago de Chile. 8-10 de octubre. In World Rainforest Movement. 1998..Disponível em:

<<http://www.wrm.org.uy/deforestation/LAmerica/Colombia.html>>

Acesso em: 11 dec 2002

COWAN, Jane K. Cultura y derechos después de Culture and Rights. *Revista de Antropología Social* No 19 2010 p. 67-101.

CRIC (CONSEJO REGIONAL INDÍGENA DEL CAUCA) *Autodiagnóstico minero en el Cauca indígena*. Popayán, 2005

CUNIN, Elisabeth. *Identidades a flor de piel. Lo 'negro' entre apariencias y pertenencias: Mestizaje y categorías raciales en Cartagena (Colombia)*. Bogotá: IFEA-ICANH-Uniandes-Observatorio del Caribe Colombiano, 2003.

DANE (Departamento Nacional de Estadística) *Censo General 2005*.

Nivel Nacional. DANE, Bogotá, 2008. Disponível em

<<http://www.dane.gov.co/censo/files/libroCenso2005nacional.pdf>>.

Acesso em: 17 mar. 2013

DANE *Análisis espacial de la pobreza en Colombia 2014*. Disponível em:

<https://www.dane.gov.co/candane_2014/files/Analisis%20Espacial%20de%20Pobreza.pdf> Acesso em 13 fev. 2015

DANE *Condiciones de pobreza monetaria y multidimensional 2014*.

Disponível em:

<https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/condiciones_vida/pobreza/bol_pobreza_13.pdf> Acesso em: 21 oct. 2015

DE LA TORRE, Lucia Mercedes. Historia de la Asociación Campesina Integral Del Atrato – ACIA. Consejo Comunitario Mayor del medio Atrato. Nuestra historia. ACIA, Programa de Manejo de Recursos

Naturales PMRN, MMA BIRF Documento sin publicar. [S. D.]

Disponível em:

<http://www.rds.org.co/aa/img_upload/c1a230c6696a0e3d3ded4cbdbe1edfd7/acia.pdf> Acesso em: 6 jul. 2009.

DEL VALLE, Jorge Ignacio y RESTREPO Eduardo (eds.). *Renacientes del guandal: los “grupos negros” de los ríos Satinga y Sanquianga*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia Sede Medellín-Biopacífico. 1996.

DEL CASTILLO, Nicolás. *Esclavos negros en Cartagena y sus aportes léxicos*. Bogotá, Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo, Tomo LXII, 1982

DIÓCESIS DE TUMACO. *Que nadie diga que no pasa nada! Una mirada desde la Región del Pacífico Nariñense*. Balance No. 4. Tumaco: Diócesis de Tumaco. 2014. Disponível em: <<https://diocesisdetumaco.files.wordpress.com/2013/08/2014-informe-que-nadie-diga-que-no-pasa-nada.pdf>>. Acesso em: 7 fev 2015.

EL TIEMPO “Se salvaron 44 mil hectáreas de bosques en el Chocó”
<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12945829>

ECHANDÍA, Camilo. *Narcotráfico: Génesis de los paramilitares y herencia de bandas criminales*. Serie Informes No. 19. Bogotá: Fundación Ideas para la paz, 2013.

EDELMAN, Marc. What is a peasant? What are peasantries? A briefing paper on issues of definition. *First session of the Intergovernmental Working Group on a United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas*, Geneva, 15-19 July 2013.

Disponível em:

<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/WGPleasants/Edelman.pdf>> Acesso em: 14 may. 2014

EISINGER, Peter K. . The conditions of protest behavior in American cities. *American. Political Science Review*. 81: 1973, p. 11 – 28

EL ATRATEÑO. 1986-1989. Boletín de los Equipos Misioneros del Atrato y de las Comunidades Campesinas. Quibdó.

ELPAIS.COM.CO Los tentáculos de la minería ilegal en el Cauca. Cali: Viernes, Marzo 13, 2015. Disponible em:

<<http://www.elpais.com.co/elpais/judicial/noticias/tentaculos-mineria-ilegal-cauca>> Acceso em: 17 jun. 2014.

ESCOBAR Arturo. *Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes*. Durham, NC: Duke University Press. 2008

_____. *El final del salvaje. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*, Santafé de Bogotá, ICAN-CEREC. 2.000.

_____. Viejas y nuevas formas de capital y los dilemas de la biodiversidad". En: ESCOBAR Arturo; PEDROSA, Álvaro (eds), *Pacífico: ¿Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Bogotá: Cerec: 1996, p. 109-143

ESCOBAR, Arturo; PEDROSA Álvaro. *Pacífico ¿Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*, Bogotá: Cerec / Ecofondo, 1996.

ESCOBAR Arturo; ÁLVAREZ Sonia (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America*,. Boulder: Westview Press, 1992.

ESCOBEDO, Rodolfo; GUÍO, Nadia. *Oro, crimen organizado y guerrillas en Quibdó*. Bogotá; Fundación ideas para la paz, 2015

ESPINOSA, Adriana. De lo local a lo global en los repertorios de acción del PCN y el conflicto amado en Buenaventura. Tesis de Maestría en sociología. Universidad del Valle, Cali, 2011.

FASSIN Didier El irresistible ascenso del derecho a la vida. Razón humanitaria y justicia social. *Revista de Antropología Social* No 19 2010 p. 191-204.

FERNANDEZ, Carmelo et al. *Acuarelas de la Comisión Corográfica: Colombia 1850-1859*. Bogotá: Litografía Arco. 1986. Disponible em:

<<http://www.bibliotecanacional.gov.co/content/1%C3%A1minas-de-la-comisi%C3%B3n-corogr%C3%A1fica>> Acceso em: 12 sep. 2015

FLÓREZ, Juliana. 2004. “Implosión identitaria y movimientos sociales: desafíos y logros del Proceso de Comunidades Negras ante las relaciones de género”. In: RESTREPO Eduardo; ROJAS Axel (eds.) *Conflicto e (in)visibilidad: retos de los estudios de la gente negra en Colombia*: Popayán: Editorial Universidad del Cauca. 2004, p. 217-244.

POWERAKER, Joe. *Theorizing Social Movements*. London: Pluto Press. 1995

FRIEDEMANN, Nina S. de. Minería del oro y descendencia: Guelmambí, Nariño. *Revista Colombiana de Antropología*, Bogotá, (16), 1974, p. 9-52.

FRIEDMAN, Jonathan. *Cultural Identity and Global Process*. London: SAGE Publications 1994

_____. Cultural identity and world process, In; MILLER, Daniel ROWLANDS, Michael e TILLEY, Christopher (Orgs) *Dominance and Resistance*. London: Allen & Unwin. 1987

GAMSON, William. The Social Psychology of Collective Action. In: MORRIS Aldon; MUELLER, Carol M. (eds.) *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press. 1992, p. 53-76.

GARAY, Luis Jorge et al *Minería en Colombia. Fundamentos para superar el modelo extractivista*. Bogotá: Contraloría General de la República. 2013.

GARCÍA, Paola. La paz perdida. Territorios colectivos, palma africana y conflicto armado en el Pacífico colombiano. Tesis del Doctorado en Investigación en Ciencias Sociales con especialización en Ciencia Política. FLACSO, México, 2011.

GARNER, Roberta A; ZALD, Mayer N. “The Political Economy of Social Movement Sectors.” In SUTTLES Gerald; ZALD Mayer N, (eds) *The Challenge of Social Control: Citizenship and Institution Building in*

Modern Society: Essays in Honor of Morris Janowitz, Norwood, NJ: ABLEX. 1985, p. 119–145

GMH. Grupo de Memoria Histórica. *¡Basta ya! Colombia: Memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

GONZÁLEZ, Luis Fernando *El Darién. Ocupación, poblamiento y transformación ambiental del Darién. Una revisión histórica. Parte I*. Medellín: Instituto Tecnológico Metropolitano ITM, 2011a.

_____. *El Darién. Ocupación, poblamiento y transformación ambiental del Darién. Una revisión histórica. Parte II*. Medellín: Instituto Tecnológico Metropolitano ITM, 2011b.

_____. *Quibdó, contexto histórico, desarrollo urbano y patrimonio arquitectónico*, Centro de publicaciones de la Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, 2003.

_____. Chocó en la cartografía histórica: **de** territorio incierto a departamento de un país llamado Colombia. *Boletín Cultural y Bibliográfico*, Bogotá, Número 43. Volumen XXXIII. 1996.

GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl. *Esclavitud y cautiverio en el Reino de Granada a fines de la Edad Media (1487-1538)* Tesis doctoral Universidad de Málaga, Departamento de Arqueología e Historia Medieval de la Universidad de Málaga, Málaga, 2004.

GREWAL, Inderpal 1998 On the New Global Feminism and the Family of Nations: Dilemmas of Transnational Feminist Practice. In SHOHAT, E. (ed). *Talking Visions: Multicultural Feminism in a Transnational Age*. Pp. 501–530. Cambridge, MA: MIT Press.

GROS, Christian. Indigenismo y etnicidad. El desafío neoliberal. In URIBE, María Victoria y RESTREPO, Eduardo (eds.). *Antropología en la modernidad*, Bogotá D.C.: ICAN. 1997, p. 15-60

GRUESO, Libia. *El Proceso Organizativo de Comunidades Negras en el Pacífico Sur colombiano*. Masters tesis en Estudios Políticos. Pontificia Universidad Javeriana. Cali, 2000.

_____. Apuntes y comentarios sobre la 3ra Asamblea Nacional de Comunidades Negras. *Esteros*. (3-4): 1994, p. 33-38.

GRUESO, Jesús; Escobar Arturo. 1996. "Las cooperativas agrarias y la modernización de los agricultores". En: ESCOBAR Arturo; PEDROSA Álvaro (eds.), *Pacífico: ¿Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano..* Cerec: Bogotá, 1996, p. 90-108

GUDYNAS, Eduardo. "Buen Vivir: Today's Tomorrow," *Development*, Vol 54 No , 2011, p. 441-447

GUILLÉN, Francisco, "Memoria de los pueblos de la gobernación de Popayán y cosas y constelaciones que hay en ellos, (1582)". *Cespedesia*, Cali, *Boletín científico del Departamento del Valle del Cauca*, suplemento núm. 4, núm. 45-46, enero-junio de 1983.

GUPTA. Akhil. Blurred houndaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state. *American Ethnologist* 22(2): 1995, 375-402.

GUTIÉRREZ AZOPARDO, Ildefonso, El comercio y mercado de negros esclavos en Cartagena de Indias (1533 - 1850) En *Quinto Centenario*, Vol. 12. 1987, p. 187-210.

_____. Los negros y la iglesia en la España de los siglos XV y XVI, [s. d.] In: www.fundacionsur.com. Disponible em: <http://www.africafundacion.org/IMG/pdf/LOS_NEGROS_Y_LA_IGLESIA_EN_LA_ESPANA_DE_LOS_SIGLOS_XV_y_XVI.pdf> Acceso em 23 mar. 2013

GUTIERREZ, Rufino. Buenaventura. In: _____ *Monografías*. Tomo II, vols. XXVIII y XXX, Bogotá: Imprenta Nacional., 1921. Disponible em: <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/historia/dos/dos11a.htm> Acceso em: 14 sep 2013.

HABERMAS, Jürgen. *The structural Transformation of the Public Sphere* Cambridge: MIT, 1989 [1962]

HANSEN, Thomas Blom; STEPPUTAT, Finn (eds) *States of imagination. Ethnographic Explorations of the Postcolonial State*. Durham: Duke University Press, 2001.

HEILBRONER, Robert L. 1985. The Ideology of Capital, cap. 5 In: - _____ *The Nature and Logic of Capitalism*. New York: W.W. Norton & Company, 1994. pp. 107-140.

HELLMAN, Judith Adler. The Study of Social Movements in Latin America and the Question of Autonomy. In: ESCOBAR Arturo; ÁLVAREZ Sonia (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America*,. Boulder: Westview Press, 1992, p. 52-61

HERNÁNDEZ, Nicolás. Campesinos sin tierras La historia de los desplazados del Bajo Atrato. Trabajo de grado para optar por el título de comunicador social. Facultad de Comunicación y Lenguaje. Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2008.

HERZFELD, Michael. *Cultural Intimacy: Social Poetics in the Nation-State*. New York: Routledge, 1997.

_____. *The social production of indifference: Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

HOFFMANN, Odile. *Comunidades negras en el Pacífico colombiano. Innovaciones y dinámicas étnicas*. Quito: Ediciones Abya-Yala, IFEA, IRD, CIESAS, CEMCA. 2007.

_____. Espacios y región en el Pacífico Sur: ¿Hacia la construcción de una sociedad regional? En: Oliver Barbary y Fernando Urrea (eds.), *Gente negra en Colombia*. pp. 195-226. Medellín: CIDSE, Universidad del Valle – IRD - COLCIENCIAS. 2004

_____. Conflictos territoriales y territorialidad negra el caso de las comunidades afrocolombianas”. In: MOSQUERA, Claudia, PARDO, Mauricio y HOFFMANN, Odile (eds.), *Afrodescendientes en las Américas: trayectorias sociales e identitarias*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-ICANH-IRD-ILSA. 2002, p. 351-368.

_____. "La política" vs "Lo político" La estructuración del campo político contemporáneo en el Pacífico Sur colombiano. In: AGUDELO C., HOFFMANN O. y RIVAS N. *Hacer política en el Pacífico sur: Algunas aproximaciones*. Cali: U. del Valle. CIDSE, 1999

ISACSSON, Sven-Erik "Biografía Atrateña. La formación de un topónimo indígena bajo el impacto español. Chocó, Colombia" *Indiana* N°- 3, Ibero-Amerikanisches Institut, Preubischer Kulturbesitz, Berlín.1975

JARAMILLO URIBE, Jaime. "La controversia jurídica y filosófica librada en la Nueva Granada en torno de la liberación de los esclavos y la importancia económica- social de la esclavitud en el siglo XIX" *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*. Bogotá: No. 4 Universidad Nacional de Colombia. 1969, p. 63 - 86.

_____. Esclavos y señores en la sociedad colombiana del siglo XVIII. *Anuario de Colombiano de Historia Social y de la Cultura*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, No. 1, 1963, p 3-62.

JARAMILLO, Orlando. Del tiempo cambiado a la titulación colectiva. Movimiento social y comunidades negras del alto San Juan. In PARDO ROJAS, Mauricio (ed.), *Acción colectiva, Estado y etnicidad en el Pacífico colombiano*, Bogotá D.C.: ICANH / Colciencias. 2000, p. 171-204.

JELIN, Elizabeth (ed.). *Los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985.

JESSOP, Bob. Narrating the Future of the National Economy and the National State: Remarks on Remapping Regulation and Reinventing Governance. In STEINMETZ George (ed.), *State / Culture. State Formation after the Cultural Turn.*, Ithaca, Cornell University Press. 1999, p. 378-406

JIMÉNEZ, Orián. "El Chocó: Libertad y poblamiento 1750- 1850". In: MOSQUERA, Claudia, PARDO, Mauricio y HOFFMANN, Odile (eds.), *Afrodescendientes en las Américas: trayectorias sociales e identitarias.*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-ICANH-IRD-ILAS. 2002, p. 121-142.

JIMENO Myriam; SOTOMAYOR, María Lucía y VALDERRAMA, Luz María. *Chocó: Diversidad cultural y medio ambiente*. Santafé de Bogotá, Fondo FEN Colombia, 1995.

KHITTEL, Stefan R. F. Usos de la historia y la historiografía por parte de las ONG y OB de las comunidades negras del Chocó. En PARDO ROJAS, Mauricio (ed.), *Acción colectiva, Estado y etnicidad en el Pacífico colombiano*, Bogotá: ICANH / Colciencias. 2001, p. 71-94.

KLANDERMANS, Bert, KRIESI H. and TARROW S. (eds). *From Structure to Action: Comparing Movements Across Cultures*. Greenwich, CT: JAI Press, 1988.

KORN, Joel et al Pacific Coast Sustainable Development Program Washington: Inter-American Development Bank, 1994. Disponible en: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=445072>> Acceso 7 Mar. 2002

KRIESI, Hanspeter. The Organizational Structure of New Social Movements in a Political Context. In MCADAM, Doug, MCCARTHY, John D. and ZALD, Mayer N. (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, New York: Cambridge University Press. 1996, p. 152-184.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso, 1985.

LARSON, Anne M; BARRY, Deborah; DAHAL, Ganga Ram; COLFER, Carol J. Pierce (orgs) *Forests for People. Community Rights and Forest Tenure Reform*. London: Earthscan 2010.

LEAL, Claudia. La Compañía Minera Chocó Pacífico y el auge del platino en Colombia, 1897-1930. *Historia Crítica* Edición especial, Bogotá, Noviembre 2009, p. 150-164

_____. Disputas por tagua y minas: recursos naturales y propiedad territorial en el Pacífico colombiano, 1870-1930. *Revista Colombiana de Antropología* Volumen 44 (2), julio-diciembre, p. 409-438, 2008.

_____. Un puerto en la selva. Naturaleza y raza en la creación de la ciudad de Tumaco, 1860-1940. *Historia Crítica*. No. 30. Julio – diciembre, p. 39-65, 2005.

LEAL, Claudia; RESTREPO, Eduardo. *Unos bosques sembrados de aserriós: historia de la extracción maderera en el Pacífico colombiano*. Editorial Universidad de Antioquia Colciencias. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, ICANH. Medellín, 2003.

LEGRAND, Catherine. *Colonización y protesta campesina en Colombia, 1850-1950*. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 1986.

LEITE, Ilka Boaventura. The Brazilian quilombo: ‘race’ community and land in space and time. *Journal of Peasant Studies*, v. 20, p. 1-16, 2015.

_____. The transhistorical, juridical-formal, and post-utopian quilombo. Em GLEDHILL, J. *New approaches to resistance in Brazil and Mexico*. Durham: Duke University Press, 2012, p. 250-268

_____. Terras de quilombos. In: DE SOUZA LIMA, Antonio Carlos (Org.). *Antropologia & Direito: temas antropológicos para debates jurídicos*. Brasília, Blumenau: ABA/ Nova Letra, 2011, p. 1-12

_____. Humanidades Insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos. In ALMEIDA, A. B. W. *Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Nova Cartografia/UEA, 2010, p. 17-40.

_____. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, 2009 p. 985-977

_____. Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras. *Boletim Informativo do NUER* 2. ed. Florianópolis: NUER, 2005. 262p

_____. *O Legado do Testamento: A Comunidade de Casca em Perícia*. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002 436p

_____. *Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade*. Florianópolis: *Letras Contemporâneas*, 1996. 284p

_____. O Lugar do Não-Cidadão e da Não-Identidade. In: QUINTAS, Fátima. (Org.). *O Negro: Identidade e Cidadania*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1996.

LÓPEZ, David 2008 Palma aceitara en los territorios de las comunidades negras del Pacífico surcolombiano. In *Revista Semillas* No. 34/35. 2008. Disponível em:
<<http://www.semillas.org.co/sitio.shtml?apc=e1b-20155545-20155545&x=20155563>> Acesso em: 17 octubre 2008

LÓPEZ DE MESA, Beatriz Elena y GUTIÉRREZ TAMAYO, Alberto León. *La acción comunal: entre la tradición, la modernización y la democratización*. XV Congreso Comunal Nacional, Instituto María Cano, Santa Fe de Bogotá, 1997.

MALLON, Florencia. *Peasant and nation: The making of postcolonial Mexico and Peru*. Berkeley: University of California Press, 1995.

MALKKI, Liisa. *Purity and Exile: Violence, Memory, and National Cosmology among Hutu Refugees in Tanzania*. Chicago: University of Chicago Press. 1995

MARCUS, George E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal *Alteridades* 11 (22) [1995] 2001, p. 111-127

_____. Contemporary problems of ethnography in the modern world system. In: CLIFFORD, James. e MARCUS, George (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, University of California Press, Berkeley, p. 165-193. 1986.

MARTÍNEZ ALIER, Joan El ecologismo popular *Ecosistemas* 16 (3): 148-151. Septiembre 2007.

MAYA RESTREPO, Adriana. Demografía histórica de la trata por Cartagena (1533-1810) In: _____. (ed) *Geografía Humana de Colombia. Tomo VI. Los Afrocolombianos*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica. 1998, p. 11-52.

McADAM, Doug, McCARTHY, John, and ZALD, Mayer N. (eds.) *Comparative Perspective on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framing*. London: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Political Process and the Development of Black Insurgency: 1930–1970*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press. 2001.

MELUCCI, Alberto. Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements. In: KLANDERMANS Bert, KRIESI H. and TARROW S. (eds.) *From Structure to Action: Comparing Movements Across Cultures*, Greenwich, CT: JAI Press. 1988, p. 329-348.

MERCHANT, Carolyn. Introduction: Women and Ecology; e (cap. 2) Farm, Fen, and Forest: European ecology in transition. In *The Death of Nature: Women, ecology and scientific revolution*. New York: Harper Collins Publishers, pp. XIX-XXIV; e 1989, pp. 42-68.

MESA MANGLAR Volumen III, Nº 3 • Agosto de 2010 Disponible em: <<http://jenzera.org/wordpress-content/uploads/2009/10/Mesa-Manglar-3-final.pdf> 18jul2013> Acceso em: 10 de março de 2013.

MITCHELL, Timothy. The limits of the state: Beyond statist approaches and their critics. *American Political Science Review* 85(1), 1991, p. 77-96

MOLANO, Alfredo. “A quién le importa Juan Ceballos” En *El Espectador*, 15 de mayo de 2011. Disponible em: <<http://www.elespectador.com/opinion/quien-le-importa-juan-ceballos>> Acceso 13 may. 2013

MOLINA, Francy Helena “Los Caminos de la Participación” Comunidad y Participación Social curso de Comunidad y Participación Social de la Licenciatura In: *Educación Popular*. Universidad del Valle Cali s.d. pp 57-128. Disponible em: <http://objetos.univalle.edu.co/files/Los_caminos_de_la_participacion.pdf> Acceso 23 oct 2013.

MOLINA LONDOÑO, Luis Fernando. El viejo Mainero” Actividad empresarial de Juan Bautista Mainero y Trucco en Bolívar, Chocó, Antioquia y Cundinamarca 1860 – 1918. *Boletín Cultural y Bibliográfico*. Bogotá: Volumen 25 No 17, 1988, p. 2-29

MORENO, Camila. *Conflictos territoriales interétnicos en el Pacífico Sur. Diagnóstico*. Informe Comités Regionales, PMRN, Ministerio Medio Ambiente. Bogotá. 1995.

MORENO, Carmiña; CALDERÓN Silvia L 2008 Informe de Terminación de Proyecto. Programa de Desarrollo Susentable de la Costa Pacífica. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2008, Disponible em:
<<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1415612>>
Acesso em:17 julio de 2008

MOSQUERA TORRES, Gilma y APRIL-GNISSET, Jacques *Aldeas de la costa de Buenaventura*. Habitats y sociedades del Pacífico. Volumen 3. Cali: Universidad del Valle, 2006.

_____. *Habitats y habitantes del Pacífico. Síntesis y reflexiones finales*. Cuadernos CITSE. Series Investigaciones No. 2. Cali: Universidad del Valle. 1997.

MOSQUERA TORRES, Gilma. *Vivienda y arquitectura tradicional en el Pacífico*. Patrimonio cultural afrodescendiente Universidad del Valle. Cali. 2010

_____. “Sobre los poblados y la vivienda del Pacífico”. In: PARDO, Mauricio; MOSQUERA, Claudia, y RAMÍREZ, María Clemencia (eds.), *Panorámica afrocolombiana. Estudios sociales en el Pacífico*. Bogotá: ICANH Universidad Nacional de Colombia. 2004. p. 291-331.

MOSQUERA, Sergio. “Los procesos de manumisión en las provincias del Chocó”. In: MOSQUERA, Claudia, PARDO, Mauricio y HOFFMANN, Odile (eds.), *Afrodescendientes en las Américas: trayectorias sociales e identitarias*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia-ICANH-IRD-ILAS. 2002, p. 99-120

NAVARRETE P. María Cristina. Cimarrones y palenques en las provincias al norte del Nuevo Reino de Granada siglo XVII. *Fronteras de la Historia*, núm. 6, 2001, pp. 97-122.

NORDSTROM, Carolyn. *Shadows of war: violence, power, and international profiteering in the twenty-first century*. Berkeley, CA: University of California Press, 2004.

OBSERVATORIO del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH. *Diagnóstico de la situación de los municipios habitados por las comunidades afrocolombianas priorizadas por la Honorable Corte Constitucional en el departamento de Nariño*. 2009. Accesível em <<http://historico.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/documents/2010/DiagnosticoAfro/Narino.pdf>> Acceso em 17 abril 2013.

OBSERVATORIO del Programa Presidencial de Derechos Humanos y DIH. *Diagnóstico de la situación de los municipios habitados por las comunidades afrocolombianas priorizadas por la Honorable Corte Constitucional en el departamento del Cauca*. 2009. Accesível em <<http://historico.derechoshumanos.gov.co/Observatorio/documents/2010/DiagnosticoAfro/Cauca.pdf>>

OFFE, Claus. Challenging the Boundaries of Traditional Politics: The Contemporary Challenge of Social Movements. *Social Research* 52 (4), 1985, p. 817-868.

OBSERVATORIO PACÍFICO Y TERRITORIO La ola de violencia en la costa Pacífica del Cauca, impide el libre ejercicio del liderazgo. 5 OCT 2010.

ONG, Aihwa. *Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality*. Durham, NC: Duke University Press, 1999.

OSLENDER, Ulrich. *Comunidades negras y espacio en el Pacífico colombiano. Hacia un giro geográfico en el estudio de los movimientos sociales*. ICANH – Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca – Universidad del Cauca. 2008.

PALACIOS, Jorge. *La trata de negros por Cartagena de Indias*. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Tunja, Tunja, 1973

PALEY, Julia. *Marketing Democracy: Power and Social Movements in Post-Dictatorship Chile*. Berkeley: University of California Press, 2001.

PANTOJA, Orlando. *Tras el conocimiento ancestral afrocolombiano. Encuentros de saberes en medicina tradicional del Pacífico caucano*. Ministerio de Cultura – IIAP – JUNPRO, 2008.

PARARAS-CARAYANNIS, George, 1980 Earthquake and Tsunami of December 12, 1979, in Colombia. In *Tsunami Newsletter*, Vol. XIII, No. 1, January, pp. 1-9. Disponible em:
<http://ioc3.unesco.org/itic/files/1980_Jan.pdf> Acceso Mar. 17 2005

PAREDES Cisneros, Santiago. *Algo nuevo, algo viejo, algo prestado: las transformaciones urbanas de Barbacoas entre 1850 y 1930* Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Artes, 2009.

PEDROSA, Álvaro. La institucionalización del desarrollo. In: *Pacífico ¿Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*, ESCOBAR, Arturo y PEDROSA, Álvaro (eds.). Bogotá: Cerec / Ecofondo, 1996, p. 66-89

PEREA HINESTROSA. Fabio Teolindo. El Movimiento Cimarrón y las Comunidades Negras del Pacífico In: LEYVA, Pablo (ed.) *Colombia Pacífico Tomo II*, Bogotá: BIOPACÍFICO – Fondo FEN, 1993.

PÉREZ V, Gerson Javier. *Historia, geografía y puerto como determinantes de la situación social de Buenaventura*. Documentos de trabajo sobre economía regional No 91. Cartagena: Banco de la República, 2007.

POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero. 1972.

RESTREPO, Eduardo “Etnización y multiculturalismo en el Bajo Atrato”, *Revista Colombiana de Antropología*, Vol. 47 (2), julio-diciembre, 2011, p. 37-68.

_____. Genealogía e impactos (no-intencionados) de las intervenciones de desarrollo en el Chocó: El Proyecto Desarrollo Integral Agrícola

Rural (DIAR) In: VRIES Pieter de; VALENCIA, Emperatriz Editores *El DIAR: Un fracaso o una promesa no cumplida?* Quibdó: Universidad Tecnológica del –NUFFIC, 2010, p. 9-141.

_____. Etnización de la negridad: contribución a las genealogías de la colombianidad. In: CASTRO-GÓMEZ Santiago y RETREPO Eduardo (eds.), *Genealogías de la colombianidad..* Bogotá: Editorial Universidad Javeriana. 2008, p. 97-133

_____. De refugio de paz a la pesadilla de la guerra. El conflicto armado y el proceso organizativo en el Pacífico nariñense. Humanidades. *Revista de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales. Universidad del Cauca.* 9 (13-14): p. 5-26. 2005a.

Disponível m: <<http://www.ram-wan.net/restrepo/documentos/coflicto-borrador-restrepo.pdf>>

Acesso em: 25 ago. 2013.

_____. Políticas de la alteridad: etnización de ‘comunidad negra’ en el Pacífico sur colombiano. *Journal of Latin American Anthropology.* 7 (2), 2002, p. 34-58.

_____. “Afrocolombianos, antropología y proyecto de modernidad en Colombia”. In: URIBE, María Victoria; RESTREPO, Eduardo (eds.), *Antropología en la modernidad.* Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología. 1997, p. 279-320.

_____. “Los *tuqueros* negros del Pacífico sur colombiano.” En: RESTREPO, Eduardo y DEL VALLE, Jorge Ignacio (Eds) *Renacientes del guandal: “grupos negros” de los ríos Satinga y Sanquianga.* Biopacífico-Universidad Nacional de Colombia Sede Medellín. Bogotá.1996.

_____. 1996. Economía y simbolismo en el ‘Pacífico negro’. Trabajo de grado. Departamento de Antropología, Universidad de Antioquia. Medellín, 1996.

RESTREPO, Eduardo y DEL VALLE, Jorge Ignacio (Eds). *Renacientes del guandal: “grupos negros de los ríos Satinga y Sanquianga”* Bogotá: Biopacifico - Universidad Nacional de Colombia Sede Medellín. 1996.

RESTREPO, Vicente. *Estudio sobre las minas de oro y plata de Colombia*. Imprenta de Silvestre y Compañía. Bogotá. 1888.
<https://archive.org/stream/estudiosobrelasm00restuoft#page/n7/mode/2up> Acceso 24 mar. 2013

RIVAS, Nelly Yulissa. "Ambientalismo y el surgimiento de nuevos actores étnicos en el Pacífico Sur". En: BARBARY Oliver y URREA Fernando (eds.), *Gente negra en Colombia*. Medellín: CIDSE, Universidad del Valle – IRD - COLCIENCIAS, 2004, p. 327-358.

_____. "Ley 70, medio ambiente y relaciones intra-municipales: El consejo comunitario Acapa, pacífico nariñense". In: *Impactos de la ley 70 y dinámicas políticas locales de las poblaciones afrocolombianas: Estudios de caso*. Documentos de trabajo Cidse, No. 50, Cidse-Ird, 2000, p. 3-50.

_____. Territorialidad y derechos de propiedad en el río Mejicano (Tumaco, Nariño), 1998. Tesis de pregrado en Sociología Universidad del Valle, Cali, 1998.

RIVERA, Jorge Eliecer *Remando hacia la organización de los pescadores artesanales en Colombia*. Bogotá: Asociación de Pescadores Artesanales de Colombia. 1990.

ROBERTSON, Kim.; CEBALLOS, J. y THOMAS, J. Morfodinámica deltaica del río Patía y la costa nariñense, Colombia. *Memorias VII Conferencia de Ciencia . y Tecnología del mar*. Bogotá, 1987

RODRÍGUEZ, César; ORDUZ, Natalia; BERRÍO, Julián. *El desplazamiento forzado de los afrocolombianos. Evaluación del cumplimiento del Gobierno colombiano del auto 005 de la Corte Constitucional*. Bogotá: Ediciones Uniandes. 2010.

RODRÍGUEZ, Stella. Fronteras fijas, valor de cambio y cultivos ilícitos en el Pacífico caucano de Colombia. *Revista Colombiana de Antropología*. Volumen 44 (1), enero-junio 2008, p. 41-70

ROJAS, Jeannette. "Las mujeres en movimiento: crónicas de otras miradas". En: ESCOBAR, Arturo; PEDROSA Álvaro (eds), *Pacífico:*

¿Desarrollo o diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano. Bogotá: CEREC, 1996, p. 205-219.

ROMERO, Mario Diego. Familia afrocolombiana y construcción territorial en el Pacífico Sur, siglo XVIII. In: MAYA, Adriana (ed.), *Los afrocolombianos.* Geografía humana de Colombia Tomo VI. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica. 1998, p. 103-140.

_____. *Historia y Etnohistoria de las Comunidades Afrocolombianas del Río Naya.* Cali: Gobernación del Valle, Premio Jorge Isaacs 1997, Colección de Autores Vallecaucanos. 1997.

ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government, *Economy and Society* 25(3), 1996, p. 327-56.

ROWE, William; SCHELLING Vivian. *Memory and Modernity. Popular Culture in Latin America.* London: Verso. 1991.

SÁNCHEZ, Enrique; ROLDÁN Roque; SÁNCHEZ, María Fernanda.. *Territorios comunitarios negros en el Pacífico colombiano. Un estudio sobre el Artículo Transitorio 55 de la Constitución Política de 1991.* Bogotá: Departamento Nacional de Planeación. 1993.

SÁNCHEZ, Enrique; ROLDÁN Roque. *Titulación de los territorios comunales afrocolombianos e indígenas en la Costa Pacífica de Colombia.* Washington: Banco Mundial, 2002

SASSEN, Saskia. *Globalization and Its Discontents.* New York: New Press. 1998.

SCOTT, Alan. *Ideology and Social Movements.* London: Allen and Unwin, 1991.

SCOTT, James C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed.* New Haven, CT: Yale University Press. 1998

SEGATO, Rita Laura. *La Nación y sus Otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad.* Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. *The anthropology of the state: a reader*. Malden, MA: BLACKWELL PUBLISHING, 2006

SHARP, William. "La rentabilidad de la esclavitud en el Chocó 1680-1810" In: *Anuario colombiano de historia social y de la cultura*. Bogotá: N°8 .Facultad de ciencias humanas Universidad Nacional de Colombia. 1976a.

_____. *Slavery on the spanish frontier: The Colombian Chocó 1680 – 1810*. University of Oklahoma Press. 1976b.

_____. *Forsaken but for gold: an economic study of slavery and mining in the Colombian Chocó, 1680-1810*. Ann Arbor: University Microfilms Internacional. 1970.

SCHMITHÜSEN, Franz *El Papel de la Legislación Forestal y Ambiental en Países de América Latina para la Conservación y Gestión de los Recursos Naturales Renovables*. IUFRO World Series, Volumen 16, IUFRO, Viena. 2005,

SCHULDT, Jürgen et al 2009 *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). 2009.

SILVA, Eduardo; KAIMOWITZ; David; BOJANIC; Alan; EKOKO; Francois; MANURUNG; Togu; PAVEZ, Iciar. Making the Law of the Jungle: The Reform of Forest Legislation in Bolivia, Cameroon, Costa Rica, and Indonesia. *Global Environmental Politics* 2(3): 63-97, August 2002.

SLATER, David. Power and Social Movements in the Other Occident: Latin America in an International Context. *Latin American Perspectives* 21(2), 1994, p..11-37.

SNOW, David A.; BENFORD Robert D. "Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization". In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (eds.), *From Structure to Action: Social Movement Participation Across Cultures*. Greenwich, Conn.: JAI Press. 1988. Pp. 197-217

SNOW, David A., ROCHFORD, Burke E., WORDEN, Steven, and BENFORD, Robert Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, 51, 1986, p. 464–81.

STEINMETZ, George, ed. *State/Culture: Historical Studies of the State in the Social Sciences*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1999.

TARROW, Sídney. *Power in Movement. Social Movements, Collective Action and Politics*. New York: Cambridge University Press, 1994.

TAUSSIG, Michael 1997. *The magic of the state*. New York: Routledge. 1997.

TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley. 1978.

TIRADO, Álvaro Las minas de Timbiquí. In: _____ *Colombia en la Repartición Imperialista. 1870-1914*. Medellín, Editorial Hombre Nuevo. 1976. Disponível em: <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/historia/corim/corim2.htm>> Acesso em: 13 set. 2014.

TOURAINÉ, Alain. An Introduction to the Study of Social Movements, *Social Research*, 52 (4), 1985, p. 778–784.

_____. *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

TUCKER, Keneth H. Ideology and Social Movements: The Contributions of Habermas. *Sociological Inquiry* 59(1): 1989, p. 30-48.

TROUILLOT, Michel Rolph. The Anthropology of the State in the Age of Globalization. *Current Anthropology* Vol. 42, No. 1, 2001, p. 125-138.

ULLOA, Astrid. Geopolíticas del desarrollo y la confrontación extractivista minera: elementos para el análisis en territorios indígenas en América Latina. In: ULLOA, Astrid; GOBEL, Bárbara (eds)

Extractivismo minero en Colombia y América Latina., Berlín: Universidad Nacional de Colombia Ibero-Amerikanisches Institut, 2014, p. 425- 458.

UNODC Colombia. *Monitoreo de Cultivos de Coca en 2014*. Bogotá: UNODC, 2015 Disponible em: <http://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Colombia/Colombia_Monitoreo_de_Cultivos_de_Coca_2014_web.pdf> Acceso 10 mayo 2015)

VALENCIA, Emperatriz; LESBERG, July. *Los sistemas de producción en el medio Atrato*. Informe. Proyecto Diar-Codehocó. Quibdó. 1987

VÉLEZ ÁLVAREZ, Luis Guillermo. *Política y legislación de tierra en Colombia en los siglos XIX y XX*. Documentos de trabajo. Economía y Finanzas. No 12-29. Medellín: Universidad EAFIT, 2012.

VÉLEZ, María Alejandra. Sistemas complejos de gobierno local. Reflexiones sobre la titulación colectiva en el Pacífico vallecaucano. Bogotá: *Revista de Estudios Sociales*, 2009, p. 74-84.

VÉLEZ, María Alejandra; ROCHA Juan Carlos; Ramos Pablo. *Titulación colectiva en el Pacífico vallecaucano: manejo del territorio y los recursos naturales*. Documento de trabajo. Bogotá: Universidad de los Andes. 2009.

VERDADABIERTA.COM Con histórica sentencia afros recuperan su territorio en Timbiquí, Cauca. 6 de julio de 2015. Disponible em <<http://www.verdadabierta.com/lucha-por-la-tierra/5870-con-historica-sentencia-afros-recuperan-su-territorio-en-timbiqui-cauca>> Acceso 4 sept 2015

VILLA, William. La sociedad negra del Chocó: Identidad y movimientos sociales. In PARDO ROJAS Mauricio (ed.), *Acción colectiva, Estado y etnicidad en el Pacífico colombiano*, Bogotá D.C.: ICANH / Colciencias. 2000, p. 207-228

_____. Movimiento social de comunidades negras en el Pacífico colombiano. La construcción de una noción de territorio y región. In MAYA RESTREPO, Adriana (ed) *Geografía humana de Colombia*,

Tomo VI: *Los afrocolombianos*, Bogotá D.C.: Instituto Colombiano de Cultura Hispánica. 1998, p. 431-448.

VILORIA DE LA HOZ, Joaquín. *Economía del departamento de Nariño: ruralidad y aislamiento geográfico*. Documentos de Trabajo Sobre Economía Regional N° 87 Cartagena Banco de la República Marzo, 2007.

WADE, Peter. “Los guardianes del poder: biodiversidad y multiculturalidad en Colombia”. In: RESTREPO, Eduardo y ROJAS, Axel (Orgs.) *Conflicto e (in)visibilidad: retos de los estudios de la gente negra en Colombia*. pp. 247-268. Popayán: Editorial Universidad del Cauca. 2004.

_____. *Gente negra nación mestiza. Dinámicas de las identidades raciales en Colombia*. Medellín: Universidad de Antioquia / Universidad de Los Andes. 1997a.

_____. Identidad y etnicidad. In Arturo ESCOBAR y Álvaro PEDROSA (eds.) *Pacífico ¿desarrollo o biodiversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*, Bogotá: CEREC. . 1996, p. 283-298.

_____. The Cultural Politics of Blackness in Colombia. *American Ethnologist* 22(2), 1995, p. 341-357.

_____. El movimiento negro en Colombia. *América Negra*. (5), 1992, p.173-191.

WABGOU, Maguemati et ál. *Movimiento social afrocolombiano, negro, raizal y palenquero: el largo camino hacia la construcción de espacios comunes y alianzas estratégicas para la incidencia política en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. Antisystemic Movements. History and Dilemmas. In: , AMIN, Samir ARRIGHI; G, FRANK, A.G. and WALLERSTEIN, I (eds.) *Transforming the Revolution. Social Movements and the World System*, New York: Monthly Review Press, 1990, p. 13-53.

WEST, Robert. *The Pacific Lowlands of Colombia*. Baton Rouge: Louisiana State University Studies, 1957

_____. *La minería de aluvi3n en Colombia durante el per3odo colonial*. Imprenta Nacional. Bogot3. 1972.

WHITE Andy; MARTIN Alejandra. Who Owns the World's Forests? Forest Tenure and Public Forests in Transition SAYER, Jeffrey (Org) *The Earthscan Reader in Forestry and Development*, London: Earthscan 2005.

WHITTEN, Norman. *Black Frontiersmen: A South American Case*, John Wiley & Sons. (Halsted) New York - London - Sydney - Toronto. 1974.

_____. Strategies of adaptive mobility in the Colombian-Ecuadorian Littoral. *American Anthropologist*. 71 (2): 228-242. 1969.

WHITTEN, Norman; FRIEDEMANN, Nina S. de. La cultura negra del litoral ecuatoriano y colombiano: un modelo de adaptacion etnica” *Revista Colombiana de Antropolog3a*, Bogot3: 17, 75-115, 1974

WOLF, Eric R. *Europa y los pueblos sin historia*. M3xico. Fondo de Cultura Econ3mica, 1987.

ZULUAGA, Francisco "Cuadrillas mineras y familias de esclavos en las minas de N3vita (Choc3, Colombia), Siglo XVIII". *Am3rica Negra*, Bogot3: No 10 Bogot3, 1996, p.51-81.

_____. Cimarronismo en el sur-occidente del antiguo virreinato de Santaf3 de Bogot3 *Colombia Pac3fico Tomo II*, LEYVA, Pablo (Ed.) Bogot3: BIOPAC3FICO – Fondo FEN. pp. 420-427. 1993